

Os médicos de Cangaíba

Judith Patarra
Organizadora

Os médicos de Cangaíba

Viver é gostar de gente

2ª edição atualizada

São Paulo, 2015

Copyright © 2015 Associação Popular de Saúde
São Paulo – Brasil

Texto: Judith Patarra (Org.)

Organização da 2ª edição, revisão,
projeto gráfico, editoração e capa:
Lafgraf Design Editorial

Ficha Catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Os médicos de Cangaíba : viver é gostar de gente /
Judith Patarra, organizadora – 2. ed. – São Paulo

1. Comunidade de Cangaíba (SP) - Aspectos
sociais 2. Humanismo 3. Médicos voluntários -
História 4. Solidariedade 5. Trabalho voluntário
6. Voluntariado I. Patarra, Judith.

12-03006

CDD-361.3709

Índices para catálogo sistemático:
1. Médicos de Cangaíba : São Paulo : Cidade :
Trabalho voluntário : Bem-estar social :
História 361.3709

Agradecimento

Oferecemos este livro a todos que se dedicaram
e se dedicam à solidariedade humana
e a construir a justiça social em nosso país.

Os médicos de Cangaíba

“Compadre meu, Quelemem, dizia: Viver é muito perigoso.”
(João Guimarães Rosa, *Grandes Sertões, Veredas*)

Sumário

| | |
|-------------------|----|
| Apresentação..... | 11 |
| Prefácio..... | 13 |

Capítulo 1

| | |
|-----------------------------|----|
| Os médicos e os padres..... | 17 |
| Na cela do Dops..... | 19 |
| Missa..... | 22 |
| Depoimentos..... | 23 |
| Gilberto Natalini..... | 25 |
| Walter Feldman..... | 39 |
| Henrique Francé..... | 43 |
| Sueli Lourenço..... | 47 |
| Paulo Mourão..... | 49 |
| Regina Medeiros..... | 52 |
| Cela 6..... | 54 |
| Júlio Cesar..... | 58 |
| Daniel Klotzel..... | 67 |
| O grupo..... | 71 |
| Sindicalistas..... | 76 |
| Nacime..... | 77 |
| A caminho de Cangaíba..... | 88 |

Capítulo 2

| | |
|---------------------------|-----|
| João Chile..... | 91 |
| Padre João Bernardo..... | 99 |
| Atendimento..... | 102 |
| Valiosos auxiliares..... | 105 |
| Maria Borges..... | 106 |
| Maria Tura..... | 108 |
| Nena..... | 109 |
| Marly / Nega..... | 110 |
| João Artur / Coração..... | 111 |
| Pastoral..... | 114 |
| Solidariedade..... | 119 |
| Exército..... | 132 |
| Laia..... | 134 |
| Amigos..... | 135 |

Capítulo 3

| | |
|---|-----|
| Vasectomias..... | 137 |
| Adelina..... | 139 |
| O postinho das Marcelinas..... | 142 |
| Ampliação..... | 144 |
| Desapropriação..... | 146 |
| O lixão..... | 148 |
| <i>O Movimento do Custo de Vida</i> | 149 |
| <i>Caso comum</i> | 156 |
| Sem pastoral..... | 158 |
| Associação Popular de Saúde..... | 163 |
| Oscar Niemeyer / Encontro de saúde..... | 174 |
| <i>Caso comum em todas</i> | 180 |
| Parque Savoy..... | 187 |
| <i>Encontro Popular de Saúde</i> | 190 |
| Rompimentos..... | 196 |

Capítulo 4

| | |
|--|-----|
| Despertar..... | 201 |
| Alunos e residentes..... | 206 |
| Luta de um povo..... | 213 |
| <i>Movimento Contra a Carestia</i> | 219 |
| As mulheres..... | 223 |
| Anistia e partidos políticos..... | 229 |
| Favelas..... | 234 |
| Invasões..... | 239 |
| Mudanças..... | 243 |
| Novos tempos..... | 248 |
| Os revisionistas..... | 254 |

Capítulo 5

| | |
|------------------------------------|-----|
| Mutirões..... | 257 |
| Elizete..... | 259 |
| Ipiranga..... | 264 |
| Elcita..... | 266 |
| Destino Himalaia..... | 269 |
| Choque albanês..... | 273 |
| Boleros, bebedeiras..... | 275 |
| Ouriços e pepinos do mar..... | 279 |
| Descanso, não..... | 281 |
| Sorradeira, fascinante..... | 285 |
| Propositivo..... | 288 |
| Prevenção..... | 291 |
| Sobrou solidariedade..... | 293 |
| O Estado de pé..... | 295 |
| O nó..... | 298 |
| O partido do SUS..... | 300 |
| Hospital Geral de Pirajussara..... | 304 |
| Sem Mercedes..... | 315 |
| Novos tempos..... | 319 |
| Reencontros..... | 321 |
| E hoje..... | 322 |

Apresentação

Médicos no coração do povo!

Os médicos do Cangaíba testemunham pela vida que “viver é gostar de gente”! Eu os acompanho desde o início dessa história contagiante e, a respeito deles, posso afirmar com Bertold Brecht: “Há homens que lutam um dia e são bons. Há homens que lutam um ano e são melhores. Há homens que lutam muitos anos e são muito bons; porém, há homens que lutam a vida inteira, e estes são os imprescindíveis”. Lá estão eles junto ao templo da paróquia Bom Jesus de Cangaíba, há 36 anos, em vibrante voluntariado, prestando serviços médicos à população carente da periferia.

A ideia, verdadeira epopeia, nasceu no coração de jovens médicos idealistas, atrás das grades da tortura nos anos de chumbo da ditadura militar! Jovens que saíam às ruas gritando por liberdade, “com fome e sede de justiça”. Jovens com paixão pelo povo esmagado por escandalosas injustiças sociais, sonhando com um Brasil livre, justo, fraterno. Jovens conscientes de que viver é gostar de gente, trombando com a infeliz afirmação do ditador

presidente João B. Figueiredo que “preferia o cheiro de cavalo ao cheiro de gente”. A Igreja os acolheu sem discutir siglas partidárias ou ideologias, irmanada em parceria a jovens que, talvez, sem o saber, alinhavam-se ao trabalho do Bom Jesus na construção do Reino de Deus, feito de justiça, amor e paz!

Aqueles jovens, hoje com os cabelos brancos, permanecem no Cangaíba, todos os sábados de manhã, prestando serviços médicos à população sofrida. Os ditadores presidentes da República nos tempos árdus da ditadura militar receberam de seus amigos “democratas” imerecidas homenagens com seus nomes dados a rodovias, “minhocão”, cidades até. Os médicos do Cangaíba, consagrados neste livro, têm seus nomes gravados nos corações agradecidos de milhares de pessoas, que percebem, no testemunho de seu abnegado e voluntário serviço, aquilo que dizia Charles Chaplin: “Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem se atreve... A vida é maravilhosa, não pode ser vivida de forma insignificante”.

Dom Angélico Sândalo Bernardino

Prefácio

Convidado por Gilberto Natalini para escrever o prefácio do livro *Os Médicos de Cangaíba*, recebi a incumbência com muita honra por ter sido lembrado.

Minha ligação com o movimento de Saúde da Zona Leste vem desde 1979. Naquela época, mobilizado pelas comunidades eclesiais de base, com a impressionante figura de dom Angélico Sândalo, participei de inúmeras assembleias populares, durante as quais acumulei uma preciosa experiência que me acompanha ao longo da vida e me permitiu entender o *apartheid* social da grande metrópole. Foi quando, percebendo a luta dessas populações da periferia, criei a frase: “O problema do pobre não é ele ser pobre, é que os amigos dele também são pobres”.

Lembro-me da primeira reunião que participei no Parque Savoy City, quando os organizadores impediram que um vereador discursasse e o fizeram retirar-se às pressas. Seguiram-se muitas outras reuniões, entre elas a de São Mateus e Jardim das Oliveiras, das quais guardo lembranças agradáveis.

São Mateus originou o Plano Metropolitano de Saúde. A população, reunida em frente à igreja, queria que eu assinasse um compromisso de construir sete centros de saúde. Ao me recusar a

assinar, fui saudado por prolongada vaia. Terminando, expliquei que não assinava porque não estudara a área, e propus que uma comissão viesse à Secretaria. Surgiram gritos de “marque a data”, “marque a data”. Retruquei: “amanhã”. Aí os organizadores disseram: amanhã não dá tempo. Pedi então que eles marcassem a data. Ficou ajustado para quarta-feira, quando – recebidos pelos assessores José da Silva Guedes e Roberto Barradas – nasceu o Plano Metropolitano de Saúde, que propunha a criação de mais de 400 centros de saúde e 40 hospitais. Ainda na minha gestão, foram construídos, na região de São Mateus, 12 Unidades Básicas de Saúde (Ubes), cada uma com um conselheiro da comunidade; e o Hospital de São Mateus.

Na reunião do Jardim das Oliveiras, eu me atrasei e, ao chegar, encontrava-se com a palavra dom Angélico, que criticava a ausência do secretário. Terminando sua fala, apresentei-me, pedindo desculpas pelo atraso, e seguimos com a reunião.

Das muitas outras reuniões das quais participei na Zona Leste, como secretário, a impressão mais marcante foi sem dúvida a de Cangaíba. Compareci, em setembro de 1979, ao Centro Social da Igreja, com o conforto de já ter autorizado a construção do Posto de Saúde que pleiteavam, e travei o primeiro contato com um grupo de jovens médicos que se dedicava ao trabalho voluntário e me causou a melhor impressão.

Ao longo do tempo, acompanhei as trajetórias desses jovens médicos, como Francé, Natalini, Feldman, Nacime, e outros mais, todos citados com detalhe no livro. Em 95, já como ministro, tive a honra de comparecer ao Centro Social da igreja e receber o apoio na batalha que travava no Congresso pela CPMF.

Outra vez mantive contato quando implantamos, em Itaquera, associados às irmãs Marcelinas, o primeiro módulo do Programa de Saúde da Família em áreas metropolitanas, com a participação da Rosa Barros e do Francé.

Finalmente, em 2011, participei da cerimônia de celebração dos 35 anos da atuação dos membros médicos que construíram

a obra magnífica iniciada em 1976. A missa foi celebrada pelo mesmo bispo, dom Angélico Sândalo, que rememorou toda a longa trajetória do grupo de idealistas que travou a mais linda e preciosa batalha, contada neste livro com detalhes absolutamente emocionantes.

Não posso deixar de cumprimentar, efusivamente, esses médicos de Cangaíba pelo exemplo que deixam, agora registrado nesta obra, para servir de reconhecimento pelo que fizeram e de estímulo para os jovens que os seguirão.

Professor Adib Jatene (In memoriam)

Capítulo 1

Os médicos e os padres

As paredes brancas da igreja refletiam a luz do sol de verão, filtrada pelos estreitos vitrais coloridos com cenas da vida de Jesus. Eram três horas da tarde de 15 de dezembro de 2001. Tudo parecia claro e iluminado ao começar a cerimônia. Veio da senhora, no púlpito à frente, próxima do altar enfeitado de flores, a acolhida. Era Lourdes Bezerra, professora que ajudava nos trabalhos do Centro Social da igreja desde o seu início, em 1971.

“Hoje, a paróquia Bom Jesus do Cangaíba está em festa. Celebramos a missa do Jubileu de Prata – 25 anos do *Atendimento Médico Voluntário*. Comemorar e relembrar a história é necessário, pois, revendo o passado, ganhamos força para viver o presente e entusiasmo para enfrentar o futuro.”

Os médicos que ocupavam as primeiras fileiras da igreja lotada, todos, então, em torno dos 50 anos, ouviram comovidos. Conheceram-se, ainda estudantes, na Escola Paulista de Medicina, e constituíram um sólido grupo de amigos. Um deles era o vereador Gilberto Natalini, importante liderança, então no PSDB, na Câmara Municipal de São Paulo, até hoje voluntário

do ambulatório da igreja. Outro, o deputado Walter Feldman, na época presidente da Assembleia Legislativa do Estado, cuja bem sucedida carreira política começou estimulada por Natalini. Sentados, semblantes enternecidos, estavam ainda os médicos Paulo Mourão, Júlio, Daniel, Francé e Nacime.

Na igreja repleta, dominada pelo burburinho respeitoso e emocionado, estavam presentes ainda vários amigos, moradores do bairro, pacientes, lideranças da região, além do então secretário municipal da Saúde de São Paulo, Eduardo Jorge; do então ministro da Saúde, José Serra; e do deputado estadual, Edson Aparecido. Presente também o colega de turma de Francé, dr. José Luís Gomes do Amaral, à época presidente da Associação Paulista de Medicina, ex-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB) e, posteriormente, presidente da Associação Médica Mundial.

A experiência do grupo – que iniciou, em 1976, o atendimento médico da Igreja de Cangaíba, bairro já centenário, um dos distritos mais velhos da Penha – atraiu grande número de profissionais da saúde e colaboradores, participando da história da Zona Leste de São Paulo, verdadeira cidade com cerca de três milhões de habitantes. Fortemente motivados e sem interrupção, os jovens médicos vincularam a luta por saúde a melhores condições de vida, à democracia e ao combate contra o poder discricionário da época, fortalecendo o sentido de cidadania e o envolvimento político da região.

“Deve-se aos médicos de Cangaíba uma grande contribuição à saúde brasileira. Não se tratava só de assistencialismo. A realidade exigia o que cumpriram muito bem: dar passos na conquista de uma política social de saúde”, testemunha o padre diocesano Antonio Luiz Marchioni, da igreja São Francisco de Ermelino Matarazzo, há 25 anos na Zona Leste, onde é conhecido como padre Ticão. “Historicamente, impulsionaram a definição de políticas públicas de saúde, levando à criação de hospitais e postos de saúde. Em 2001, celebrei os 20 anos do Posto de Saú-

de em Vila Granada. Enquanto estive naquela paróquia, recebi inúmeras vezes para as palestras que vinham dar à população. Mostravam *slides*, filmes. Explicavam. Provocaram reflexão e práticas de saúde de qualidade, não só na Zona Leste, mas na cidade de São Paulo”.

“O que impressiona é que um grupo se manteve fiel, mesmo mudando a sua caminhada de orientação política, ideológica, sua presença na cidade. Mantiveram o serviço no Cangaíba. Acredito que eles, jovens, ao entrarem no trabalho, conheceram o povo, e o sonho se fez realidade, compromisso. Permaneceu”, destaca o padre Luiz José de Almeida Souza, responsável pela paróquia Bom Jesus do Cangaíba desde 1981. “Admiro-os no que têm em comum, o amor à vida, a solidariedade com as pessoas. Trazem esperança ao povo. E admiro-os no que têm de próprio: Natalini levando a luta a um campo maior, da cidade, da nação; Nacime com a sua presença constante. E Francé, que impressiona a todos – é um sinal. Atende a qualquer chamado, pronto sempre a servir com o seu amor”.

Na cela do Dops

Tudo começou em 1972, dentro de uma cela do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), quando se encontraram dois sobreviventes da tortura, inconformados com a ditadura instalada pelo golpe de 1964 – o estudante de Medicina Gilberto Natalini e o operário João Chile. Pouco antes de saírem da cadeia, durante uma das discussões que os presos organizavam na cela, o operário desafiou o estudante: “você não é cuidar dos ricos quando se formarem. Só estão pensando no povo agora, jovens cheios de ilusões”. Natalini, de imediato, compreendeu que não havia ali uma provocação inconsistente. Chile pensava no contexto social de cada um. “Nosso compromisso é profundo”, assegurou. “Prometo que vamos procurar você quando a gente se formar”.

E assim foi. Os jovens médicos recém-formados, entre os quais alguns ainda estudantes, como Walter Feldman, Sueli Lourenço,

Daniel Klotzel e Júlio Cesar Rodrigues Pereira, organizaram o *Atendimento Médico Voluntário da Igreja Bom Jesus do Cangaíba*. Contaram com o apoio do bispo da Zona Leste II, dom Angélico Sândalo Bernardino; dos padres à frente da igreja – João Bernardo, Cláudio, Rogério e Marcelo, todos já falecidos; além da valiosa ajuda das senhoras do bairro, que até hoje prestam trabalho voluntário.

Pelas salinhas de consulta do ambulatório continuam passando, todos os sábados, dezenas de pessoas, somando-se dezenas de milhares de consultas e retornos ao longo dos últimos 40 anos, pois o ambulatório teve seu início em janeiro de 1976. As atividades não se limitaram ao atendimento médico. O grupo logo passou a dar cursos sobre saúde, preparou e distribuiu cartilhas, fez palestras, tanto no Cangaíba como em outros bairros da Zona Leste. Por intermédio dos padres e graças à competência de Paulo Mourão em elaborar projetos, obteve recursos da Misereor, organização da Igreja Católica, fundada em 1958, com o objetivo de ajudar a combater a fome e a enfermidade no mundo.

Montaram quatro audiovisuais e dois filmes: *Um caso comum* e *A luta do povo*, estes dirigidos pelo produtor e cineasta Renato Tapajós. Abordavam questões de saúde, educação, custo de vida, greves por salário, entre outras, com roteiro dos próprios médicos. Serviram de instrumento para induzir as pessoas a opinarem e a debater questões sociais, políticas e econômicas. O objetivo era cuidar do povo e promover consciência política. Insistiam que a carestia se relacionava diretamente com a política e o regime militar.

Transmitiram a ideia do médico generalista, de vínculos estreitos com a população, que trabalha junto a uma equipe multidisciplinar, modelo de grande sucesso em Cuba, e, hoje, um conceito posto em prática no Brasil inteiro no *Programa Saúde da Família*. Ingressaram na Pastoral da Saúde da Zona Leste e expandiram o trabalho para outras paróquias. Walter Feldman e Sula foram para o Itaim Paulista e São Miguel. Gilberto Natalini, o coordenador do grupo desde os tempos da Escola Paulista de

Medicina, ficou no Cangaíba, com Henrique Francé, Paulo Mourão, Walter do Nascimento e, mais tarde, Nacime Mansur; Daniel Klotzel e Júlio Cesar Rodrigues Pereira seguiram para Artur Alvim, enquanto, posteriormente, em Itaquera, ficaram Antonio Carlos Campos Lilla e sua futura esposa Rita, Chiquinho (José Francisco Filhou José), José Eduardo, Neusa, Linda e Nelza Shimadzu, que se tornou esposa do médico João Ladislau Rosa.

Em cada bairro davam cursos de saúde, distribuíam as apostilas e motivavam as pessoas a ver os filmes, exibidos em casas, nas ruas, nas igrejas, em portas de fábricas, nos quintais ou em qualquer lugar onde encontrassem um espaço para pendurar a tela ou o lençol. Insistiam: vocês têm direito à higiene, prevenção, salário, esgoto, transporte, educação e a melhorias específicas em cada bairro. Tudo depende de democracia, da participação e da luta do povo.

“Entre as coisas que mais me impressionaram”, relatava o padre João Bernardo, “foi a persistência deles, a atenção e o valor que davam às pessoas. Organizavam o bairro em pequenos grupos, nas casas de família. Faziam palestras, rodavam os filmes, vinham do centro em noites frias de inverno, depois de um exaustivo dia de trabalho ou de estudos, falando com empenho como se na plateia estivessem duzentas pessoas; e, às vezes, eram só três ou quatro os presentes.”

O trabalho, verdadeiro fermento social, resultou na multiplicação de núcleos semelhantes na Zona Leste e, depois, na Zona Sul de São Paulo. Inspirou e se somou às ações de outros médicos. Eduardo Jorge, ex-deputado, com larga contribuição à saúde pública, autor da Emenda Constitucional 29, vinte anos mais tarde secretário de Saúde do Município de São Paulo e, posteriormente, secretário do Meio Ambiente, foi um deles. Gerou um grande movimento de saúde, que influenciou na mobilização da Zona Leste na luta pelas *Diretas-Já*, nos anos finais do regime militar.

Roberto Gouveia e Carlos Neder – maiores entusiastas e defensores da ideia – participaram da luta juntamente com Eduardo Jorge, de onde surgiram e foram institucionalizados os conselhos

gestores de saúde. Organismos tripartites – eleitos pelos médicos e profissionais da saúde, pela administração e pelos usuários – foram planejados para fiscalizar as unidades de saúde.

O grupo do Cangaíba envolveu-se também no *Movimento do Custo de Vida* na Zona Leste, amparado pela igreja, que se agigantou: o encerramento, com um grande comício na Praça da Sé, reuniu cerca de 20 mil pessoas reivindicando o congelamento dos preços e aumento de salários.

Missa

Mas naquele dia estavam todos em silêncio, assistindo à missa. Dali a pouco iriam para o Centro Social, nos fundos da igreja, local de inúmeras reuniões, assembleias populares, cursos de saúde, palestras, além do curso supletivo, do qual o grupo participava ministrando aulas. Sentados no palco receberam placas comemorativas, observando com alegria mais de três centenas de pessoas distribuídas pelas mesas no grande salão, a maioria pacientes do atendimento médico. Falou, entre outros, o então ministro da Saúde, José Serra, que conhece a todos desde a década de 70. Visitou-os depois de voltar do exílio, em 1978, para apoiar a campanha contra a carestia.

“O padre João Bernardo disse que a gente pode tudo”, discursou Serra. “No Brasil isso ainda não acontece porque a população não acredita que pode tudo. Mas no Ministério da Saúde provamos que dá para fazer bem mais do que se acreditava: os genéricos, a luta contra o tabagismo, questões ligadas à saúde da mulher. Não podemos ser um país que substituiu a escravidão pela desigualdade. Aqui, todos são voluntários – pessoas que buscam sua felicidade ao diminuir o sofrimento dos outros, proporcionando um pouco de felicidade. Essa é a essência do Evangelho. Aqui somos todos praticantes, independentemente do que se professe ou pratique.”

Sucessivamente, naquela comemoração, vários dos médicos e autoridades, falaram aos presentes:

Eduardo Jorge – *Há 25 anos, ao terminar a Residência no Hospital das Clínicas de São Paulo, fui para Itaquera e me encontrei com os médicos de Cangaíba na igreja de São Miguel. Já discutíamos intensamente a necessidade de reformar o sistema de saúde brasileiro. Eram castas. A burguesia tinha sua medicina paga, os trabalhadores e funcionários públicos, os seus sistemas. Mas a imensa maioria da população era excluída: donas de casa, camponeses, desempregados, ambulantes e aposentados.*

Na Constituição democrática de 1988, foi esse lindo trabalho do Cangaíba que deu conteúdo à discussão. Desde então as pessoas acertaram, erraram, consertaram, mas na Saúde, que precisa de união, manteve-se a unidade. Todo o mundo sabe que sou de outro partido, do PT. Pessoas como Natalini, Francé, aqui há 25 anos trabalhando, mostraram o caminho para o Brasil ter um sistema de saúde humano e decente. E José Serra, que não é médico, assumiu a tarefa no Ministério da Saúde e cumpriu à risca, colocando sua competência a serviço dessa política do Sistema Único de Saúde, que não é de partidos, é da Constituição, do Brasil”.*

Walter Feldman – *Hoje fazemos política institucional, Gilberto, Eduardo Jorge e eu. Sabemos que não é simples, lidamos com interesses, dos mais nobres aos mais obscuros e piores, que governam há séculos. Mas nós nos envolvemos porque gostamos de gente, do povo, das pessoas. No passado brigamos, nos separamos. Júlio foi dos que mais chorou. Gilberto também. Chorávamos de fato, porque é assim que se expressa o sentimento humano. Tudo o que aconteceu foi maravilhoso e precisa ser registrado. Mas não queremos que seja história e sim que continue, pois é um trabalho de organização também, que ajuda o povo a lutar por seus interesses. Uns estão carecas, outros barrigudos, mas a convivência continua a mesma.*

*Eduardo Jorge saiu do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2004 e ingressou no Partido Verde, tornando-se secretário municipal do Meio Ambiente de São Paulo, na gestão do prefeito José Serra.

Dr. Carlos Alberto Machado, representante do então secretário de Estado da Saúde de São Paulo, José da Silva Guedes – *Aqui foi fundada a primeira Associação de Pacientes Hipertensos. Atualmente não existe trabalho igual no mundo, de intervenção nos fatores de risco das doenças cardiovasculares. Gilberto falou: “vamos formar uma força-tarefa para controlar a hipertensão e o diabetes no Brasil”. Contamos com o apoio do Francé, na época gestor do SUS da Zona Leste. Devemos muito a esses profissionais.*

Nacime Mansur – *Sempre trabalhei com alegria, com crença na humanidade. Aqui estão pessoas amigas, honestas, profundamente solidárias e com larga visão social.*

Aqui aprendemos a ser médicos no sentido mais integral e a viver as relações sociais da saúde e suas determinantes. Aqui se exercita naturalmente o pensamento e a construção coletiva; e valoriza-se o bem comum. Expressão e síntese disso tudo é o Francé. Se existe um médico no sentido mais puro da palavra é ele, que vai às casas, atende a todo mundo com carinho, atenção e, ao mesmo tempo, é um agente importante de ação e visão nas políticas públicas. Foi ele que defendeu o projeto do médico de família quando ninguém acreditava, foi o responsável pela defesa e manutenção do Programa. Aqui no Cangaíba estão os lastros, as raízes que continuaram nos impulsionando pela vida afora.

Henrique Francé – *No início, éramos jovens e queríamos mudar o mundo a partir de Cangaíba. Logo nos envolvemos nas questões sociais, nas lutas políticas. Recolhemos 4,5 toneladas de comida para os metalúrgicos em greve. Passamos filmes sobre saúde umas 500 vezes. Às vezes, não tinha parede, nada, eram beiras de córregos.*

Crianças ficavam segurando um pano branco, alguém fazia uma gambiarra, e a gente passava. Depois a gente explicava, debatia. Mas as coisas que marcam são exemplos como o da senhora, velhinha, que me disse outro dia: ‘doutor, há 20 anos eu estava em casa, sozinha, com a nevralgia que dói tanto; ajoelhei-me e pedi para vir um anjo. Ai alguém me falou do senhor.’ Ter ajudado essa senhora... para nós é o que vale. Em outro caso, eu não sabia que o paciente mo-

rava debaixo do viaduto. Não vinha ao ambulatório devido à paralisia nas pernas. Como esse cidadão vai ao médico? O médico tem de ir até ele. Nesses anos todos ajudamos algumas pessoas e demos o exemplo para a construção do SUS, um Sistema Único de Saúde que o governo tinha de assumir.

Júlio Cesar – *Queríamos, como disse o padre João Bernardo, conscientizar, organizar, unir. Deu certo. Viemos para cá em 1976. De 1978 a 1980 estouraram as greves operárias. Logo acabou a ditadura, ainda que sem diretas.*

O fabulista La Fontaine conta a história de um galo, Chanteclair, que acordava apressado para cantar e o sol nascer. Um dia, atrasou-se e o sol já nascera. Decepcionou-se e aprendeu que o sol não nascia por causa de seu canto. No dia seguinte não cantou. O sol nasceu, mas sem o canto não tinha a mesma beleza. Nós éramos o Chanteclair. O fim da ditadura viria de qualquer forma. Só não seria tão bonito se não tivéssemos nos encontrado e sonhado.

Falaram outros, ainda. E foram saudados por um grupo de estudantes da Escola Paulista de Medicina que se ofereceu a continuar o trabalho, entre eles o filho de Nacime, também de nome Nacime, então no 6º ano de Medicina, na mesma Escola Paulista, hoje EPM/Unifesp. Muitos correram, brigaram e construíram, nesses 40 anos, inúmeras amizades, depois de se conhecerem na faculdade. O curioso é que os médicos de Cangaíba, como ficaram conhecidos, têm, de certa maneira, uma história de vida semelhante. Vieram do Interior e enfrentaram dificuldades econômicas. Quase todos sentiram solidão e tiveram problemas em adaptar-se à grande cidade.

Gilberto Natalini

Urbano Natalini, pai de Natalini, era boiadeiro no Interior de São Paulo. Em uma de suas múltiplas viagens conheceu Janete, que morava em Macaé, no Rio de Janeiro, filha do proprietário de uma padaria da Pavuna, Alfredo Tanos e de Malaqui.

Pastor de ovelhas libanês que emigrou para o Brasil em 1919, Alfredo, também chamado Farid, avô materno de Natalini, teve um casal de filhos, Cândido e Maria, antes do casamento. Mas quando chegou a idade de se casar, recebeu do Líbano a jovem de 15 anos, Malaqui. Antes dos próprios filhos, Camil, Jair, Geni, Janete, Jamil, Marli, Amil, Alfredo, a recém-casada criou os do marido como se fossem seus.

Urbano Natalini e Janete Tanos casaram-se e foram para o meio da mata em Jandaia do Sul, no Paraná. Ajudariam Rafael, pai de Urbano, empregado de um proprietário de terras, a desbravar a área para formar uma fazenda. Viveram em uma cabana de palmito, a duas horas de jipe da cidade. Janete ficou grávida. Pouco antes de dar à luz, Urbano levou-a à casa dos pais, no Rio. Por isso, Gilberto Natalini é carioca. Nasceu em março de 1952, descendente de libaneses do lado materno, italianos e negros de parte do pai: o bisavô, negro, casou-se com italiana. A filha, Jovita, casou-se com Rafael, italiano, e tiveram nove filhos: Urbano, Edhayr, Alceu, Antonio, João, Waldemar, Wanderlei, Nirvan e Paulo.

“Fui batizado na igreja da Penha, aquela de 365 degraus. Meu pai ficou no Rio por algum tempo trabalhando como motorista de caminhão e vendedor de livros. Quando fiz dois anos fomos morar em Lins (SP), onde meu avô Rafael administrava outra fazenda. Ali, em 1955, nasceu meu irmão Gilson”, conta Natalini. A família mudou-se em seguida para a capital, São Paulo. Urbano trabalhou até 1959, como zelador, em um prédio da Avenida São João, esquina da Alameda Nothman – o prédio ainda existe. Nesse ínterim, Rafael, que poupava o suficiente com seu trabalho, comprou uma casa no Bosque da Saúde, bairro da Zona Sul de São Paulo.

Em 1959, a família de Urbano mudou novamente, dessa vez para Campos dos Goytacazes, a 100 km de Macaé, no Rio de Janeiro, pois Janete quase adoecera de saudade dos pais. Urbano conseguiu trabalho como balanceiro de cana na Usina São José e tornou-se responsável pelo transporte da usina.

Natalini e Gilson passaram a infância mais ou menos soltos. Subiam nas árvores atrás de frutas, disparavam sobre os cavalos ou pedalavam com força as bicicletas. Também faziam guerra de lama no quintal e jogavam futebol. Gostavam de caça, pesca e não demorou que, desenvolto, Natalini dirigisse o trator da usina e até a locomotiva a vapor que puxava os vagões de cana. No ano de 1963 nascia seu irmão mais novo, Urbano Natalini Filho.

A maquinaria desenvolveu seu interesse por motores. Decidido a construir uma locomotiva na oficina da fazenda, e contando com a cumplicidade dos operários, Natalini dedicou um ano ao trabalho. O momento de colocar a máquina em funcionamento ficou marcado: o engenho explodiu, destruindo a parede anterior do local. Felizmente ninguém se machucou, exceto o garoto, que enfrentou o castigo paterno. De outra vez, Natalini construiu um foguete cheio de pólvora coletada das bombas de São João. O míssil de fato subiu, talvez cem metros, antes de cair no canavial e incendiá-lo. Mais punição.

Não ficou nisso. Na escola interessava-se tanto por ciências que montou seu laboratório com alguns colegas em um dos quartos do casarão da usina, onde moravam. Mexiam com tubos de ensaio, experimentavam. Para sustentar as experiências, rifava brindes, frangos e vendia hortaliças, pessoalmente cuidando de suas aves e da horta. Parentes, vizinhos, amigos eram os compradores.

Quando rapazinho, Gilberto Natalini já tinha certeza de que seria médico. Admirava o tio pediatra, Euclides, marido de Marly, a irmã de Janete. Emocionava-o a bondade com que atendia os outros e seu mágico poder de cura. Crente de que o filho realizaria o sonho, o pai começou a juntar dinheiro para ajudá-lo. Na casa de outro tio, José Lira Madeira, do Partido Comunista em Macaé, aprendeu a ter gosto pelo debate. “Ele era marido de minha tia madrinha Geni e eu ia à casa dele brincar com os primos. Meu tio vivia questionando a religião e resolvi ler a Bíblia para entender. Depois disso, só atrás de discussões, passei a frequentar uma praça em Goytacazes onde os conservadores se encontravam depois da

missa, aos domingos. Um era padre, outro integralista, e havia o homem da TFP (Tradição, Família e Propriedade), muito conservador. Eu era o único a manifestar dúvidas: de onde Deus tirou a luz? Adão casou com Eva, teve dois filhos e casaram com quem para criar a humanidade? Os filhos casaram com a mãe? Às vezes enfrentava oito, dez pessoas. Mas eles gostavam de mim.”

Gilberto Natalini crescia e passou a ler jornais. O foco das preocupações mudou ao descobrir que o Brasil vivia sob uma ditadura militar. Completara 16 anos. Começavam as grandes passeatas estudantis. Indignava-se com o que concluía estar errado. Por que a polícia militar, no Rio, atirara com metralhadora para dispersar um protesto local contra os preços e a qualidade de um restaurante universitário, matando o estudante Edson Luís Lima Souto?

Os Natalini passavam os feriados de Natal e Ano Novo em casa dos avós de São Paulo. Gilberto Natalini, que tinha grande identificação com o avô Rafael e era o seu predileto, aproveitava para comprar os apetrechos do laboratório. Nada mais natural, portanto, do que lhe perguntar se poderia morar em sua casa para cursar Medicina. “Quero estudar aqui porque os melhores cursos do Brasil ficam em São Paulo”. Ele respondeu: “Claro que você vai ficar conosco.” A família toda era muito solidária. Os tios, Antonio, Nirvan, Waldemar, Wanderlei, João e Paulinho, além da prima Lucia Cristina, construíram, em mutirão, um quartinho nos fundos, a fim de garantir tranquilidade aos estudos do sobrinho.

Natalini chegou, em 1969, já bastante instruído. Lera muito. Fielmente acompanhava o noticiário dos jornais. O ano seria sombrio. Começara, na verdade, no dia 13 de dezembro de 1968, com o AI-5, que permitia ao Executivo fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos, demitir funcionários e juizes, decretar estado de sítio. Mais: proibia o Judiciário de apreciar recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do próprio AI-5 – paradoxo perfeito. E suspendia o *habeas corpus* em todos os crimes definidos como contrários à segurança nacional.

Sentia-se pessoalmente violentado com a censura estabelecida contra livros e jornais, seguida de múltipla suspensão de direitos políticos. Entrara em vigor o Decreto-lei nº 477, que restringia a participação política universitária. Logo seria lançada oficialmente a Operação Bandeirante (Oban), sinistro instrumento de repressão da ditadura militar. O mais cruel dos presidentes militares, Emílio Garrastazu Médici, tomaria posse em outubro. Do lado da resistência havia movimentação: o sequestro do embaixador americano, a decorrente libertação de presos políticos, a deserção de Carlos Lamarca e sete outros militares do quartel de Quitaúna, em São Paulo, com material bélico. Em novembro, morreria Carlos Marighella em uma emboscada.

Natalini matriculou-se no último ano do colegial e no cursinho; foi aprovado em um exame que lhe deu desconto nas mensalidades, pagas com esforço pelo pai. Decidido a dar tudo de si, estudava obsessivamente. Não houve sábado, domingo, cinema, namorada. E passou, com apoio e torcida da família inteira, em primeira opção, na Escola Paulista de Medicina. Não completara os 18 anos. “Foi uma festa lá em casa. Meu pai lutou tanto, investiu anos de trabalho e de economias. Esforçou-se demais, tinha uma úlcera que doía sem parar. Mas eu dei a ele a satisfação que merecia, passar no vestibular, um filho de operário. Até do Coveiro de Macaé, militante comunista, ganhei presente. Ele me disse que não tinha dinheiro para comprar nada, mas estava muito contente e queria me dar um presente. Serviria aos meus estudos, explicou. Aí, entregou um esqueleto. Decidi que era mulher. Passava a chamar-se Gertrudes. Trouxe-a para o meu quartinho.”

No começo sofreu. Sentia-se deslocado, rapaz do Interior na turma de 120 alunos de classe média e alta, talvez três ou quatro filhos de operários. Não conhecia ninguém. Sem amigos, São Paulo era uma cidade difícil. Mas recebia o carinho dos avós, tios, tias e primos. Um dos tios, deficiente devido à paralisia infantil, tratava-o como filho. “Era o Alceu, pessoa fantástica, meu amigo do peito. Consertava relógios. Também a avó Jovita me apoiou

intensamente. Tive muito, muito carinho. Minha família foi impressionante. De profunda solidariedade. E eu vivia estudando. Minha tia Edhayr se matava por mim, foi uma segunda mãe.”

A saudade dos pais, irmãos e amigos do Rio doía. A falta de dinheiro dificultava tudo, principalmente a compra dos livros, caríssimos. Só no segundo ano obteve algum desafogo, quando conseguiu o cargo de monitor. Dava aulas de neuroanatomia e farmacologia aos alunos do primeiro ano; depois, ensinou anatomia e patologia clínica. Recebia um salário mínimo. Com o dinheiro que o pai mandava, mantinha-se. Aos poucos sentiu mais segurança. No final do primeiro ano começou a fazer amizades e a sair para beber cerveja, conversar, às vezes ir ao cinema, a alguma festinha. Integrava o que chama de tribo dos mais simples, entre eles Walter do Nascimento.

Os jovens estudantes atravessavam os piores anos de repressão política. A resistência que acreditava na luta armada era, desde 1969, devastada por prisões, torturas e mortes. Assaltos a bancos eram frequentes. Sequestros de diplomatas estrangeiros – o cônsul do Japão em São Paulo, os embaixadores alemão e suíço no Rio, todos em 1970 – visavam soltar companheiros de militância presos. Havia um pequeno clima de revolta na Escola Paulista de Medicina, porém muito restrito. A maior parte dos alunos e professores não se envolvia em política.

Vivia-se o “milagre econômico” (1968 – 1973), quando o País teve taxas de crescimento de dois dígitos graças aos investimentos estrangeiros e de estatais, baseados em empréstimos. O mote era esperar crescer o bolo antes de dividi-lo, justificando o desnível de renda entre os mais ricos e os 80% mais pobres. A classe média, à qual a maioria dos alunos pertencia, conservou e até subiu um pouco sua quota na distribuição de renda.

Na Escola Paulista de Medicina, as atividades extracurriculares dos alunos dividiam-se entre a Associação Atlética e o Centro Acadêmico Pereira Barretto. A Atlética congregava os estudantes que gostavam de esportes, em geral indiferentes à situação do

País e de posições conservadoras. O Centro Acadêmico agitava-se com os alunos atraídos pela política universitária, de esquerda e de direita. Os amigos de Natalini não demoraram a reconhecer-se politicamente de esquerda. Concordavam que deveriam contribuir para mudar o Brasil. Tinham de atuar contra as desigualdades, erodir a censura e o clima de vigilância imposto pela ditadura. Admiravam Mao Tsé-Tung e Che Guevara, o ídolo. Idealistas, sem nenhuma vinculação com agrupamentos, queriam combater as injustiças sociais. O mais ativo era Natalini.

Aproximaram-se, pois, do Centro Acadêmico, adormecido desde a prisão de alguns alunos do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), fundado em 1968 pelo historiador Jacob Gorender e outros, com a premissa de que a burguesia nacional não tinha potencial revolucionário, ao contrário do que defendia o PCB, Partido Comunista Brasileiro, do qual se cindiram. Também ampliaram os contatos com os estudantes das repúblicas no entorno.

Em 1971, reorganizaram o Centro Acadêmico. Uma das atividades foi o jornal mural *Articulação*. “Procurei cinco escolas de Medicina, a USP, a Santa Casa, Mogi das Cruzes, ABC e Sorocaba. Com colegas dessas faculdades criamos o jornal comum. A gente se reunia para escrever. Tentamos retomar a questão da União Estadual dos Estudantes (UEE) e da União Nacional de Estudantes (UNE). Mas era tudo difícil, complicado, perigoso.” Envolveram-se na campanha contra o Decreto-lei nº 477, atacando o conceito do governo, segundo o qual “estudantes devem estudar e não se meter em política”, apoiado pela imprensa conservadora. Outra mobilização foi para derrubar a novidade do Conselho Federal de Educação de que haveria cobrança de anuidades nas universidades federais a partir de 1972.

Ao mesmo tempo, o grupo do jornal *Articulação* desenvolveu a ideia de um encontro científico de escolas médicas, a fim de congregar estudantes em torno de questões científicas e, por tabela, sem aflorar claramente, debater política. As reuniões pre-



Panorâmica da missa de 25 anos de atendimento.
Dezembro, 2001



Homenagem do povo na missa dos
25 anos de atendimento médico do
Cangaiba. Dezembro, 2001



Missa de 25 anos do Atendimento
Médico de Cangaiba, em dezembro
de 2001. Da dir. para esq.: Natalini,
José Serra, Walter Feldman, Edson
Aparecido, João Chile. Daniel Klotzel
e Júlio Cezar no banco de trás



Festa dos 30 anos. Dezembro, 2005



Natalini, Francé e Nacime, com voluntários, na festa de 30 anos.
Dezembro, 2005

Valdemar, Nena, Nega e Vanessa. Festa dos 25 anos. Dezembro, 2001





Bolo de aniversário dos 25 anos de atendimento médico. Júlio Cezar, Walter Feldman, Vanessa, Gilberto Natalini, Marli, Paulo Mourão, Nêga, Nacime, Nena, Adelina, Francé, Maria Tura e Reis. Dezembro, 2001



Geraldo Alckmin, governador; Cláudio Lembo, vice-governador; José Anibal, Padre Ticão, Nacime e Gilberto Natalini, em ato no Cangaíba, em anúncio da USP Zona Leste – ano 2002. Local: Salão da Igreja do Cangaíba



Maria Tura, Nena, Natalini, Walter Feldman, Adelina e João Artur, cortam o bolo dos 30 anos do atendimento médico. Dezembro, 2005



Padre João Bernardo (celebrante) e Padre Luiz (2º a partir da esq.) na missa de 25 anos do ambulatório Médico do Cangaíba. Dezembro, 2001



Naciminho, Walter Feldman, Elgito e Nacime com alunos da Unifesp/EPM. Festa dos 25 anos. Dezembro, 2001

paratórias eram realizadas na disciplina de Medicina Social da Santa Casa, em ambiente reservado, oficiosamente cedido pelo professor Guedes. Discutia-se saúde pública e sistemas de saúde.

Chamado de Ecem, o encontro foi realizado, pela primeira vez, em 1971, no auditório da Faculdade de Medicina da USP. Os organizadores foram Natalini, José Antonio Marques, chamado “O Magro” e ex-diretor do hospital Pérola Byington; Paulo Elias, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP; Guilhermino e D’Ávila (Sorocaba), já falecidos; Luís Takaoka, Fátima (irmã da dra. Albertina Duarte, pioneira e inovadora no enfoque à saúde da mulher e do adolescente) e o Luiz Roberto Barradas Barata, que foi secretário de Saúde do Estado de São Paulo (falecido em 2010). “Na plateia, cerca de 30 pessoas; entre elas, no mínimo uns dez agentes do Dops (Departamento de Ordem Política e Social). Dois grandes momentos foram as palestras de Guilherme Rodrigues da Silva, do Partido Comunista Brasileiro, que foi titular de Medicina Preventiva da USP, já falecido; e a do conhecido sanitarista Carlos Gentile de Mello. Depois fizemos o segundo e o terceiro Encontro. Hoje o Ecem reúne seis, sete mil estudantes”, lembra Natalini.

Cida, a irmã de Paulo Horta, um dos amigos de Natalini, era ligada ao Molipo (Movimento de Libertação Popular), formado, principalmente, por universitários paulistas treinados em Cuba, sob a liderança de Antônio Benetazzo, estudante de arquitetura. Mais da metade foi morta, entre eles Benetazzo. Em 1973 aquele movimento já não existia. O grupo nasceu de uma cisão da ALN (Aliança Libertadora Nacional), organização saída das fileiras do PCB, dirigida por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Pregava a guerrilha e atos terroristas para primeiro chegar à libertação nacional e, em segunda etapa, ao poder socialista.

Cida, que cursava Ciências Sociais, na época em que a Faculdade de Filosofia da USP ainda ficava na rua Maria Antônia, e se casaria com o advogado Luiz Eduardo Greenhalg, pediu aos amigos que distribuíssem o jornal clandestino da organização. O

grupo concordou e, paralelamente, promoveu debates informais entre os alunos. Sabiam que havia delatores, talvez alunos policiais. Tomavam certas precauções, sem, contudo, dar excessiva importância ao fato. Envolveram-se, também, com o drama de Celso, irmão de Paulo Horta, estudante de cursinho que fora preso por ligação com a ALN. Mas continuavam independentes, sem vincular-se a nenhuma organização.

A certa altura, Gilberto Natalini organizou uma coleta de dinheiro e remédios para a guerrilha do Araguaia, cujo assentamento no local fora iniciado em 1967 por militantes treinados na China – operação do PC do B (Partido Comunista do Brasil), uma cisão do PCB, na época alinhado ao Partido Comunista da China. Os guerrilheiros tinham enfrentado vitoriosamente o Exército por duas vezes, em 1972, antes da derrota em 1973.

O pior aconteceu em meados de 1972, depois que Natalini entregou o jornal do Molipo a um rapaz preso, em seguida, no Mato Grosso. Torturado, mencionou vários nomes. Natalini descobriu, depois de preso, que agentes secretos o vinham seguindo há um mês. Mais tarde viu as fotos. Fora clicado até ao estudar na biblioteca da escola. “Fiquei desesperado, pois não tinha detectado nada. Bem, mesmo com tudo isso não conseguiram perceber ou documentar nenhuma das minhas atividades políticas. Mas... saí de casa um dia, caminhei até o ponto de ônibus para ir à faculdade. Quando dobrei a esquina, encostaram junto ao meio-fio duas peruas Veraneio do Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), novo nome da OBAN. Lá fui eu. Não me bateram porque inventei que achei os jornais no banheiro. Sabendo que fariam uma busca, adiantei: tinha mais no meu quarto. Fiquei três dias preso. Minha família, desesperada, não sabia onde eu estava”.

Recebeu o alvará de soltura e voltou para casa com meia dúzia de desconfiados agentes, que fariam a apreensão dos jornais restantes. Não havia jornal algum. Na época, quando alguém sumia, colocavam-se logo duas possibilidades: a pessoa se decidi-

ra pela militância na clandestinidade ou fora presa, se é que não assassinada. Por isso, alguns colegas correram à casa de Natalini, falaram com a tia Edhayr e esconderam, na casa de um dos tios, livros, jornais, panfletos e até o esqueleto.

“Quando cheguei, a minha tia, sem entender que os homens eram da repressão, contou que tais e tais amigos tinham levado as coisas. Os policiais não só anotaram os nomes como comecei a apanhar ali mesmo. Mas isso não foi nada. Bateram no rosto de minha avó, de 70 anos! Chutaram meu tio!”, indigna-se. Metade da equipe conduziu-o de volta ao Doi-Codi, onde imperava a ilegalidade. Não se registravam as detenções nem havia processo. Os outros policiais seguiram à casa do outro tio e o levaram com a mulher e a filha. Sofreram até que os torturadores aceitassem suas explicações.

Na sequência, 11 estudantes da Escola Paulista de Medicina foram presos, alguns apenas porque eram amigos. Dos integrantes do grupo, além de Gilberto Natalini, enfrentaram a tortura no Doi-Codi Paulo Horta, Zezito (José de Santi), José Augusto de Oliveira (José Galinha), Dirceu Diniz, Moisés Chaim, Lucilio, José Teles, Antonio Luís Caldas e Walter do Nascimento.

Paulo Mourão não se esquece daquela noite. “Morávamos em um apartamento perto da Escola Paulista, no segundo andar. Os homens vieram em uma sexta-feira e prenderam duas pessoas. Sabe aquele negócio do indivíduo bater na porta, entrarem três ou quatro armados, com a metralhadora apontada para o Natalini, usado como refém. Ameaçavam: qualquer reação, você é o primeiro a morrer. Muito assustador! Eu não sabia se os colegas eram vinculados a alguma organização, nada. Lembro que no rádio ligado começava a “Hora do Brasil”, 7 horas da noite. Desligamos o aparelho. Foi a imagem que se fixou.” Na segunda-feira seguinte voltaram para buscar mais um. Sobraram três no apartamento. “Um dos nossos ia dar plantão. Fomos junto com ele, que viessem nos prender no hospital. Não vieram. Realmente tive grande medo naquela noite, mas a partir daí não tive mais.”

Walter Feldman

Assim que entrou na Escola Paulista de Medicina, Walter Feldman ouviu falar de Gilberto Natalini. Não demorou a vê-lo, estudando na biblioteca, cercado de colegas no Centro Acadêmico, ou a organizar alguma atividade política. Mas ainda não se aproximaram. A distância entre um calouro e um terceiro-anista era quase intransponível. Em agosto, a notícia da prisão de Natalini e dos outros assombrou os estudantes. Chocado, Feldman sentiu aumentar a reverência por ele – um colega que não se conformava com a ditadura militar, um combatente contra a desigualdade social.

Ver a esquerda com bons olhos provinha da influência de Paulo Feldman, seu pai, que pertenceu ao *Bund*, organização marxista de operários judeus na Polônia. As dificuldades nunca o impediram de estudar. Autodidata, além de ídiche e polonês, línguas maternas, falava português, hebraico, russo e alemão. Aprofundava-se em filosofia e na Bíblia. Chegou a organizar uma escolinha de hebraico e de religião sem ser religioso; era um tradicionalista. Foi um dos fundadores do *Hashomer Hatzair*, movimento de jovens sionistas de esquerda.

Walter Feldman não se esquece do relato do pai sobre a sua chegada ao Brasil. “Ele veio com 23 anos da Polônia, em 1936. Não falava português e tinha de ganhar dinheiro para trazer os pais e os dois irmãos que ficaram, ameaçados por serem judeus. Ganhou de amigos uma peça de tecido para vender. Passava o dia tentando, em vão, pois não conseguia se comunicar. De tardezinha, sentado no meio-fio, chorava desconsolado: “como trazer meus pais e irmãos?” Passado algum tempo alcançou modesto êxito e passou a vender de tudo – tecidos, isqueiros, joias, o que fosse. Com grande esforço juntou o dinheiro para trazer os pais e um irmão. Para o outro não houve o que fazer e ele morreu no campo de concentração. “Meu pai devia ter um grande sentimento de culpa por fracassar aí. Simplesmente não arrumou o dinheiro. Evitava tocar no assunto e morreu falando o nome do irmão.”

A mãe, Fanny, nascida em 1925, veio da Letônia e trabalhava com um fotógrafo no Largo do Arouche, centro de São Paulo, até conhecer o marido. Casaram-se em 1950. Feldman, ou Waltinho, como também é conhecido, nasceu em 1954, no bairro paulistano de Vila Clementino, bem perto da Escola Paulista de Medicina, segundo filho. Com dois anos, e o irmão Abraão, 5, a família mudou para Itu, Interior de São Paulo. Fanny tocava uma lojinha de tecidos e disso a família tirou o sustento, apesar dos esforços do marido. Só na reta final da vida, Paulo Feldman melhorou de situação. Passou a vender móveis, o que lhe permitiu juntar certo patrimônio. Comprou algumas casas e um apartamento em Santos.

Walter Feldman, ao contrário do irmão, não pertenceu ao *Hashomer*. E, por timidez, não participava de atividades comunitárias. “Eu era muito certinho. Ia à escola, voltava para almoçar. Depois me fechava no quarto para estudar e ler. No fim do dia jogava bola com os amigos. Via televisão, recolhido. Sempre fui o primeiro da classe, ao contrário de meu irmão que repetia o ano, era bagunceiro, namorador, estava sempre fora de casa. Há algum tempo fomos visitar a escola em Itu. Lembravam-se dele. De mim, o aplicado, esqueceram.” Alegre, festeiro, enturmado, forte personalidade, conhecido de todos, estilo Golias como ressalta Feldman, comerciante como o pai, Abraão morreu precocemente de um câncer incontrolável. Tinha 43 anos. Deixou os filhos André e Luciana Feldman.

Os Feldman voltaram a São Paulo e Walter, adolescente, matriculou-se no Liceu Pasteur, onde estudara a mãe. Moravam perto, na Vila Clementino. O pai morreu em 1992, com 80 anos. Fanny continua lá. “Lembro pouco de meu pai em casa, sempre viajava a trabalho. Mas tive uma infância feliz, pois havia o necessário. Se eu quisesse certos livros, brinquedos, nunca me negaram. Talvez demorasse um pouco, pela falta de dinheiro. Mais tarde quis passar um período em Pernambuco. Deixaram. Resolvi fazer intercâmbio nos Estados Unidos com 17 anos. Apoiaram. Não nos mimavam nem se tratava de abundância, e sim do básico,

especialmente no sentido intelectual.” Nesse período já perdera a timidez e tinha uma boa turma de rapazes e garotas. Frequentava o Clube Hebraica e ia bastante a Santos.

Desde pequeno queria ser médico. Havia a influência da comunidade judaica, que valorizava a profissão. E, o que sempre o mobilizava, o ideal de ajudar os outros. Fez o cursinho junto com o terceiro ano colegial, entrou na Escola Paulista. Tinha 17 anos, formou-se com 23. Avaliou o primeiro ano da faculdade, 1972, como aborrecido – não havia contato com Medicina. Estudava estatística, biofísica, química, noções de anatomia, histologia e genética. “No máximo veem-se cadáveres. Eu nunca vira nenhum e não me choquei. Sou uma pessoa que se adapta bem, encaro as coisas com certa normalidade. Alguns colegas choravam, saíam da sala.”

O ano serviu para refletir. Feldman questionava-se sobre o sentido de sua vida. Deixara crescer o cabelo como os hippies e procurava-os para observá-los, compreendê-los. “Eu me sentia alguém que, após dedicar um longo período a conquistar o seu espaço e ter chegado à faculdade, se permitisse pensar um pouco. A ditadura militar vigorava com força, havia guerrilha e música popular. Sentia-me a um só tempo alienado e preocupado com política.”

Sempre analisador, buscando aprofundar o diálogo, durante as férias de fim de ano viajou com um amigo para Israel e alguns países europeus. “Percebi que não era o centro do mundo como em Itu ou no primeiro ano da faculdade. Perdi aquela visão existencial voltada para mim mesmo. Havia um mundo terrivelmente complexo e interessante a compreender. Questionávamos tudo, em um processo de politização. No *kibutz* em que ficamos e colhíamos laranjas, defendi posições até conservadoras: valeria a pena viver em uma sociedade fechada, com tudo absolutamente igualitário? E onde ficava o desenvolvimento individual? Polemizava, sempre gostei de estimular o debate, questionador. Embora contraditório, enriquece; é bom. Observamos a ditadura na Grécia, a liberdade na França. A viagem me transformou. Saí da redoma.”

Na volta, tentou analisar a escola. Pública e federal, portanto diretamente vinculada ao governo militar. Fechada, controlada pelo SNI (Serviço Nacional de Informações) e pelo Dops. Um Centro Acadêmico sem poder, transformado em Diretório para coibir manifestações estudantis. Uma área atlética muito estimulada, a fim de tornar a preocupação com o esporte maior do que a política. “Procurei o Centro Acadêmico. Atuava no Departamento Científico. Sentia-me prosseguindo uma tradição de esquerda existente na escola, embora minoritária. Um dia, Natalini me procurou. Contou-me tudo o que lhe acontecera. Disse que vinham me observando. Convidou-me para conversar com o grupo, trocar ideias. Argumentou: o marxismo tem a resposta. E aí propôs: queriam atuar por meu intermédio, já que não podiam aparecer, eram muito visados. Gostei da proposta e não tive medo algum. Agradava-me a perspectiva de conviver com pessoas que tinham um passado de luta.”

O grupo compunha-se, entre outros, de Gilberto Natalini, Paulo Horta, Walter do Nascimento, Caldas, Paulo Mourão, Henrique Francé. Veteranos, quase se formando, exerciam forte ascendência sobre os outros. “Natalini morava com o avô e o quarto dele, no fundo, era realmente incrível para mim, sem experiência anterior. Mao Tsé-Tung no forro, nas paredes Fidel Castro, Che Guevara e Lênin, livros vermelhos (pensamentos de Mao) para todo lado. Aí começamos a estudar. Achávamos um dever participar e nos munir de conceitos ideológicos. Nesse período, eu lia também Hermann Hesse e Eric Fromm, buscava profundidade em um arco maior.”

O objetivo inicial era o de ganhar as eleições para o Centro Acadêmico, passo imprescindível para a retomada das lutas. Uma das batalhas visava a federalização do Hospital São Paulo, ligado à Escola Paulista de Medicina. Outra, impedir o ensino pago nas universidades públicas. Ambos os projetos foram bem-sucedidos. Walter Feldman foi eleito presidente do Centro Acadêmico, em 1976. “Na época, o então tenente-coronel Jarbas Passarinho, mi-

nistro da Educação, queria impor o ensino pago. Houve um momento em que aumentaram a matrícula na Escola Paulista em 400%. Dividiram o valor em várias vezes, forma sub-reptícia de cobrar mensalidade. Aí Paulo Horta e eu paramos a escola. Fizemos piquete na porta da secretaria e lá ficamos: ninguém fará matrícula. Depois Caldas, a Baleia Socialista, aderiu. Foi um rebuliço”, completa.

A cobrança não vingou. A próxima investida do grupo seria durante a visita do ministro à escola. Havia uma fila de cumprimentos. Puseram-se na fila e, quando lhes chegou a vez, viraram as costas ao coronel. Repetiram o gesto quando veio o general-presidente. “Fazer aquilo num regime daquele, coisa maluca. Não tínhamos medo de nada”, admira-se Feldman.

Henrique Francé

Henrique Sebastião Francé é o mais devotado do atendimento médico da igreja de Cangaíba. Aos sábados, quase sem exceção, há 40 anos, ao lado de Gilberto Natalini e Nacime Mansur, atende pacientes de todas as idades que atulham a sala de espera, sentados nas cadeiras ao longo das paredes e de pé. Alto, magro, inclina-se para ouvir cada um; conversa, dá conselhos. É capaz de dedicar 40 minutos a quem julga necessitado de maior atenção. Os outros esperam com paciência – é adorado. Foi o primeiro a ser chamado pela congregação, na igreja, a receber a placa comemorativa do Jubileu dos 25 Anos, e o único a falar no final da cerimônia. Nesse dia preocupou-se com os ausentes: “Não fomos apenas nós, muitos outros contribuíram. Com o tempo todos se envolveram em outras coisas, afastaram-se, mas deveriam ter vindo. Indiretamente estão aqui.”

Francé, de Ribeirão Preto, Interior de São Paulo, nasceu em 1951, caçula de oito filhos – um morreu ainda criança, de pneumonia. O pai, Francisco Francé, veio da Itália ainda pequeno e conheceu a mãe, Regina, filha de italianos, na roça onde ambos trabalhavam. Casaram-se. Por volta de 1945 a família deixou a

lavoura e instalou-se em Ribeirão, em um bairro operário praticamente constituído de italianos, a Vila Tibério. Queriam que os filhos estudassem. Muitos jovens da nova geração, como Francé, cujos pais eram semianalfabetos, cursaram universidades. Francisco foi barbeiro, jardineiro e vidraceiro em uma fábrica. Depois de algum tempo montou uma vidraçaria associado a um sócio que tinha capital. Sofreu um calote e reassumiu o posto na fábrica. Conseguiu construir uma casa grande, que acomodou a todos com o essencial. Ninguém era apegado ao consumo.

Francé nascera com um pé torto e ficou meses engessado até a coxa. A mãe fez uma promessa a São Sebastião – daí o seu nome – e carregou-o por tempo considerável no colo, ao hospital e ao médico. Retirado o gesso, o menino calçou, por anos, botinas especiais que o sapateiro moldava. Dona Regina, nascida em 1907, faleceu em 2005. Francé visitava-a regularmente no Interior. Uma demência, que durou sete anos, manifestou-se no pai e terminou com sua morte, aos 67 anos. Todos os filhos, exceto o ainda pequeno caçula, foram trabalhar como operários e balconistas sem interromper os estudos. Dois, além de Francé, cursaram universidades. Os irmãos são Anita, Luzia, Maria Filomena, José, Antônio e Biagio. “A doença do meu pai foi o nosso calvário, bem no sentido religioso. Ele sofreu muito.”

Apegado à mãe, muito religiosa, com sete anos Francé era coroinha. Todos os dias ia à missa ajudar os padres claretianos. Completara 11 anos ao matricular-se no seminário da Ordem, em Rio Claro, São Paulo. Às 6 horas da manhã ia-se à missa, em seguida estudava-se e só depois vinha o café; quatro anos de ginásio e meio ano de curso clássico. Anos sofridos de saudade, principalmente da mãe. O garoto sentia falta de todos, um ano inteiro sem ver os irmãos, o pai, os amigos, até chegarem as férias. Não havia dinheiro para custear viagens de visita. Só uma vez a mãe conseguiu visitá-lo e chocou-se com a magreza do filho. “Eu ficava olhando a paisagem para os lados de Ribeirão Preto, o céu, e por ele viajava mentalmente. Ficava agoniado. Muita saudade.

Um banzo. Mas havia a cultura católica, considerava-se a vocação um chamado. Minha mãe também sofria. O fervor religioso levava-a a abdicar do filho para servir a Deus”, lembra.

A disciplina, rigorosa, permitia, contudo, que os meninos jogassem bola e tênis. Também ouviam música. Aos 15 anos, Francé chegou à saturação. Deprimido, não aguentava mais. Com intenso sentimento de culpa, de vez que abandonava o chamado e temia decepcionar a mãe, pediu aos padres alguns dias em Ribeirão Preto. Sem retorno. Lembra-se até hoje da sensação de liberdade, da mãe que reagiu tranquila. Ele é que sentia certo constrangimento enquanto se readaptava à vida fora do seminário. Matriculou-se então no curso Clássico da melhor escola pública de Ribeirão Preto, o Ginásio Estadual Alberto Santos Dumont, por coincidência em seu bairro. Teve, portanto, excelente formação em Humanas. Sabia latim, um pouco de grego, filosofia, francês, literatura, história.

Incerto ainda quanto ao que estudaria, no terceiro ano ganhou uma bolsa de estudos do cursinho COC, montado por estudantes de Medicina. Sem convicção, no vestibular entrou em Ciências Biomédicas de Botucatu. Ficou só três meses e voltou para fazer cursinho o ano inteiro. Influenciado pelos amigos que queriam estudar Medicina, resolveu segui-los. “Queria entrar na Faculdade em Ribeirão Preto. Mas todo o mundo punha São Paulo como primeira opção. Também fiz isso”, recorda.

Aprovado, colocava-se agora diante do fato: morar na Capital. “Estava triunfante e preocupado. Fui elogiado pela proeza, mas como iria me sustentar? Não tinha ninguém em São Paulo. Meus irmãos decidiram ajudar com o pouquinho que podiam.” No início de 1971, tomou o ônibus para matricular-se. Dinheiro contado da passagem de ida e volta, dado pela mãe. O primeiro susto foi descobrir que tinha de pagar a matrícula. Como? Era uma escola federal. Expôs sua situação ao diretor Horácio Kneese de Melo, que o isentou. Segundo susto: os veteranos exigiram-lhe uma taxa de calouro. Não acreditaram que só tinha o suficiente

para a passagem de volta e o ameaçaram com baldes de água, surra de cinta. Até que um deles interveio, penalizado, e o liberaram.

Francé partiu definitivamente para São Paulo quando começaram as aulas. Morava em uma pensão na rua Santo Amaro, no centro da cidade. Ali estavam instalados trabalhadores de Ribeirão Preto. Ficou em um antigo banheiro adaptado, com o conterrâneo, Pedro Tambelini, que cursaria a Escola Politécnica. E lembra: “só cabia o beliche e a mesinha. A mala ficava sob a cama. Era uma coisa pequena, escura, horrível. A gente estudava ali. Ele mudou logo para a Casa do Estudante. Eu recebia de casa 250 cruzeiros; o salário mínimo era de 320. Lembro bem, porque tinha de contar o dinheiro rigorosamente. Nesse ano não trabalhei. Só estudava.” Tinha 19 anos, duas calças e talvez quatro camisas. Persistiam nos trotes, cobrindo-o de água suja. Imundo, tomava o ônibus de volta à pensão. Lavava as roupas, com sorte conseguia secá-las. Depois de algum tempo, mudou para um apartamento conjugado, com sete pessoas de Ribeirão Preto sobre colchonetes. Chegou a dormir com folha de jornal entre um lençol e outro para proteger-se do frio.

Durante o primeiro ano não houve lazer. Às vezes, nos fins de semana, comia bolo pronto e tomava um litro de leite. Ia a Ribeirão Preto de carona, trocando de veículos até 16 vezes. Com o tempo descobriu macetes: conhecidos que iam e vinham, caminhões de entrega dos jornais. Nesse período conheceu na escola dois estudantes de Bragança Paulista, ainda seus amigos, Antonio Carlos Pignatari, ex-diretor do Hospital São Paulo e livre-docente da Unifesp; e Gentil Alves Filho, médico e professor da Universidade de Campinas. “O Pinha era de classe média, morava no apartamento de um tio. Ambos tinham essa identidade comigo, de gente simples que vem do Interior. Foram muito solidários.” Outro amigo importante foi Sérgio Pripas, um dos fundadores da Amerepam (Associação dos Médicos Residentes da Escola Paulista de Medicina), hoje em São Carlos, clínico e grande humanista.

No segundo ano a situação melhorou. “Ganhei uma bolsa porque trabalhava alguns dias à noite, preenchendo fichas no

Hospital São Paulo. Fiquei mudando de apartamento com a turma de Ribeirão e já andava pela cidade com um colega que fazia cursinho. Por fim, morei em uma república na Vila Mariana e ia a pé à escola, era perto. Já dava para ir ao cinema, namorar. Pagávamos uma mulher que cozinhava. Tomava ônibus para Ribeirão.” Nessa república, Francé morou com Flávio Alves de Faria, José Eduardo Nascimento, Marcos Delairton, Marcus Vinícius, Júlio e Gentil. Na escola, um estudante diferente impressionou-o, Natalini. Sabia que fora preso e isso lhe conferia um status especial. “Muito cordial, uma figura humanista, carismática. Eu, muito tímido, achava que ele me tratava de um jeito diferente de todos. Conversávamos. Havia um clima de politização.”

O governo promulgara uma emenda à Constituição, tornando indiretas as eleições de governadores, que se realizariam em 1974. Reagia aos dois governadores de oposição, eleitos no Estado da Guanabara e em Minas Gerais, Negrão de Lima e Israel Pinheiro. Em Brasília, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – um acinte, o nome – arquivara o processo aberto para investigar a morte do estudante Stuart Edgard Angel, torturado até o limite e depois preso à traseira de um jipe oficial da Aeronáutica em movimento, com a boca no cano de descarga.

“Começamos todos, na república, a ler jornais de oposição: *Pasquim*, *Movimento*, *Opinião*. Liguei-me à turma de Gilberto Natalini. Admirava a inteligência deles, a perspicácia”, diz Francé, que cursava o quarto ano quando ingressou nas reuniões de estudo do grupo, às quais se agregaram Walter Feldman, a namorada Sula, Daniel Klotzel e Júlio Cesar, entre outros.

Sueli Lourenço

Prêmio ao esforço extraordinário, Sueli Lourenço, a Sula, entrou na Escola Paulista de Medicina em 1972. De família pobre, só concluíra o primário e trabalhava como balconista em uma lojinha de tecidos no seu bairro, a Vila Prudente, na Zona Leste. O pai era operador cinematográfico. “Via todos os filmes de graça,

sou uma cinéfila.” Com 18 anos, decidiu ser médica. “Primeiro, fiz um ano de admissão ao ginásio. Meio encabulada, sentava ao lado de um menino de dez anos”. Coursou o Madureza Santa Inês (supletivo), considerado o melhor. Teve de convencer os pais para obter a permissão de estudar todos os dias no centro velho de São Paulo. Como não lhe podiam pagar roupas, a mãe costurou uma saia azul-marinho e uma blusa branca. “Eu ia de uniforme, feito menina. Continuei a trabalhar, mas só por meio período. Estudava muito e em um ano terminei o Ginásio. Mais um ano, o curso Científico. Consegui uma bolsa no cursinho. E entrei na Escola Paulista de Medicina em 1972, com 22 anos. Muito ingênua, bobinha, aquele cabelo até a cintura. E quem me recebe? Caldas, uma pessoa maravilhosa, que foi secretário de Saúde e vice-prefeito em Botucatu.”

De imediato, Sueli ligou-se à turma politizada. Obteve estágio na triagem do pronto-socorro e ganhava um pouco de dinheiro. Mesmo assim, comeu muito pão com manteiga em lugar de refeições. “Era um trabalho burocrático, uma noite por semana. Checava a carteira profissional do paciente, via se tinha INPS (Instituto Nacional de Previdência e Seguridade). Perguntava: a senhora está com dor de barriga? Então, clínica médica. Cortou o dedo? Cirurgia. Às vezes dormia lá, porque morava longe. Aí conheci o Waltinho Feldman e começamos a namorar. Cabeça brilhante, analisador. Eu mais matraca, impulsiva, impaciente. Entramos para o grupo. Eu era a mais velha. Falava muito nas assembleias.”

Sula estava no quinto ano quando começou o ambulatório de Cangaíba. “Nessa época já tinha bastante noção de clínica. Foi uma experiência maravilhosa porque, sem espaço durante a ditadura, os movimentos ligados ao povo exerceram papel importantíssimo, de certa forma protegidos pela Igreja. A população era muito carente de atenção e afeto, que a gente sabia dar, desejava dar. Mas o atendimento não passava de um pretexto, isso nos era claro. Queríamos reunir as pessoas, conscientizar, organizar.”

Lembra-se de falar de prevenção aos pacientes na sala de espera, terminando com a reivindicação de água tratada pela Sabesp. “Fizemos muitas coisas, conseguimos um posto de saúde. Era um trabalho sincero, verdadeiro. Nada a ver com eleição, a gente estava se ralando para isso.” Formada, especializou-se em gastrocirurgia, e, depois, em homeopatia e psicoterapia.

Paulo Mourão

Como Gilberto Natalini, Paulo Mourão veio do Interior. Nasceu em 1951, em Guaxupé, Minas Gerais. A família mudou várias vezes de cidade devido ao emprego do pai, gerente de banco, e o menino poucas amizades conseguiu conservar. Fixaram-se, por fim, em Piracicaba, onde o já adolescente cursou os dois primeiros anos do colegial. Lia muito, e o livro que mais o marcou foi o de Leo Huberman, *História da Riqueza do Homem*. Descobriu a política por si, pois os pais não se interessavam pelo assunto. Decidiu fazer o terceiro ano do curso Colegial em Ribeirão Preto, juntamente com o cursinho, quando o selecionaram para um programa de intercâmbio estudantil nos Estados Unidos, no qual se inscrevera por brincadeira. Teve de preparar a viagem e partir em duas semanas. Desnorteante.

“Em 15 dias conheci São Paulo, Rio, Nova York e Chicago até chegar à cidadezinha, onde viveria por um ano. No começo senti grande solidão e dificuldade. Falava mal o inglês, a comunicação era difícil e estranhei a família. Apesar de receptiva, o pai brigava sem parar com o filho, de minha idade. O rapaz, influenciado pelos hippies, vivia meio perdido. O clima me perturbava, pois eu tinha ótimo relacionamento com meus pais e minha única irmã, Maria Aparecida, mais velha. Confortava-me dizendo: a escola é excelente, vou aproveitar, será uma boa oportunidade. Essa não é a minha família, em um ano volto para casa.”

O programa aconselhava os estudantes estrangeiros a escolherem matérias fáceis, para melhor usufruto da vida social e cultural da cidade. Paulo, consciente de tratar-se de uma etapa

crítica da vida, determinado já a cursar Medicina e prevendo o competitivo vestibular, escolheu as difíceis biologia, física e química, das quais já gostava. Dedicou-se ao estudo com disciplina e concentração. Ao mesmo tempo, conheceu jovens mais parecidos com ele e fez amizades por conta própria. Após algum tempo sentiu-se mais amparado.

Voltou diretamente a São Paulo, escolheu uma pensão no bairro da Liberdade, no centro, e matriculou-se em um cursinho intensivo, de três meses. Estudava em meio ao barulho horrendo da construção do metrô e registrou uma imagem deplorável da cidade. Já no vestibular, conheceu Paulo Horta. Entraram na turma de 1970 da EPM, com Natalini. “Por coincidência sentamos ao lado um do outro. E sempre estávamos perto em provas ou para dissecar cadáveres, devido à ordem alfabética – sou Paulo Antônio e ele é Paulo Antunes. Também nos aproximava o fato de sermos interioranos, meio caipiras. Ficamos amigos apesar das diferenças.”

Não se tratava só de discordância a respeito da maneira de dissecar cadáveres: Paulo Mourão, cuidadoso e sistemático, o xará apressado. Discutiam política. Horta, sob influência do irmão ligado à ALN, defendia o voto nulo. Afinal, as regras eleitorais vinham interferindo na representação política desde o golpe de 1964, e os tecnocratas do então general-presidente Emílio Garrastazu Médici as tinham alterado novamente. Visavam impedir ao máximo o crescimento, nas eleições, do que restava da representação oposicionista ainda legal. A farsa imperava e alguns membros do MDB achavam que o partido deveria retirar-se do cenário eleitoral. Participar conferia legitimidade ao poder militar. Porém, quase todos os emedebistas que poderiam levá-lo à dissolução tinham perdido os direitos políticos. Por isso, o partido continuou a apresentar candidatos e a manter viva sua estrutura partidária, sobretudo a local. O enfraquecimento do único partido legal de oposição, com as derrotas nas eleições para o Congresso, em 1970, e nas municipais de 1972, devia-se à com-

binação dos efeitos da repressão, da elevação do nível de vida das classes médias – que em maior grau passaram a apoiar o governo – e da persistência da campanha de anulação dos votos.

“Até hoje acho que não se deveria votar nulo”, observa Mourão. “Outra discordância era sobre o livro do Marighella que pregava a luta armada, *Minimanual do guerrilheiro urbano*, de 1969. Eu discordava, era um horror. Mas o irmão dele, um herói, com liderança em nosso grupo, indicava-o. A ALN defendia a ida para o campo e a união com a Igreja, única entidade de oposição ao regime militar com alguma independência. Disso acabou surgindo a ideia de ir para o Cangaíba e de lá politizar a Zona Leste”, recorda. As discussões sobre como a Igreja aceitaria o marxismo também os absorviam. Mourão dizia que a igreja católica nunca embarcaria no marxismo, e nenhum padre o faria totalmente; a prioridade seria sempre a instituição. Quanto aos partidos políticos, Horta julgava que não sobreviveriam. E via o sindicalismo do ABC com desconfiança. Supunha que a CIA o controlava em parte. “Eu discordava.”

O jornal da ALN suscitava outros debates acalorados. Mourão chocava-se com a ênfase dada pela organização à luta armada e ao aprendizado correspondente. Por exemplo, publicava instruções para montagem e desmontagem de metralhadoras. Sugeriu que os leitores, sempre que possível, praticassem tiro ao alvo. Mourão argumentava que as prioridades eram outras, políticas. “Até certo ponto a minha geração se saiu melhor, porque o regime militar já estava em descenso depois das mortes de Wladimir Herzog, dia 30 de outubro de 1975, e de Manuel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976, ambos no Doi-Codi.”

Durante o curso teve pequena atividade política, pois se dedicou à pesquisa científica. “Pesquisa precisa de paixão, semelhante à paixão de Gilberto Natalini por política. Trabalha-se aos sábados, domingos, às noites. Exige coragem para enfrentar as dificuldades e as questões hostis. É uma luta fundamental, porque ideológica, cuja arena se encontra dentro e fora das universida-

des. Internamente, há os que consideram importante dar aulas, assistência médica; pesquisa teria importância menor. Externamente, há setores do governo insistindo em limitar a ciência à sua aplicação imediata. Temos dengue? Vamos descobrir como se mata o mosquito. A questão ideológica engloba as organizações internacionais, que se opõem ao envolvimento de países pobres em pesquisas fundamentais. Mas são essenciais. E uma coisa não exclui a outra. Você luta pela saúde e pela ciência. Valoriza-se a criação do conhecimento humano, a ciência brasileira. O meu trabalho de pesquisa foi integralmente realizado no Brasil.”

Certa vez, em 1976, um dos amigos do grupo propôs a Mourão que saísse do Hospital das Clínicas, onde trabalhava em pesquisa, mas se estressava com as condições que tinha. Levou-o a conversar com Lula, então o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, para aceitar um cargo de médico. “Lula falou para eu descer e acertar com o setor de Pessoal. Começaria logo. Fiquei de pensar. Seria uma grande mudança na minha vida. Felizmente, acho que sou mais produtivo onde estou.” Embora a participação política se desse pela circunstância de morar na república onde o grupo se reunia, repercutindo qualquer acontecimento na escola, Mourão jamais se negou quando o convocavam. Saía regularmente com o grupo nos momentos de lazer e nutria-se da calorosa amizade que tinham uns com os outros. “Anos de vivência excepcional”, conclui.

Regina Medeiros

A primeira impressão da caloura Regina Aparecida Gennari de Medeiros ao entrar na Escola Paulista de Medicina, em 1976, foi terrível. Já faltara ao primeiro dia, assustada com a fama do trote violento. Atiravam o novato na lama, estouravam ovos no seu peito, nas costas, onde calhasse. “Eram os alunos mais convencionais, conservadores, filhinhos de papai. Reclamei furiosamente, e os colegas de *O Barretinho*, jornal do Centro Acadêmico, resolveram me entrevistar.” Por conta do que disse, qualifican-

do os troteadores de alienados e muito mais, atraiu a atenção de Nacime, seu colega de turma, e de vários outros – inclusive dos recriminados. “Que menina metida”, indignaram-se alguns, ameaçando sujá-la de piche. Descobriu-se ameaçada e frágil. Falara demais, revoltada. “Eu era muito novinha, tinha 19 anos. O jornal só saiu em maio, todos já amigos. Fiquei com medo de ir à escola, cheguei a falar com o serviço de psiquiatria.”

Francé, Feldman e Sula, nos últimos anos, Daniel no terceiro, ampararam-na. “Conversaram comigo, notaram minha postura de oposição. A convite deles, entrei no grupo de discussão. Líamos textos xerocados porque ainda não se vendiam os volumes, proibidos pela censura. Lembro de resumir e expor um capítulo de *Que Fazer?*, de Lênin. Nunca li um livro inteiro. Deixávamos o local da reunião dois a cada vez, a intervalos de 15 minutos, para a vizinhança não desconfiar.” Prontamente começou a namorar Francé e, a seguir, ir, aos sábados, para Cangaíba. “Durante toda a faculdade namoramos, ficou gravado em todos.”

No Cangaíba, ajudava na farmácia e no pequeno laboratório, onde fazia testes de gravidez. Com Sula, esperava o almoço gostoso dos padres, na casa paroquial, acompanhado de vinho. Brincávamos que era o vinho da missa. Depois fazíamos reuniões de planejamento, eu conversava com as pessoas na sala de espera sobre saúde, orientação pré-natal. Dávamos palestras, uma vez sobre doenças infecciosas, outra sobre venéreas, sempre com folhetos didáticos no final. E chamávamos as pessoas do bairro para participarem dos movimentos populares.”

Mostrou-se ativa na Escola Paulista, no Centro Acadêmico, nas greves. “Na greve dos residentes, que Francé liderou, em 1978, ficávamos muito juntos. Eu era uma espécie de primeira-dama. Nas assembleias, enquanto ele dirigia, eu mandava bilhetinhos, sentada na plateia. Observações sobre a reação dos colegas. Sugestões.” No segundo ano, Regina propôs uma alternativa ao trote. Organizaram grupos de oito calouros, dois veteranos e um professor. O plano – de recepcionar os calouros, conduzi-los pelo

hospital e pela faculdade, e promover conversas sobre suas ansiedades – teve êxito. O trote violento continuava, mas agora havia a outra acolhida. “Fiquei com um psiquiatra na minha turma de recém-chegados. Conversamos bastante sobre a arrogância dos estudantes de Medicina, que se julgam melhores do que os outros. Em outro grupo participava uma professora de bioquímica, Regina Stela. Decidiram sair da Faculdade para conhecer um bairro pobre. Conversaram com a gente – o trabalho em Cangaíba já tinha um ano. Esse grupo foi para o Posto de Saúde do Jardim Copa, em Itaquera, das Irmãs Marcelinas, pois criamos um trabalho lá.”

Regina nasceu em 1956, no Brás. A mãe, Wanda Genaro, de família italiana, costureira de um ateliê de alta costura, conheceu o marido, Nilo Mourão de Medeiros, no bonde. Maranhense, mecânico de voo da FAB, nacionalista ativo, teve um infarto no golpe de 1964, porém sobreviveu. Os militares o reformaram. O avô paterno de Regina, jornalista, hospedara em sua fazenda Luís Carlos Prestes, no tempo da coluna. Regina tem três irmãs: Meire, professora de inglês; Marisa, do Instituto de Química da USP, e Vera, engenheira elétrica. Todas participaram do movimento estudantil.

“Marisa e eu somos gêmeas idênticas. Certa vez, em uma passeata na Penha, corríamos de mãos dadas fugindo da polícia. Um guarda nos alcançou, quis bater com o cassetete, mas hesitou quando nos viu. Não sabia em quem bater, não bateu em nenhuma”, ri. O pai comprava todos os jornais. Queria comparar as notícias e obter as melhores informações. Regina alfabetizou-se lendo-os com ele. “Eu queria fazer teatro, meu pai não deixou. Quis estudar jornalismo, disse que eu morreria de fome. Então, como tenho muito forte o impulso de cuidar, entrei em Medicina”. O pai morreu em 1978.

Cela 6

Gilberto foi preso em 1972, e a repressão acreditou ter posto as mãos em uma rede de subversivos. Espancamentos e choques

elétricos foram distribuídos entre todos. A esposa de um deles, grávida, apanhou tanto que perdeu a criança. Em pouco mais de uma semana, oito amigos, que nada tinham a ver com as atividades do grupo, foram liberados. Restaram Gilberto Natalini, Paulo Horta e Walter do Nascimento. Queriam saber deles onde estava Cida, a irmã de Horta. Os três sabiam que tinham de suportar a tortura para dar a ela tempo de fugir e calaram-se por mais de um mês até obterem a boa notícia: a moça chegara ao Chile. “Quando soubemos que estava a salvo, Paulo Horta soltou o nome. Tudo combinado. Aí foram atrás dela, tarde. Ao descobrirem que ela escapara, nos torturaram por mais um mês. Ficaram loucos comigo, porque os enganei pela segunda vez. O Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe dos torturadores, bateu em mim pessoalmente. Tomei muito choque na orelha. Mas conseguimos. Nossa prisão não desencadeou nenhuma outra,” conta Natalini.

Urbano Natalini, seu pai, soube da prisão e desesperou-se. Com a ajuda de um coronel de Macaé, que jogava baralho com o sogro Farid, conseguiu um salvo-conduto para visitar o filho durante poucos minutos, no Doi-Codi. Nervoso, mal o viu, criticou-o: “como é que você faz uma coisa dessas?” Gilberto inflamou-se: “o senhor veio até aqui para brigar comigo? Não precisava! Aqui tem gente que sabe fazer isso muito bem e terei sorte se não me matarem.” Só então o pai deu-se conta do rosto cheio de queimaduras de choques elétricos, a boca descascada, um dos ouvidos a sangrar. Havia perfurado o tímpano. Deu trabalho para separarem-no do filho. Cerca de dois meses depois transferiram os três para o Dops, momento em que se instaurava o processo e os prisioneiros emergiam para a legalidade. Cessavam os suplícios. Encontraram na cela vários outros presos e, de imediato, sentiram-se acolhidos. Um deles era o operário João Chile.

Hoje, no antigo Dops, fica o Memorial da Resistência, um projeto nascido no governo de André Franco Montoro, vencedor das eleições de 1982, no retorno do voto direto para o cargo. Os governadores Mário Covas e Geraldo Alckmin terminaram o pro-

jeto, com Marcos Mendonça na Secretaria de Estado da Cultura. Antes da inauguração, em julho de 2002, Gilberto Natalini visitou o prédio: “fui à cela 6, onde ficamos. Toda reformada. Cheguei a passar mal. Lá estão as grades, as mesmas portas. Sem os beliches, sem as peças do banheiro. Reformada, porém o mesmo lugar.”

Havia 12 prisioneiros políticos, incluindo João Chile, Gilberto Natalini, Paulo Horta e Walter do Nascimento. A certa altura foram agregados dois mafiosos franceses, um deles dono de conhecido restaurante no Jardim Paulista, *La Touche Blanche*. “Eles apanharam muito e a gente cuidava deles depois. Quando foram embora, mandaram duas grandes caixas de comida importada. Ficamos um tempão comendo enlatados franceses, e isso sem contar o que o pessoal do Dops roubava”, diverte-se Gilberto.

As posições políticas eram conflitantes, pertencendo os presos a várias organizações ou, como os estudantes de Medicina, a nenhuma. Atacavam-se politicamente sem cessar, com ironia e provocações. À noite, a situação se acalmava. Os 12 organizaram o que se chamou chá de chuveiro. Natalini descreve o serão: “Walter fazia chá com a água quente do chuveiro, virávamos uma caixa de papelão de cabeça para baixo e fazíamos discussões políticas organizadas. Cada um contava a proposta de seu partido a respeito de algum assunto. Isso ia até às 22 horas. Aí começava a gozação e jogávamos 21 com um baralho feito de carteiras de cigarros. Ou nos dividíamos em dois times e um tinha de adivinhar o filme ou a história que o outro representava com mímica. Por volta da meia-noite, dormíamos para enfrentar o inferno do dia seguinte. Pois a pior hora da cadeia é quando amanhece. Você abre o olho, só vê a grade. E pensa: estou aqui de novo.”

Durante as longas conversas, João Chile falou do bairro Cangaíba, na Zona Leste de São Paulo, depois da Penha. Da igreja Bom Jesus do Cangaíba. E do trabalho dos padres João, Rogério, Cláudio e Marcelo: cursos, clube de mães, conscientização. Mencionou a necessidade do atendimento médico para a população carente. E um dia, pouco antes de serem soltos, no meio de uma

discussão ideológica, fez o já mencionado desafio aos companheiros: “você vão querer ficar ricos ao terminarem a faculdade. O caminho será cuidar das classes dominantes. O povo não terá vez. Esse compromisso de hoje, que trouxe vocês para cá, é difícil de manter”. Era parte de uma reflexão política, explica Natalini. “E eu me comprometi a dar, com os companheiros, assistência médica gratuita no Cangaíba, depois que nos formássemos. Pedi o endereço dele, que guardei bem guardadinho, na barra da calça”.

Pela manhã obrigavam-se a fazer ginástica. João Chile a coordenava, sem conseguir a adesão de Gilberto. “Eu tinha uma preguiça danada. Usava o meu desvio de septo nasal para explicar uma incapacidade funcional. E ficava olhando.” As famílias traziam comida uma vez por semana. A tia de Natalini, Edhayr, todas as quintas-feiras entregava uma sacola repleta. Certo dia chegou um grande sortimento, resultado de uma lista feita por alunos da Escola Paulista de Medicina. “Puseram-me para tomar conta da dispensa, a fim de garantir a comida durante a semana – muito ruim, o rango do Dops. Depois de algum tempo me destituíram. Liberal demais, eu deixava todo o mundo comer o que quisesse e as coisas não duravam. Puseram um linha-dura. Tinha de comer fruta primeiro para não estragar. No segundo dia não sei o quê, bolacha não sei de que dia.”

João Chile recorda-se dos últimos dias na prisão. Ninguém sofria tortura e as memórias são amenas. “Estávamos na posição de saída e criamos um ambiente excepcional na cela, tão gostoso. Para se ter ideia, Walter do Nascimento dormia em um beliche pertinho do guichê, como se chamava a janelinha da cela. Aí o carcereiro apareceu um dia de manhã e chamou-o. Eu disse: ‘Espera, ele está dormindo’. Mas o homem insistiu e fui obrigado a acordá-lo”. “Se apronta que você vai para a rua!”, comunicou o funcionário. “Ah, é?”, foi a resposta sonolenta. “Walter virou para o outro lado e dormiu de novo. Foi um riso de rachar”.

Os presos foram conduzidos de volta à OBAN. Algum mistério burocrático determinava que a soltura tinha de ser por lá.

Natalini reencontrou um torturador. “O dr. Albernaz, codinome, me chamou à sala dele e disse: ‘Você vai embora, seja médico e fique quieto, rapaz, senão você estraga a sua vida. Se voltar para cá não sai vivo’. Respondi bom, pode deixar. Cheguei na calçada, peguei um táxi e perguntei ao motorista: ‘Você conhece isso aqui?’ Ele disse que não. Pois aqui é o inferno brasileiro, é a praga do regime militar. Saí falando, falei na faculdade e não parei de falar até hoje.”

Os três voltaram à escola quase no final do ano. Exames, nem pensar. “Alguns colegas até pararam de falar conosco. O pessoal da Paulista, muito conservador, de direita, não entendia direito o que significava o regime militar. Alguns até o defendiam. Mas uma parte dos estudantes foi bem solidária.” De fato, os alunos de esquerda ou apenas liberais, simpáticos aos que contestavam o regime, os observavam com um misto de curiosidade e admiração. Prestavam mais atenção a Gilberto, atuante, ótimo debatedor.

“Fomos chamados pelos professores de clínica médica, o curso que mais perdemos, coisa grave para quem está no terceiro ano. Disseram: ‘discordamos do que vocês pensam e fizeram, vocês são doidos varridos, mas nós somos liberais democratas, defendemos a liberdade de pensamento. Então, estudem tais e tais questões e venham fazer a segunda época.’ Obedecemos e passamos para o quarto ano. Até hoje admiro os professores, a decisão movida pelo respeito a outras posições. Minhas homenagens aos professores Milton “Banana”, Sporcks, Mansur, Duílio, Abraão, Oswaldo Ramos, Gallucci, Ratto, Emil Buriham, Jair Xavier, Chibly e Ribeiro do Valle”, ressalta Natalini.

Júlio Cesar

Assim que entrou na Escola Paulista, Júlio Cesar Rodrigues Pereira procurou o Centro Acadêmico, identificando-se com os colegas de esquerda. Exceto as incumbências políticas, era bastante acanhado. “Buscava inclusão social no movimento estudantil, extremamente enriquecedor. A gente se diferenciava e aprendi

muito mais nele do que nos meus seis anos de Faculdade. Estudava-se, discutia-se. Logo me convidaram a participar das eleições e fui secretário do Centro Acadêmico. Descobri que havia colegas na cadeia: Gilberto Natalini, Paulo Horta, Caldas e Walter Nascimento. Eu não tinha militância nem ligação com eles, mas soube que foram torturados e fascinava-me o seu heroísmo”, afirma Júlio César, que era responsável pelo restaurante do Centro Acadêmico quando os três saíram da cadeia. “No dia em que Paulo Horta chegou para almoçar e comprou um tíquete, não o deixei pagar. Fora o mais perseguido, o mais torturado. Não paga não! – exclamei”. Integrou-se ao grupo.

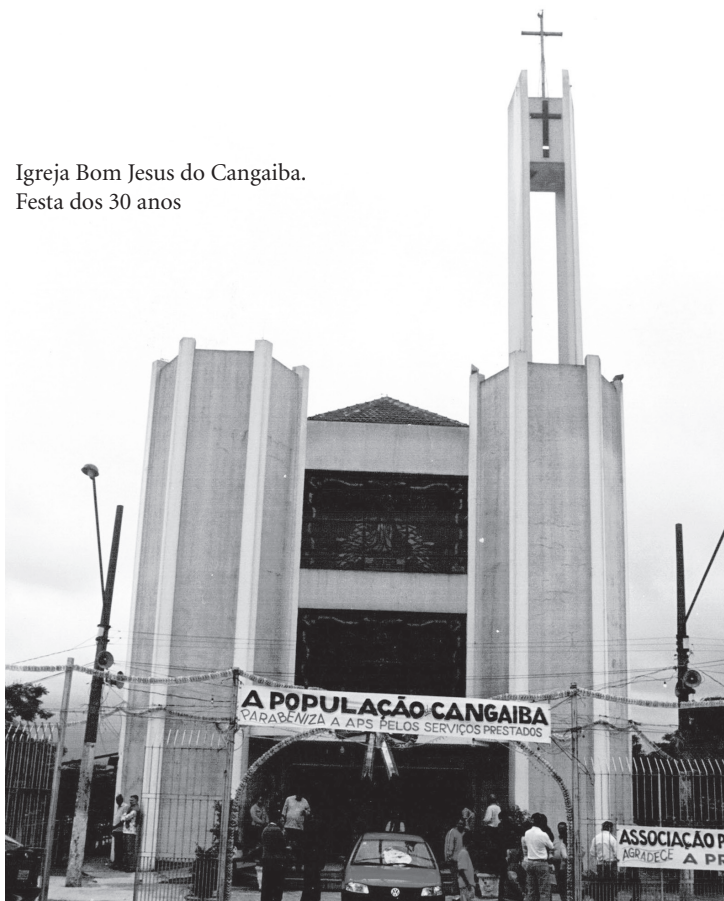
Júlio nasceu em Novo Horizonte, cidadezinha do Interior de São Paulo, em 1951, no tempo em que as poucas ruas de terra batida eram aguadas à tarde por um caminhão, para que a poeira baixasse. Os avós, mistura de espanhóis, italianos e portugueses, contavam com uma antepassada índia e um beneficiário de sesmaria que viveu de vender as terras. “Contam que cobriam de Tabatinga a Novo Horizonte. Nunca as cultivou. Se a mulher chegasse à rede em que preguiçava e dissesse, ‘Nhô Quim, acabou o açúcar’, ele respondia: ‘Vende mais um pedaço de terra’. E assim acabou com tudo.”

O pai de Júlio, Benedito Carlos Pereira, tintureiro, já tinha comprado uma tinturaria quando se apaixonou por Clara. Pediu conselho a um tio, que o preveniu: para namorar a jovem teria de escolher uma boa profissão, como bancário. Benedito fez o curso Madureza (como o supletivo de hoje) e obteve emprego como contínuo em um banco. Prosseguiu estudando contabilidade, casou-se com a amada, fez carreira no banco. Transferido para São Carlos, já com quatro filhos – três meninas e um menino –, deu também aulas, teve um cursinho preparatório para concursos dos bancos do Brasil e do Estado, e foi sindicalista. Sob pseudônimo, escrevia crônicas para o jornal da cidade, que fundara com um grupo de amigos maçons. “Lembro que meu pai me punha na bicicleta e enfiava o artigo por baixo da porta da casa do reda-



Gabinete do governador.
Nacime, Françé, Daniel,
Paulo Mourão, Natalini,
Júlio. Sentado:
governador em exercício
Walter Feldman.
14 de novembro 2001

Igreja Bom Jesus do Cangaíba.
Festa dos 30 anos





Reunião do Comitê de apoio à greve dos metalúrgicos. Cangaíba, 1980



Atrás:
W. Nascimento, Cristina, Mourão, Paulo Pucini, Júlio Cezar, Natalini e Francé.
Na frente: Padre João, Maria Cordeiro, Daniel e Sula.
Foto do início do Voluntariado Médico, 1976



Nacime, Francé e João Chile no consultório do Cangaíba, 1998

Matéria do Encontro Popular de Saúde, em 1979



Assembleia popular no Cangaíba: luta pelos centros de Saúde na Zona Leste, 1979



Assembleia de reivindicação de postos de Saúde em Cangaíba e Zona Leste. Adib Jatene, Natalini, D. Lurdes e Ruth, em 1979

Diário Popular
12/05/78

CUSTO DE VIDA

Lançado movimento no Cangaíba



Milhares de queixantes: grevistas compreendem o teor de São José do Cangaíba para evitar o lançamento da campanha contra o custo de vida. O Dr. Antônio Lurdes, chefe do regime Leste 2, fez a abertura da reunião

Paralisa o comércio local, a greve dos médicos em Cangaíba e Zona Leste de São Paulo, mais de 200 médicos, tem como objetivo: "A abertura da reunião sobre o custo de vida".

Uma comissão de trabalho foi formada para estudar o problema. Ela será formada por representantes de várias entidades e donas de casa que concordaram com o projeto que tenta regulamentar o trabalho noturno da mulher". Segundo ela, a indústria servirá somente para aumentar o número de empregados e exercer a mão de obra. Encerrou a assembleia, todos os participantes assinaram o documento sobre o custo de vida, que será enviado ao presidente no mês de agosto.

Uma comissão de trabalho foi formada para estudar o problema. Ela será formada por representantes de várias entidades e donas de casa que concordaram com o projeto que tenta regulamentar o trabalho noturno da mulher". Segundo ela, a indústria servirá somente para aumentar o número de empregados e exercer a mão de obra. Encerrou a assembleia, todos os participantes assinaram o documento sobre o custo de vida, que será enviado ao presidente no mês de agosto.

Matéria sobre assembleia popular do Movimento Custo de Vida organizada pelos médicos do Cangaíba. Diário Popular, maio 1978

tor. Queria permanecer anônimo. Aí esperava a publicação. Saía tudo. Não assinava porque escrevia errado, tinha-se como peão. Era maçom e espírita. A gente sentia grande vergonha. Mamãe, muito católica, criticava demais”.

Júlio Cesar teve meningite e passou meses com convulsões. A família trouxe-o a São Paulo. Ficou internado por mais de dois meses, já com várias convulsões por hora. Diagnosticaram epilepsia, um equívoco. Mais tarde descobriu-se que se tratava de uma reação imunológica das meninges a parasitismo, isto é, à verminose. Acabou curado graças à Nossa Senhora Aparecida e a uma curandeira de São Carlos, dona Rosa, à qual foi levado em desespero de causa. A mulher examinou o menino e deu o diagnóstico sem vacilar: “Esse menino tem é bichas. Vocês devem ir com ele a Aparecida do Norte, façam promessa, e dêem esses remédios”.

“Os remédios da Rosa me fizeram evacuar tudo quanto é parasita, nunca mais tive convulsão. Papai deixou a maçonaria, voltou à igreja e virou militante católico na Irmandade de São Vicente de Paula. Tempos depois ingressou no Partido Democrata Cristão. Foi vereador, jornalista de fato e sócio do jornal. Escreveu uma grande reportagem sobre a Usina Tamoio, denunciando a exploração dos trabalhadores na lavoura da cana. Ajudou a fundar sindicatos”.

Júlio Cesar era muito religioso. Frequentava a igreja, foi coiroinha e desejou ser padre. Quando passou para o segundo ginasial quis ir para a escola pública. O pai tinha amigos comunistas, mas opunha-se a eles por serem ateus. De nada lhe valeram as ressalvas nem o PDC, fraco, ante a rivalidade inescrupulosa da UDN, o partido da direita oligárquica: no dia efetivo do golpe, 1º de abril de 1964, levaram-no preso. A impressão que o fato deixou em Júlio Cesar é indelével.

“Eu trabalhava num banco. A caminho da escola noturna encontrei um colega que comentou a prisão de meu pai. Achei que era logro de 1º de abril. Cruzei com outro que disse a mesma

coisa. Fiquei intrigado, não fariam a mesma brincadeira. Depois das aulas passei na delegacia. De fato, espiando pela janela, vi-o em uma sala. Deveria ser alguma negociação, acalmei-me. Meu pai tinha muita projeção na cidade para estar na cadeia. Mas era verdade. Um deputado estadual do PTB, Vicente Bota, convenceu o delegado a soltá-lo e ele ficou em uma espécie de prisão domiciliar, com um jipe da polícia na porta. Houve depois um Inquérito Policial Militar (IPM). Deu em nada, mas sofremos muito.”

O jornal foi empastelado, o Sindicato dos Bancários, lacrado. “A rádio dos ratos da época difamava: São Carlos recusa abrigo a Benedito Carlos Pereira. Fora, BCP, vai embora. As crianças passaram a me chamar de Ditinho comunista, pois eu era filho do Dito. Deixamos a cidade”, lembra.

Benedito conseguiu emprego em São Paulo no IAPB (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários), posteriormente absorvido pelo INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). A família morava em Santos. Júlio Cesar até hoje desconfia que o pai foi torturado, pois respondeu a outros IPMs e, às vezes, quando o intimavam, passava dois ou três dias fora de casa.

Em Santos, o rapaz tornou-se, como define, um cafajeste. “Só queria namorar e fazer coisas bandidas: quebrava coisas na rua, depenava automóvel só pelo gosto de vê-lo estragado. Usava topete, era ligado em *rock’n’roll*, queria ser o James Dean. Papai me deu motocicleta. Aí ele começou a ter crises epiléticas. Soube-se depois que era um tumor cerebral. Morreu cedo, com 58 anos. Não me lembro de sentir medo nesse período. Só do ódio, tremendo, por São Carlos.”

Descoberta a doença de Benedito, mudaram-se para São Paulo a fim de facilitar o tratamento. Da noite para o dia terminou a fase cafajeste de Júlio Cesar. Empregou-se como bancário. Descobriu o gosto pelos estudos, tinha grande interesse por filosofia e psicologia. O pai entusiasmou-se e ofereceu-lhe cobrir inteiramente o salário mínimo de bancário, para que saísse do emprego – apenas estudaria. Concordou. A doença do pai, no

entanto, agravou-se. Incapacitados de se manter em São Paulo, voltaram a São Carlos. Longas conversas com Benedito levaram o filho ao espiritismo. Frequentava as reuniões no Centro e assistia aos velhos.

“Fiquei totalmente recolhido em relação à cidade, exceto à minha militância espírita. Nunca mais fiz amigos lá. Passei dois anos horríveis. Imagine, o pai doente, a memória de 1964, e a falta da efervescência cultural paulistana dos anos 67 e 68, à qual eu já me ligara.”

Não pôde ir ao III Festival de MPB quando venceu a música *Ponteio*, de Edu Lobo e Capinam. E o III Festival Internacional da Canção, que apresentou a música *Pra Não Dizer que Não Falei de Flores* (ou “Caminhando”), de Geraldo Vandré, desclassificada porque a consideraram subversiva. Vandré a cantara sozinho no palco, com o seu violão.

Prestou exame vestibular de Matemática; gostava da disciplina. Pretendia dar aulas da matéria em colégios e assim custear o cursinho para a Medicina. Era uma boa carreira e o ingresso desafiador lhe bastava como argumento, embora nunca tivesse sonhado em ser médico. Novamente o pai interveio: não queria que trabalhasse. Deveria estudar. Obedeceu e passou no exame da Escola Paulista de Medicina. Teve que se afastar da família, entristecedor; da cidade saiu com alegria. Instalou-se no apartamento da irmã mais velha, Maria Cristina, perto da faculdade.

No primeiro ano apaixonou-se por uma enfermeira, cuja beleza e inteligência o transportavam. Foram morar juntos. “Era uma quitinete do pai dela, no centro da cidade. Vivíamos tão apaixonados e mutuamente atentos!” Depois de algum tempo a relação terminou, com imensa culpa e dor. Somou-se a notícia de que Benedito, então representante de uma financeira em São Carlos, falira. Júlio vendeu o carro novo, presente do pai, entregou-lhe o dinheiro e disse que não se preocupasse mais em ajudá-lo. De volta a São Paulo, empregou-se no Hospital do Câncer. Ganhava o suficiente para pagar a república e sustentar-se.

Daniel Klotzel

A primeira luta estudantil da qual se recorda Daniel Klotzel foi a dos excedentes. Sua mãe, Judith Klotzel, técnica de laboratório, aos 40 anos decidira prestar vestibular de Biologia. Aprovada na Faculdade de Filosofia, mas foi uma das centenas de excedentes, e participou da luta estudantil para que fossem absorvidos. Eram candidatas com notas suficientes devido à mudança no critério das avaliações, que não encontravam vagas. A uma parte do corpo docente interessava a inclusão.

Seriam necessários novos professores e classes, aumentando o poder de seus departamentos. Porém, na Biologia resistiam, temendo a queda de nível. Os excedentes exerceram considerável pressão sobre o Estado. Daniel lembra-se de acompanhá-la, às vezes, à faculdade, de torcer por eles, de observar as rivalidades entre os agrupamentos políticos de esquerda, e da briga desses com a direita. Tinha 13 anos.

Filho de imigrantes judeus como Walter Feldman, seu pai, Kurt, veio de Hamburgo, na Alemanha, em 1935. A mãe, nascida em Viena, na Áustria, fugiu da Europa já no início da guerra, tendo sobrevivido a travessias ilegais de fronteiras ainda menina, com a mãe e a irmã. Abrigavam-se em casas de pessoas que arriscavam a vida por desobedecer aos nazistas e colaboracionistas.

“Meu pai era engenheiro e trabalhava nas caldeiras do Hospital das Clínicas, quando resolveu estudar Medicina. Conheceu minha mãe na USP. Meu irmão, André, cineasta, nasceu quando ele estava no quinto ano, em 1954; eu, quando se formou, em 1955. Minha irmã Ruth, em 1958. Tenho dois irmãos do segundo casamento de meu pai, Tomaz, que nasceu em 1979, e Bruno, em 1982”.

Kurt fez a pós-graduação em Parasitologia e foi aluno de Samuel Pessoa. “Um mito, inclusive para mim. Via-o, grande humanista, já velhinho, andando pelos corredores. Foi perseguido por ser comunista, como vários de seus excelentes alunos, que tiveram de se exilar, todos com produção científica muito boa.

Ficou claro que perseguiram os bons. O ambiente na faculdade de Medicina ficou péssimo.”

A política permeava a vida familiar. “Meus pais não eram do partidão, mas simpatizavam. Esconderam muita gente. Lembro que uma das pessoas que esteve em casa morreu na guerrilha do Araguaia. O físico Mário Schenberg ficou duas ou três semanas. Em 1967 e 1968, meu irmão, nos últimos anos do ginásio, ia às passeatas estudantis. Também fui a uma ou duas. Minha mãe morria de medo, mas deixava. Decidira que fazia parte de nossa formação humanística.”

Inteligência brilhante, muito culto e inquieto, Kurt Klotzel levou a família duas vezes aos Estados Unidos, primeiro para o mestrado e o doutorado, depois para o pós-doutorado. As crianças aprenderam inglês e fizeram amizades.

“Meu pai trabalhava muito e ganhava pouco, vivia viajando. Só tivemos televisão nos Estados Unidos, e porque ele comprou uma rifa em benefício do *Movimento dos Direitos Civis*, que apoiava. Ganhamos. Eu tinha oito anos. Mamãe era mais liberal. Gostava de cuidar da gente, de estudar conosco. Depois que entrou na faculdade, ficou mais alegre e feliz, embora se ausentasse bastante.”

A infância foi marcada pela proximidade dos prédios em construção, que se multiplicavam no bairro de Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo. “Fazíamos carrinhos de rolimã, ouvindo a música nordestina dos operários nos pequenos rádios à pilha, ficávamos amigos deles. Era fascinante brincar na obra, tantos elementos! Percorriamos os labirintos que aos poucos tomavam forma. Comi do feijão que cozinhavam, adorável aquele cheiro! Fiquei impregnado de cultura nordestina, gostava demais do Luís Gonzaga.”

Adolescente, Daniel deslizou para uma fase conturbada. Não conseguia estudar, tornou-se dependente de maconha. Fumava todos os dias, compulsivamente. Amava fotografar e durante algum tempo quis ser fotógrafo profissional. Coursava um colégio liberal, ligou-se ao Teatro Oficina, dormia de madrugada. A mãe esforçou-se por ajudá-lo a superar a dependência, sem resultado.

Terminado o primeiro ano colegial, nas férias de 1971, Daniel passou três meses em Nova York com o casal de parasitologistas Vitor e Ruth Nussenzweig, amigos dos pais. Pertenciam ao grupo de perseguidos da faculdade de Medicina que tiveram de partir. Dedicavam-se a pesquisas pioneiras sobre malária. “Passei três meses nos Estados Unidos puxando fumo de manhã, à tarde, à noite. Namorei a Sonia, filha deles”.

No ano seguinte, a jovem veio ao Brasil, nas férias do verão norte-americano, e Daniel quis levá-la a um show de Luiz Gonzaga e de seu filho, Gonzaguinha, que lançava o primeiro disco. Foram ao Tuca (Teatro da Universidade Católica), que frequentemente apresentava espetáculos de contestação. Antes de cantar, o Gonzaga pai dirigiu-se à plateia e afirmou, sonoramente: “Fiz essa música porque o povo da seca, da fome e da miséria nordestina tem alegria. Ouçam o sanfoneiro!”

As palavras, singelas e corajosas para a época, marcaram Daniel a ponto de mudar seu rumo. “Nunca fiquei tão emocionado em um show. Disse: não serei fotógrafo e sim médico, para ajudar esse povo sofrido do Nordeste. Tenho de fazer alguma coisa, participar – sempre aprendi que ajudar os outros e atuar socialmente é importante. Foi um *insight*.”

Kurt Klotzel estava preparando uma pesquisa parasitológica em Alagoas. Daniel decidiu acompanhá-lo nas férias de 1972, para fotografar. Quatro pessoas fariam o trabalho. “Saímos de casa um dia de dezembro, cedinho, para seguir de carro até o Nordeste. Logo ao virar uma esquina, meu pai falou: ‘Preciso dizer uma coisa, você percebe que sua mãe e eu não nos damos bem há bastante tempo. Vamos passar agora em Santo André e pegar minha namorada, que vai junto.’”

O impacto foi grande. Daniel tomou novo susto ao vê-la: tinha 25 anos, metade da idade do pai. “Agradabilíssima, superdoce, bacana, ela me conquistou. Ficamos amigos. Eu pensava em minha mãe, doía. Acalmava-me: deve ser melhor assim. Difícil. Uma vez na expedição, o trabalho de meu pai contra

a esquistossomose me emocionou. Reforçou minha decisão de cursar Medicina”.

De retorno a São Paulo, os pais separaram-se e Daniel teve a lucidez de pedir ajuda à mãe. Um tio materno, que sempre prestou grande ajuda a todos, financiou a sua psicoterapia. Estudou flauta, fez jardinagem, quis criar um papagaio. Ao mesmo tempo encontrou Vera, a primeira namorada fixa, de grande valia nos estudos. No meio do ano, o último colegial, matriculou-se em um cursinho semi-intensivo.

“Foi o ano mais rico da minha vida. Vera me apoiava, ajudou-me a parar com a maconha. Minha cabeça abriu. Olhava aquelas matérias e entendia tudo o que os professores diziam. Foi essencial saber que conseguia aprender. Não era vagabundo! Chegava em casa e me punha a estudar, adorando. Entrei na Escola Paulista de Medicina. Em meio ano, deixei de ser adolescente perdido, larguei uma vida e passei a outra.”

Assim que pôs os pés na escola, Daniel procurou o Centro Acadêmico. Queria participar de atividades políticas e culturais. “Meu primeiro amigo, Júlio, é um irmão até hoje. E o encontro com Gilberto Natalini, extrovertido, afetuoso, foi de grande importância na minha vida.”

O galpão do Centro Acadêmico possuía um grande jardim. Daniel dedicou-se a cuidar das plantas. Também organizava atividades culturais. Apaixonado por chorinhos, arrastava Júlio para ouvir os ensaios do Conjunto Atlântico, todas as sextas-feiras na edícula da casa de um dos instrumentistas, no bairro da Barra Funda, próximo do centro. Os frequentadores apertavam-se nas janelas da casa para vê-los no quintal. Júlio, sem paixão pelo gênero, acompanhava Daniel em troca da companhia e da excelente pinga no bar vizinho, saindo de tempos em tempos para reabastecer-se. Walter Feldman e Gilberto Natalini iam com gosto.

Vera também entrou na Faculdade de Medicina, um ano depois, no ABC. O namoro continuou por algum tempo. Devagar, cada um absorveu-se em diferentes interesses e a ligação terminou.

O grupo

Nas reuniões de estudo do grupo de Natalini, ao qual se integrou Daniel Klotzel, não faltavam os planos de atuação dentro e fora da escola. O movimento universitário ainda patinava na ilegalidade. “Entramos com força no Centro Acadêmico, em 1974”, lembra Walter Feldman. “Nesse ano eu ia muito, com a Sula e o Júlio Cesar, nós três da mesma classe, ouvir os debates fechados sobre conjuntura econômica, política e social no prédio das Ciências Sociais, na USP.”

O grupo retomou *O Barretinho*, por cuja confecção gráfica responsabilizaram Daniel, que vivia com as mãos sujas de graxa e tinta de mimeógrafo. “Eu era o obreiro, adorava fazer coisas com as mãos. Publicamos coisas ótimas. Em 1977, na primeira página, grandona, uma foto da passeata dos estudantes que saiu da Faculdade de Direito, no Largo São Francisco, em São Paulo, dispersada com jatos de água. Foi um *Barretinho* histórico.”

Não mediam limites para os artigos inconformistas. “Distribuíamos com temor, nas classes, bem cedinho, antes da chegada dos alunos. Queríamos que lessem os artigos do Gilberto, do Caldas, do Nascimento. Paralelamente, editávamos uma revista de trabalhos científicos, que tinha publicidade”, diz Feldman.

Reuniam-se todas as quintas-feiras em uma das repúblicas, com frequência a de Horta e Mourão. “Eu dava palpites nas discussões, sempre veementes. Abordávamos todos os assuntos possíveis. Eu ajudava um pouco, pois tudo girava em torno das pessoas que se interessavam pela política”, assinala Paulo Mourão. “Só não me envolvi no Centro Acadêmico”.

Mourão foi o único dos amigos que não fez residência médica, o período de duração variável, mínimo de dois anos, em que o médico, depois da graduação, especializa-se no hospital. Durante o curso de graduação inteiro, estagiou no departamento de Bioquímica, centro de seu interesse. Logo no começo recebeu uma bolsa de iniciação científica e trabalhou sem cessar em pesquisa, diariamente, profissional, a ponto de publicar cinco trabalhos em revistas internacionais.

“Como eu não atuava na política universitária, as reuniões de estudo com o grupo de Natalini me foram da maior importância. Sabíamos, devagar, do tremendo obscurantismo que foi o pior período da ditadura, do general-presidente Garrastazu Médici, à posse do general Ernesto Geisel, em março de 1973. Quando surgiram os primeiros livros de Marx, Lenin, Engels, Hegel, antes proibidos, estudamos tudo o que havia. Éramos rigorosamente disciplinados. Li muito, muito mesmo. Fazíamos resumos, vinculávamos com os trabalhos na escola. Tem gente que diz: ‘doutrinação.’ Nada disso, nos dedicamos a um aprendizado, tira-se grande proveito. E quem diz ‘foi perda de tempo’, estudou mal. Aquilo me fez entender história, avaliar acontecimentos, compreender a vida”, garante Mourão.

Júlio Cesar soube das reuniões do grupo de Natalini quando encontrou Walter Feldman e Sula tomando café em um bar e percebeu que mudaram de assunto. “O que está acontecendo? Tem alguma coisa errada!”, reclamou. Os dois confabularam rapidamente. “Estamos formando um grupo de estudos”, respondeu Walter. “Venha participar”.

Júlio foi ao local indicado e encontrou o grupo da escola. “Minha primeira tarefa foi estudar e expor o livro *Salário, Preço e Lucro*, e Marx. Era muito chato! Depois veio, também de Marx, o *18 Brumário de Luís Bonaparte* – eu não sabia nada sobre a Revolução Francesa, o Terror, o Diretório, Napoleão. Tive de estudar. De outra vez, encarregaram-me de analisar o documento de uma organização. Debatíamos até tarde. Nossa coesão se fortaleceu.”

A quem o observasse superficialmente, Júlio parecia um jovem sem compromissos nem ideologia. “De fato, eu era o cara com menos lastro ideológico, o mais vaselina. Em conversas com autoridades, embora defendesse as ideias, permanecia insuspeito. Tinha é grande entusiasmo. Escrevia para *O Barretinho*, discursava inflamado. Convencia bem. Muitas vezes, Gilberto me incluiu em negociações, dizendo: ‘Vamos botar o Júlio, sempre é bom ter um PTB junto’”.

Referia-se ao ex-Partido Trabalhista Brasileiro, atual PDT, liderado por Leonel Brizola. O PTB de hoje resulta de uma cisão, à qual se agregaram janistas e lacerdistas.

Em janeiro de 1976, Walter do Nascimento casou-se com Célia Maria, prima de Paulo Horta, professora de pré-escola, que conhecera durante as reuniões de estudo e também fora presa pela ditadura. Escolheram a antiga Igreja de Cangaíba para a cerimônia. “Foi uma forma de marcar posição. Iríamos ficar por lá.” O casal tem dois filhos, Vladimir e Mariana.

Os estudantes retomavam as lutas. Greves, grandes assembleias. O MDB começou a pressionar o governo para fornecer informações acerca do tratamento dado aos prisioneiros políticos. Foi o ano da morte do jornalista Wladimir Herzog, seguido da primeira grande manifestação pública de protesto, revolta e solidariedade ao assassinado, a afrontar em massa o poder repressivo. Ao culto ecumênico na Catedral da Sé compareceram milhares de pessoas, menosprezando as filmadoras e máquinas fotográficas de centenas de policiais, e apesar das barreiras espalhadas pela cidade que quase impossibilitaram o acesso à igreja. O grupo em peso esteve lá. “Foi um caos na cidade, a repressão criou um tumulto. Fomos à missa de metrô. Até nas bilheterias mandaram vender bilhetes lentamente”, gravou Paulo Mourão.

Na faculdade, o trabalho político prosseguia. Conforme planejaram, em 1976 Walter Feldman foi eleito presidente do Centro Acadêmico. “A escola voltou às ruas em 1976, 1977. Na verdade, sintonizamos com o tempo. Mas a sintonia, sozinha, não acontece. Exige preparação.”

Sentiu-se herdeiro e continuador de outros que tiveram papel destacado, como Nestor Schor, lembrado como grande presidente, bom de briga. Schor é hoje pró-reitor de Pós-Graduação e titular de Nefrologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), novo status da ampliada Escola Paulista de Medicina, com vários institutos autônomos. Outros presidentes que enfrentaram com coragem os piores anos da ditadura, em 1968 e

1969, foram o psiquiatra Marcos Ferraz e o gastroenterologista Erkki Larsson.

Feldman dedicou-se mais às articulações, apoiado pela experiência política de Natalini. Júlio Cesar, vice-presidente, era o inflamado e criativo orador da turma. Também Sula fazia excelentes discursos. Ambos viravam assembleias.

Daniel Klotzel, mascote da turma, era o segundo vice-presidente. cursava o terceiro ano. Pouco politizado, não gostava das reuniões. Mas, muito popular, dirigia à perfeição o departamento cultural. “Fiz cineclube, show de música, teatro. Levei Adoniran Barbosa, Plínio Marcos, Gianfrancesco Guarnieri. Organizei o *Encontro Paulista das Artes* – artes plásticas, música, fotografia.” Naquela época, Daniel tinha uma jiboia, “Jiji”, que vivia com ele. Certa noite, cansado, dormiu sobre ela e a matou.

Embora já se dedicasse mais à política do que à Medicina, Walter Feldman nunca descuidou dos estudos. Ninguém poderia acusá-lo de mau aluno ou mau médico. Atuava junto com o CAOC (Centro Acadêmico Osvaldo Cruz), da Faculdade de Medicina da USP, e com os alunos da Santa Casa. Planejavam encontros estaduais e nacionais. “Nunca esquecerei a declaração do José Guedes, ex-secretário de Estado da Saúde de São Paulo (1994 a 2002) no Ecem de Petrópolis, em 1974. Em plena epidemia de meningite, com a mídia proibida de tocar no assunto pelo governo militar – o que favorecia a disseminação da doença –, ele disse: a vacina da meningite foi importada porque morreu o filho de um banqueiro. O encontro pegou fogo”, lembra Feldman.

O grupo organizara-se como uma espécie de partido para funcionar melhor, tentativa menos amadora de atuação. Natalini fora escolhido como uma espécie de secretário-geral e, rigorosamente, cobrava presença, horário, leitura e exposição. “Nunca me destituíram, virei perpétuo. Os outros escolhidos, eram, acho, Mourão, Nascimento, Júlio Cesar, não lembro de todos. Waltinho, Sula, Francé, e, mais tarde, Nacime, foram cardeais. Mas tanta amizade, laços tão fortes nos ligavam, que tudo transcorria naturalmente.”

As atividades não se limitavam à escola. Gilberto foi preso 17 vezes, depois de 1972. “Não ficava muito tempo. Uns três dias, coisa leve. Fui preso pichando muro, ‘abaixo a ditadura militar’. Fui preso em greve de motorista. Depois virei médico do Sindicato dos Motoristas de São Paulo, onde trabalhei até 2004, durante 24 anos.”

A disciplina não interferia no relacionamento. Muitas vezes, saíam juntos para jantar, beber, festejar algum evento, ir à sessão maldita no cine Majestic. O afeto mútuo alimentava-os. Compartilhavam os acontecimentos pessoais, bons ou ruins. Torciam uns pelos outros. Estavam sempre próximos na escola. Eram vistos como um grupo fechado, porém cultivavam boa relação com os demais colegas. Os professores os estimavam.

Nas reuniões começaram a debater o que fariam depois de formados. Concordavam, convictos, que prosseguiriam na luta. Mas sentiam falta de uma estrutura maior. Natalini, continuamente assediado por partidos ainda clandestinos, encarregou-se de procurá-los para conhecer suas propostas. “Queríamos saber de tudo, pois talvez fosse necessário entrar em alguma organização. Até aí apenas nos movia o anseio por justiça social, conscientizar o povo politicamente, mudar a situação insuportável”, explica Sula.

O grupo centrou-se em propostas de inspiração maoísta, sobre a necessidade de atuar no campo. A cidade é o cemitério do revolucionário, dissera Fidel Castro. Concluíram pelo trabalho em alguma comunidade do Interior. Por meio do atendimento médico trariam a população para a luta contra a ditadura e em favor do socialismo – propostas que circulavam desde a década de 60. Decidiram preparar-se, optando por áreas distintas na Residência Médica. A decisão foi mais ou menos coletiva, levando em conta, porém, as preferências individuais.

Gilberto Natalini optou pela cirurgia, Feldman seria clínico geral. Francé fez clínica médica e preventiva. Paulo Horta escolheu a pediatria, Mário Kono, outro do grupo, anestesia. “Per-

mitimo-nos a opção, mas com a advertência rigorosa: temos de ser os melhores de todos, estudar muito”, ressalta Natalini. “Ambicionávamos ter todas as áreas com especialistas, e de primeira classe, para poder cuidar da população e sermos bem sucedidos nas demais iniciativas”.

De outro lado, havia a promessa de Natalini a João Chile, na cadeia: atender à população do Cangaíba. “Estávamos divididos entre atuar na cidade ou no campo”. Ora, uma proposta não invalidava a outra. Decidiram preparar-se para ambas. O grupo de participantes aumentava.

Gilberto, Mourão, Horta e Nascimento, este o mais velho, nascido em 1947, formaram-se em 1975. Caldas partiu para fazer Saúde Pública, em Botucatu (SP). Gilberto, na cirurgia; e Nascimento, na clínica médica e em Medicina do Trabalho, fizeram Residência no Hospital do Servidor do Estado de São Paulo.

Gilberto passou os dois anos da Residência em cirurgia operando ininterruptamente. Nascimento ficou dois anos. Mourão, preparando simultaneamente seu trabalho de doutorado, foi contratado pelo Hospital das Clínicas e montou o seu laboratório a partir de quase nada. Já era um pesquisador de renome.

Horta ficou na Residência da Escola Paulista, em pediatria. Os demais ainda eram estudantes.

Sindicalistas

Em 1975, a diretoria do Centro Acadêmico Pereira Barreto, dos alunos da Escola Paulista de Medicina, promoveu um debate sobre *Previdência e Saúde*, coordenado pelo então diretor Júlio Cesar, com o sindicalista Paulo Vidal, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, acompanhado de um diretor, que viria a ser presidente da República, Luís Inácio da Silva; e o diretor regional do Inamps, em São Paulo, Henrique Martins. O evento foi realizado no anfiteatro Leitão da Cunha, salão nobre da EPM.

Após o debate, o grupo, juntamente com Lula, foi para a Casa

da Esfiha, tradicional ponto de encontro da EPM. A conversa, por insistência dos jovens estudantes, girava em torno das questões políticas, na tentativa de obter do líder operário sua opinião sobre socialismo, Karl Marx, etc. A pessoa mais proeminente era Vidal. Lula tinha um comportamento humilde, demonstrando algum interesse pelo socialismo, mas cético na possibilidade de sua implantação. Alguns meses após, foi feito sucessor na presidência do sindicato e, a partir daí, tornou-se figura nacional.

Nacime

O caçula do atendimento médico no Cangaíba, Nacime Salomão Mansur, era o mais esportivo de todos. O pai, Nacime Mansur, espírita convicto, cronista e poeta, é autor de um livro de poemas *Vozes da Boemia*, de dois livros de crônicas, *Causos I e II* e o *Como não crer*, onde relata fenômenos espirituais que o levaram a defender sua crença. Nacime pai, falecido em fevereiro de 2015, além de grande esportista, craque refinado no futebol, era um dos maiores colecionadores brasileiros de maços de cigarros, com exemplares desde 1939, metodicamente organizados e colocados em alguns álbuns.

O filho de mesmo nome, Nacime, nascido em 1957; e os dois irmãos menores Pedro Luís e André, aprenderam da mãe, Aparecida, e do pai, a serem solidários, generosos e hospitaleiros como a cidade em que nasceram – Batatais, no Interior de São Paulo. Nacime pai, atacadista e pioneiro na cidade na implantação do conceito de empório-supermercado, insistia na convivência em igualdade com todos.

“Sempre o vi como um humanista, benemérito, uma referência contra discriminações sociais, extremamente sério quanto à honestidade. ‘Nunca deixe o lucro sobrepujar a questão humana’, ensinava. Nossa casa nunca era trancada, havia uma convivência harmoniosa com toda vizinhança, sem qualquer distinção. Por volta de 1970, meu pai, após transferir o supermercado aos irmãos, praticamente recomeçou a vida em outro ramo comer-

cial, de material de construção, chegando com muito esforço à condição de uma das melhores lojas de toda região.”

Até falecer, com sua incrível capacidade de trabalho, dedicação e senso de organização, entremeado pelos “causos” e piadas que a todos alegrava, “seu” Nacime, trabalhava todos os dias, inclusive finais de semana e feriados. Não houve, na infância e na adolescência de Nacime filho, expressão de preconceito classista, racista ou ideológico. Só em São Paulo, na Escola Paulista de Medicina, e pela primeira vez na vida, Nacime ouviria um comentário antissemita.

Nacime pai permaneceu lúcido e bem humorado até o final. No velório, repleto de amigos e parentes, muitos choravam e contavam como foram ajudados por ele nas mais diversas situações. A demanda por arranjos e coroas de flores foi tamanha que as floriculturas da cidade, sem estoque, não puderam atender a vários pedidos.

Os avós paternos Salomão e Dib Salum vieram da Síria; de uma aldeia chamada Mizaible. Família católica, tiveram seis filhos e só se conheceram no altar da igreja, na hora do casamento. “Seu” Nacime, o mais velho, tinha 18 anos quando ficaram órfãos de pai. A família sendo pobre, coube-lhe lutar pelo sustento de todos, dirigindo o modesto empório ou viajando de caminhão pelo Interior de SP e de outros Estados, negociando mercadorias; época em que se demorava quase um dia para se fazer o trajeto entre Batatais e São Paulo, ainda uma cidade provinciana; período que rendeu vários “causos”. Um dos irmãos, Elias Salomão Mansur, já falecido, veio a São Paulo sozinho, entrou na Faculdade de Medicina da USP e fez carreira brilhante, chegando a livre-docente; deixou as filhas, Marelisa e Vanusa. Jamil, Miguel, e a única mulher, Nacima, também falecidos, trabalharam juntos no comércio da família durante muito tempo. O outro, tio Zeca, depois de uma vida cheia de atribulações e aventuras, faleceu ainda jovem, em São Paulo.

Outra recordação da infância é a de que todos finais de tarde,

no alpendre da casa de sua avó, sentavam-se ao redor do patriarca tio-avô José João, sempre de chapéu, terno, colete e o relógio de bolso; os demais membros mais idosos da família, e ficavam horas conversando em árabe. Uma das histórias preferida, frequentemente repetida, era do bisavô Sacar Mansur.

“Imagine, na década de 20, a dificuldade de locomoção e comunicação entre Brasil e Síria”, reflete Nacime. “Mas ao tomar conhecimento, na Síria, que dois de seus filhos que tinham imigrado para o Brasil, um deles meu avô Salomão, haviam se separado da família e mudado para Catalão, em Goiás, sem saber uma palavra em português pegou um navio, desembarcou em Santos, arrumou uma tropa de cavalos, foi até Batatais e, dali, até onde estavam os filhos. Chegando, mandou que fechassem a venda que tinham montado; trouxe os dois até Batatais e ordenou que nunca mais saíssem de perto dos outros irmãos, e sozinho voltou para a Síria”.

“Impressionava-me a fibra e a determinação desses imigrantes, a superar todos os desafios; os tios-avós, mascates, que para visitar os vilarejos do início do século 20, caminhavam sobre os trilhos da ferrovia, carregando enormes malas. A dificuldade da língua, as distâncias, falta de transporte regular, nada os impedia. Que força de vontade!”

A família morava próximo, na mesma quadra e, por isso, a infância foi compartilhada com seus primos Eduardo e Eliana, esposa de Fernando, filhos de Jamil e Sucena. Eduardo é casado com Isabel e tem duas filhas, Marília e Natália. “As lembranças mais presentes são de meu pai trabalhando, seja no escritório, no infundável controle administrativo, seja arrumando as prateleiras da loja, e a presença constante da mãe, Aparecida, nos afazeres da casa, além de ajudar na loja; a boa relação com os tios, particularmente, Jamil e Miguel; e as esfihas e a tripa recheada feitas pela tia Sucena”.

Miguel foi casado com a tia Dorinha, muito espirituosa, e tiveram uma filha, Flávia, advogada, casada com Rodrigo e mãe do Miguelzinho.

No início da loja de material de construção, Nacime filho, além de ser responsável pelo “fiado” (contas a receber), estudava e ajudava na entrega e recebimento de mercadorias, com José Menegheli, José Martins, “seu” Diola, entre outros funcionários do depósito, com total integração. Acordava cedo, abria o depósito, carregava tijolos, telhas, cimento; trabalho braçal, pesado, dividido de maneira companheira.

“Tempos depois, já em São Paulo, ao retornar a Batatais, me impressionava tio Jamil, com uma doença degenerativa avançada, que o fazia perder progressivamente os movimentos, tentando dar voltas e voltas ao redor do quarteirão, buscando, sem sucesso, a superação da doença. Sempre que me avistava, gritava por mim e dizia, orgulhoso, o número de voltas que havia conseguido dar.”

Outra boa lembrança: Nacime filho era mascote dos Veteranos F. C. de Batatais, onde jogava seu pai (que se alcunhava de Labruna, antigo craque argentino). Adorava acompanhar os jogos, frequentemente nas cidades vizinhas, e, principalmente, da confraternização posterior, quando seu Nacime declamava várias poesias de sua autoria, fechando com a que o filho mais gosta: *Vozes da Boemia*.

Naciminho, como era chamado, sempre gostou muito de esportes. Louco por futebol, desde pequeno vivia jogando bola na rua revestida por blocos de concreto, junto dos irmãos, primos e da “molecada”. Os famosos “rachas”: pés descalços, bola de “cobertão” e os dedos dos pés, frequentemente, estropiados. Jogava bem futebol. Já quase adolescente, ia todos os dias à “Piscina” (Clube Cultura Física de Batatais), onde passava todo o tempo praticando esportes junto aos amigos Luís Pupim, Rafael Gonçalves, Fugazola (Zola), João Luiz (João Branco) e Olynto Meireles, estes últimos os mais próximos.

Além do futebol, jogava bem tênis de campo, xadrez e voleibol, tendo defendido Batatais em Jogos Abertos e Regionais do Interior. Aprendeu xadrez com a dona Zina Fugazola, mãe de Zola, muito culta. No voleibol, jogava no time do ginásio (IESA).

Era um orgulho pertencer às equipes formadas pelo professor Amauri Figueiredo, de larga tradição na região, e algumas vezes campeãs no Interior. Assim mesmo, na família quem se destacou foi o irmão André, que chegou a ser jogador profissional de futebol, hoje responsável pela empresa da família. Casado com Marta, tem uma filha, Tamires. O outro irmão Pedro, é administrador e trabalha com o pai.

A mãe, Aparecida, filha de descendentes italianos – Marino e Alzira –, expressão de companheirismo e generosidade, sempre foi o ponto de equilíbrio, de conciliação da família. Um porto seguro, cuidou com rara abnegação de seus pais e da irmã Darli, até suas mortes; abrigou e criou como filhos seus dois sobrinhos Andréa e Ricardo. Andréa, a sobrinha-filha, foi quem a acompanhou, no padecer de uma longa enfermidade, até seu falecimento em dezembro de 2003.

Cedo Nacime filho aprendeu a ler. No supermercado, copiava as letras das latas e caixas e, aos poucos, com a ajuda dos pais e dos tios, foi se alfabetizando, antes mesmo de ingressar na escola. Foi um leitor voraz de revistas em quadrinhos, livros e do jornal que o pai assinava, *O Estado de S. Paulo*. Na escola, sempre pública – Grupo Washington Luiz, Castelo e I.E. Silvio de Almeida – e de excelente qualidade, seu comportamento irrequieto não prejudicava o ótimo desempenho, aprendia com rapidez e era estimulado pelos professores como dona Olga Gaspar. As professoras achavam difícil controlá-lo. Concorreu para moderá-lo, aos poucos, o impulso de ajudar os alunos atrasados. Era muito estimado por isso. No recreio, interiorizou o ensinamento da mãe, de sempre repartir o lanche se notasse um colega com fome. Em casa havia a orientação expressa e repetida de nunca ser mesquinho ou egoísta.

Aos 11 anos viveu uma situação perturbadora: perseguiram o pai depois do AI-5, em dezembro de 1968. A memória de Nacime é a de que a mãe o chamou na rua e avisou que teria de sair sem dizer para onde, deixando um rastro de preocupação

e silêncio. A fiscalização interveio por dois meses nos negócios, tentando encontrar irregularidades. A repressão também pressionou um primo que mais tarde seria prefeito, Salim Jorge Mansur, do MDB. Nacime, impressionado, não entendia e só obtinha explicações vagas, pois receavam que fosse comentar algo na rua. Qualquer boato era perigoso.

No final do ginásio, em 1971, o jovem deu de manifestar-se sobre a situação política brasileira. O clima de medo continuava a permear as relações sociais. Falar de política ou permitir-se críticas ao governo envolvia risco de denúncia e prisão, especialmente nas cidades do Interior. Organizações clandestinas atuavam. Haviam justicado, em São Paulo, o industrial Henning Albert Boilesen, acusado de financiar a tortura, acontecimento que os jornais, sob censura, não puderam publicar com destaque. O jovem notava também que, embora tivesse uma vida sóbria, mas confortável, outras crianças pobres eram obrigadas a trabalhar, inclusive, vários amigos.

“Comecei a ficar rebelde, indignado, não podia aceitar que alguém sentisse fome ou não tivesse casa para morar.” Atento às questões políticas, Nacime cursou o colegial e o cursinho em Ribeirão Preto, a 30 quilômetros de Batatais. Impressionava-o, no jornal que continuavam a assinar, os poemas de Camões em lugar de notícias censuradas. Percebia que ocorriam coisas que não ficavam sabendo, prepotência revoltante.

“Participei de um grupo, no colégio, que montou uma chapa alternativa para o Grêmio Estudantil. Foi vetada. Não entendíamos as razões, as desigualdades. Nossa visão social, pouco amadurecida, não permitia que compreendêssemos o poder arbitrário, mas havia uma vontade de participar e de mudar a realidade.” Já resolvera que seria médico. Não tanto por causa do tio de sucesso e projeção em São Paulo, mas sim pelos relatos que ouvia sobre dois médicos de Batatais.

Um deles era o obstetra Brasília Rodrigues dos Santos, que ajudara a trazê-lo ao mundo. Devotado, a imagem da competên-

cia e abnegação. Outro, que chegou a ser prefeito da cidade, Alberto Gaspar Gomes, não conseguia cobrar dos doentes pobres. “Um exemplo. Visitava os doentes e partia no seu velho carro, recusando-se a receber, os honorários não eram o mais importante. Sempre me impressionou. Era muito desprendimento, era o que eu aspirava fazer. Esse idealismo vinha da família e da experiência de conviver com todos, indistintamente. Considero-me premiado por essa infância e adolescência.”

À margem do interesse por política, já na adolescência gostava de uma certa “boemia”, das conversas no Bar do Zé Bonitinho – reduto tradicional, desde a década de 50, de propriedade da família Campezz, que entravam pela madrugada, principalmente com os amigos Olynto, Valdir Barbieri (Dim), João Branco (João Luiz Corsini Garcia) e Paulo Faggioni, já falecido. Amizades sólidas, que permanecem até hoje.

No Ano Novo, reuniam-se na residência de “seu” Nacime e seus familiares, em torno do churrasco feito pelo irmão André, numa verdadeira maratona etílica-gastronômica, em que pontificam tio (materno) Armando, alvo principal das brincadeiras, e o Cabeça (Edson Ricco), investigador de polícia. Até há alguns anos, tudo era antecedido por um “racha” de futebol, duramente disputado.

Influenciado pelo pai e pelo tio Armando, exímio relojoeiro e incontido gozador, tinha predileção pelas músicas de Nelson Gonçalves, Francisco Alves, Gregório Barrios, enfim da velha guarda, dos boleros e tangos. “Todo mundo fica brincando, mas até hoje só ouço esse gênero de música, nunca gostei de rock, Beatles, e, principalmente, de música norte-americana, achava muita alienação. Na adolescência, eu fazia um pouco o tipo contracultura. Não ligava para roupas, tinha interesse por papos intelectuais, livros, cinema. Não perdia um só filme no velho Cine Madalena.”

Decidira estudar em São Paulo. Prestou o exame vestibular em 1975, ano em que terminou o colegial. Entrou na Escola Paulista de Medicina. “Morei em Ribeirão Preto, durante o ano de 1975, fazendo cursinho no Objetivo e terceiro colegial no COC.

Naquele ano, aproximei-me muito de José Mário Barros – morávamos na mesma república – e de Agnaldo Lellis, com quem estudava. Mudei para São Paulo em 1976, quando começaram as aulas. Morei em uma casa transformada em pensão no bairro da Liberdade; meu quarto era a antiga cozinha, entrava-se pelos fundos. Vieram comigo alguns amigos do ginásio: Marquinhos (filho da dona Dinah e do professor Leandro) e Ricardo Scavazza, que faziam cursinho. Aproximei-me do meu tio, que morava no bairro da Aclimação. Não conhecia nada, ninguém, nem na escola. Esse primeiro momento foi assustador, angustiante. Não era medo da cidade grande, mas de perder meus valores. Meu gosto pela música da velha-guarda, o idealismo algo extremista, a crítica à burguesia. Receava ficar insensível, me corromper.”

O fosso desapareceu rapidamente. Na faculdade, divididos em grupos e por ordem alfabética, Nacime foi colocado junto aos nisseis e filhos de coreanos que moravam na Liberdade, Masashi, Myung, Kubo. “Caminhava com eles por ali, aprendi a comer comida japonesa e chinesa, com *hashi*, senão passava fome”.

Procurou a Atlética, pois queria continuar a praticar esportes. Fez parte das equipes de vôlei, futebol e xadrez, durante a faculdade, tendo participado de varias Intermeds, importante competição entre alunos de Medicina. Aproximou-se de outros colegas, Nilson Abdala, hoje médico em Fernandópolis; Nicanor, Nanci, Priscilla, Acary, Pablo (Paulo Pereira Andrade), Chicão (Francisco de Assis). “Íamos aos bares bater papo, tomar cerveja. Em um dos locais tinha um português, vindo da África, que se orgulhava de ter participado da guerra contra os angolanos. Também falava das fantásticas caçadas que fazia à noite, de caminhonete. A certa altura desconfiamos que não caçava animais, mas talvez gente. Nunca mais voltamos lá.”

Saía da escola e parava na padaria Lalis, na Liberdade, para comer e conversar. Continua amigo do dono, o Manezinho, que deixava pendurar a conta quando não tinha dinheiro e, às vezes, pedia-lhe para assumir o caixa. Coisas da época, do Interior, de gente

que confia em gente. Não deixou de ler jornais, mas queria mesmo saber da noite paulistana, das boates, ir aos teatros, aos shows, ver filmes no Belas Artes, dois e até três seguidos. “Época de muitas descobertas; da cidade, dos sebos, uma nova cultura urbana, o anonimato, o acesso a um mundo absolutamente estimulante.”

À morte do jornalista Wladimir Herzog seguiu-se a do operário Manuel Fiel Filho. O general-presidente da época, Ernesto Geisel, que sem alarde vinha reassumindo o controle dos comandos militares, afastou do II Exército o general Ednardo D’Avila, substituindo-o pelo general Dilermando Gomes Monteiro. De outro lado cassava mandatos e direitos políticos de deputados que contestassem o governo ou as Forças Armadas. Era a abertura “lenta e gradual”. No final do ano, a Chacina da Lapa horrorizou-o: cerco, fuzilaria de ataque e invasão da casa em que se reunia o Comitê Central do PC do B, com a morte de três participantes, dois deles membros da comissão executiva nacional.

O primeiro contato de Nacime com o grupo de Natalini, na Escola Paulista, deu-se por leitura: a famosa entrevista da colega de turma Regina de Medeiros ao jornal *O Barretinho*. Impressionou-se. “Disse coisas meio bombásticas para a época, a respeito do trote, da política brasileira, da condição feminina, da posição do médico.”

Em 1977, o espírito de oposição à ditadura percorreu o país. Houve a nota oficial do MDB afirmando que o país pedia o fim do estado de exceção, ansioso por normalidade democrática. E, principalmente, as manifestações de discordância ao projeto de reforma do Judiciário, que não restabelecia o *habeas corpus* para crimes à época tidos como políticos.

Prontamente, Geisel usou o pretexto que aguardava para decretar o recesso parlamentar e impor a reforma. Ao mesmo tempo, baixou o “pacote de abril”: eleição indireta de governadores e de um terço dos senadores, criando a categoria dos “biônicos”; número de deputados determinado pela média da população e não de eleitores inscritos, o que aumentava a representação dos Esta-

dos pobres do Norte e Nordeste, com maior número de analfabetos que não podiam votar, diminuindo a do Sul e Sudeste, onde a oposição era vitoriosa. Além disso, no Nordeste dos currais de coronéis, a Arena vencia de qualquer maneira. Outra medida era a restrição da propaganda eleitoral em rádio e televisão. O “pacote” resolvia a preocupação do governo com o resultado das eleições de 1974, em que perdeu os dois terços majoritários no Congresso – o MDB foi de 87 para 165 deputados, a Arena caiu de 223 para 199.

Professores da Faculdade de Direito da USP assinaram a *Carta aos Brasileiros*, escrita e lida pelo professor Goffredo da Silva Teles Jr.. Defendia o Estado de Direito e pregava a soberania da Constituinte a se convocar. O próprio ministro do Supremo Tribunal Militar, general Rodrigo Octávio Jordão, pediu em um discurso a revogação dos atos institucionais, além de outros casuísmos.

Nacime começou a participar de passeatas proibidas. Já havia uma proposta na Câmara dos Deputados propondo a legalização da União Nacional dos Estudantes (UNE), no quadro do que se chamou liberalização controlada. Os estudantes, de início em São Paulo, e depois por todo o país, saíam em silêncio às ruas em favor da reorganização da entidade. Em setembro de 1977, realizou-se uma assembléia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para eleger uma comissão com esse objetivo. Programaram uma comemoração aberta no auditório.

Sob o comando do coronel Erasmo Dias, a Polícia Militar invadiu a PUC, cercada de tanques de guerra, dia 23 de setembro, distribuindo bombas de gás tóxicas e inflamáveis, e espancando com cassetetes elétricos. Queimou quatro moças, gravemente, com bombas químicas – suspeitou-se de napalm. Uma delas, com a mão ferida, o dedo pendurado, antes do hospital foi levada ao Dops. A repressão dedicou-se ainda a depredar as instalações, causando prejuízos milionários.

“Foi a primeira manifestação de que participei. Nessa época, eu via o Francé, liderança no Centro Acadêmico, mas não

tinha contato com ele. Eu achava que o Júlio Cesar estava à frente das manifestações da escola”. Lia a imprensa alternativa e a semanal *Veja*, sob censura prévia, dirigida pelo jornalista Mino Carta, que instilava ferinas e corajosas críticas ao regime militar”, diz, acrescentando: “em 1978 eu estava impaciente. Tinha necessidade de me expressar politicamente e não encontrava o canal. Nem todos os meus amigos tinham vontade de participar. Regina e eu ficamos mais próximos, participamos de campanhas eleitorais. Por iniciativa própria, eu ia a comitês eleitorais e pegava panfletos de opositoristas para distribuir, do Geraldinho Siqueira, do Audálio Dantas”.

Os slogans do MDB davam a medida do trabalho de conscientização: “Vote contra o governo”, “Vote contra o arrocho salarial”, “Vote contra a repressão e a tortura”. Então realmente de oposição, o partido fez quase 57% dos votos válidos. Devido ao “pacote de abril”, no entanto, ficou só com nove cadeiras contra as 36 da Arena.

Nacime não chegou a ligar-se ao grupo de estudos de Natalini na escola. Só seria incorporado no final de 1978, já em pleno funcionamento do ambulatório de Cangaíba e do trabalho político na Zona Leste. A relação era indireta, por meio de Regina. Os dois conversavam muito, em especial nos plantões de fins de semana, quando o movimento era pequeno. Ela trabalhava na internação do Hospital São Paulo, Nacime era estagiário e plantonista do banco de sangue, cargo valorizado, obtido depois de um curso e de uma prova. Regina, segundo Nacime, procurava conhecê-lo melhor e, eventualmente, recrutá-lo para o PC do B, ao qual pertencia. Mas era um processo longo, por envolver riscos.

“Juntos, participamos de muitos enfrentamentos. Certa vez fomos cercados na Faculdade de Medicina, na Dr. Arnaldo, com helicópteros, cachorros. Levávamos rolhas para jogar no chão e prejudicar a cavalaria. E amoníaco em pó para tirar o olfato dos cachorros. Eu não tinha nenhuma ligação partidária, era tudo espontâneo”, ressalta.

A caminho de Cangaíba

Em 1976, Natalini mudou-se da casa da avó para a república em que moravam Mourão e Mario Kono, perto do Hospital do Servidor. Ganhou do pai um Fiat azul, como presente de formatura. Waltinho e Mário Kono tinham fusquinhas. Nesse ano, um médico residente da Oftalmologia foi demitido porque dava plantão fora, para sustentar os dois filhos. Gilberto coordenou uma greve de sete dias e todos os residentes aderiram. Talvez a primeira greve de médicos que se tem notícia. O Hospital do Servidor parou. O médico foi readmitido na Residência, e toda a direção do hospital foi trocada.

“Derrubaríamos depois o superintendente, o diretor clínico e toda a comissão de saúde do Iamspe. Fui o primeiro presidente da Associação dos Médicos Residentes do Hospital do Servidor Público Estadual. Correram lá para me prender várias vezes. Foi quando me aproximei do Jamil Murad, médico do Servidor e do PC do B. Decidi que entraria nesse partido.”

“Eu colocava o jornal *Movimento* em lugares estratégicos, para que as pessoas lessem. Notei que Natalini procurava saber quem fazia aquilo. Assim nos aproximamos”, reconstitui Murad, que foi deputado federal do PC do B por São Paulo e, atualmente, é vereador na Câmara Municipal de São Paulo. Nesse período, em função da mobilização, ocorreu a aproximação com Agrimeron Cavalcanti, que, em nome do incipiente movimento de *Renovação Médica*, buscou aliar-se aos residentes, arregimentando forças para, finalmente, em 1978, ganhar a presidência do Sindicato dos Médicos de São Paulo.

O grupo ainda não se ligara a nenhuma organização. Seus membros se definiam como humanistas. A preocupação era com o sofrimento humano, a exploração e a ditadura. A Medicina seria o instrumento para combatê-las.

Em um sábado, no início de 1976, estavam maduros para começar o trabalho político e de saúde em Cangaíba, bairro pobre e sem recursos da Zona Leste de São Paulo, antiga parada de via-

jantes que seguiam para São Miguel. A quase 30 quilômetros do Centro, tinha uma população operária, formada, principalmente, por migrantes rurais do Nordeste, de Minas Gerais e de trabalhadores de baixa renda expulsos dos bairros centrais de São Paulo pelo aumento dos aluguéis nas décadas de 40 e 50.

Dividiram-se entre os carros que tinham, compraram frangos assados em uma padaria e seguiram rumo à casa de João Chile pela avenida estreita, ladeada de terrenos vazios, no passado o caminho do Vale do Tiquatira, córrego que em tupi significa dor de cabeça, cabeça ruim. Mas não puseram de lado o projeto de fundar núcleos de saúde e politização no Interior, uma proposta da esquerda com objetivo de criar focos guerrilheiros.

Capítulo 2

João Chile

João Chile, falecido em 2014, nasceu em Nova Granada (SP), em 1930, região que recebeu grande número de imigrantes espanhóis. A família mudou-se para Patos, hoje Paulo de Faria, e, depois, para Córrego do Bacuri, lugarejo mais próximo de Minas Gerais: seis casas, paredes de barro, tetos de sapé, pisos de chão batido. Sempre seguindo a abertura das lavouras, assentaram-se na cidadezinha de Mangaratu e, depois, em Nova Granada. Seis crianças, pais lavradores espanhóis. Língua materna, o espanhol. O menino tinha 9 anos quando perdeu a mãe, de parto.

Um ano depois, morreu o pai, e João morou até 1947 com a irmã já casada, no distrito de Américo de Campos, em Córrego dos Queixadas, perto da cidade. Trabalhava com a família na lavoura, mas o cunhado cuidou para que aprendesse a ler e a escrever à noite, pagando aulas particulares a uma professora. Da infância lembra-se da mãe, que procurava ensinar-lhe a cartilha e repetia elogios à sua inteligência; os brinquedos feitos com sabugos de milho; o negro Rogato, que o aconselhou a não ser briguento e que, todos os dias, à tardinha, contava histórias para

as crianças. E, aos domingos, o puxa-puxa que comia no engenho de outro espanhol, doce feito logo antes de formar-se a rapadura, mergulhando-se a massa na água.

Com 17 anos, cansado da vida pacata do lugarejo, João Chile foi batalhar pela vida em Córrego do Matão e, depois, em Samambaia, como lavrador. Ali conheceu a futura mulher, Alzira, sobrinha do sitiante. Em 1954, mudança radical: tentou o sucesso na Capital como cantor de rádio, pois bem entoava canções em uma seresta. Escolheu um parceiro de música sertaneja e juntos animaram bailes populares. A dupla, aprovada em teste na Rádio Nacional, teve até um disco gravado. Mas nunca recebeu dinheiro suficiente. Passados quatro anos, o parceiro morreu.

“Eu desgostei e nunca mais arrumei outro para cantar. Fui trabalhar de prensista na Caio, fábrica de ônibus. Também dava uns pontos de solda elétrica e, quando casei, em 1958, fiz teste na Mercedes. Passei como meio-oficial. Trabalhei lá por oito anos. Com o dinheiro do salário construí sozinho nossa casa, de baixo para cima, no Cangaíba.”

O sobrado fica em uma rua tranquila do bairro, em meio da encosta que desce para o Parque do Tietê. A vista se abre para o rio à frente, a cidade de Guarulhos na outra margem, a Serra da Cantareira ao fundo e, à esquerda, o Morro do Jaraguá. No piso inferior, respeitando a curvatura do morro, o apartamento externo e a copa-cozinha separadas por um balcão. No lance térreo, um pouco acima do nível da rua, os dois dormitórios, saleta e banheiro. Um jardimzinho bem cuidado complementa a fachada colonial. O casal teve quatro filhos. A mais velha, Sandra, é psicóloga; a segunda, Sílvia, arquiteta; a terceira, Adriana, funcionária administrativa; e o caçula, José Antonio, projetista de pisos de granito.

João Chile despertou para a política quando um colega soldador, atento às suas queixas acerca da situação dos operários, convidou-o a visitá-lo em casa. “Ele me emprestou livros para ler. Comecei a participar do sindicato e fiz um curso trabalhista. Como era o aluno mais impicante, o advogado que dava as

aulas me chamou uma noite para ir à salinha dele. Explicou o que era a Ação Popular (AP) e me convidou a entrar. Concordei. Isso foi por volta de 1965, depois do golpe de 64. Ganhei o apelido de Gazetinha.”

A AP nasceu de estudantes da Juventude Universitária Católica que queriam escapar da hierarquia católica hostil à esquerda, como descreve Jacob Gorender no livro *Combate nas Trevas* (Editora Ática). Definiu-se por um socialismo humanista, nem marxista nem confessional. Um de seus líderes foi o desaparecido Paulo Wright, presbiteriano, irmão do reverendo Jaime Wright, que trabalhou com o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, no livro *Brasil Nunca Mais*, sobre tortura, torturadores e desaparecidos durante a ditadura militar. Havia também marxistas e pessoas sem religião.

De início, atraída pela luta armada, a AP definiu-se mais tarde por um maoísmo cristão. Seu principal organizador foi Herbert José de Souza, o Betinho, irmão de Henfil. Em 1961 e 1962, a AP conseguiu eleger Aldo Arantes e José Serra à presidência da UNE.

A organização orientava seus operários a se ligarem à Igreja. João Chile procurou a Ação Católica Operária e a igreja Bom Jesus do Cangaíba, onde conheceu os padres franceses e a irmã Anete, cônica de Santo Agostinho, que trabalhava com eles e na Pastoral Operária do Jardim Nordeste, no vizinho bairro de Artur Alvim. Chile ajudou em reuniões com jovens e, por duas vezes, com Alzira, deu orientação a casais sobre a educação dos filhos. “Aconselhávamos a não mimar demais as crianças nem comprar brinquedos eletrônicos antes que os pedissem. Dizíamos: não faça de seu filho um médico, engenheiro, advogado ou cientista, faça dele um homem.”

João Chile teve vários empregos. Em um deles, firma de montagem vinculada à Volkswagen, dedicou-se com empenho ao trabalho político. Funcionava como mensageiro, proselitista, panfleteiro. Nos intervalos de almoço convocava operários de várias fábricas para discussões ao ar livre.

Certa vez, já na Lorenzetti, indústria de materiais elétricos, foi encontrar um companheiro às três horas da manhã para espalharem panfletos que propunham a luta armada. Trazia-os em uma sacola, caprichosamente fixos em fios de arame. Esgotado o prazo de espera, três minutos, foi sozinho a uma ponte de pedestres, amarrando os arames. “Quando terminei, vi os operários começando a chegar pela ponte. Tomei café no bar e, calmamente, fui para a Lorenzetti. Volta e meia um colega vinha me mostrar o que tinha achado no caminho e eu fazia cara de espanto.”

O emprego seguinte foi na Bardella, metalúrgica de mecânica pesada. “Eu trabalhava como soldador para raios-X, solda pesada. A primeira pessoa que ganhei foi o mestre. Não para a AP, mas dei clareza a ele, que já tinha um pouco. Depois de um ano na fábrica, precisamente no dia 26 de novembro de 1971, fui chamado pela portaria dos fundos. Eu me toquei, mas que jeito? Cheguei lá, era o Dops. Disseram ‘é só um depoimento, você volta logo’. Teve uma conversa, porque eu queria tirar o macacão e tomar banho para tirar o suor. Deixaram trocar a roupa, mas banho não – seis tiras armados guardavam o banheiro.

Aí insisti, queria fazer cocô, o tira disse: ‘Você faz lá’. Mas o mestre, Fenício, que não tinha me deixado um segundo, disse ao homem: ‘Você ainda está no domínio dos Bardella e aqui valem os direitos do João’. Assim pude me fechar na privada e dar a descarga em cima de um documento escondido no bolso da japona, que complicaria a minha vida.”

Ao entrar na perua policial, deu com dois companheiros da Lorenzetti. Fingiram não se conhecer e permaneceram calados durante o percurso. Souberam logo que um militante da AP, torturado, denunciara 40 pessoas da organização. “No Dops levaram-me à sala do Fleury. Com uma automática sobre a mesa ele me recebeu com um palavrão e perguntou: ‘Españhol, por que você não vai fazer a revolução lá na sua terra?’. Aí começaram a me bater muito, me derrubaram várias vezes e levei chutes de todos os lados. Depois de apanhar tudo aquilo,

o Fleury mandou pegar uma cadeira. Achei que ia melhorar. Foi pior ainda.”

Tapas simultâneos nas orelhas, tortura apelidada de telefone, não provocaram apenas surdez temporária. João Chile perdeu 40% da audição no ouvido esquerdo, 25% no direito. Devolvido à cela quando os torturadores notaram que deixara de ouvir, sequer pôde responder às perguntas dos companheiros encarcerados. Impossível entender o que diziam. No dia seguinte, arrebatado, enfrentou novas torturas.

“Da cela víamos o relógio da torre da Estação da Luz. Por isso gravei que no dia seguinte vieram me buscar às 9 da manhã. Na sala de torturas vi duas mesas com cordas. Tive medo de morrer. Fui obrigado a tirar a roupa, amarraram meus pés, as mãos e me penduraram. Pau-de-arara. Tomei choques e mais choques. No polegar do pé direito e no esquerdo. No terceiro dia também bateram com uma tábua na sola do pé. Tive sorte porque descobri uma defesa. Quando passavam o fio na barriga parecia que me cortavam, que me saíam as vísceras. Mas nas costas não doía. Aí desgracei a gritar e xingar, para que pensassem que lá era pior. Então, todas as vezes que perguntavam coisa muito importante, iam nas costas. Na hora em que me tiraram do suplício esparramei no chão igual a um molambo, de quatro, sem condição alguma. Vi minhas mãos pretas. Lembrei dos meus filhos. Foi difícil. Mandaram que me vestisse, mas não conseguia. Ajudaram com aquela fineza de tiranos e fui arrastado para a carceragem.”

De volta à cela, João Chile permitiu-se chorar. Desabafou em lágrimas emocionadas dor, humilhação, revolta e orgulho. Não abriu a boca, a ninguém denunciou. Repetia, entre soluços, que não entregara ninguém. Devagar, acalmou-se um pouco e ouviu de dois estudantes da AP que era bobo, quase morrera no pau-de-arara. “Nem sei o que falei para esses dois meninos. Desacatei, perdi o nível político. Aquilo me magoou demais.” Um dos presos, médico, pegou o lençol, rasgou tiras e enfaixou-o. “Disse para eu ficar imóvel e obedeci. Fiquei bom.”

Alzira sabia do trabalho político do marido. Algumas vezes ajudou-o a pichar e distribuir panfletos. Mas pouco militava, pois os filhos ainda eram pequenos – 7 a 11 anos.

“Desconfiei que seria preso quando vieram procurar João à noite, turno em que trabalhava. No outro dia, não apareceu no horário de chegar do emprego, às 4 da manhã. Fui à firma e me informaram. Pagaram o salário e o décimo terceiro, tudo direitinho. Aí procurei o INPS. Fiquei recebendo. Mas não bastava e toda a semana o padre João Bernardo contribuía com uma parte da coleta da missa.”

Regularmente, ela levava suprimentos ao Dops, sem permissão de ver o marido. Só pôde visitá-lo passados dois meses e levou os filhos, que de tudo sabiam. Aos sábados, muitas vezes a irmã Anete vinha de carro para levá-la a passeios com as crianças. Depois de algum tempo, João Chile foi transferido para o presídio Tiradentes. Ficou lá cinco meses.

“Fiz um bom curso de matemática e outro de elétrica. Como gosto de estudar, assisti a mais dois cursos no Tiradentes: desenho e projeto. Os companheiros é que davam as aulas. Aí o Dops veio me buscar dizendo que eu seria libertado. Mas me puseram na cela 6 por dois meses e conheci três estudantes de Medicina. Logo que saí deixei de ser soldador. Passei a eletricista.”

Três anos correram. Em um sábado tranquilo, sem imaginar a surpresa que teria, João Chile atendeu à campanha da porta de sua casa. Abriu-a e demorou a entender quem estava à frente do grupo de pessoas. “Você falou que a gente não vinha, desafiou”, foi logo dizendo Gilberto Natalini. “Aqui estamos, uns 12, com frangos assados para todos. Viemos para atender a população pobre.” Lá estavam: Gilberto, Walter do Nascimento, Paulo Horta, Mário Konno, Paulo Mourão, Paulo Puccini, Sula, Walter Feldman, José Eduardo, Lilla, Daniel e Júlio César.

“Fiquei enlouquecido. Senti uma alegria imensa, nos abraçamos, me emocionei. Foi impressionante ver um companheiro cumprir a promessa feita há tanto tempo. Não esqueceu, não

perdeu o endereço. Antes de almoçar, fomos falar com o padre”.

João Bernardo percebeu de imediato que estava diante de um grupo politizado. “Tinha de ser mesmo. Só um sentimento forte motivaria pessoas a dedicarem seus fins de semana e o lazer ao trabalho social em bairros pobres, tão afastados do centro.”

Recebeu-os afetosamente, repetiu o que dissera a João Chile quando sonhavam que um dia chegariam médicos e enfermeiras para a casa vizinha ao Centro Social, construída com esse objetivo: o grupo era como queijo ralado sobre uma travessa de espagete. “Mas que não seja fogo de palha, hein?”. “Não, não, padre, não somos crianças”, ouviu de Natalini.

“De fato mostraram não ser crianças, pois sempre comparecem, principalmente Francé e Nacime. São formidáveis”, afirmava padre João Bernardo. “Todos me surpreenderam pela generosidade, eram muitos.”

O grupo seguiu para a casa de João Chile. Estavam presentes Alzira e os filhos. Chile tocou violão e leu suas poesias “Soldado da Paz”, “Árvore Caída” e a sátira “Trem Jiboia”, cerca de 80 versos, que seriam apresentados dez vezes na Praça da Sé no final da ditadura. Na encenação, oito pessoas formam um trem no palco e começam: “Às quatro da madrugada, Chico sai do barracão/ Sai numa pressa danada/ senão perde a condução/ Está em cima do horário/ daquele trem operário/ que para em tudo o que é estação/ Chico vai, Chico vem...” Almoço inesquecível para todos.

A ala progressista da igreja católica cuidava-se, fortemente visada pelo regime militar. Permaneciam dolorosos na memória os assassinatos, em 1976, do padre João Bosco Penido Burnier, fuzilado por policiais em 15 de outubro daquele ano, quando pretendia visitar a cadeia de Ribeirão Bonito (MT) com o bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, em razão de denúncias de que ali havia tortura; do salesiano Rodolfo Lunkenbein e do índio Simão Cristino, dia 15 de julho de 1976, quando 60 fazendeiros armados atacaram a aldeia dos Bororó na Reserva Indígena de Meruri, ferindo muitos. E do atentado a dom Adriano

Hypolito, bispo de Nova Iguaçu, sequestrado, espancado, ameaçado de morte e solto nu, no meio da noite, pintado de vermelho.

A mídia conservadora também investia contra os que qualificava de bispos e padres vermelhos, prontos a oferecer apoio a quem lutasse por melhores condições de vida, ajudando a organizar o povo. E políticos que apoiavam o governo os acusavam de servir aos interesses de ideologias anticristãs, materialistas.

Em alerta contra manipulações e excesso de exposição, embora bem impressionado pelo grupo da Escola Paulista de Medicina, o padre João Bernardo julgou necessário conversar antes com o bispo auxiliar da Zona Leste, dom Angélico Sândalo Bernardini. A respeito, preveniu os visitantes.

Dom Angélico decidiu conhecê-los. João Bernardo marcou uma reunião na igreja Bom Jesus do Cangaíba, ainda em obras – seria concluída em 1978. “O encontro foi em uma das três grandes salas do primeiro andar, sobre o salão, onde funcionavam a creche, o supletivo, as reuniões de mulheres. Chamamos de terraço por causa das paredes envidraçadas. Lembro como se fosse ontem”, lembrava João Bernardo. “Vieram dom Angélico, Gilberto, Waltinho Feldman, Júlio Cezar, Mourão e Walter do Nascimento. Dom Angélico perguntou: ‘O que vocês querem, finalmente?’. E um deles respondeu: ‘Queremos reunir, conscientizar e organizar o povo’. Aí, dom Angélico olhou para mim e exclamou: ‘nós também!’”

João Bernardo ressaltava, a respeito, que não se tratava, de parte da igreja, de chegar a um movimento político. “O objetivo de nosso trabalho é sempre reunir e conscientizar a partir do Evangelho, para aos poucos chegar a um conhecimento que permita lucidez, reflexão, oportunidade de defender-se.” Dom Angélico, antes de despedir-se, sugeriu: “e por que vocês não pensam na Pastoral da Saúde?”

Pastorais, núcleos de ação social, assistencial e religiosa, ajudam a população a cuidar de problemas específicos por meio de uma rede de grupos, as Comunidades Eclesiais de Base, CEBs.

Em 1975 e 1976, a arquidiocese de São Paulo dera prioridade a elas em seus planos bienais, a fim de promovê-las junto aos desempregados, trabalhadores de baixa renda da periferia e operários não sindicalizados das cidades-satélites. Cada letra da sigla a definia corretamente. *Comunidade* (entre pessoas, interesses e objetivos comuns, em número que possibilitasse a convivência e o relacionamento); *Eclesial* (abertura à palavra de Deus, gerando conversão a si e aos outros, incluindo inimigos, como vocação e carisma; abertura à realidade, como fermento-profética, libertadora, em comunhão com a Igreja, com os sacramentos e com as orações); *Base* (locais de moradia, de encontro ou de relacionamento). O grupo só cumpriria as diretrizes laicas.

Padre João Bernardo (In memoriam)

Padre João Bernardo, falecido há alguns anos, nasceu em 1930 na Bélgica, perto da fronteira com a França, filho de funcionário dos Correios e de uma dona de casa. Em 1942, durante a Segunda Guerra, os pais fugiram com os dois filhos e a filha para Toulouse, no Sul da França. João foi aluno de internato, matriculando-se em seguida no pré-seminário de uma congregação. Com 19 anos prosseguiu no intento de ser padre diocesano. Estudou em Paris, Roma e, de volta a Toulouse, já ordenado, foi professor. Empreendeu a grande aventura em 1960, com os amigos do seminário, juntos a vida inteira: Cláudio, Rogério e Marcelo, todos falecidos.

Viajaram para o município de Guajará-Mirim, Rondônia, região dos Pacaás Novos, atualmente denominados Ari-wari, no meio da selva. “Fomos muito influenciados pelo bispo francês de Guajará-Mirim, Francisco Xavier Rey. Sonhávamos trabalhar com ele em saúde e educação. Ficamos lá 10 anos. Tivemos problemas com nossas cartilhas; os militares, depois do golpe de 1964, as consideraram comunistas. Dom Francisco morreu e foi sucedido por dom Geraldo Verdier, nosso superior.”

João Bernardo e os amigos enfrentaram condições difíceis – malária, outras doenças, desconforto. “Nunca impusemos nada

aos índios, sobretudo desde os anos 70 e 80. Não os catequizamos nem os forçamos ao batismo. Ajudamos a manter sua cultura e conseguimos, com o arcebispo, delimitar uma área a 600 quilômetros de Guajará-Mirim. Ninguém entra, só os índios. Um único branco está lá para controlar se aparece algum aventureiro, bandido. Outros padres e um bispo continuam o nosso trabalho. O bispo, dom Luiz Gomes de Arruda, de 88 anos, publicou uma gramática dos Ari-wari.”

Em 1970, os franceses encerraram a tarefa em Rondônia e mudaram-se para São Paulo. Foram falar com o cardeal, na época dom Agnelo Rossi. “Queremos trabalhar em um reduto pobre de periferia. Quais são suas necessidades?”, perguntaram. “Necessidades”, foi a resposta brincalhona. Depois acrescentou: “falem com dom Bruno Maldaner, bispo do bairro do Belém, que dirige a diocese da Região Leste”.

Souberam então que havia uma paróquia carente de padres, pobre e violenta: Cangaíba. Na primeira visita ao bairro, saudou-os um assassinato defronte à pequena capela, à saída de um jogo de futebol de várzea. A região não tinha benefícios exceto uma única rua asfaltada, a avenida Cangaíba, à época ainda estreita.

Os quatro padres franceses instalaram-se na modesta casa paroquial dia 1º de março de 1970. Nas primeiras semanas, detectaram no bairro um núcleo de famílias bem organizadas, estáveis, conscientes, entre as quais várias de imigrantes italianos vindos do Interior. A circunstância facilitou-lhes a tarefa. O primeiro passo foi ouvir a população. “Os habitantes do bairro queriam muito uma igreja. Reclamavam que o vestido da noiva ficava quase na porta quando havia casamento. Mas eram desconfiados porque campanhas para coleta de dinheiro, anteriores, não resultaram em nenhuma construção.”

Os padres decidiram escrever para a Misereor, expondo a situação e pedindo ajuda. Atendidos, retomaram a obra interrompida de uma casa paroquial e construíram o atual Centro Social Bom Jesus do Cangaíba, sob a igreja: um grande salão do-

tado de palco, escritório, banheiros e cozinha, capaz de abrigar múltiplas atividades.

“Os moradores do bairro constataram que o Centro foi terminado e a confiança voltou. Começamos a organizá-los para arrecadar dinheiro com o objetivo de construir a igreja. Mostraram entusiasmo extraordinário.”

Inaugurado dia 1º de março de 1971, com a ajuda constante da freira Maria José Fonseca de Fonseca, assistente social, o Centro Social ofereceu de imediato três classes de escola primária (média de 110 alunos), alfabetização de adultos, aulas de preparação para o casamento, campanha de agasalhos e doação de mantimentos.

Ao encontro do mercado de trabalho instalaram-se os cursos de torneiro mecânico, tipografia, eletricitista, corte e costura, culinária, datilografia, atendente de enfermagem, desenho mecânico. Voluntários e trabalhadores aposentados lecionavam. Abriam-se supletivo, creche, curso para formação de líderes comunitários – todos documentados nas atas sob responsabilidade da professora Lourdes Bezerra. Logo se multiplicaram os núcleos por regiões vizinhas, dotados de creches e outros atendimentos. A entidade ligou-se à Prefeitura de São Paulo e ao Estado, para receber verbas sociais.

Os Clubes de Mães tiveram papel marcante. A igreja costuma destiná-los a trabalhos manuais e conscientização religiosa. Distribui leite e cestas básicas. As mulheres fazem crochê, panos de prato, roupas para crianças, vendidos nos bazares. O dinheiro ajuda as entidades necessitadas. “Organizávamos as mulheres nos bairros para pensar na problemática delas. Sofrem muito. São abandonadas, enfrentam a falta de dinheiro, a violência dos homens. Nós nos preocupávamos em politizar um pouquinho as pessoas para se conscientizarem das próprias condições. O mesmo valia para a Pastoral Operária. Reuníamos os homens a fim de refletir sobre a situação, debater a realidade dos problemas. E aplicar o dever cristão baseado no Evangelho: ver, julgar e agir”, explicava o padre João Bernardo. Os religiosos moravam, antes

do falecimento, em uma casa paroquial pertencente à diocese, no bairro Parque Anhanguera, próximo de São Paulo. Periodicamente visitavam a obra em Guajará-Mirim e prestavam serviços solicitados por dom Geraldo Verdier.

Atendimento

O ambulatório foi aberto em janeiro de 1976, aos sábados, servindo à população desprovida de serviços médicos e, logo mais, às pessoas que preferiam tratar-se ali. Eram 10 médicos e três estudantes de Medicina, que se dividiam em escalas. De início, uma sala de espera, outra de curativos, um consultório e um cômodo para farmácia. Hoje são três consultórios, além das outras dependências.

“Estudávamos na Escola Paulista de Medicina, atendíamos no Cangaíba e não interrompemos a luta estudantil. Aí a coisa já estava avançada, passeatas nas ruas questionavam o regime militar. Atendíamos com medo, porque éramos médicos de esquerda, atuando na periferia junto a operários”, relata Walter Feldman.

Seguiam cedo para a Zona Leste. Trechos de paralelepípedos correndo entre numerosos terrenos baldios revestiam a avenida Cangaíba, que mal permitia a dois ônibus se cruzarem. Sensação de estarem viajando, certos de que fariam uma diferença, levavam carinho e um pouco de Medicina – nessa ordem.

Iniciavam o dia com o pré-natal; à tarde, clínica e pediatria. Os universitários cuidavam da pré-consulta, procedimento em geral executado pela enfermagem: mediam pressão, temperatura, pulso, peso e os anotavam nas fichas. Ao mesmo tempo, treinaram as paroquianas que ainda hoje lá estão. Elas mantêm organizada a pequena, mas complexa farmácia, fazem a triagem das prioridades, ajudam nas pequenas cirurgias. Durante algum tempo – por iniciativa de Paulo Mourão, que treinou as voluntárias – implantou-se a rotina para realização de alguns exames laboratoriais, como glicemia e teste de *pregnosticom*.

Natalini realizava no ambulatório pequenas operações de-

pendentes de anestesia local, geralmente de pele. Reservava as noites, às vezes os fins de semana, para cirurgias mais complexas – apendicites, hérnias, vesículas, úlceras, câncer. Internava os pacientes pelo Inamps no hospital Cristo Rei, bairro do Taupapé, onde trabalhava um de seus preceptores em cirurgia, Nagemassa Yamagushi.

“Ensinou-me a operar. Católico, muito religioso, gostava de mim embora eu fosse de esquerda, comunista e tal. Via o amor da gente pelo trabalho, a maneira de tratar os doentes. Então, me ajudou demais sempre que precisei de um favor em cirurgia. Yamagushi trouxe-me entre 1976 e 1977 para trabalhar com ele. Operei muito. Mais tarde, ainda estudante, as primeiras cirurgias que Nacime auxiliou foi lá, comigo.”

“Gilberto operou minhas duas hérnias, fiquei novo”, testemunhava João Chile. “Fiz um repouso em casa, porque foram duas cirurgias, e nesse dia a TV Globo veio me entrevistar. Gilberto ficou ajudando na iluminação, segurava uma lâmpada. Quando a repórter perguntou se eu estava satisfeito com o trabalho dos médicos, respondi que muito, e que aquilo tudo tinha sido fruto da cadeia.”

Certa vez, Natalini atendeu no Cangaíba um idoso de 87 anos, alfaiate, que não conseguia mais costurar. “Internei-o no hospital; ele sofria de um grande câncer de cólon. Operei e ele saiu de lá chutando bola. A quimioterapia era conosco, no ambulatório da igreja. Procedimento igual ao do Hospital do Câncer, sem tirar nem pôr. A família comprava os remédios. Teve tanta sorte que viveu mais 10 anos, morreu de outra coisa. Todo ano costurava um terno completo para mim, fazia questão.”

O trabalho crescia. Chegara o momento de expandir, multiplicar a experiência. Um dos primeiros ambulatórios fora do Cangaíba ficava em Engenheiro Trindade, um pouco abaixo. Um dos que para lá foram, já que havia um rodízio, foi Walter Feldman. “Atendíamos em uma garagem. Tinha só a maca e a farmacinha de amostras grátis. Eu ia com Gilberto e auxiliava, pois ainda não me formara.”

Prescreviam remédios eficientes, embora não os mais modernos. “Lembro do Megabil para dores abdominais e do Fiorinal para dor de cabeça. A gente até fazia piada, porque era só o que tinha. Não adiantava prescrever alguma coisa mais recente. Seria inacessível. Sabíamos que a consulta estava vinculada ao remédio, isso era fundamental. E organizávamos logo uma farmacinha de amostras grátis. Por isso foi tão positiva a política do governo de incentivar as fábricas públicas, a produção do remédio popular, os genéricos.”

Quando necessário, encaminhavam os pacientes à rede crescente de hospitais com os quais tinham ligações, além do São Paulo e do Cristo Rei, o Santa Marcelina, o hospital da Penha e o Municipal do Tatuapé.

“Depois de formado, trabalhei no hospital Tide Setúbal, em São Miguel, e lá atendia casos mais complicados.” Três anos depois havia grupos de saúde semelhantes em Artur Alvim, Vila Ré e Jardim Nordeste, onde atendia a dra. Isabel Cristina Barbachan, futura cunhada de Nacime. De Engenheiro Goulart saíram Toninho (Antonio Mogadouro), hoje advogado e que atua como assessor de Gilberto, um dos militantes que se envolveram no trabalho social a partir do desempenho do grupo; e Maria Salete, arquiteta.

Em Engenheiro Goulart também atuava Sérgio Benassi, atualmente vereador em Campinas pelo PC do B. Walter do Nascimento atuava mais na Vila Cisper, em Ermelino Matarazzo, bairro vizinho de Cangaíba. “Sem água encanada, asfalto. Tinha uma fábrica de vidro e algumas metalúrgicas. Começamos a levantar as reivindicações da população, suas histórias”, recorda. “Queriam hospital. A visão nossa era outra, preventiva – postos de saúde com vacinas, cuidados contra o diabetes, as moléstias cardíacas e acompanhamento pré-natal. Distúrbios capazes de desencadear a discussão política: salário e saúde, educação e saúde, habitação, alimentos, saneamento. Fui um dos responsáveis pela elaboração do audiovisual, mais tarde o jornal do partido, o material gráfico das greves dos metalúrgicos. Basicamente, propaganda.”

O grupo aguardara, paciente, a integração na comunidade, quando surgiriam oportunidades para ações que consideravam mais consequentes, abstendo-se progressivamente do assistencialismo. De fato, em um futuro próximo, mobilizando os moradores e com a ajuda de colegas sanitaristas na Secretaria da Saúde, conseguiriam asfalto e água encanada. Não apenas na Vila Cisper. Além disso, da Penha a Itaquera, todos os postos de saúde da Zona Leste resultaram da luta popular organizada.

Uma dessas unidades, a UBS de Ponte Rasa, recebeu o nome de Carlos Olivaldo Muniz, o Baiano, falecido em acidente automobilístico, que tinha grande afinidade com o grupo do Cangaíba desde a faculdade. Baiano era da turma de Francé na EPM e, posteriormente, cunhado de Walter do Nascimento.

Valiosos auxiliares

A professora Lourdes Bezerra participa do centro social desde a inauguração. Já foi a presidente e, até hoje, é a secretária. Ajudou a organizar praticamente todo o trabalho social da igreja, atendendo aos problemas mais prementes do bairro: saúde, educação e creche. Cuidou das visitas a famílias carentes e da entrega de cestas básicas. Por ser funcionária do Estado, encarregou-se do curso supletivo, que cobria até a oitava série.

“Era um curso ótimo para jovens a partir de 16 anos. A maioria vinha de outros Estados e nem tinha primário. Depois do curso esses jovens encontravam emprego, pois os padres ajudavam na colocação. Muitos vieram me agradecer mais tarde. Alguns se formaram em Direito.” O supletivo durou cinco anos. Quando ela se aposentou, o curso foi transferido para uma escola.

Lourdes não pertencia ao grupo da Saúde. Eventualmente, ajudava nas fichas de receitas e no que os médicos necessitassem da secretaria. A ligação com eles dava-se por meio do supletivo. Semanalmente vinham dar palestras. “Walter Feldman era quem mais dava palestra. Trazia slide sobre prevenção, saúde; cuidados com água, esgoto, higiene. E tratava da cidadania, dos direitos do

trabalhador. Mostrava a importância de lutar por salário, condições de trabalho, moradia.”

Lourdes Bezerra nasceu em 1927 na cidade paulista de Novo Horizonte, quinta de 11 filhos. O pai era proprietário de uma chácara e, em tempos de colheita, todos ajudavam na lavoura. Completou o ginásio caminhando dois quilômetros até a escola pela manhã, às aulas de ginástica; e, novamente à tarde, ao curso regular. Não havia nenhuma escola depois do ginásio, e a mãe, que só cursara o primário, decidiu que a família mudaria para São Paulo. “Vocês têm de estudar”, determinou. Permaneceram na cidade natal um irmão farmacêutico, um seminarista e uma irmã que seria professora.

Mudaram-se para o Cangaíba e, por um período, somente um dos irmãos arcou com a família. Terminados os estudos empregavam-se, todos professores exceto uma irmã, secretária. “Foi sacrificado, vivíamos em dois cômodos, cozinha, banheiro fora.”

O Cangaíba parecia roça, nem ônibus tinha. Lourdes ia a pé pela estreita rua de terra até a Penha. Ali tomava o bonde para ir ao Colégio São José, na rua da Glória, centro de São Paulo. Saía 5h15 todos os dias. O irmão a acompanhava, pois ia ao trabalho. “Não havia perigo nenhum.”

Maria Borges

Maria Borges foi a primeira auxiliar-assistente. Apresentou-se a Gilberto Natalini no dia em que o ambulatório abriu. Não falhava. Atualmente, uma de suas tarefas é visitar doentes em casa e acompanhar o tratamento. Dependendo da situação, informa o médico ou toma outras providências. “Todo o mundo, aqui, me conhece. Minha casa é pertinho da igreja. Moro nessa rua desde que cheguei a São Paulo.”

Trabalha também com as crianças da Pastoral do Menor, atividade predileta. São mais de 60 e passam o dia na igreja. Recebem o café da manhã, sobem às classes – as professoras são

voluntárias –, descem, almoçam, tornam a subir. Às quintas-feiras, Maria Borges cozinha, o que faz com capricho e atenção no tempero. Tudo deve ficar gostoso, adequado ao paladar infantil. A comida é doada. As próprias netas contribuem para que ela compre carne. “Não deixamos sem sobremesa. Um doce ou uma fruta, não faltam.”

Leva ainda a comunhão aos doentes, arrecada o dinheiro das pessoas que ajudam a igreja, arruma as flores do altar. “Eu me sinto tão feliz de poder atuar aqui, apesar da idade que tenho.”

Maria mora em uma pequena casa, arrumadíssima, no fundo do sobrado da filha. A saleta e o quarto, repleto de bonecas. Não pertencem às netas, mas a ela. “Compro sempre, quando era criança meu pai não podia me dar.” Cuida de incontáveis plantas no pátio, em vasos e penduradas, evitando água nos pratos. A prevenção contra a dengue não para. Já saíram em grande mutirão pelo bairro, iniciativa de Gilberto Natalini.

Nascida em 1923 em Ponte Nova (MG), Maria casou-se cedo com um eletricista. Tinha duas filhas e estava grávida quando o marido morreu em acidente de trabalho. Abrigou-se com as pequenas na casa dos pais onde já moravam oito irmãos, trabalhadores na lavoura. Depois de um ano foi possível mudar para São Paulo, onde já estava o mais velho, funcionário da Viação Cometa, principal companhia de ônibus intermunicipal e interestadual da época.

O rapaz economizara o suficiente para alugar uma casa e trazer a família. Maria e as irmãs empregaram-se como domésticas, dormindo no emprego. Viam os seus nos fins de semana. À mãe coube tratar das crianças. “Deu para criar todos. Minhas filhas estudaram como eu, primário, infelizmente não deu para mais. Casaram, tenho nove netas, essas sim, formadas.”

Entrou no apostolado assim que se estabeleceu em São Paulo. Precisava de consolo e conselho para enfrentar a viuvez, a insegurança na formação das crianças. “Fui me levantando, graças a Deus.”

Maria Tura

Maria Tura chama-se de fato Maria da Conceição Ribeiro. Tura é do ex-marido, militante do Partido Comunista. Nascida em Guaxupé (MG), em julho de 1937, muito pequena perdeu a mãe no parto do segundo filho. O pai era maquinista ferroviário, admirador de Luís Carlos Prestes e de Getúlio Vargas. Depois que os primeiros tempos difíceis passaram, já morando em Cangaíba, o marido conheceu João Chile e passou para a AP. “Vários companheiros passaram pela minha casa, na verdade um aparelho. Meus filhos, criados dentro da militância, diriam que eram tios e primos, se os vizinhos perguntassem.”

Cinco dos filhos têm estudo superior: dentista, professoras de Português, de Ciências, de Matemática, engenheiro, professor de Direito. Aquele que não quis entrar em universidade trabalha com apresentações. Em 1975, Maria inscreveu-se no supletivo do primário à noite, no centro social da igreja. Até então só sabia assinar o nome.

“A dona Lourdes Bezerra era a diretora e a irmã dela, a finada dona Helena, foi a minha primeira professora. Meu marido achou ruim. ‘Pra que estudar?’. Todo dia aquela briga. Falei: ‘Não vou aguentar essa vida’. Graças ao dr. Percival Maricato, que João Chile conheceu na cadeia, nos separamos amigavelmente em 1976. O juiz queria que ele me desse uma pensão. Não aceitei, iria querer mandar na minha vida. Provei que podia sustentar a família com minhas costuras. Fiquei livre.”

Maria começou a participar do trabalho dos médicos. “Tinha o Paulo Mourão, a Sula, a Regina. Conheci o padre João, o dom Angélico. Fazíamos aquele trabalho de formiguinha que eu entendia muito bem, de conscientização. Brincava e ainda brinco: nós viemos nos esconder debaixo da saia dos padres.”

No Clube de Mães, esforçava-se em transmitir as mensagens que aprendia. Ajudava nas reuniões de esclarecimento com os audiovisuais. E terminou o primário em nove meses. Em 1980, uma amiga, assistente social, estimulou-a a prestar um concurso para o Centro de Saúde da Penha.

“Era a Isabel, que me deu aulas na casa dela, aqui no Cangaíba. Ensinou Saúde Pública. Explicou sobre as doenças infecciosas como a hepatite, leptospirose, que vêm do lixo; como evitar a formação de lixo; a importância de ferver a água; lavar bem os alimentos. Havia apenas uma vaga no Centro de Saúde da Penha e concorri com 600 candidatos. Peguei o sexto lugar. Pensei: ‘Nem vão me chamar’. Em 1981, me chamaram porque os cinco primeiros escolheram outros lugares. Até hoje tenho o Diário Oficial em que saiu o meu nome. Vaga para efetiva. Queria virar uma trabalhadora e continuar a luta de classe.”

Tura e Nilce (Maria Leonilce Sanches), auxiliar de enfermagem, fazem hoje, no atendimento médico, trabalho específico de orientação e controle de hipertensos e diabéticos, grupo multiprofissional. Nilce trabalha na UBS Carlos Gentile de Melo (Cangaíba), conquista da luta dos médicos junto com a população.

Nena

Itamar Giordan, que todos conheciam por Nena, falecida há três anos, era outra presença ativa desde o início do atendimento. Nasceu na própria Zona Leste, bairro do Belém, em 1928. “Minha tarefa é medir as crianças, pesar, ver a temperatura e colocar todos os dados nas fichas. Fazíamos mutirões para chamar o povo. Vinham muitos”, dizia.

Desenvolveu, como as demais senhoras do ambulatório, a arte de acomodar as expectativas dos pacientes. “Às vezes, não conseguimos. Vem aqui uma senhora, bem velhinha, que só quer o Francé. Se ele não consegue atender, ela vai embora. Não tem jeito”, disse em entrevista para a primeira edição deste livro.

No mais, ajudava no Centro Social, servindo café nas múltiplas atividades da igreja. “Planejo com cuidado. Quando são jovens, a gente tem de pensar em suco, chocolate quente. As pessoas precisam ficar contentes”, afirmava.

Nena foi costureira e depois tecelã. Era tão rápida e competente que, com o seu salário, construiu a casa no terreno compra-

do pelo marido, Francisco Giordan, contramestre de tecelagem. Atuavam juntos na igreja. O filho Francisco é funcionário de um empresa; a filha Rosalina, casada com o dono de um açougue e mãe de duas crianças, é dona de casa.

“Dos médicos, como eu adorava o Júlio Cesar! Já o meu marido só queria o Francé. Mas o grupo inteiro... a gente parecia uma família. Foi uma época muito gostosa”, ressaltava.

Marly

Marly Linardi Correia é mais uma auxiliar dedicada. Entrou em 1982. “Trabalhei com Waltinho Feldman e um pouco com o Waltão do Nascimento, Francé, Nacime, Natalini. Media a prescrição. De oito anos para cá cuido de quem precisa de remédios. Se não tiver no atendimento, vou buscar no posto de saúde. Gosto demais dos médicos, beneficiam muito o povo. Se um dia acabar... são muito queridos.”

Marly nasceu no Cangaíba em 1950, filha de operário. Estudou até a quinta série. Casou-se com Francisco Correia Filho, vendedor de tecidos. Em 1968, ganhou uma bolsa de estudos e fez o curso de atendente no hospital Leonor Mendes de Barros. “Toda a vida gostei de enfermagem. Foram três meses de tensão doméstica, pois meu marido tinha preconceito contra enfermeiras. Achava que não prestavam.”

O casal têm quatro filhos. O mais novo, Ricardo. A mais velha, Simone, dona de uma loja de presentes, é casada e tem Rafael, que Marly cuida como filho. Patrícia, fez Direito. Fabíola, abriu uma creche. Há alguns anos, Fabíola é a professora responsável pelo Projeto de Reforço Escolar da Associação Popular de Saúde (APS), com cerca de 80 crianças. E é coordenadora pedagógica da creche que a APS administra na Vila Silva, CEI Prof. Adhemar Ferreira Castilho.

Nega

Lourdes Teixeira Prático, a Nega, nascida em 1939 em Sales de Oliveira (SP), frequentava o Clube de Mães da igreja de Can-

gaíba. As integrantes ajudaram a comprar, para o ambulatório, um aparelho de medir pressão. Ofereceu-se como voluntária e há 40 anos colabora no atendimento. “No começo, entregava os remédios aos pacientes e fazia testes de diabetes. Logo cursei enfermagem na Escola Ana Nery. Passei a aplicar injeções, atender gestantes. Orientava nos cuidados com os bebês.”

Trabalhou como costureira depois de casar-se e cuidou de crianças em uma escola infantil. Aposentou-se e, além do atendimento em Cangaíba aos sábados, é voluntária do Asilo Bezerra de Menezes, na Penha.

Nega é casada com Valdemar, exímio músico, que com frequência é quem anima as rodas de seresta com nostálgicas músicas da velha guarda, Natalini cantando e a cachaça da “boa” saudando a convivência fraterna. O casal teve dois filhos naturais: Milene, dentista; e Denis, engenheiro elétrico; e adotaram Soninha que recentemente lhes deu mais um neto, Mateus, que se juntou ao Bruno e Mariana.

Nega controla hoje a distribuição de cestas básicas que a APS fornece mensalmente a famílias cadastradas.

João Artur

João Artur Vieira, que nasceu em 1933, em Ribeirão Preto, filho de Micaela e Claudiomiro Vieira, veio a São Paulo em busca de melhores oportunidades. Participa do atendimento desde o início dos trabalhos, mesmo quando tinha apenas uma folga semanal. “Ali eu faço o que mais gosto na vida, que é ajudar os outros.”

O competente e dedicado João Artur foi o principal auxiliar de Gilberto na realização de pequenas cirurgias no ambulatório. Casado com Isaura, não tem filhos. É metalúrgico aposentado.

Coração

“Participar do atendimento, auxiliar os mais necessitados é tudo de bom. Não falto. Gosto muito dos médicos, principalmen-



Sede da APS:
Francé, Laia e Vanda,
em 1981



Reunião popular
na sede do APS.
Natalini, João Chile,
Francé e Brasilina,
entre outros, em 1981



Francé, José da Silva
Guedes, dra. Tasue,
entre convidados.
Festa dos 25 anos,
em dezembro de 2001



João Chile discursa na festa dos 30 anos, em dezembro de 2005

Matéria do Jornal da Associação Paulista de Medicina sobre o Voluntariado, em outubro de 1999

DIÁRIO DO MÉDICO

Solidariedade começou na prisão

Luciano Oncken

Nesta sala, no qual comemora a APM dedica o trabalho de voluntários que se dedicam como voluntários no atendimento de pessoas carentes. As reportagens atiram sua atenção para o trabalho altamente profissional e de doação, que resgata o papel do médico na sociedade e também a relação com o doente.

Terço da década de 70, o estudante de Medicina Gilberto Nazliani e o operário João Chile são "bolsistas" da cela 6 do DOPS. Presos pela ditadura militar, o operário desobediou com o estudante, você se formar, vai ficar rico e esquecer os pobres". Nazliani diz que não há a palavra a João Chile de que um dia vai voltar ao trabalho na Cangaíba e fazer alguma coisa pela população carente do local. Nazliani formou-se em 1975 em um período de 1976 foi convocar João Chile, contratado pela Igreja do Brasil Jesus do Cangaíba, atual IESB.

No dia 25 de setembro de 1999, Nazliani encontrou o médico cirurgião atendendo como voluntário no consultório indicado pelo amigo. Nazliani é presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (Consaems) e Secretário de Saúde de Duque de Caxias. Ele manteve a palavra dada a João Chile e todos os sábados pela manhã atendendo pacientes de Cangaíba ao lado dos médicos Nacine Salomão Mansur, especialista em cirurgia gástrica e Henrique Sebastião Francé, clínico geral. Os três são da Escola Paulista de Medicina (Unifesp).

Uma equipe de voluntários trabalha no posto, na matração das consultas, no pré-atendimento, na família e na organização. A maior parte está no local desde a inauguração do consultório. As consultas são marcadas às sextas-feiras, à tarde. Os pacientes passam pela consulta e quando há necessidade, são encaminhados para uma cirurgia, são encaminhados aos hospitais e postos da rede pública. Na maioria das vezes, os médicos encaminhavam para os hospitais onde eles mesmos trabalham, onde o clínico Henrique Sebastião Francé atende. "Temos a preocupação em dar o melhor atendimento aos pacientes daqui", afirma Francé.

O Jornal da APM confere o profissionalismo do atendimento, que tem um caráter humanizado e afetivo. "Vemos o problema do paciente, acompanhamos do início ao fim do tratamento. Conhecemos as pessoas pelo nome, pelo apelido. Almoçamos na casa de pessoal e temos até afilhados. Existe uma relação muito saudável. Existem pacientes que frequentam o posto há mais de 30 anos. É uma experiência muito boa", diz Nazliani. Para ele, o trabalho proporciona uma conscientização da cidadania. "O consultório popular gratuito, aqui

Nacine Salomão Mansur

Henrique Sebastião Francé

Nazliani: 22 anos como voluntário

de saúde a hospitais para a periferia da zona leste, criando por meio de assembleias, mobilizando a população. "Para 23 pontos carentes", desafia com entusiasmo.

João Chile é fregetador do consultório até hoje. Estava lidando com a realização da reportagem e se emocionou muito ao relembrar os fatos. "O Nazliani é o melhor homem que eu conheci. Ele é um homem de palavra", repete com os olhos cheios de lágrimas.

de saúde a hospitais para a periferia da zona leste, criando por meio de assembleias, mobilizando a população. "Para 23 pontos carentes", desafia com entusiasmo.

João Chile é fregetador do consultório até hoje. Estava lidando com a realização da reportagem e se emocionou muito ao relembrar os fatos. "O Nazliani é o melhor homem que eu conheci. Ele é um homem de palavra", repete com os olhos cheios de lágrimas.

Jornal da APM - Outubro de 1999

te da rabugice do Francé”, brinca. Coração, apelido de Edemir do Nascimento, filho do pedreiro Alonso e da dona de casa Natália, nascido em São Paulo, em 1958, fez enfermagem nas Faculdades Integradas de Guarulhos. Nunca deixa o trabalho social e de evangelização junto à igreja do Cangaíba, ajudando em várias atividades da comunidade, inclusive animando as várias festas promovidas pela paróquia.

“Aprendi a base com os médicos de Cangaíba. Verificava a pressão, fazia testes de gravidez e glicemia. Depois de um ano como voluntário, cursei Enfermagem no Senac da Ponte Rasa. Eram 1.700 candidatas, 50 vagas. Passei em quarto lugar”.

A prática profissional tornou-o um dos mais respeitados atendentes do Hospital Cristo Rei. É considerado perito em verificar a pressão arterial, várias vezes evitou óbitos graças à habilidade em identificar arritmias cardíacas. Não foi à toa que lhe deram o apelido. Durante algum tempo trabalhou na produção de alguns programas de televisão, principalmente da Mara Maravilha, para o público jovem e infantil.

Coração está em seu posto no ambulatório da igreja de Cangaíba, aos sábados, além de ser o maior vendedor de rifas da igreja.

Pastoral

Em maio de 1976, dom Angélico Sândalo Bernardini convidou os médicos de Cangaíba, já conhecidos nos bairros vizinhos e saudados por onde fossem, a ajudar na Pastoral da Saúde, estendendo o trabalho a outras comunidades religiosas. Atuação nem ambulatorial nem religiosa. O objetivo era obter melhores condições de vida para a população. Guiavam-se pela nova concepção de saúde, com lutas por saneamento, moradia, educação e contra o elevado custo de vida.

“Uma pastoral é eminentemente de igreja”, explica dom Angélico. “No caso da Pastoral da Saúde, além de conscientizar o povo, ela caminha com as duas pernas. Uma, luta pela justiça no campo da saúde, para que não seja vergonhosamente sucateada;

a outra presta solidariedade aos doentes, às famílias, levando a presença cristã. A Pastoral da Saúde era forte em São Miguel.”

Dom Angélico nasceu no dia 19 de janeiro de 1933, em Sal-tinho, na época distrito de Piracicaba (SP). Depois de estudar Filosofia em São Paulo, trabalhou como repórter no *Diário de Notícias*, jornal da arquidiocese de Ribeirão Preto, muito perseguido à época do golpe de 1964. “Defrontei-me com a miséria do povo na periferia. Nasceu aí a minha intenção de me dedicar a ele como padre. Cursei a faculdade de Teologia em Viamão, no Rio Grande do Sul, e Comunicação, na PUC.”

De volta a Ribeirão Preto, atuou em diferentes serviços, e conheceu Henrique Sebastião Francé. “Ficamos grandes amigos”, destaca. Nomeado diretor do *Diário de Notícias*, aprofundou a defesa dos trabalhadores, em especial os do campo. Em 1968, instalou-se em uma favela, onde morou até 1975. Nomeado bispo-auxiliar em São Paulo, integrou a equipe de dom Paulo Evaristo Arns e foi por ele designado à Zona Leste. Ficou até 1999 como auxiliar de dom Cláudio Hummes, arcebispo metropolitano que substituiu dom Paulo.

Cuidava da região de Vila Brasilândia, Zona Oeste, com cerca de 1,2 milhão de moradores, e dirigia *O São Paulo*, semanário da arquidiocese e da Pastoral Operária, quando em abril de 2000, o Papa nomeou-o bispo da diocese de Blumenau, em Santa Catarina, de certa forma afastando-o do caldeirão social. Na Zona Leste, foi substituído por dom Fernando Legal, muito ativo, que manteve boa relação com os médicos do Cangaíba.

O grupo do Cangaíba aceitou o convite para a Pastoral da Saúde. Além dos sábados e domingos, comparecia três, quatro, até cinco dias por semana aos bairros, em geral à noite, para fazer palestras. Trabalhava praticamente em tempo integral.

Seus membros haviam se convencido da urgência de produzir audiovisuais. Primeiro, slides e narração eram essenciais para transmitir informações à elevada porcentagem de analfabetos e semianalfabetos da assistência. Segundo, porque observaram que

nas reuniões e palestras colocavam-se como professores, surtindo efeito menor do que o esperado. Optaram por quatro assuntos: *Alimentação e Saúde*; *Sistema de Saúde*; *Moradia e Saúde*; e *Tuberculose*. Discutido o enredo, Eli Ghanen desenvolveu o material e a médica Nelza Akemi Shimadzu, mulher do médico João Ladislau Rosa, também atuante, desenhou a história em quadrinhos, ajudada pelo Lilla. Daniel fotografou-os. Os textos, simples e claros, eram narrados por Júlio César e gravados por Walter do Nascimento e Paulo de Tarso Puccini.

Distribuía, depois das projeções, uma pequena revista com as ilustrações do próprio audiovisual, oito páginas em papel jornal, para fixar o assunto entre os presentes e possibilitar-lhes a discussão com terceiros. A verba veio da Misereor, que aprovara o projeto de Paulo Mourão. A entidade contribuiu também com recursos para uma pequena gráfica de excelente qualidade, instalada na casa paroquial, e os filmes rodavam em 16 mm.

“Os audiovisuais prendiam a mulherada. Como sempre, as mulheres estavam à frente da luta porque têm aquele compromisso de colocar comida na mesa. Com pouco ou muito dinheiro, têm de pôr. O filho chora de fome, o marido chega do trabalho. Tem de ter alguma coisa”, disse uma mulher à Maria Olinda Costa Santos Carrera, que em 1997 inseriu a entrevista em *Zona Leste do Município de São Paulo: Uma História Marcada por Manifestações e Lutas Populares*, tese de mestrado para o Serviço Social da PUC.

O audiovisual sobre alimentação e saúde explicava didaticamente de que maneira os baixos salários impediam a presença, na mesa dos trabalhadores, dos alimentos imprescindíveis ao correto funcionamento do organismo. O outro, sobre sistemas de saúde, descrevia as condições adequadas de vida – habitação, saneamento básico, alimentação balanceada, trabalho remunerado com justiça, transporte adequado e lazer. Distinguia, em seguida, dois tipos de doença: as degenerativas, por deficiência do organismo; e as infecciosas, dependentes das condições de vida.

O Sistema Nacional de Saúde pretendia cuidar de ambas. Por meio do, então, INPS, as degenerativas; pela ação dos Ministérios (Saúde, Trabalho, Interior), as condições de vida. Mas a população permanecia vítima de ambas as doenças. Para onde iria a riqueza produzida pelos trabalhadores?

O terceiro audiovisual expunha o perigo que representava a casa feita de pau-a-pique, em cujas frestas se escondia o barbeiro, vetor da moléstia de Chagas. Daí a importância de ter moradia em boas condições, o que implicava também em obter água corrente, instalações sanitárias, ventilação, luz, ou seja, ausência de promiscuidade.

O último, sobre tuberculose, tratava do agente patológico, da moléstia, das más condições de alimentação, de moradia e de higiene. As palestras e discussões frisavam que a população não deveria ficar passiva. Ao contrário, o correto seria organizar-se e lutar coletivamente por melhores condições de vida.

Exibidos, diuturnamente, os audiovisuais atingiram milhares de pessoas em encontros caseiros, reuniões amplas nos salões paroquiais, cursos, palestras e até em bares, portas de fábricas e ruas.

“Era muita atividade. E mais as tarefas políticas. Lembro de colar panfletos do PC do B com a Regina, uma noite, os dedos protegidos por esparadrapos para não deixar impressões digitais. No dia seguinte, todos ficavam animados porque tinham feito uma coisa clandestina. De outra vez, pichamos ‘abaixo o regime militar’ no viaduto Guadalajara, mas isso em 1981, na campanha salarial dos metalúrgicos. Fomos todos presos, 32 pessoas direto para o Dops. Tínhamos muito medo de tortura, mas não fizeram nada. O clima já estava mais calmo, logo nos soltaram. Fui preso na rua umas três vezes”, recorda Francé.

Os médicos de Cangaíba resolveram formar um grupo de 17 senhoras do bairro, que se reunia semanalmente para discutir problemas de saúde ligados à vida de todos os dias: contaminação da água, necessidade de um posto de saúde, urgência de segurança nas porteiças da via férrea próxima, vacinação – o que fosse.

“Quando começou a luta pelo posto de saúde no Cangaíba, nós ajudamos. Não sou entendida em política, mas íamos até o Palácio do Governo e nem sei mais em quantos lugares, reivindicar”, lembra Nega.

Cada uma das mulheres transformava-se em agente de saúde, levando os ensinamentos à população. Tinham grande entusiasmo, haviam descoberto uma missão. Alegravam-se porque, de repente, o trabalho as nutria de otimismo, autoestima, perspectivas, ação coletiva. Sem esmorecer, programavam sessões de audiovisual nas favelas. Falavam de medicina preventiva, de doenças. Discutiam a violência doméstica; mais tarde, surgiu um grupo que só tratava desse assunto. Distribuíam os livrinhos didáticos, o material ilustrativo, conscientizavam. Insistiam para que fosse absorvida na mente que a injustiça social, muito forte e presente no dia a dia, não era destino, mas, longe da fatalidade, consequência do sistema político.

Engajada nas lutas do Cangaíba e da Zona Leste, Maria Tura permanece uma liderança. “Quando começamos a trabalhar nos Clubes de Mães, com muita cautela por causa da repressão, ligávamos a pobreza, a falta de comida e de remédios, as más condições de vida, ao governo. Explicávamos: da política depende o salário mínimo. Pois política era assunto proibido, de homens. Mostrávamos o mal que fazia a água sem tratamento, o risco nos poços que originavam tantas doenças e a alta mortalidade infantil, a necessidade de esgotos. Tudo muito simples, claro. E convencíamos as mulheres a lutar por seus direitos.”

Os clubes já eram instrumentos ativos de conscientização. Pedro Jacobi, citado por Maria Olinda Costa Santos Carreira em sua tese, observa que se desenvolveu nas mulheres “uma noção coletiva de direito, fruto do reconhecimento de sua privação não mais no plano individual, mas no plano social.”

“Os audiovisuais eram ferramentas para uma discussão política, de conscientização, faziam a ligação da saúde e seus determinantes sociais com a luta política, pretensamente revolucioná-

ria, e toda esta abordagem nutria os movimentos reivindicatórios por luz, água encanada, esgotos, semáforos, unidades de saúde, hospitais, contra a carestia, etc.”, observa Nacime.

Mesmo com maior atuação na Pastoral da Saúde, muitas atividades eram realizadas em conjunto com a Pastoral Operária, na qual, no Cangaíba, eram ativistas João Chile, Elísio, Benialdo, Messias, Otaciano, entre outros.

Solidariedade

No final da década de 80, uma pesquisa sobre as condições de vida na Zona Leste, realizada pelos médicos de Cangaíba, com Nicanor Rodrigues Silva Pinto, colega de turma de Nacime, docente do Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp, ainda revelava dados dramáticos.

Renda média de três salários mínimos. Mortalidade infantil de 100–140 para 1.000 nascimentos vivos, contra 50–60 no centro da cidade e 12–20 em países desenvolvidos. A rede de água servia apenas a metade da população. Esgoto ausente, exceto em poucos núcleos habitacionais. Focos epidêmicos de febre tifoide, poliomielite, leptospirose, sarampo. Só em um posto de saúde, na Penha, foram registrados 300 casos de mal de Hansen. Causas mais comuns de óbito: gastroenterocolite aguda e broncopneumonia. Acima da metade das crianças subnutridas, resultando em atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e oligofrenia; 50% delas não tinham sido vacinadas.

Era essencial mobilizar continuamente a população. Assim, mal chegavam a outro bairro, os médicos atraíam os moradores, com frequência aos salões paroquiais, para cursos e palestras sobre moléstias infecciosas, tóxicos, educação sexual, medicamentos, alcoolismo, higiene, saneamento e custo de vida, entre outros temas que os afligissem. Um dos estudantes que ajudou foi o médico sanitarista Paulo de Tarso Puccini, que trabalha na Secretaria de Estado da Saúde e na Secretaria Municipal de Saúde de Itapeçerica da Serra (SP). Puccini entrou na Escola Paulis-

ta de Medicina em 1973. Vinha de Cruzeiro, no Vale do Paraíba.

“Ainda estudante, participava das atividades de promoção da saúde, prevenção e onde fosse possível. Depois me envolvi nas passeatas estudantis, na reorganização da UEE (União Estadual de Estudantes) e da UNE, e me afastei.”

O *I Curso de Saúde de Cangaíba* reunia seis aulas: A Reprodução Humana, O Crescimento e o Desenvolvimento; As Doenças Mentais; Trabalho e Saúde; O Sistema de Saúde; Medicina e Política, todas ministradas em sistema de rodízio entre os médicos. Cada pessoa levava para casa o material educativo, impresso por Daniel Klotzel na gráfica dos padres de Cangaíba. Para receber o certificado de conclusão, exigia-se inscrição e frequência.

As aulas ficaram famosas e estendiam-se ao curso supletivo do Centro Social: duas horas semanais ao longo do ano. Nas férias, em outro curso, Saúde e Sociedade, apresentavam os fenômenos biológicos e as doenças em seu contexto social. Apostiladas, as aulas reuniam até 400 pessoas. Além do supletivo, as aulas eram ministradas aos alunos do Curso de Torneiro Mecânico, dirigido pelo sr. Carlos e mantido pela igreja.

Um grupo de jovens da paróquia, criado pelos médicos no início de 1977 e do qual participavam Daniel e Paulo Mourão, reunia-se uma vez por semana para discutir questões problemáticas da vida do bairro. Transformavam tudo em pequenos artigos e, mensalmente, publicavam o *Boletim da Saúde*, que chegou à tiragem de 4.500 exemplares, sob a chefia de Mourão. Continha orientação e conselhos preventivos, com ilustrações esclarecedoras e uso de historietas em quadrinhos. Divulgava eventos que exigiam a mobilização das pessoas, como se deu, por exemplo, no caso do futuro *Movimento do Custo de Vida*. Apoiava outros grupos, oferecia espaço para artigos e discussões, oferecendo, em paralelo, argumentos. E multiplicou-se: no futuro, cada bairro teria seu próprio boletim, com assuntos mais específicos. A distribuição era feita nas igrejas, bancas de jornal, lojas e até de casa em casa, ocasião que os jovens aproveitavam para debater os assuntos

com os moradores. O grupo coletava também amostras grátis e remédios destinados à farmácia do ambulatório, organizada pelas voluntárias, prática que até hoje permanece.

O primeiro *Boletim de Saúde* do Cangaíba tem a data de julho de 1977 e uma só folha. O título de frente, “É melhor prevenir do que remediar”, referia-se ao editorial que explicava a importância da prevenção: vacinas, higiene, cuidados com a água de beber, consultas médicas regulares. “Para termos boa saúde física, é preciso estarmos preparados psicologicamente e estarmos socialmente realizados”, ensinava. Na conclusão, o boletim tinha como foco: “Que cada pessoa saiba como agir diante de um problema tanto social como mental e físico; portanto, como cuidar de sua saúde.” As demais edições de 1977 trataram dos cuidados com a água, da alimentação, de acidentes de trabalho, de tuberculose. E mais: das desapropriações.

Não faltou um grupo cultural. “Era um grupo de teatro popular, batizado de *Núcleo*, ligado à igreja de Cangaíba e ao Teatro Martins Pena”, explicava João Chile, que era integrante ativo. Encenavam-se peças que se referiam aos problemas de saúde da população. O boletim de agosto de 1977 anunciava a peça *O Acidente*, no salão paroquial, dirigida pelo ator e ex-secretário municipal de Cultura de São Paulo, Celso Frateschi. Mais tarde foi criado o grupo de Teatro da Paróquia de Cangaíba, coordenado pelo Nadsom, e um grupo de Teatro da Vila Ré.

Daniel Klotzel, ainda estudante, ia quatro, cinco vezes por semana ao Cangaíba, atuando nas diferentes áreas em que o trabalho se desdobrava. As mãos permaneciam sujas de graxa e tinta de mimeógrafo. “Para mim, o bairro éramos nós e aquela igreja. Tinha uma padaria, um botequim pequeno, uma lojinha, casinhas. Aproveitávamos o percurso para discutir projetos, bater papo e... cantar. Eu adoro cantar, mas sou desafinado. Gilberto canta, como canta! Grande cantor! Ensinava-me as músicas de que gosta, de Nelson Gonçalves e Orlando Silva. Vivíamos animados, felizes de trabalhar ali, de participar politicamente. Fantasio-

sos sobre nosso papel, certos de que faríamos a revolução meio sozinhos. Nenhum partido nos atraía. Acho que imaginávamos um partido político nosso, desvinculado, novo, de esquerda.”

Namorava uma estudante da Faculdade de Medicina do ABC, Cidinha, ligada ao Partido Comunista Brasileiro. Tinha medo, pois não sabia exatamente a que riscos ela se expunha, mas ajudava-a. “Quando estava na casa dela, me sobressaltava qualquer latido de cachorro. Época de prisões, mortes e tortura. Do Herzog. A Cidinha foi importantíssima para mim.”

Daniel foi o contato do PCB para imprimir o jornal *A Voz Operária* em uma gráfica clandestina e ajudou o partido a comprar um mimeógrafo a álcool igual ao do Centro Acadêmico. “Linda, a máquina. Novinha. Treinei um cara do “Partidão” para imprimir, consertar. Eu sabia tudo, trocar peça, escolher tintas, papel. Alugaram uma casa na Zona Norte, bonitinha, térrea. Levei a máquina para lá. Carregava no meu fusquinha papéis cuja impressão não dava certo, cartuchos vazios de tinta. Colocava em um saco e, contra meus princípios ecológicos, jogava no Tietê.”

Em Cangaíba cuidava, ao lado de outros, da farmácia e das fichas dos pacientes. Como função principal, dava palestras. “Cada um de nós era muito bem preparado para as exposições. Falávamos no salão da igreja, nas casas das pessoas, outras paróquias, sociedades de amigos de bairros, clubes, associações. Sem parar. Obedecendo a um cronograma bem pensado: ‘Olhe, hoje você vai lá, terça-feira acolá...’ Nunca furamos. Jamais se ouviu ‘hoje não posso’ de alguém. Todos unidos, dedicados.”

Aos sábados à tarde, trabalhava na casa paroquial, a alguns quarteirões da igreja e do ambulatório. Fazia a manutenção da gráfica, semelhante às outras duas que montara. Imprimia as publicações com Walter do Nascimento.

“Aprendi solidariedade nessa época da vida. Não só em relação ao povo, junto ao qual eu concretizava aquele meu desejo de ajudar os outros. Com os amigos. A vida inteira tive amigos, encontro os da infância uma vez por semana em um clube, do

qual Júlio Cesar faz parte. Mas os amigos do grupo médico do Cangaíba geraram um sentimento muito mais intenso. A gente se via quase todos os dias. Mais do que amigos, eram a própria solidariedade. Tão forte, nunca tive antes, não terei outros iguais.”

Henrique Francé começou a ir ao Cangaíba quando, no sexto ano, se preparava para fazer a prova da residência em Clínica Médica e Preventiva: “antes disso, resolvemos verificar a possibilidade de montar clínicas no Interior, que chamávamos de ‘esmaga sapo’. Andamos bem uns dez dias pelo Norte do Paraná, no fusquinha do Daniel. Averiguávamos o número de moradores, como era o hospital (se houvesse), o Centro de Saúde, o número de médicos, para saber se haveria espaço para a gente. Fiz anotações de cada cidade, pois nos obrigávamos a trazer relatórios. A ideia, romântica, previa clínicas populares e fazer a medicina do jeito que sonhávamos. Lá soubemos da chacina da Lapa. Ainda não militávamos no PC do B, só havia certa proximidade”.

Um segundo grupo, a instâncias de Paulo Horta, foi para Itaporanga, Goiás, onde atuavam padres da Pastoral da Terra, e o sindicato rural prometera construir um hospital. Viajaram Gilberto, Mourão e Kono. Os demais permaneceram no atendimento do Cangaíba. Foi a primeira vez que Paulo Mourão dirigiu na estrada.

“Cheguei a atender a alguns casos no hospital”, lembra Gilberto. “Mas a reação da elite local, que imediatamente detectou nossas posições, foi muito grande. Achei que não havia espaço. Analisamos, discutimos. Concluimos pela volta a Cangaíba, onde o trabalho crescera demais, uma coisa gigantesca, todos absorvidos. E era semelhante ao que pretendíamos fazer no campo, pois se tratava da periferia da cidade. Discutimos longamente a respeito, em São Paulo. Paulo Horta persistiu naquilo que julgava certo. Ficou sentido com a gente, achou que nós o abandonamos. Não. Foi uma opção política.”

O trabalho dos médicos, de fato, tornara-se conhecido muito além da Zona Leste. Viajavam a outros Estados, convidados a falar do Cangaíba. A experiência frutificava.

Paulo Horta partiu para Itaporanga, levando outros médicos, não ligados ao grupo. “Fui visitá-lo. Uma qualidade dele é a coragem”, elogia Paulo Mourão. “Saiu de São Paulo sem absolutamente nada, para trabalhar em um sindicato pelego que prometeu um hospital. Atendia em uma salinha. Casos complexos tinham de ser encaminhados a Goiânia, a três horas de viagem. Não conhecia ninguém. Os outros médicos da cidade eram hostis a ele e carneiros. Eu me lembro de um deles dizer que, obrigado a fazer uma cirurgia de apendicite por ordem judicial, vingou-se do paciente exigindo dele não sei que quantidade de doações de sangue. Uma crueldade tremenda. É preciso muita coragem para trabalhar em um lugar desses.”

“Sou generalista, assumimos a necessidade social desse tipo de médico”, sublinha Paulo Horta, hoje diretor do Hospital Municipal de Itaporanga. “Tratamos do doente, não só da doença”. Casou-se com uma francesa, militante da ONG *Frères Sans Frontières* e tem três filhos. Seu filho do primeiro casamento chama-se Paulo Antunes Horta Júnior.

Decididos os outros a ficar em São Paulo, Francé entrou na Residência. “Foram dois anos em Clínica Médica. Era difícil, trabalhava muito no hospital. Vivia cheio de plantões, não falhava. Ia menos a Cangaíba, um ou dois dias por semana, além dos sábados e domingos, quando ficava bastante para o atendimento médico, as reuniões políticas e de saúde. Depois, no terceiro ano de residência, fiz Medicina Preventiva. Aí deu para participar mais da periferia.”

Francé foi o primeiro fundador e presidente da Associação de Médicos Residentes da Escola Paulista de Medicina, que existe até hoje. Também participava dessa diretoria José Luís Gomes do Amaral. Continuava, com o grupo, a participar do movimento universitário. No primeiro ano de Residência, em 1977, no final de uma passeata do *Dia Nacional de Luta*, a tropa de choque dispersou os estudantes com bombas de gás lacrimogêneo no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo.

“A gente ficava de braço dado, fechados”, descreve Regina. “Aí alguém inventou de falar a palavra de ordem: Vai acabar! Vai acabar! A ditadura militar, oba! Batíamos duas palmas a cada exclamação, e para isso soltávamos os braços. Numa hora dessas, a polícia chegou com cachorros, gás lacrimogêneo e cada um fugiu para um lado. Eu me perdi deles, fiquei sozinha. Corri para o lado da Rua 25 de Março, passei por um caminhão da Light, e eles espontaneamente me puxaram pra cima. Escapei.”

Francé e Feldman enfiaram-se pelo corredor de uma escola de contabilidade, sem fundo visível. Ficaram encurralados em uma sacadinha, levando bombas de gás. Tiveram de sair. “Formaram um corredor polonês interminável e fomos obrigados a atravessá-lo. Corremos e eles batendo atrás. Apanhamos muito.” Refugiaram-se em um bar. Acalmada a investida, o grupo reencontrou-se, quase todos machucados. “Levei o Francé, com as costas cheias de hematomas, para minha casa na Mooca. Ele achou que tinha hematoma subdural... agora é engraçado”, Regina ri.

Os médicos residentes ganhavam muito mal. No segundo ano de Residência, em 1978, fracassadas todas as tentativas de negociação e inspirado em uma das greves organizadas por Natalini no Hospital do Servidor que se estendeu por uma semana, Francé liderou no Hospital São Paulo um movimento por melhores salários. Quase todos os Estados brasileiros aderiram. “Foi importante. Paramos o hospital.”

Participaram 950 alunos da Escola Paulista de Medicina, 250 médicos internos, 141 residentes e estagiários dos prontos-socorros de neurologia e neurocirurgia. Professores, assistentes e pós-graduados, que antes da greve só faziam trabalho acadêmico e pesquisa, tiveram de atender os pacientes nos prontos-socorros. Atendiam apenas os casos graves. Pacientes sem urgência eram enviados a outros hospitais. “Eu estava no segundo ano de Residência. O ministro da Educação, na época Ney Braga, veio inaugurar o ambulatório do hospital e aí aproveitamos para protestar. A gente

queria ganhar cinco salários mínimos, Cr\$ 7.800,00. Ganhávamos cerca de Cr\$ 1.200,00. O salário mínimo valia Cr\$ 1.560,00.”

Residentes, Regina e os outros companheiros do grupo instalaram barraquinhas diante do hospital. Entre eles estava Francisco Filhou José, que atuava com o grupo de Lilla em Itaquera e seria secretário da Associação Estadual de Médicos Residentes. Distribuíam panfletos, pedindo apoio aos pacientes que chegavam, a populares, aos estudantes e professores. “Trouxemos o dramaturgo Plínio Marcos, de grande expressão à época.”

A Escola fechou os anfiteatros para impedir reuniões e ameaçou alunos de expulsão. Uma *Carta aos Pacientes* foi escrita por internos, residentes e estudantes, mas não conseguiram distribuí-la em razão da repressão. Dizia, resumidamente:

A residência médica é um estágio em que se procura aumentar a experiência do médico ao atender os doentes, depois de seis anos de faculdade. Trabalhamos em média 12 horas por dia, incluídos plantões noturnos e fins de semana.

Recebemos por esse trabalho menos que um salário mínimo. Somos obrigados a trabalhar em outros hospitais para aumentar nossos rendimentos.

Quais as consequências? O residente trabalha demais e o cansaço faz com que muitas vezes a consulta não seja boa e o paciente saia insatisfeito. Além disso, a fila a atender é muito grande, porque existem poucos postos de atendimento do INPS. Ainda por cima, trabalhamos sem registro em carteira e, se ficarmos doentes, não teremos direito ao Inamps.

Por causa de tudo isso, os médicos residentes deste hospital pediram um aumento para cinco salários mínimos. Pretendemos não trabalhar mais horas extras e nos dedicarmos apenas aos pacientes do Hospital São Paulo.

Como não atenderam nosso pedido, resolvemos parar as atividades até que nossa situação seja regularizada.

Gostaríamos que vocês compreendessem a situação e nos dessem apoio.

Já estavam em greve havia duas semanas quando realizaram a assembleia de 21 de junho, que reuniu na Escola Paulista de Medicina mais de 500 médicos residentes dos hospitais da cidade de São Paulo. Receberam o apoio das Clínicas, onde os residentes eram atuantes, e do Servidor Público. Nos dois hospitais o aumento fora concedido.

Decidiram concentrar-se no dia seguinte diante da delegacia do Ministério da Educação e Cultura, no centro de São Paulo. Entregariam um memorial de análise do movimento à delegada, reivindicando o piso de cinco salários mínimos. Além disso, leriam à população a *Carta Aberta*.

Marcaram outra assembleia para o dia 26 de junho. Se as reivindicações não fossem atendidas até lá, proporião greve geral dos residentes, em todo o país. Na Santa Casa de Misericórdia, acompanhados de 200 internos (último ano do curso, em que o aluno estagia em uma ou diversas especialidades), os residentes, 320, já estavam em greve. No Interior de São Paulo, residentes de hospitais universitários de Marília e Taubaté prometiam parar se as melhorias não fossem atendidas.

A essa altura, o movimento da capital paulista espalhara-se. Encontrara terreno fértil nos hospitais universitários, depois nos públicos e até nos particulares, nos quais milhares de jovens médicos trabalhavam até a exaustão, mal remunerados e sem direitos, tangidos a tratar os pacientes quase como objetos. A Associação Nacional de Médicos Residentes levou a exigência ao Brasil inteiro.

Os 300 residentes do Hospital Pedro Ernesto, da Universidade Federal Fluminense, que encabeçavam o movimento no Rio, haviam marcado para iniciar a greve dia 22 de junho. Os 1.200 residentes de 11 dos maiores hospitais do Estado do Rio de Janeiro uniram-se na luta, pois dependiam das mesmas verbas federais. Também os 12 hospitais cariocas ligados ao Estado ou ao Município, e logo mais à Beneficência Portuguesa, casas de saúde e hospitais particulares.

Realizavam-se assembleias no Rio Grande do Sul, em Brasília e Minas Gerais. De quase todos os Estados brasileiros, residentes enviaram a solicitação do piso de cinco salários por meio de suas associações de classe, ameaçando greve.

No início de julho foi a vez dos 800 médicos do Hospital do Servidor de São Paulo, por melhores salários. Os residentes os seguiram, em solidariedade, e o hospital ficou praticamente vazio, com atendimento só de casos graves. O superintendente ameaçou assinar convênios com empresas particulares.

“Essas empresas só querem lucro. A saúde lhes é indiferente. Ditam normas que o médico precisa obedecer. Por exemplo, limitam o número de exames sem levar em conta a necessidade do paciente. É parte da política de saúde que o governo adotou, transferindo às empresas o cuidado com a saúde do povo”, criticou o representante da Associação dos Residentes do Iamspe. Médicos residentes de quatro hospitais municipais também entraram em greve. Distribuíram uma carta:

Aos doentes ou acompanhantes: trabalhamos por vezes até 100 horas por semana e recebemos em média três salários mínimos. Não somos registrados e não temos 13º salário, aposentadoria, FGTS. (...)

O governo preocupava-se com a amplitude do movimento. Tornara-se nacional e encorajava outras categorias, estimulando a população a enfrentar os temores incutidos por anos de opressão. Claramente político, era no entanto difícil de reprimir: médicos, além de indispensáveis, contavam com o respeito e a admiração das pessoas. Tentou-se de tudo: governadores e prefeitos, diretores de faculdades e funcionários do Ministério da Saúde, ameaças com a lei de Segurança Nacional, promessas, aliciamentos.

O movimento durou 47 dias. Foi a primeira greve geral de médicos do país, inédita, extraordinária, realizada ainda no período da ditadura – já menos cruenta, mas sempre com a repressão alerta. Não conquistaram os cinco salários requeridos, mas algo

acima de quatro salários para o país todo. “Foram Cr\$ 7.000,00 para o Brasil inteiro. Ganhamos mais de 400%, uma vitória importante”, ressalta Francé.

Paulo Mourão fazia a sua pós-graduação totalmente absorvido pelo trabalho no laboratório do Hospital das Clínicas. Estudava alterações de açúcares nas cartilagens, responsáveis pelo processo de artrose. Ao terminar, pôde defender em apenas dois anos a tese de doutoramento. Chegou a descrever, com a equipe, uma doença nova causada por um erro metabólico nesses tecidos.

Seu tempo escasso afastava-o da agitação grevista, mas não desistiu de Cangaíba – menos pelo objetivo político, embora o compartilhasse, e mais para manter-se vinculado à assistência médica. Também o motivou o trabalho comunitário e a grande amizade que o unia aos outros. Seu escalonamento exigia que comparecesse a cada duas semanas, aos sábados. Atendia e acompanhava os pacientes. Foi o primeiro organizador da farmácia, catalogando os medicamentos e, com ajuda das voluntárias, colocando tudo em ordem. Ajudou a montar o pequeno laboratório para fazer dosagens laboratoriais elementares, treinando profissionalmente pessoas do bairro. Não durou porque era caro demais.

“Foi um período muito rico, produtivo e bem-sucedido na minha vida. O doutorado, a implantação do laboratório no Hospital das Clínicas, meus primeiros trabalhos independentes publicados, minha primeira aluna de doutorado, o trabalho no Cangaíba. E os plantões, para ganhar mais um pouco, pois o salário era muito baixo. Trabalhava de manhã, à tarde, à noite. Pouco dormia.” Às vezes, ansiava por algum tempo para si.

“Dizia a mim mesmo: ‘esse domingo não quero fazer nada, vou descansar’. Aí aparecia o Gilberto em casa e falava: ‘Meu carro deu problema, marquei duas reuniões; empresta-me seu carro, me substitua numa delas, eu vou na outra e depois pego você’. Acabava o dia. Ficava com raiva, mas fazia. Depois a gente ia jantar, brincava, tinha grande alegria. Muito gratificante emocionalmente.”

Para descarregar o estresse das intervenções médicas, do trabalho extenuante que começaria em poucas horas na escola e na Zona Leste, caçoavam uns dos outros e das circunstâncias. Tudo era motivo de piada. “Sábados à noite jantávamos no ‘Braseiro’ na rua Luís Góes”, conta Daniel. “Tinha a cerveja Pilsen Extra, a melhor que já tomei. Frango, uma pinga, cerveja com os companheiros, rir. Programão quando a gente voltava do Cangaíba.”

Júlio Cesar lembra-se da população receptiva, pronta a atender ao chamado dos médicos para reivindicar medidas contra as privações, a exclusão. “Incomparável, a nossa base. Por isso os agrupamentos de esquerda nos assediavam. Minha percepção é a de que buscávamos organizar e ter liderança para que um dia o partido proletário ideal nos recebesse, conduzindo o processo revolucionário. Éramos muito ingênuos. Tratávamos dos pacientes, cuidando inclusive de questões pessoais; cheguei a correr de madrugada à Zona Leste para dar um atestado de óbito. Porém, supunha que a libertação social, e não a prática médica ou os remédios, traria conforto às pessoas.”

“Escolhíamos apenas temas médicos diretamente ligados à questão social”, aponta Sula. “Verminose, por exemplo. Como se adquire? Água contaminada, alimentos que não foram limpos corretamente, mãos sem lavar depois de ir ao banheiro. O que fazer? Ter cuidados higiênicos e exigir água encanada. Mobilizamos a população para lutar por água. Queríamos que o povo participasse para melhorar as coisas.”

Grande parte dos movimentos populares pela melhoria das condições sociais na Zona Leste, durante a ditadura militar, teve origem no Cangaíba. Além do grupo dos médicos, nada havia de estruturado. Inspirados no exemplo, em pouco tempo brotaram núcleos de saúde e politização, alguns por iniciativa de outros médicos, que mais tarde seriam políticos do PT: Eduardo Jorge, vindo de Itaqueira, Roberto Gouveia, Carlos Neder. Além de José Augusto, o Peixe, que depois se tornou prefeito de Diadema e deputado pelo PSDB – também dariam palestras e cursos, organizando a população.

Outros lhes seguiram os passos, gerando um amplo movimento social. “Os agentes comunitários de saúde surgiram mais deles do que de nós. E eles iniciaram os conselhos populares de saúde. De nossa parte, atuávamos no *Movimento Contra a Carrestia*, nas lutas por postos de saúde, hospitais, asfalto”, enumera Walter Feldman. “O atendimento era o instrumento para levar a conscientização à comunidade. Na verdade, o que a gente queria mesmo eram as grandes reuniões, grandes debates.”

Sempre que realizavam palestras de saúde, os médicos terminavam a exposição com a pergunta: quais os problemas da comunidade? Se respondessem “uma creche”, vinha a sugestão: “vamos lutar por ela”. Segundo Feldman, aquilo foi criando um espírito de luta. “Os presentes reuniam os moradores, faziam um abaixo-assinado e o encaminhavam à secretaria responsável. Insistiam, pressionavam. Imagine isso multiplicado por centenas. O Hospital de Ermelino Matarazzo e o Hospital do Campo Limpo, na Zona Sul, nasceram assim.”

Devagar, a liderança do grupo de Cangaíba despertou rivalidades entre os vários grupos políticos já atuantes e os próprios leigos ligados à pastoral. A agente da Pastoral de Saúde, Irmã Arcinda Maria Dalacosta, que coordenava dois postos de saúde, um no Jardim do Carmo Baixo e outro no Jardim Copa, disse ao padre Geraldo Antonio Rodrigues (na tese de mestrado *Defesa da Vida e Cidadania – Experiências Pastorais e Políticas dos Moradores da Região Leste da Cidade de São Paulo, 1968 – 1994*, PUC – SP):

Com o tempo sentimos necessidade de nos abrir a outro grupo de saúde, que não o do Cangaíba. Eles eram do PC do B, dificultaram muito nosso trabalho... Os grupos pegam sempre os mais atuantes da igreja, essas pessoas acreditam que é só luta e nisso vão até o fim. Quando estão engajadas nas lutas, não deixam sobrar tempo para as atividades da igreja ou atividades pastorais. Isso é bom para a igreja desde que essas pessoas saibam discernir os momentos de grandes decisões. Não é bom quando se deixam levar só pelos grupos e esquecem da fé.

Gilberto Natalini ligara-se ao ainda clandestino PC do B por meio de Jamil Murad, do Hospital do Servidor. Reagrupado em 1962 (no intuito de manter as diretrizes do velho Partido Comunista, fundado em 1922), por pessoas que saíram do PCB e criticavam-lhe o “oportunismo de direita”, desde o início o partido foi a favor da luta armada no campo. Seus militantes começaram a se inserir nas comunidades do Araguaia a partir de 1967, como lavradores e pequenos negociantes. Ensinavam, faziam mutirões e enfermagem para conquistar a confiança da população. Participavam das festas e interferiam nos conflitos de moradores com grileiros.

Ao ponderarem, em suas reuniões, a ideia de saírem de São Paulo para se dedicar à saúde e conseqüente conscientização no Interior, nas clínicas “esmaga sapos”, os médicos estavam sob influência dessas ideias. “A prática do PC do B era próxima da nossa, militância junto ao povo, intensa, desgastante. Os outros partidos ficavam muito na teoria”, analisa Natalini. “Eu queria trabalho de base, efetivo, contato com gente. Daí a minha opção.”

“Gilberto me convidou para conhecer o trabalho em Cangaíba. Consultei o partido. Como nossa linha política era a de mobilizar o povo para enfrentar a ditadura, me integrei ao projeto”, conta Jamil Murad. “Atendi no ambulatório, participei do audiovisual e de reuniões com os moradores. Mais tarde ajudei nas invasões de terra em Guaianazes e Santo André.”

De início, Gilberto nada revelou sobre sua filiação partidária. Muito menos aos padres. A decisão, quando conhecida, poderia prejudicar a relação com a Igreja.

Exército

Convocado com 18 anos para o Exército, Walter Feldman pediu dispensa por ser estudante de Medicina. A chamada foi adiada. Formado, recebeu a determinação do Segundo Exército para que se apresentasse em Forte Coimbra, no Pantanal do Mato Grosso, fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Distava de Corumbá quatro horas de barco ou meia hora de avião.

“O ano de 1978 foi a maior experiência de minha vida... Um lugar histórico, de batalha, à beira do Rio Paraguai. Duzentas famílias no fim do mundo. Para profissionais liberais formados, um estágio de adaptação em serviço. Com minhas ideias daquele tempo, servi o Exército por um ano!”

Isolado, susteve todo o trabalho político. Desconfiava que fora mandado para tão longe por conhecerem sua atividade. E descobriu, surpreso, consigo mesmo, que se adaptaria bem. “Penso que saí fortalecido.” Aprendeu a atirar, fazia grandes marchas com roupas do Exército, mochilas, armas. Assumiu o papel de militar. Vivenciava com interesse a vida nova. Exercia a Medicina e dava aula de Química no colégio público da vila. Fez trabalho comunitário, conduziu pesquisas sobre as condições de saúde e as doenças que afetavam os moradores, deu aulas sobre prevenção utilizando a experiência de Cangaíba.

“Trabalhava só para o Exército, a única unidade pública local. Os médicos da corporação atendiam à comunidade. Muito disciplinado, fui bom militar.” Participou também de operações antiguerrilhas e, com reprimido humor, de proselitismo anticomunista. “Repetíamos temas desprovidos de lógica para o momento. O regime se esgotava, não existia mais guerrilha. As lutas pela anistia e a Constituinte ganhavam participação popular. Eu percebia que dentro do próprio Exército havia um cansaço desse papel.”

Nas Aciso (Ação Cívico-Social) – por meio das quais o Exército se aproximava das comunidades desassistidas em que havia suspeita de guerrilha, combinando serviços médicos e odontológicos, persuasivos, às vezes com violência – deu aulas e explicações sobre saúde.

“Tive a oportunidade de ficar do outro lado, que combati enquanto estudante. Percebi que, tal como a periferia, era um mundo diferente. Do ponto de vista profissional, frutífero; fiz de tudo. Continuava a estudar, tinha tempo. Operei cesárea, mama, olho. Não tinha saída, a pessoa aparecia lá e você tinha que dar um jeito.”

Um caso que mereceu atenção foi o da paraguaia que chegou às 11 horas da noite, o gerador da vila já desligado. Estava grávida do primeiro filho e a criança em posição sentada. “Não tinha como transportar e era grave. Transformamos rapidamente uma sala de curativos em cirúrgica, transfundimos dois soldados para o caso de hemorragia, demos anestesia, colocamos na mesa e abrimos. Os outros médicos eram o Sato, também da Escola Paulista de Medicina, e um capitão, Telesca. A mulher quase morreu de tanto sangue perdido.” No dia seguinte mãe e filha estavam ótimas e na primeira página do jornal do Exército lia-se: “Os heróis do Forte Coimbra”. Os três foram condecorados.

A população vivia das relações com o Exército. Cultivava hortaliças e as vendia, ao lado de pescado. “Eu gostava de pescar pacu, pintado, dourado. Caçava paca. Participei das Olimpíadas do Exército: futebol, vôlei, corrida. Jogava bola diariamente, sempre gostei. Acabava o expediente às cinco horas e eu ia direto ao campo. A comunidade se reunia para comemorações religiosas, em uma festa junina fui o padre. Era grande a integração.” A cada três meses viajava a São Paulo, de avião.

Em 1979, Feldman voltou para São Paulo. Fez Residência, casou-se com Sula. Tiveram um casal de filhos. Gilberto, homenagem a Natalini, nasceu em 1980; cursou a Politécnica e é empresário no ramo de energia. Ana Luiza, de 1982, é psicóloga. O casal separou-se em 1982.

Laia

Maria Aparecida de Laia, psicóloga, assistente social e educadora em Saúde Pública, primeira filha de Geraldo Januário de Laia e Carmem Efigênia de Laia, moradora do Cangaíba, iniciou sua atividade na Associação Popular de Saúde aos 20 anos, convidada por Maria Tura. Participou de vários trabalhos comunitários e orientações à população sobre saúde.

Fazia também atendimento psicológico às crianças com dificuldades nas escolas. Com outras mulheres, fundou o Núcleo de

Mulheres do Cangaíba. Sua militância com as mulheres a fez, mais tarde, a presidente do Conselho da Condição Feminina. Participou, ainda, da primeira diretoria da Associação Popular de Saúde e teve papel importante no trabalho junto ao diretório do MDB.

Amigos

Nesses anos todos de convivência, se não ajudaram diretamente no atendimento, muitas pessoas foram fundamentais, com seu apoio e amizade nas diversas lutas; lastros na comunidade, que ajudaram a criar um ambiente fraterno e receptivo, como dona Ruth e Edísio (falecido); Zico e Alice, de Engenheiro Goulart; sr. Benedito e dona Benedita Morena; Vanessa; Pedrão do Bar; o amigo trotskista, Messias; e o sempre bem-humorado, operário têxtil e atualmente vendedor de cigarros, Alemão.

Também é preciso citar os amigos do Clube Esportivo da Penha que sempre abriram as portas para o trabalho dos médicos, inclusive permitindo grandes reuniões em suas dependências, desde os períodos difíceis da ditadura, até hoje. É preciso citar Osmar, Seu Afonso, Galo e Picone, entre muitos outros.

Como amigos sempre contaram também com Geninho, diretor do jornal *Gazeta Penhense*; e Castelhana, comerciante e diretor da Associação Comercial da Penha.

Capítulo 3

Vasectomias

Em 1987, pressionado pela angústia de mulheres e homens que praticavam contracepção inadequadamente, Gilberto Natalini decidiu fazer vasectomias no ambulatório. “Acho que foram duas mil e quinhentas, realizadas na salinha do ambulatório. Desenvolvi uma técnica rápida, de cinco minutos cada uma. Teve sábado em que operava 15, um atrás do outro. Algumas vezes, Nacime também operava.”

Assim que correu a notícia e os homens afluíram, abriu-se uma fila de inscrições. Treinadas pelos médicos, as senhoras auxiliares do atendimento faziam a triagem dos pacientes, ajudando a prepará-los psicologicamente. “Avaliávamos o perfil do candidato”, prossegue Natalini. Número de filhos, tempo de casamento. Por exemplo, se tivesse menos de 28 anos a gente não operava. Menos de dois filhos, também não. Se notássemos que era um casal instável, em via de separação, recusávamos. Eram critérios nossos para decidir.”

“Veio tanta gente carente aqui que precisava de vasectomia!”, espanta-se até hoje Adelina Elias Marques de Araújo, desde 1978

voluntária no ambulatório. “No começo, eu ajudava sozinha; o dr. Natalini foi me ensinando. Depois, chamou um enfermeiro. Preparava a instrumentação e aprendi a fazer os pacotinhos para cada cirurgia. Se fossem dez operações, preparava dez pacotes. Depois levava para esterilizar e trazia na sexta-feira.”

Um dos pacientes vasectomizados foi o seu sobrinho Leônidas José da Silva, dono de uma oficina de vitrais artísticos. Paulistano nascido em 1966 e criado no Cangaíba, aprendeu o ofício – vidro, chumbo e queima de tinta a 850° – com o padrao que considera pai, José Issa. Parou de estudar no 2º ano ginasial e trabalha desde os 10 anos. Tem dois irmãos do primeiro casamento da mãe, Maria José Issa, e um do segundo. Não conheceu o pai verdadeiro, que morreu quando ainda era pequeno.

Aos 19 anos, em 1985, Leônidas casou-se com Floriza, dois anos mais moça, operária em uma indústria de plásticos. Logo tiveram o primeiro filho. O segundo demorou um pouco e a terceira nasceu em 1994. Fez a vasectomia no consultório de Natalini, gratuitamente, porque a cirurgia no atendimento da igreja fora suspensa.

“A gente enfrentava muita dificuldade. Floriza teve de voltar ao emprego; minha mãe cuidava das crianças. Consciente de que três filhos eram o suficiente, conversei com colegas que fizeram vasectomia. Nunca tive preconceito de que diminuiria a potência sexual. Quem acha isso já tem problema, acho que a questão é mais psicológica. Sou uma pessoa que sempre penso hoje, não amanhã. Sei que hoje estou casado e tenho três filhos. Se amanhã acontecer alguma coisa é outro assunto. É um problema que terei de resolver.”

Antes da decisão, Floriza tomava pílulas anticoncepcionais. “Mas saía muito caro. E, às vezes, ela não passava bem. Ficava uma coisa estranha. Então, sentei e disse: ‘Vou operar’. Coisa pensada, não de se arrepender. Graças a Deus deu certo. Nada mudou. E perde-se aquela preocupação de estar prejudicando a pessoa que você ama. Acho até que deveriam trabalhar nisso. Na

minha rua vejo um monte de crianças e meninas grávidas. Para eles aquilo é normal. Não pensam no tanto de violência, nem na responsabilidade de criar. Eu penso muito nos meus filhos. No que depender de mim, vou dar formação a eles. Quando a pessoa quer, aprende. A gente caminha ou tenta caminhar com eles até onde dá. Depois é da cabeça deles. Não adianta. A única coisa que tento passar é responsabilidade.”

Floriza formou-se, posteriormente, em contabilidade e, depois, em enfermagem. A procura por essa profissão continua grande, possivelmente por influência dos médicos de Cangaíba.

De acordo com Natalini, a diocese soube das vasectomias e proibiu-as, argumentando que a Igreja não aceitava a operação. “O padre Luiz veio conversar comigo e suspendi o procedimento em 1991. Havia 600 pacientes na fila.”

“Esse trabalho era feito antes do meu tempo, e eu não entrava na administração do atendimento médico. Eles coordenavam tudo, ajudados pelo grupo de leigos. Mas os paroquianos reclamaram providências e pedi que parassem com a operação no ambulatório. Isso aconteceu alguns anos depois que cheguei”, recorda o padre Luiz José de Almeida Souza.

Adelina

Todas as sextas-feiras, das 7 às 8 da manhã, desde que se apresentou como voluntária, em 1978, Adelina vai ao ambulatório marcar as consultas. Anota os nomes em um caderno e faz a ficha da pessoa. “Se veio primeiro, é a primeira a ser atendida. A segunda é a segunda. Tudo com hora marcada.”

Quando começou já havia muitas auxiliares. Uma delas era sua vizinha e amiga, a atendente de enfermagem Nair Eugênia Brochado Ferreira. “Foi Nair quem me falou do serviço. Perguntou por que eu não vinha, já que gostava tanto de cuidar de doentes. Segui o conselho e fiz o curso de atendente de enfermagem para ajudar na farmácia, cuidar dos remédios, que são muitos.”

É comum Adelina levar os medicamentos para casa, onde

tem sossego. Caixinhas sem conta, acumulam-se, continuamente, à espera da classificação. Examina-os, joga fora os vencidos e organiza-os. Depois, na farmácia do ambulatório, separa-os nas prateleiras, com a ajuda da Marly, a mais ligada à farmácia, e das outras voluntárias. Há alguns anos, a farmacêutica Erika é a responsável. “É perigoso misturar”, explica. “E ninguém leva se não tiver receita. Só com a caixinha e a bula não damos, não pode.” Também leva toalhas e lençóis para lavar. “Trago passadinho. Quero as coisas bem arrumadas.”

Foi, durante muitos anos, coordenadora do ambulatório, função exercida, hoje, pela Nega. O mandato dura dois anos, mas reelegeram-na seguidamente. “Eu me aperfeiçoei. Aprendi muito com os médicos. A conhecer os remédios, a fazer curativos. Comprei uma enciclopédia de Medicina por capítulos e fui encadernando. Gosto de saber.”

O interesse por cuidar de pacientes começou quando o filho Anderson ficou diabético. “Tinha 12 anos, era dependente de insulina. Quis me aprofundar. Dr. Francé cuidava dele no posto de saúde, não aqui. A gente sabia que um dia ia complicar. E complicou mesmo. Ele ficou cego, começou a fazer hemodiálise e morreu com 35 anos, sete meses depois de casar. Minha nora, Dete, faleceu cinco anos depois, do coração, um caso bem complicado. Ela ajudou no atendimento também, coitada. Eu só tinha ele de filho.”

A nora, Gildete de Souza, era filha do Zé Corró e da Lourdes. Ela cuidou até o último minuto da sede da APS e, principalmente, de dona Brasilina, que trabalhou e morou na associação, com extremo zelo e cuidado.

Adelina estudou até o terceiro ano primário no bairro do Ipiranga, onde nasceu, em 1939. O pai era vidraceiro e a mãe, que teve oito filhos, dona de casa. “Comecei a trabalhar cedo, com nove anos. Cuidava de uma criança. Quando completei idade fui para uma tecelagem no Ipiranga. Depois fiquei anos em um laboratório que não existe mais. Casei, meu marido era operário da Goodyear.

Trabalhei duas vezes em loja de móveis. Parei para cuidar da bronquite do meu filho. Os médicos falaram que ele tinha de morar num lugar com árvores, eucaliptos, e respirar o ar mais puro, melhor. Comprei um terreno no Cangaíba e fiz a casa do jeito que o médico orientou. Aí ele sarou da bronquite. Mas apareceu o diabetes.”

Adelina tanto se envolveu nos movimentos políticos, como nas questões do atendimento. “Às vezes, vou com o médico na casa de pacientes que precisam de consulta e não podem vir até aqui. Esse trabalho é contínuo. E participo de coisas como a passeata contra a dengue. A gente anda pelas ruas, dá panfletos, orienta. Entramos nas casas para ver se tem água parada. Também participo das caminhadas pela saúde até o Parque Ecológico, porque andar meia hora por dia é muito saudável. E, como todos nós aqui, faço algum tipo de caridade.”

A amiga Nair não trabalha mais. Goza a justa aposentadoria, dedicando-se à paixão da pesca em rios e lagos – jamais em pesqueiros. “Uma vez, peguei uma carpa de 2,8 kg. Nunca peguei peixe tão grande, me tirou o braço do lugar. No dia seguinte tive de pôr tipoia. Mas foi muito bom. Não vejo a hora de ir para a divisa do Mato Grosso.”

Nair e a filha, Vera, que ajudou no ambulatório por um tempo, foram pacientes dos médicos. “Minha filha passava mal, ninguém descobria o que tinha. Insisti para que se consultasse no atendimento e a Sula descobriu uma anemia profunda. Também teve problema de ouvido e o Waltinho resolveu. Eu estava com dores no abdome. Fui a um médico de fora, a gente não queria incomodar aqui, com tantos carentes. Mandavam tomar anti-inflamatório. Tomava e não adiantava! Um dia falei com o Gilberto. Ele me examinou e disse: ‘Nair, você tem um fibroma grande’. Marcou para fazer exame no hospital Cristo Rei e me operou. Fiquei ótima. Acho que Deus olha muito por eles, de tanta coisa boa que fizeram. Deus os encaminhou para cá, são anjos voluntários.”

Maria Célia Rodrigues, faxineira e cozinheira do Colégio São

Vicente de Paula, na Penha, baiana nascida em 1954, é cliente do ambulatório. Igualmente a mãe, os filhos e o marido, já aposentado e que largou o seminário por ela – são três gerações. “Sempre somos bem atendidos, isso quer dizer tratar bem a pessoa, não desfazer. Por exemplo, meu marido foi atendido por um dos médicos daqui, que o examinou e disse para ele consultar o outro médico, que era o dr. Francé. Isso é atender bem. Poderia passar um remédio e acabou. Mas ele, não. Pediu para o Francé ver. Estão preocupados com a população, as pessoas.”

O postinho das Marcelinas

Em 1977, com uma das freiras do Hospital Santa Marcelina, o grupo montou um pequeno posto de saúde no Jardim Copa, bairro pobre de Itaquera. “A comunidade queria um centro de saúde. Conversamos com as Marcelinas, que concordaram em construí-lo”, conta Natalini. “Foi a primeira obra comunitária concreta, em mutirão, do Hospital Santa Marcelina, que hoje comanda cem equipes do Programa Saúde da Família – implantados sob a direção de Francé e da irmã Monique Bourget. Mas, naquele tempo, o único médico formado era eu e assim fui o primeiro médico do posto avançado do Marcelina. Ganhava salário e fizemos um trabalho social enorme. Por leite, por asfalto. Depois vieram o Paulo Mourão, o Júlio. Ganhavam salário como médicos.”

E Regina complementa: “atendemos lá como voluntários, Francé, eu, a professora de bioquímica (ex-vice reitora da Unifesp) Regina Stela, com seu grupo de calouros, do qual faziam parte Lilla, a mulher dele, Rita; Francisco Filhou (Chiquinho) e José Eduardo Dias Cardoso”.

“Ajudei a construir o Centro de Saúde do Hospital Santa Marcelina, que conquistou a confiança da comunidade”, acrescenta José Eduardo. “Atendia como clínico geral. Fiz Residência em anesthesiologia, mas atuei menos de dois anos na especialidade, não combinava com o meu perfil psicológico. Convivia, diariamente, com o risco de óbito e, a cada paciente falecido,

morria junto. Estressante demais para mim.” Santista nascido em 1955, ele tem hoje duas clínicas, de Saúde Ocupacional e Medicina Preventiva. Uma em São Bernardo do Campo e outra em Santos, onde mora.

Francisco Filhou José, atualmente gerente médico de uma operadora privada de planos de saúde e plantonista no pronto-socorro do Hospital do Ipiranga, atuou, principalmente, em puericultura. Também reunia moradores para discutir saúde e preparava material didático. “Batíamos de porta em porta nas casas para chamar as pessoas. Falávamos de prevenção da saúde, da importância de participar, de exigir direitos. Ficamos ligados demais ao bairro”, garante Chiquinho.

Em uma das casinhas morava uma faxineira do Santa Marcelina, dona Bela, seus filhos e o marido, com problemas psiquiátricos. “Um sábado, ao chegarmos, um dos meninos saiu correndo ao nosso encontro. Gritava: Lillo, Lillo! – não aceitava que homem se chamasse Lilla. E comunicou, entusiasmado: ‘Minha mãe tá trabalhando, meu pai tá internado e nós tá tudo na maior das livre.’ E punha os polegares nas axilas, balançando as palmas das mãos. Quer dizer, desgraça completa e ele contentíssimo. Ficou um dito nosso, com o gesto dele: nós tá tudo na maior das livre!”

Filhou afastou-se do trabalho em 1980, ano em que se casou. “Meu foco de luta ficou centrado no movimento dos médicos residentes. Queríamos uma lei nacional bem definida em relação a eles, pois a regulamentação, incompleta, permitia a cada instituição tratá-los de forma diferente, algumas sem benefício algum.”

Foi secretário da Associação Estadual dos Médicos Residentes e, depois, em 1982, da Associação Nacional dos Médicos Residentes. “Nosso trabalho no Cangaíba e entre os residentes, embora pequeno, ajudou na conscientização e contribuiu para a volta da democracia”.

O chamado “Lillo” é Antônio Carlos de Campos, casado com Rita, ginecologista. Ambos, formados pela EPM, respectivamente em 1979 e 1980, têm três filhos, Carolina, Maurício e Talita.

Lilla e Rita atuavam na região de Itaquera, junto a José Eduardo, Chiquinho e Regina. E, após uma histórica eleição do Conselho gestor do Jardim Copa, administrado pelas Marcelinas – por intermédio de Regina, que era o elo com o Cangaíba – todo o grupo se integrou. A eleição marcou uma das primeiras constituições de Conselhos Gestores em instituições de Saúde. Lembranças marcantes, segundo Lilla, além disso, foram a organização da lista de votante, com fotos, e o enorme bolo de comemoração, “pulverizado” em segundos.

Lilla recorda-se, com carinho, de uma atividade programada para a Cohab I, em Itaquera. A expectativa de público para assistir à projeção de um filme do Mazaropi, na Sociedade de Amigos, não era das maiores. De repente, uma multidão tenta invadir o local, sendo necessário utilizar a parede de um prédio vizinho para que cerca de 700 pessoas pudessem assistir ao filme.

Entre o primeiro e segundo ano de Residência na EPM, Lilla foi transferido pelo PC do B para Itaquaquecetuba, para atuar junto ao Sindicato dos Químicos da região.

Além de excelente pintor, com quadros em exposição nacionais e até internacionais, Lilla é acupunturista e um dos mais conceituados profissionais da área de Saúde Ocupacional no país.

Ampliação

No início de 1978, os médicos perceberam que faltava uma atenção específica ao grande número de gestantes. Criaram o que se chamou de *Grupo de Grávidas*. Além das palestras e boletins que tratavam de sexualidade, planejamento familiar e contracepção para todos os paroquianos, indistintamente – jovens, adultos, solteiros e casados –, desenvolveram um curso específico dividido em cinco aulas. “Fiquei especializado em falar sobre reprodução humana e métodos anticoncepcionais, minha área até hoje”, observa Daniel Klotzel.

A cada vez distribuía uma pequena apostila de quatro páginas, bem ilustrada com desenhos didáticos. A primeira aula,

intitulada “Como se reproduzem os homens”, tratava dos órgãos reprodutores dos dois sexos, com orientação extra para as mulheres: higiene durante a menstruação, sem medo de tomar banho e lavar a cabeça, beber muito líquido. A segunda aula, “Como se desenvolvem os bebês”, descrevia o crescimento do feto; advertia que o aborto, além de crime, era perigoso para a mulher, e incorporava conselhos quanto à higiene, nutrição e relações sexuais. A terceira aula, “Desconfortos da gravidez”, prescrevia paliativos para enjoos e outras mazelas, abordando depois o parto e o pós-parto. A quarta aula, “Partos operatórios”, mostrava os vários tipos de intervenções, incluindo fórceps e cesariana. A última aula, “Métodos anticoncepcionais”, afirmava: “o casal é que deve decidir qual o número de filhos que quer”.

O curso informava que a saúde de algumas mulheres não permitia filhos e que outras haviam comprometido a saúde pelo excesso de gestações. Aludia às condições socioeconômicas, que dificultavam o acesso aos anticoncepcionais. Expunha os métodos, os prós e os contras, desde a tabelinha da Igreja até a ligadura de trompas e a vasectomia.

A ampliação do trabalho dos médicos, por meio da Pastoral da Saúde, atingira Engenheiro Trindade (Penha), Ermelino Matarazzo, Jardim Nordeste e Artur Alvim, bairros vizinhos, onde grupos de saúde estudavam as condições locais e orientavam a população com palestras, cursos e distribuição do *Boletim de Saúde*. Em Engenheiro Trindade, havia ambulatório médico, farmácia e um atuante braço do já ativo *Movimento do Custo de Vida*, irradiando-se pelas vilas. Nos três últimos bairros, os grupos de saúde, que funcionavam em centros sociais da igreja, evoluíram para receber médicos da própria Pastoral da Saúde, maneira de tornar permanente sua presença junto à comunidade.

O principal núcleo permanecia no ambulatório médico de Cangaíba. Gerara uma estrutura dividida em quatro áreas. O *Grupo de Donas de Casa*, dedicado ao *Movimento do Custo de Vida* e à manutenção da farmácia; o *Grupo de Saúde*, que condu-

zia um serviço de puericultura; o Curso de Madureza (supletivo); e o *Grupo Boletim de Saúde*, ao qual pertenciam a publicação mensal, o ambulatório, o laboratório, enquanto durou, e o *Serviço Pré-Natal*, conveniado com a maternidade Leonor Mendes de Barros, da Legião Brasileira de Assistência. Ao *Grupo Boletim de Saúde* se subordinava a recém-formada *Comissão de Defesa dos Desapropriados*, resposta aos moradores vítimas de desapropriação injusta no Jardim São Francisco, que possibilitou assistência jurídica e defesa de seus direitos. Moradia é uma das condições necessárias à saúde, determinava a Pastoral.

Toda a atividade era supervisionada pelos médicos e leigos, mas pessoas dos bairros, formadas nos próprios cursos de saúde, encarregavam-se do trabalho efetivo. O rumo assumido baseava-se no conceito de Medicina Comunitária, mencionado em um trabalho de Júlio César, intitulado *Saúde da comunidade – Pastoral de Saúde da Região Leste II, de 1978*: “A doença do ser humano, quando bem compreendida e bem equacionada, indica alguma moléstia ou algo errado na sua comunidade. Para enfrentar a sua moléstia devemos estar preparados para enfrentar também a de sua sociedade”. Referia-se a um artigo denominado “Saúde da comunidade”, publicado, em 1971, pelo Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra.

“Cremos que a Medicina Comunitária, se devidamente utilizada, pode ser mais uma trincheira da causa popular, onde colocamos nossos conhecimentos e disposição para o trabalho a serviço da coletividade, numa atitude de lealdade para com aqueles que constroem a nossa sociedade”, lia-se resumidamente.

Desapropriação

O Jardim São Francisco, onde ficam hoje o Parque Ecológico do Tietê e a Rodovia Ayrton Senna, foi o primeiro caso de desapropriação assessorado pelos médicos de Cangaíba. Cerca de 500 moradores estavam sob ameaça de despejo. Rumores sobre a construção da rodovia e do futuro parque circulavam desde 1971.

Em 1976, o Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo deu sinais de preparativos.

“Queriam tomar uma parte dos terrenos e das casas sem nenhum pagamento”, conta Maria das Graças Borges Moura Quieregato. “Vinha aquela multidão de gente, oficial de justiça e polícia, fazer a expulsão. Sempre gostei de batalhar por aquilo que era meu. O terreno estava pago, tínhamos documento, construímos as casas. A minha, três cômodos de bloco sem reboque, quarto, sala, cozinha e banheiro, não passava de 250 metros quadrados com quintal e poço.” As casas valiam cerca de 300 mil cruzeiros, na avaliação dos moradores. Ofereciam dois mil.

Um dia, no final de 1977, apareceram em sua casinha alguns médicos de Cangaíba. “Chegaram, acho que num sábado de manhã, Paulo Mourão, Francé e Gilberto. Passaram a ajudar. Por meio deles chegamos ao advogado, Marco Aurélio Ribeiro, importantíssimo na defesa judicial.” Não demorou, descobriram que os documentos de posse não valiam nada. A imobiliária os enganara. “A gente reunia 150, 200 mulheres para invadir o escritório que nos vendeu o terreno. Ficava na Praça da Sé. Em outro dia, pressionávamos no Palácio do Governo”, lembra Maria das Graças.

Os boletins de dezembro de 1977 e janeiro de 1978 analisaram o assunto. Continham pequenos artigos sobre desapropriação, conjuntos habitacionais e o crescimento da população obrigada a se mudar para bairros cada vez mais distantes na periferia, sem saneamento, água, escola, transportes. Conclamavam as pessoas a ajudar, pois um dia talvez passassem pelo mesmo desespero. Insistiam na importância de habitações salubres. Criticavam os elevados valores dos aluguéis, a especulação imobiliária e as dificuldades para a compra da casa própria.

“Foi uma união de forças, de lutas e brigas. Afinal, só tiraram a gente de lá pagando nossas casinhas. Aí eu já estava na luta e tomei o gosto pela coisa. Vim morar no Cangaíba, conheci a Maria Tura e o resto do pessoal.” Depois de vitoriosos na batalha pelo pagamento da área desapropriada, Maria das Graças entregou-se às

lutas da população, ligada ao grupo dos médicos. Empenhava-se no trabalho por melhorias nas favelas, no *Movimento do Custo de Vida*, e no fundo de greve dos metalúrgicos. Muitas vezes participou de reuniões no Sindicato dos Jornalistas, no centro da cidade.

Paralelamente ao trabalho político, matriculou-se no curso primário da igreja. Depois concluiu o ginásio supletivo, ambos supervisionados pela professora Lourdes Bezerra. Mais tarde, em 1995, concluiu o colegial.

Outro apoio importante, no Jardim São Francisco, foi a Nersinha (Anézia), que até hoje mora no bairro e frequenta o atendimento médico.

O lixão

As carências de vilas e bairros, abordadas pelos médicos, despertaram os atormentados moradores para a força de que dispunham. Aos poucos surgiu uma rede de lideranças capaz de grande mobilização. Dividiam-se e atuavam.

Uma das batalhas de repercussão, em 1978, foi a do depósito de lixo de Vila Aimoré e Vila Itaim Paulista, ambas no bairro do Itaim Paulista. Depois que uma indústria passou a extrair areia deixando enormes crateras no local, a prefeitura aproveitou uma delas para despejar lixo. Nas outras se formaram lagoas. A questão vinha sendo debatida em palestras e boletins desde o ano anterior, com exposições sobre os efeitos nefastos do lixo sobre a saúde.

Em outubro do ano anterior, o órgão responsável do Ministério das Minas e Energia já proibira a retirada da areia, mas as escavações prosseguiram, abalando os alicerces das casas. Assim, quando os médicos da Pastoral e os padres da paróquia São João Batista conclamaram a população e a indispensável imprensa para uma assembleia no Domingo de Ramos, 19 de março de 1978, com a presença de dom Angélico, mais de 1.500 pessoas de Vila Aimoré e Itaim Paulista se dirigiram em procissão ao enorme depósito de lixo do bairro. “Minha casa desabou. Hoje vivo num barracão, mas o terreno está deslizando para a lagoa”, protestou um morador aos jornalistas.

A população, rodeada de enxames de moscas, atravessou pinguelas precárias de madeira e picadas no meio do lixo de tremendo mau cheiro. Um velho caminhão serviu de tribuna à assembleia, debaixo de sol forte. Mulheres e crianças, protegidas por sombrinhas, agitavam bandeirolas com os dizeres “Fim do lixão”. E cantavam a música de ‘Peixe Vivo’: “Como pode um povo vivo/ Viver naquele lixão/ Dia e noite, noite e dia/ no meio da podridão/ Como poderei viver/ Como poderei viver/ no meio da rataria/ Fervilhando noite e dia.”

“Vamos ler para vocês quais as doenças causadas pelo lixo. Hepatite, disenteria, amebíase, verminose, leptospirose, micose, tétano. E as doenças se espalham”, anunciou Paulo Mourão, explicando a seguir cada uma das moléstias. “As doenças não surgem do nada”, clamou. “São consequência das más condições de vida do povo. Como pode ter saúde uma população que se alimenta mal, que trabalha mais de dez horas por dia e que ainda por cima mora ao lado do lixo? A doença tem um nome: injustiça social!”

Falaram, em seguida, os advogados, alguns estagiários do Departamento Jurídico 12 de Agosto da PUC-SP, e moradores. Compareceu também dom Angélico. Ao microfone, comparou a cratera a um túmulo em que enterravam o povo. “Túmulos são também as duas outras buraqueiras, que se encheram de água contaminada onde morre muita criança”, acrescentou um morador.

A assembleia terminou com a decisão de fazer dois abaixo-assinados, para a prefeitura e o ministério, e o compromisso de cada um dos presentes de levar a discussão de casa em casa, nas vizinhanças. Antes da entrega dos abaixo-assinados, no final de maio, o prefeito de São Paulo ordenou que o lixão fosse aterrado e o porto de areia fechado.

O movimento do custo de vida

Em 1º de maio de 1978, reuniram-se acima de 500 pessoas no Centro Social da igreja do Cangaíba, para o lançamento do *Movimento do Custo de Vida* no bairro. “O novo salário mínimo

é irrisório, uma verdadeira afronta ao trabalhador”, denunciara dom Angélico. “É preciso reivindicar, botar a boca na rua. O fraco unido é uma força.”

A Comissão Coordenadora lançara, dia 12 de março, no Colégio Arquidiocesano de São Paulo, um abaixo-assinado reivindicando congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, aumentos salariais acima do custo de vida e abono imediato de 20% para todas as categorias de trabalhadores.

Os Clubes de Mães, as reuniões para tratar de saúde espalhadas pela Zona Leste, as palestras com audiovisual, os cursos – em todos os lugares se falaria do movimento, de seus objetivos. Cada participante assinaria, comprometido a granjear mais assinaturas até se alcançar o número desejado: um milhão. O documento seria então entregue ao general presidente Ernesto Geisel e a outras autoridades. Já havia coleta de assinaturas no ABC, em Guarulhos, Campinas, Ribeirão Preto e em outros Estados.

“Nasceu da base, do contato com a dura realidade, do alto custo de vida, do baixo poder aquisitivo. Não é manifestação da Igreja, mas a Igreja apoia, ao lado de estudantes e de pessoas com opções políticas. O povo está começando a se mexer. Não creio que seja produto da liberalização do regime, mas do próprio processo histórico que impulsiona o povo oprimido a tomar certas posições”, analisou, na época, dom Angélico Sândalo Bernardino.

Fundado em 1949, com o nome *Movimento Contra a Carestia*, por iniciativa de alguns sindicatos de trabalhadores, sob a influência do ainda chamado Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro, a iniciativa fora interrompida com o golpe militar. Em 1973, as comunidades eclesiais de base da Igreja Católica na Zona Sul de São Paulo o retomaram, a partir de um Clube de Mães. Passou a se chamar *Movimento do Custo de Vida*.

“Junto estava o PC do B, com a atuação do líder metalúrgico e depois deputado federal Aurélio Peres, da região de Pirapori-nha; e o líder católico, Santo Dias, que seria depois assassinado

pela ditadura. Em 1974, houve na Zona Sul, uma assembleia no Colégio Santa Maria, movimento que cresceu para todas as regiões, apoiado pela Igreja”, destaca Gilberto Natalini.

Maria Aparecida de Laia foi da coordenação do movimento, no Cangaíba. “A gente ia aos bairros reunir-se nos Clubes de Mães, nas igrejas, nas SABs, Associações Amigos de Bairro. Esclarecíamos as mulheres. Eu dizia: ‘precisamos participar, porque senão não vamos ter nada para fazer amanhã’. Aí as mulheres perguntavam: ‘Como, não fazer nada?’ Eu respondia: ‘Porque a política manda na nossa vida, determina o salário, o que a senhora vai pôr dentro de casa para comer. Nós somos responsáveis por colocar a comida na mesa. Não interessa o quanto o nosso marido ganha, aquele pouco que ele traz, a gente tem de pegar e comprar o pão. Se a gente não lutar, daqui a pouco nem vai cozinhar, não vamos ter nada para fazer. Então, vamos ser mãe, esposa, mas também sair para a rua e enfrentar a situação’. E o movimento foi crescendo. Quando havia um ato público, avisávamos as mulheres do bairro. E elas vinham.”

Semanalmente, a coordenação, a cargo de moradores da Vila Santo Estevão, Monte Virgem, Engenheiro Goulart e Engenheiro Trindade, reunia-se com as pessoas para discutir política salarial, à semelhança da Ponte Rasa, onde o abaixo-assinado já percorrera a região.

Mutirões colhiam assinaturas e, ao mesmo tempo, espalhavam o *Boletim da Saúde*, que nessa edição relacionara exaustivamente a saúde do trabalhador aos baixos salários e à carestia. A publicação conclamava as pessoas a assinarem o abaixo-assinado e a participar de eventos para discutir o custo de vida. O boletim de agosto anunciava que ônibus grátis levaria os moradores à Praça da Sé. O documento seria entregue às autoridades em uma gigantesca manifestação, dia 27 de agosto de 1978.

Como era de se esperar, já na véspera, as peruas C-14 da Polícia Militar, soldados da cavalaria e guardas da tropa de choque equipados com escudos, cassetetes e cães pastores cercavam

as pessoas que recolhiam assinaturas na Praça da Sé. Depois que o ato público foi proibido, o bispo-auxiliar de São Paulo, dom Mauro Morelli, comunicou que a arquidiocese cederia a catedral para realizá-lo.

Um número extraordinário de pessoas, calculado em 20 mil, compareceu. Entre elas, centenas do Cangaíba e vizinhanças, apesar dos ônibus desviados pela polícia, que dispersou com bombas, cachorros e cassetetes elétricos quem estava fora da igreja, depois de confiscar panfletos. Treze pessoas foram presas. “Chegamos com um bloco grande de pessoas de todas as idades, cerca de duas mil, do trabalho da saúde, na Praça da Sé, tomada pela polícia”, descreve Paulo Mourão. “Tive medo de acontecer algum acidente com aquelas pessoas, algumas idosas. Foram momentos tensos. Felizmente, entramos na catedral e partimos sem problemas. Depois, formou-se um tumulto na frente.”

Logo mais, o governo desprezaria as assinaturas. Acusou grande número de falsas, com objetivo de destruir a legitimidade do movimento. “Não são falsas, ajudamos companheiros analfabetos e assinamos pelas crianças que ainda não sabem escrever, mas já sabem o que é fome”, reagiu uma das senhoras do movimento. “É injustificável verificar a veracidade das assinaturas de um povo com tantos analfabetos. O governo deveria andar no meio do povo e não mandar grafólogos verificar documentos”, acrescentou o cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

O abaixo-assinado seria apenas a primeira etapa do movimento. “Temos de continuar reivindicando uma vida melhor e o nosso justo direito de participar das decisões”, lia-se no *Boletim de Saúde*, de setembro. O *Movimento do Custo de Vida* foi uma conscientização corajosa do povo contra a ditadura. Diferente de outras iniciativas importantes, porém de alcance mais local, ele contribuiu maciçamente para abrir espaço à participação. Fez evoluir o respeito pela democracia. “O movimento foi um preparativo para as *Diretas-Já*”, avalia Daniel.

A antropóloga Eunice Ribeiro Durham, ao analisar a multi-

plicação dos movimentos sociais no Brasil, em seu artigo *Movimentos Sociais – a Construção da Cidadania*, observou que transformaram necessidades em direitos, redefinindo o espaço da cidadania. Para ela, não seria necessariamente a miséria crescente, mas a consciência da pobreza que contribuiu para a mobilização popular. “Nós e os outros que se envolveram, tivemos uma colaboração imensa, não dá para medir”, concorda Gilberto Natalini.

“Abrimos a visão do povo, não ideologicamente e, sim, com profundidade, para a democracia, a liberdade democrática. Surgiu um estado de direito democrático como nunca houve no Brasil. Anos de democracia seguidos, com liberdade para sindicatos, partidos. Quem hoje quer se organizar no Brasil, o faz. Existe repressão social: essa não foi rompida. Mas não há repressão política. É fruto de trabalho nosso, de um acúmulo de trabalho. A Constituinte de 1988, tão moderna, só foi possível por causa da mobilização social. Todas as conquistas sociais que vêm ocorrendo se devem a alguma mobilização. De outro lado, hoje, as pessoas começam a se ligar mais em nível ideológico de consciência. Acho que é a fase que vivemos”, comenta Natalini.

A colaboração de Cangaíba nas manifestações do *Movimento do Custo de Vida*, com caravanas que levavam populares em atos públicos, foi decisiva. Conseguiu-se, lá, cerca de 80 mil assinaturas.

Um dos líderes da oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e um dos principais organizadores sindicais católicos, o operário Santo Dias da Silva, então com 36 anos, participou da redação do abaixo-assinado e colheu assinaturas em fábricas, sindicatos e outros locais. Sua esposa, Ana Maria, da coordenação do *Movimento do Custo de Vida*, foi uma das mulheres da comissão que fez a entrega do documento, em Brasília. O assassinato de Santo pela Polícia Militar, dia 30 de outubro de 1979, em um choque entre policiais e um piquete, no bairro de Santo Amaro, durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, causou enorme comoção nacional. Seu enterro foi re-

PROTESTO CONTRA A FOME

12 DE MARÇO
17 HS.
PÇA DA SÉ

MOVIMENTO CONTRA CARESTIA, MOVIMENTOS POPULARES
E ENTIDADES SINDICAIS

**SÓ O POVO PASSA FOME
E O GOVERNO É O RESPONSÁVEL!...**

**TODOS À PRAÇA DA SÉ
PARA PROTESTAR CONTRA A FOME E
EXIGIR:**

CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS GÊNEROS DE 1ª NECESSIDADE
CONGELAMENTO DAS TARIFAS DE SERVIÇOS: LUZ, GÁS ETC...
AUMENTO SALARIAL DE 20%
REFORMA AGRÁRIA RADICAL

TODO APOIO AO 1º DE MAIO UNIFICADO!!!

MAS SAÍRAM ANIMADOS COM A ASSEMBLEIA.
E COMENTARAM:

O POVO NÃO
SUPPORTA MAIS TANTA
MISERIA E TANTA OPRESSÃO!

SOMOS NÓS QUE TRABALHAMOS,
QUE PRODUZIMOS TODA A RIQUEZA
DESTE PAÍS. ENTÃO NÃO
TEMOS O DIREITO DE RECEBER
PARTE DESTA RIQUEZA?



QUEREMOS UMA VIDA
DECENTE, QUEREMOS LIBERDADE
PARA DECIDIR OS Nossos
DESTINOS!

COMPAREÇA À I REUNIÃO DE SAÚDE DA ZONA LESTE "A SAÚDE E O CUSTO DE VIDA"

DIA 26/11/78 - IGREJA BOM JESUS CANGAÍBA - 15:00hs
AV. CANGAÍBA AO REDOR DO Nº 2.000

Com apresentação de filme sobre a Saúde na Zona Leste

gistrado para o segundo filme do grupo de Cangaíba, *Luta de um Povo*. O primeiro foi *Caso Comum*.

Caso comum

O sucesso dos audiovisuais como instrumentos de conscientização levou os médicos a planejarem o primeiro filme, com produção da Pastoral da Saúde da Zona Leste. Fariam dois. Dentre vários diretores de cinema, escolheram o escritor e jornalista Renato Tapajós, que em julho de 1977 fora preso por publicar o livro *Em Câmara Lenta* (Alfa-Ômega). Nele relatou a prisão e morte de Aurora Maria Nascimento Furtado, sua cunhada. A jovem foi assassinada com a chamada “coroa de Cristo”, torniquete que aperta o crânio até afundá-lo. Mourão redigiu o projeto e com ele obteve ajuda financeira da Misereor. Daniel Klotzel e Júlio Cesar foram encarregados do trabalho concreto.

“Duas a três vezes por semana nos reuníamos na casa de Tapajós, preparando o roteiro. Daniel participava”, lembra Júlio Cesar. “Levantávamos dinheiro com amigos e conhecidos para complementar os custos. Todos nós tínhamos um talonário de recibos para as contribuições.”

O curta-metragem de 16 milímetros, em torno de um caso de desidratação infantil, abordava os assuntos debatidos nos audiovisuais: falta de saneamento, doenças, baixos salários, má alimentação, filas e dificuldade de atendimento nos hospitais. Júlio Cesar indicou para as locações o Jardim Romano, bairro sem água do distrito Jardim Helena, vizinho ao Itaim Paulista. Locais para as tomadas eram escolhidas por Tapajós.

Filmaram os moradores ao saírem em passeata no local, para uma assembleia popular em um descampado, exigindo água da Sabesp (Saneamento Básico de São Paulo). O prestígio e a liderança dos médicos era tal, que não havia quem não respondesse. Isaura Estevão dos Santos, nascida em Palmeira do Sul, em 1947, na Bahia, mãe da menina Janaína e antiga paciente do atendimento, é um exemplo: “O que eu puder fazer por

esses médicos eu faço, porque me ajudaram muito mesmo, eles são abençoados”.

Caso Comum, com a participação do médico Victor Wunsch Filho, da menina Andreia de Lima, dos atores Zilda Aparecida Francaz e Raimundo Nonato de Andrade, tem cenas documentais e uma dramatização sobre a realidade na periferia. O filme mostra, de início, bebês hospitalizados, crianças desnutridas. A narração do ator David José descreve, segundo as imagens, as doenças do povo – barriga d’água (esquistossomose), moléstia de Chagas, debilidade mental. De tempos em tempos, a tela escurece e sobre o fundo negro surge o letreiro de grandes letras brancas, enfatizado pela locução: “Por quê?” Prosegue com fatos, como o contraste entre o crescimento de São Paulo e a elevada mortalidade infantil, sempre interrompidos com a tela escura e a pergunta “Por quê?”

Segue-se a entrevista de um morador, que interpreta as doenças como sinas. O conformismo opõe-se vivamente à próxima cena, a passeata de homens, mulheres e crianças rumo ao descampado. Exigem água tratada. Há um corte e tem início o núcleo dramatizado. É a história de um casal cuja pequena filha está morrendo de desidratação. Os espectadores assistem à angústia crescente de ambos, obrigados a enfrentar longa espera no hospital, até que, finalmente, chegam ao médico.

Didaticamente, abordam-se o baixo salário do pai operário, o dinheiro insuficiente para os alimentos, o péssimo atendimento da população no sistema de saúde pública, os esgotos a céu aberto, a água sem tratamento, a insalubridade, as pessoas ao deus-dará. O filme volta ao documental com a manifestação popular a exigir água e discursos de populares na assembleia ao ar livre. Termina com a câmera se afastando. O descampado vai abrangendo toda a tela em um grande plano geral. Belo e, ao mesmo tempo, metáfora de isolamento, distância, abandono.

“Hoje não se fala mais em barriga d’água, Chagas, água sem tratamento. Ainda tem desnutrição, mas muito menor; reclama-

se de obesidade, que também pode envolver desnutrição, por causa de alimentos de má qualidade, *junk food*”, informa Henrique Francé. “Nota-se que ninguém se queixava de desemprego, mas de baixo salário. Muita coisa mudou. Agora as queixas são a falta de trabalho, Aids, a violência, as drogas.”

Sem pastoral

Em 1979, o grupo ponderou que sozinho não daria conta da extensão que o movimento assumira. Aventou-se a necessidade de uma estrutura partidária para consolidar o que fora construído, ao mesmo tempo aumentando o seu alcance. Novamente conversaram sobre os vários agrupamentos. Um a um, seguiram Natalini e ingressaram no PC do B, exceto Daniel e Júlio Cesar. O grupo, conhecendo-lhes as simpatias pelo PCB, manteve-se discreto e reunia-se em separado quando tratava de questões partidárias.

“Mas a gente não demorou a descobrir, pois não somos bobos”, diz Júlio Cesar. “O Jamil Murad entrou para o grupo e começou a militar no Cangaíba e em outras bases nossas, com a intenção de levar as pessoas ao PC do B. Como sempre discordei de suas posições, comigo ele não conversava. Reunia-se secretamente com o pessoal. O partido era nada sem a gente. Não tinha ninguém. Tom, Anna (a deputada Anna Maria Martins Soares, assistente social desde 1968, ativa em movimentos populares, era esposa de Antônio Soares, o Tom, ex-padre e eletricitista aposentado, já falecido) e mais meia dúzia, em São Paulo. Nós, do grupo de médicos, é que éramos um partido, já com muita gente. Mas não sabíamos disso.”

Por algum tempo continuaram as atividades conjuntas no Cangaíba. Amavam o trabalho que tinham ajudado a construir. Francé e Regina foram os primeiros a decidir. “Os partidos continuavam nos assediando por causa do grande trabalho já realizado, das ramificações, das brechas. Queriam todo o conjunto. Veio gente do MR-8 (*o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, data da morte de Che Guevara, usa a sigla, porém nada tem a ver com*

o MR-8 original, dizimado pelos órgãos da repressão, cujos sobreviventes partiram para o exílio), do PCB, de outras pequenas organizações. Jamil Murad entrou no nosso grupo e foi recrutando”, conta Francé.

“Entusiasmei-me com os que diziam: ‘vamos pegar em armas para derrubar a ditadura, do contrário ela não cai’. Achei o caminho correto”, recapitula Regina. “Tínhamos enorme falta de informação. Pedacos de livro, mal sabíamos o que estava acontecendo, nem o que houve no Araguaia. A Albânia nos era vendida como um lugar maravilhoso. Obedecemos à diretriz, ou seja, de nem cumprimentar os que não entraram no PC do B, considerados inimigos. O grupo se dividiu. Assumi com ferro e fogo, intensa dedicação, disposta a morrer por aquilo sem pensar em nada. A grande sacanagem é essa, o uso da ingenuidade. Seríamos homens-bomba se pedissem, convencidos de que não havia outra saída.”

Um dos integrantes da direção profetizava que a revolução estava chegando. “Seria como uma tempestade, já víamos os grossos pingos da chuva. Vivia cada dia como se pudesse morrer a cada momento. Nunca achei que passaria dos 30 anos. Tudo tinha de ser intenso, vivido no momento. Só planos em curto prazo. Dos 19 aos 28, 30 anos, vivi com a certeza de morrer no dia seguinte. Pingos grossos.”

Em meados de 1978, juntou-se ao grupo e à célula do partido o estudante Nacime Salomão Mansur, trazido por Regina. “Ela foi me recrutando. Discutimos o *Manifesto Comunista*. Entendi melhor a dinâmica das assembleias na escola. Passei a ter posições menos independentes e mais articuladas, porque discutidas anteriormente. No final de 1978 ela me convidou a conhecer o Cangaíba e ver como funcionava. Paixão instantânea. Encontrei o ‘caminho’, a ‘luz’. Entrei de cabeça no trabalho médico, no político e no PC do B. Deixei de ser, na escola, uma liderança independente, cega. Minha contundência tornou-se organizada”, conta Nacime.

“Demorei a convidar Nacime porque achava que era rico, burguês, fora do meu padrão”, graceja Regina. “Até hoje não sei

se tinha mesmo dinheiro. Qualquer pessoa sem jeito de operário despertava desconfiança. No começo sentíamos medo de tiras, de repressão.”

“Nosso grupo não queria se vincular. Sabíamos que um partido complicaria nossa atuação”, analisa Walter Feldman. “Até que, num certo momento, Natalini trouxe o Jamil Murad. Acharmos que era mais um médico. Penso que veio para levar o grupo inteiro. O processo se consolidou enquanto eu estava no Exército”.

Jamil passou a atender no ambulatório e a participar das lutas na Zona Leste. Por diversas vezes, passou o filme em reuniões com a população. “Não sabia que Jamil era do PC do B”, comenta Sula. “Com o passar do tempo desconfeei, pelas posições que defendia. Em algum momento, Júlio Cesar se ligou ao PCB. Instalou-se um clima de desconfiança, horroroso. Antes falávamos de tudo, dos nossos sentimentos, como se fôssemos irmãos. Muito especial. Mas, o partido ficou mais importante. Tão chato! E de Daniel, um doce de pessoa, supercarinhoso, escondíamos um pouco as coisas. Tanto a gente ria, se gostava... Vivíamos brincando. Aí, com a história da definição político-partidária, adquirimos couraças.”

“Tínhamos o sonho da revolução, não tenho a mínima dúvida”, assegura Daniel. “No começo, sem pensar em partido político. Pairava a fantasia de que constituiríamos nosso próprio partido político, desvinculado de qualquer passado, novo, renovado, de esquerda. Fantasia pura. Nenhum partido nos atraía, mas cada um tinha suas ligações afetivas. Eu com o partidão, os meus pais também.”

Para Sula, o trauma foi a família. “Quando entrei na faculdade, meu pai tinha medo de duas coisas: maconha, porque achava que todo universitário era pirado; e comunismo. Maconha experimentamos e não curtimos. Passou. Agora, virar comunista e entrar no partido, do jeito que sou matraca, falante e ardorosa na defesa de minhas ideias, cavou uma separação. Pois até com a minha família conseguí brigar. E minha irmã, um ano menor,

sofreu. Sempre fomos tão ligadas! Ah, foi ruim, falhei. Acho que a gente era insuportável. E no partido era assim: nós éramos bons e o resto era nada.”

Quando Walter Feldman voltou do Exército, Natalini pressionou-o: “Você é o último, tem de entrar também”. “Pensei: se comunista é quem gosta de povo, então é o meu caminho. Lembro-me bem desse momento, foi emocionante. Estava com um jaleco enorme e tive a sensação de algo imensurável, acompanhado pelo temor de perder a pureza. Na minha avaliação, éramos um grupo excepcional do ponto de vista do trabalho popular e de visão de mundo, porque era puro, humanista. Impressionante como a entrada no partido deu uma virada.”

E acrescenta: “penso nisso hoje, porque sou convicto do papel da democracia. A coisa mais importante que aprendi na política foi isso, a democracia é um valor universal. Não um valor de uso, que beneficia individualmente, mas um instrumento coletivo. Tanto que você pode ser derrotado nela e precisa compreender a possibilidade livremente, com abertura e simpatia. Mas o partido, que nos trouxe firmeza ideológica, reduziu nossa angustia. Afastamo-nos de nossa origem, o humanismo. Demos uma grande volta e paramos na visão marxista-leninista-stalinista, que é profundamente antissocialista, antidemocrática.”

A filiação partidária do grupo já era mais ou menos pública e o grupo fazia proselitismo. “Foi apaixonante. Faltava-nos somar sabedoria para saber que, no desejo de construir uma sociedade mais justa, ultrapassamos o sinal. Penso que o radicalismo vinha da idade e do desejo impaciente de mudança.”

Provavelmente em março de 1978, dom Angélico soube que todos os médicos de Cangaíba eram marxistas e que a maior parte deles se filiara ao PC do B. Chocou-se. Refletiu e chamou-os para dizer-lhes que não podiam continuar na Pastoral. “Católico é católico e comunista é comunista”, ensinou. “Vocês devem fundar uma organização para continuar o trabalho.” Apoiou-os, contudo, no prosseguimento da atuação política, embora aborrecido.

Fundariam uma entidade, a Associação Popular de Saúde (APS), em 1979. No atendimento médico não se tocava. “Tivemos uma conversa educada, cheia de boa vontade. Eram sofridos, perseguidos. Foi um diálogo adulto”, resume dom Angélico, que só tem elogios ao grupo. “Na ditadura militar não existia espaço além da Igreja. Eles eram devotados, trabalhavam com abnegação nesse Brasil desgraçado, de periferia ignorada. Ajudaram a população a organizar-se em torno de melhores condições de vida e outros direitos como creche, luta contra a carestia. Eram aguerridos, fortes. Conscientizaram a população sobre cidadania.”

Como diversas voluntárias, Maria Tura filiou-se ao partido. Só que não considerava a religião o ópio do povo. Era religiosa, queria comparecer à igreja. Conversou com dom Angélico. “Será que sou católica? Se vou à igreja assistir à missa, penso que deveria estar ajudando as mulheres vítimas da enchente, fazendo mutirão para recolher mantimentos, levar a elas comida e roupas. Meu trabalho é mais interessante lá do que assistir à missa. Sou uma comunista diferente, acredito em Deus, como realmente existe. Dom Angélico me respondeu: ‘Você é uma verdadeira cristã, está fazendo o bem, ajudando o cristianismo.’ Falei: ‘Então o senhor acha que sou católica.’ E ele disse: ‘Você é a verdadeira cristã.’ Eu era muito franca, falava a verdade. Hoje tenho meios termos, mas naquela época não, enfrentava a polícia, brigava.”

Segundo o padre Geraldo Antonio dos Santos, no texto *História das Lutas Populares de Saúde e a Pastoral Católica da Zona Leste, 1968-1988*, a questão crucial foi a dos médicos não revelarem a filiação político-partidária. Entrevistado por ele, Francé interpretava de outra maneira, conforme reproduz o autor: “A gente se definia como marxista, como esquerda; nessa hora a gente não seguia a disciplina das CEBs. Acho que a ruptura teve como ponto crítico o fato de que no nome do partido estava a palavra *comunista*. Foi discriminação e anticomunismo da Igreja.”

É possível, ainda, que desagradasse à Igreja o apoio do grupo a candidatos nas eleições de 1978. Contradizia sua conduta

de estimular o voto consciente sem indicar nomes. A propaganda política partiu então da APS, favorecendo os deputados Alberto Goldman, Geraldo Siqueira, Irma Passoni, Aurélio Peres. “Liguei-me ao partido no final, mas sem convicção absoluta”, ressalva Paulo Mourão. “Recordo que a gente falava: ‘Se não for o que julgamos, saímos.’ Essa perspectiva difere do militante tradicional, como Jamil Murad, cujos companheiros morreram na defesa do PC do B.”

A partir da edição de abril de 1978, o *Boletim de Saúde* deixava de mencionar, junto ao título, “Paróquia B. Jesus do Cangaíba”. Permanecia *Grupo de Estudo sobre Saúde de Cangaíba*. Não houve explicação a respeito, no texto. O *Movimento do Custo de Vida* receberia, passado pouco tempo, o nome original da década de 40, *Movimento Contra a Carestia*.

“Constituiu a primeira grande divisão política dentro do movimento popular, uma disputa interna entre o partido e os segmentos dirigidos pela Igreja. Ocorreu tanto no *Movimento Contra a Carestia* quanto no sindical. As reuniões eram batalhas”, compara Natalini. “A Igreja, parte importante do movimento social, até 1978, era o grande guarda-chuva dos ativistas e da oposição sindical. Ao mesmo tempo, a cúpula clerical negociava intensamente a redemocratização com os militares.”

Associação Popular de Saúde

O grupo de médicos constituiu a APS, alugando o salão do Clube Estrela do Cangaíba, recreativo, em uma travessa da avenida Cangaíba, quase defronte à casa paroquial. Substituiria a Pastoral nas iniciativas mais políticas. Seus objetivos, de acordo com os estatutos, eram: promover reuniões nas casas, associações ou locais de trabalho, para esclarecimentos sobre saúde; centralizar informações nos casos de saúde, denunciando desvios com identificação dos responsáveis; promover atividades socioculturais e o intercâmbio com outras associações populares; incentivar a formação de grupos populares de vigilância e resistência para re-

solução de problemas de saúde; participar de iniciativas de massa que visem a melhores condições de saúde. O atendimento médico ocupava agora um quinto do trabalho. O restante estava focado em mobilizar a população.

“Em 1978, a ditadura começou a fraquejar um pouco. Avançamos, sem deixar o atendimento e o trabalho político no Cangaíba”, expõe Gilberto Natalini, o primeiro presidente da APS; Francé foi o segundo, Nacime, o atual. “Naquele momento, dois pilares sustentavam a mobilização popular: o *Movimento Contra a Carestia* e as reivindicações da população por meio de Associação Popular de Saúde”, aponta o médico José Eduardo Cardoso.

De imediato, elaboraram o curso “Saúde e Sociedade”, da APS, composto de quatro aulas: *O sistema nervoso e as doenças mentais; A reprodução humana; Remédios, alimentação e saúde; e Política de Saúde*. Esta última aula sublinhava os pontos principais das necessidades do povo: 1 – Melhoria das condições de vida e de trabalho: salários justos, saneamento básico (água e esgoto) na maioria dos bairros, transporte adequado, educação sanitária, vacinação, moradia para todos. Legislação Trabalhista para a prevenção das doenças e de acidentes de trabalho. 2 – O atendimento médico é um dever do Estado. Todos os brasileiros devem ter direito ao atendimento médico público, gratuito, próximo de sua residência. 3 – Efetivo funcionamento da Central de Medicamentos (Ceme), órgão do governo responsável pela produção e distribuição de remédios a preço de custo. 4 – Participação dos trabalhadores no planejamento e na fiscalização da Política de Saúde.

O novo general-presidente João Batista Figueiredo (1978 a 1984) levava adiante, com menos rigidez – a, então, denominada “abertura” – a política do general Ernesto Geisel. A estratégia deste fora promover tentativas severamente controladas de volta ao Estado de direito, reprimindo os movimentos sociais. O país enfrentava as dificuldades econômicas que o “milagre” do endividamento fácil protelara. Geisel, de um lado, procurava mecanismos

flexíveis para, afrouxando as tensões sociais e políticas, manter o poder sob controle. Basicamente tentou cooptar setores de oposição e manipular as regras eleitorais. A censura seria parcialmente suspensa, a postura ante a repressão e a tortura negociadas. Reformas eleitorais elevariam a representatividade.

Diferentes meios coercitivos substituiriam a revogação do AI-5 (Maria Helena Moreira Alves: *Estado e Oposição no Brasil, 1964-1984*, Editora Vozes; Thomas Skidmore: *Brasil: de Castelo a Tancredo*, Editora Paz e Terra). De outro lado, a distensão lidava com a luta pelo poder nos próprios meios militares, “moderados” contra a “linha-dura”, já poderosa força paralela e excessivamente corrupta – após anos de ditadura a corrupção atingira todas as esferas do poder. “Mas foram os movimentos sociais que forçaram a abertura”, reitera Natalini.

Um ano antes, o governo admitira a manipulação das estatísticas referentes à inflação de 1973 e 1974, o que prejudicava os reajustes salariais. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo fez uma grande campanha para obter os 34,1% perdidos, logrando uma aliança entre seus diversos grupos. A batalha despertou a opinião pública e abriu caminho para as greves de 1978, 79 e 80.

O grupo de Cangaíba articulou apoio às greves operárias. Frequentava portas de fábrica. Preparou militantes para disputar eleições de sindicatos. Entrou na luta da anistia. Onde houvesse espaço, lá estavam os médicos e os associados da APS. Nacime acompanhou Regina e Francé às favelas do Jardim Arizona e Vila Araguaia, entre a avenida Cangaíba e a Estrada de São Miguel, para atuar no trabalho de educação em saúde.

“Íamos às favelas, começávamos a conhecer a liderança local e a dar rumo às reivindicações, como leite, água, ônibus, creche, pronto-socorro, coleta de lixo, proteção contra enchentes e lagoas que se formavam, falta de policiamento, necessidade de feiras livres. Reuníamos as pessoas para discutir os audiovisuais. Participávamos do movimento social. Cada um de nós estava designado

a um bairro. Quando me entrosei, Regina e Francé foram para outro lugar. E fiquei lá.”

Religiosamente, Nacime comparecia aos sábados no ambulatório da igreja, no Cangaíba. Estudante ainda, não podia atender as pessoas, dar receitas. “Ajudava na farmácia e respondia a perguntas das pessoas na sala de espera. Realizava um exame de gravidez e comecei a atender grávidas. A cada sábado alternado cuidava do pré-natal – já no quarto para o quinto ano da faculdade – sempre com a supervisão de um dos médicos já formado.”

A questão do momento centrava-se nos loteamentos clandestinos. “Deu Maluf na jogada”, foi a chamada da edição de setembro de 1978 do jornal da Zona Leste, *O Espalha Fato*. E completava: “Sacanagem do grupo Lutfalla”. Ocorreu, segundo a reportagem, que a imobiliária Lutfalla apresentou um projeto de 900 lotes divididos em duas glebas. Uma delas foi aprovada e recebeu alvará, mas a fiscalização do prefeito Faria Lima (1965-1969) vetara a oficialização do loteamento ao perceber que a empresa “economizara” na metragem dos lotes e das ruas. Quando assumiu o prefeito nomeado Paulo Maluf (não havia eleições para prefeito desde 1964), cujo sobrenome aparecia nos contratos dos moradores como um dos proprietários das glebas, o loteamento prosseguiu.

“A imobiliária cobrava mil cruzeiros de imposto de cada comprador. Foram 900 mil cruzeiros. Mas, na prefeitura, vimos que o imposto total do terreno era de 59.182,40 cruzeiros”, denunciou um morador. “Quando o morador acabava de pagar o lote, não vinha mais cobrança de imposto. Não deram escritura. Fomos ao escritório, na cidade. Éramos 200 pessoas. Subiram somente cinco. Jogaram água na gente, lá de cima.” A imobiliária continuava a vender lotes.

Durante um tempo, Gilberto Natalini morou na sede da APS, após a reforma. A sede alugada encontrava-se completamente abandonada, entulhada de lixo. O Clube Estrela há muito não a utilizava. Era necessária uma enorme limpeza e algumas re-

formas. Foi quando apareceu Raimundo Nonato, ex-metalúrgico, liderança importante na Mercedes, de grande bagagem de luta no ABC, perseguido e, então, desempregado, que se prontificou graciosamente a arrumar tudo. E assim o fez. Logo a sede já podia ser usada para reuniões, cursos, capoeira e até bailes, centralizando toda a atividade política do grupo remanescente.

O valor do aluguel, de pequena monta, foi negociado com o amigo e vizinho Benício, dono de uma oficina mecânica e um dos últimos diretores do Estrela. E, por alguns anos, ainda era regateado mensalmente, contando, sempre, com o beneplácito de Benício.

Ali guardavam material do partido, dos movimentos sociais, das greves, além do poderoso aparelho de som. Também sediava a gráfica, comprada com o dinheiro da Misereor, e comandada pelo Walter do Nascimento. Abrigavam militantes que vinham de outros Estados. Surgiam ideias que desenvolviam – desde aulas de caratê até o Mobral, alfabetização de adultos. Formou-se um grupo de teatro, que apresentava peças didáticas sobre saúde e política, dirigidas pelo Nadsom e Carlinhos. “Na campanha do Walter Feldman, em 1982, na verdade campanha do PC do B, várias vezes dormi no salão da APS para ganhar tempo. Juntava dois bancos, arrumava um colchonete”, recorda Francé.

Morava lá a dona Brasilina, uma senhora negra que fora abandonada pela família e resgatada pelos médicos. Morou mais de 25 anos na APS sendo a zeladora. Quando da reforma para a instalação do telecentro, Francé aproveitou o momento e fez um pequeno apartamento para ela. Atualmente, está bem cuidada, morando em uma casa de repouso.

O trabalho com jovens é aspecto relevante no desenvolvimento da APS, seja no âmbito cultural, educativo, político ou esportivo, tendo contado ao longo do tempo com a participação de Nei, Gui e Cacá, filhos da Oraides; Carlinhos, Arnóbio, Nado (Benivaldo), Benilton e outros. De família italiana, os Norcino – dois filhos, Ítalo e Miguel – muito ajudaram e participaram das

atividades da APS. Como eles, os jovens se aproximavam em razão da palestras, cursos de saúde, apresentação de audiovisuais e peças teatrais, realizados nas escolas da região.

Maria Tura representava a entidade no *Movimento Contra a Carestia* e filiou-se ao PC do B. “Fiquei pouco. Logo discordei. A gente trabalhava na base, ia às SABs. Ouvia o povo e suas reivindicações. Quando levava ao partido, passavam uma borracha naquilo, importante era só o que João Amazonas decidia. Priorizavam outras coisas. Por exemplo, só interessava a campanha eleitoral de um candidato. Então, o partido ajudou e atrapalhou. Quis aparelhar o movimento popular”, define Maria Tura, indicando com o “verbo” a palavra adaptada aos tempos de clandestinidade, quando “aparelho” significava local para se fazer reuniões ilegais, ocultar pessoas procuradas e pôr a salvo materiais da organização. “Nessa época, eu era vice-presidente da APS”, continua ela, que, aparelhada com o partido, causava divergências entre o pessoal que participava. “E assim foi acabando o trabalho de conscientização do povo em relação à saúde e ao custo de vida.”

Durante muitos anos, Nacime, Gilberto e Francé se cotizaram para manter a APS, pagando aluguéis, IPTU, luz e água, mas hoje é auto-sustentada. A sede foi toda reformada e ampliada. Nacime, o atual presidente, acredita no poder de intervenção social da entidade, agora de maneira mais organizada. “Você fala nela e todo mundo conhece. Está ali, há mais de 20 anos, é respeitada, uma referência no bairro. Queremos que continue aglutinadora e gestora social, para propor e conduzir algumas políticas locais. É fundamental que ajude na formação das pessoas. Educação é imprescindível ao país e à sociedade. Já distribuí leite, ensina computação pelo Infocentro, proporciona curso de inglês, capoeira, tem cursos de teatro, artesanato, trabalha com a Terceira Idade, entre outras tantas atividades, totalmente gratuitas. Administra um restaurante popular Bom Prato, no Itaim Paulista. Graças a ele já temos recursos para ajudar outras entidades, o que é também nosso objetivo. Contribuímos atualmente para a Casa

de Izabel, ONG da Zona Leste que trata de crianças e mulheres vítimas de violência”, esclarece Nacime.

E acrescenta: “o governo do Estado, hoje, faz parcerias com entidades filantrópicas sem fins lucrativos. Monta lá uma estrutura e incentiva atividades culturais, educação. Tudo no âmbito popular. Existe, ali, um campo importante do Terceiro Setor – público, não estatal, que podemos ocupar do ponto de vista social. Estamos tentando profissionalizar a APS, uma instituição típica do Terceiro Setor. Auxiliaremos o Estado a administrar, politizando e permitindo a participação popular na gestão pública. Acredito que é direito e dever da sociedade organizada estar junto ao poder público na execução das políticas públicas. Não significa Estado fraco, ou neoliberal, mas de aumentar a capacidade de governança, isto é, a capacidade de implementar de forma efetiva e eficaz as políticas públicas.”

Para tanto, segundo Nacime, “o Estado, além de ser o promotor do desenvolvimento, deve hipertrofiar a função de regulação, ou seja, avaliação e controle, expandindo as competências técnicas e melhorando os mecanismos de aferição de resultado, além de incrementar e qualificar melhor o controle social, fundamental para a evolução do Terceiro Setor. Reformamos toda a sede, abrigamos um Infocentro. Hoje a entidade tem a documentação regularizada e uma responsável pela sede, Cristina, que a tudo supervisiona. Mário Cortez, uma das maiores lideranças do movimento negro, tem atuação política importante na entidade e na região, desenvolvendo várias atividades, além de promover animados pagodes com feijoada na APS. João Chile era entusiasta desse trabalho”.

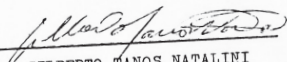
“Os sócios do Estrela – conta Nacime –, já idosos, estavam para votar se doariam o imóvel aos médicos ou à igreja, pois pagávamos uma mixaria de aluguel. Fui à reunião para defender a APS, mostrar o trabalho. Quando terminei de falar, todos votaram a favor do trabalho dos médicos, um deles tinha até se manifestado contra. A sede foi doada aos médicos. Dirigi a refor-

Ata de Jurisdição da Associação Popular de Saúde. Maio de 1979

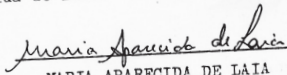
REGISTRO DE INSTRUMENTOS DE VOTO N.º 14274 /79
1.º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - SÃO PAULO

ATA DE FUNDAÇÃO DA
ASSOCIAÇÃO POPULAR DE SAÚDE

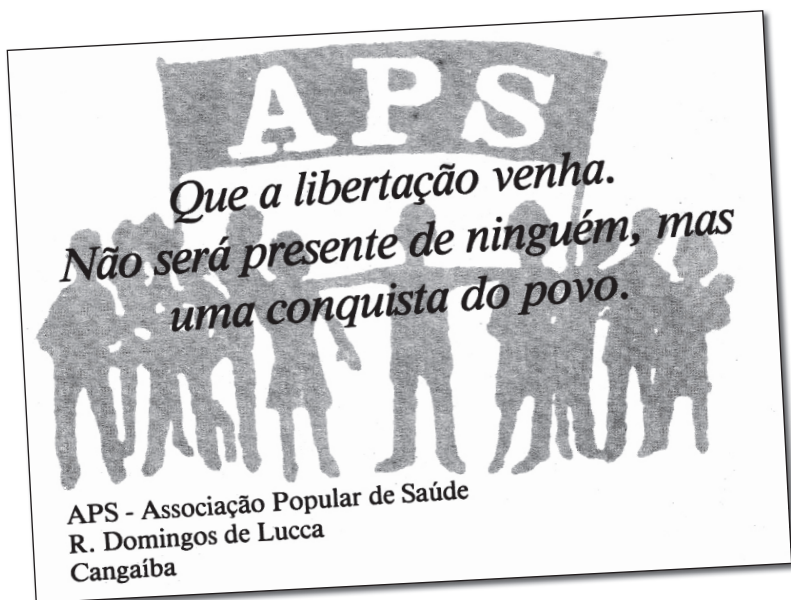
Ata da Assembléia Geral de Fundação da Associação Popular de Saúde realizada dia 26 de maio de mil e novecentos e setenta e nove. Aos vinte e seis dias do mês de maio de mil e novecentos e setenta e nove às quinze horas no salão paroquial da Igreja Bom Jesus de Cangaíba situado à rua Jacira Artacho número sessenta e dois, reuniram-se em Assembléia Geral representantes de bairros com o objetivo de fundar a Associação Popular de Saúde. A reunião foi dirigida pelo médico Paulo Antonio de Souza Mourão e constou de: a) aprovação da formação da Associação Popular de Saúde; b) apresentação e discussão dos estatutos da Associação Popular de Saúde; formação da diretoria da Associação Popular de Saúde. Tendo sido aprovada a criação da supracitada Associação e respectivos estatutos foi apresentada e aprovada a primeira diretoria e o primeiro Conselho Fiscal da Associação Popular de Saúde. Adiretoria da Associação Popular de Saúde é composta dos seguintes membros: Presidente: Gilberto Tanos Natalini; Vice-Presidente: Maria da Conceição Ribeiro Tura; Secretária: Maria Aparecida de Laia; Tesoureira: Maria Salete Marret. O Conselho Fiscal é composto dos seguintes membros: Elíseo Vieira da Rocha; Daniel Klotzel; Marcia Lúcio Miguel; Nélia Brandão Flores e Maria de Jesus Cruz. Ficou decidido que a duração da gestão da diretoria e do conselho fiscal será de um ano, tendo esta como objetivos a instalação da sede da Associação Popular de Saúde bem como a continuidade das lutas por melhores condições de vida da população. Nada mais tendo a ser registrado e não havendo ninguém querendo fazer uso da palavra o presidente eleito deu por encerrada a Assembléia. E para constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo presidente Gilberto Tanos Natalini e por mim secretaria Maria Aparecida de Laia.


GILBERTO TANOS NATALINI

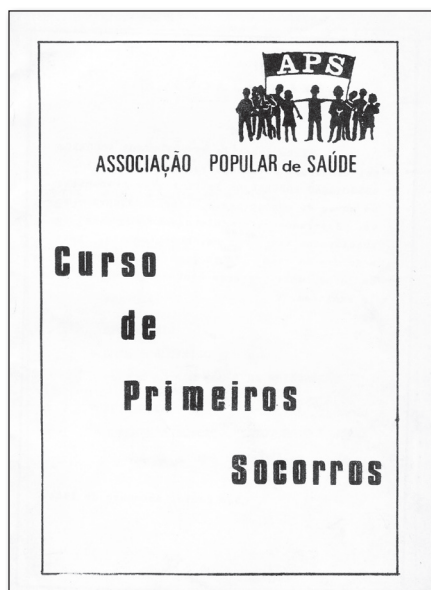
Presidente


MARIA APARECIDA DE LAIA

Secretária



Cartão de fim de ano da APS, 1980



Apostila
de curso,
1981

CONSELHO DAS SOCIEDADES AMIGOS DE
BAIRROS DA REGIONAL DA PENHA
DE FRANÇA

Assembléia Geral Ordinária
CONVOCAÇÃO

A Comissão Eleitoral, eleita em Assembléia Geral do Conselho das SABs, da Região da Penha de França, realizada no dia 18 de maio de 1985, no Anfiteatro da Administração Regional da Penha (ARPE), convoca, através deste Edital, as Sociedades Amigos de Bairros da Região da Penha de França, para a Assembléia Geral Ordinária do recém-criado Conselho de SABs, com o fim específico de eleger a primeira Diretoria e Conselho Fiscal do referido Conselho de SABs, e que será realizada no dia 22 de junho de 1985, às 14 horas, no Anfiteatro da ARPE, à Rua Candapui n.º 492, Vila Marieta.

De acordo com decisão desta Comissão e baseados em disposição estatutária fica determinado que:

1 — As Eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal, se realizarão pela Assembléia Geral Ordinária, por votação secreta ou por aclamação;

2 — Terão direito a voto todos os membros da Assembléia Geral do Conselho presentes;

3 — Cada Entidade filiada (SAB) terá direito a inscrição de 3 (três) delegados, incluindo o presidente da SAB, que é considerado membro nato da Assembléia Geral;

4 — As inscrições de delegados para Assembléia Geral poderão ser efetuadas até o dia 22 de junho de 1985 às 13 horas na Sede da ARPE;

5 — As inscrições das chapas completas para Diretoria e Conselho Fiscal poderão ser efetuadas a partir da data de publicação do Edital até o dia 18/06/85, no horário de 8 às 17 horas, na Sede da ARPE, com o Sr. Sebastião Soares de Farias (fone: 957-1499);

6 — Da lista de candidatos deverão constar: nome completo, número do R.G. e assinatura dos respectivos candidatos;

7 — Todo e qualquer membro da Assembléia Geral poderá concorrer às eleições para Diretoria e Conselho Fiscal;

8 — É vedada a inclusão de mais de 2 (dois) membros de 1 (uma) mesma Entidade filiada para concorrer em 1 (uma) mesma chapa;

9 — O mesmo candidato não poderá concorrer em mais de 1 (uma) chapa;

10 — Em caso de eventuais irregularidades ocorridas por ocasião das inscrições das chapas, a Comissão Eleitoral dará um prazo de 24 horas para que as mesmas sejam sanadas;

11 — Não será permitido o voto por procuração;

12 — Será considerada vitoriosa a chapa que obtiver a maioria simples dos votos dos membros credenciados presentes à Assembléia;

13 — O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal eleitos terá duração de 2 anos.

São Paulo, 08 de junho de 1985

A Comissão Eleitoral: HENRIQUE SEBASTIAO
FRANCE, LUCIO BONATO, TEODORO ALVES, CARLOS
ALBERTO LOPES e JULIO PRATA.

Participação da APS
na luta popular
e democrática, 1985

ma. Construímos 80 metros quadrados na parte superior, para o curso de computação. Modéstia à parte, o engenheiro elétrico sou eu. Mas, ainda assim estou ligado ao trabalho? Claro! Vamos fazer um material de propaganda da APS para explicar do que se trata e pedir ajuda nas casas comerciais.” A veterana Adelina, frequentadora da APS, alegre-se: “melhorou para nós. Mas precisamos de mais espaço”.

O mutirão contra a dengue, iniciado em 2002 com uma passeata, foi promovido pela APS ainda em obras. Por isso, a reunião preparatória convocada por Gilberto Natalini, quando compareceram representantes de várias comunidades e centros de saúde, foi no “terraço” da igreja, cedido pelo padre Luiz, que continua oferecendo um sólido apoio aos médicos de Cangaíba. A parceria com a igreja continua intensa, muito tempo depois que todos saíram do PC do B.

Maria Tura é outra entusiasta da APS. “Seu papel fundamental será o de continuar o trabalho político de conscientização do povo, analfabeto ou semianalfabeto. Temos de formar novas gerações. Falta ainda muita coisa. Os jovens estão se envolvendo com drogas, a escola não é prazerosa, ninguém tem vontade de estudar. É raro quem luta porque quer mesmo aprender. Acredito que uma coisa que ainda vai surgir e despertar a consciência do povo é a luta contra a violência.”

Outra fonte de entusiasmo em relação à APS é o convênio com a Prefeitura de São Paulo para administrar duas creches, uma na Vila Silvia, que atende 160 crianças, e outra no Parque Tiquatira, com 210, ambas gerenciadas por Cristina e Fábio-la, com apoio das voluntárias do atendimento. “As crianças são muito bem cuidadas, recebendo mais que o convênio preconiza, são comprados livros, filmes, brinquedos, fazem-se festas, muito com contribuições individuais”, relata Nacime. Em Itaim Paulista, o Bom Prato teve a supervisão de uma liderança da região, Gerson Sadao, então vice-presidente da APS, com a colaboração do Almeida e da Solange.

Na APS, atualmente, a Adelice cuida do trabalho da terceira idade e é vice-presidente; conta na Diretoria com a Nega, Graça, Tura, Marly, Nilse, Rosa e Adalina.

Oscar Niemeyer

Em 1978, vivamente empenhados na construção da APS, os médicos tentaram outro financiamento da Misereor, que permitisse construir uma já sonhada sede própria. Júlio Cesar e Gilberto Natalini foram ao Rio de Janeiro procurar nada menos que o famoso arquiteto Oscar Niemeyer e solicitar a este que fizesse o esboço do projeto arquitetônico.

Foram muito bem recebidos no escritório de Niemeyer, que se mostrou interessado no trabalho que realizavam em São Paulo, fazendo várias perguntas. Por fim, Gilberto afirma que Niemeyer fez o esboço e Júlio Cesar tem certeza que não!

Encontro de saúde

Nas paredes do Centro Social da Igreja Bom Jesus do Cangaíba, faixas com dizeres como “Abaixo a Opressão, Mais Arroz + Feijão”, “Abaixo a Exploração”, “Saúde é Direito de Todos” recebiam as pessoas para a 1ª *Reunião de Saúde da Zona Leste*, organizada pela Pastoral de Saúde em novembro de 1978. Pretendia-se que fosse a primeira de muitas reuniões anuais. O tema, *A Saúde e o Custo de Vida*, discutiria o trabalho realizado nos quase três anos de presença dos médicos.

A dedicação incansável do grupo e dos cerca de 200 leigos da Pastoral levou ao Centro Social da igreja cerca de 700 pessoas. Verdadeira multidão. Dava-se mais um passo para a mobilização por melhorias consideradas essenciais: saneamento básico, postos de saúde, combate à mortalidade infantil, à desnutrição crônica até em segundo grau (peso entre 25 a 40% abaixo do considerado ideal para a altura).

A luta por postos de saúde nos bairros, entre eles Cangaíba, era constante. Um folheto com quadrinhos, distribuído às cen-

tenas, difundia essa necessidade. O desenho mostrava um grupo de desnutridos, adultos e crianças, informando: “No Brasil existem 40 milhões de desnutridos, a cada dois minutos morre uma criança por desnutrição”. O próximo desenho mostrava um padre rezando em um túmulo, rodeado de parentes da pessoa falecida, com o seguinte texto: “A cada meia hora morre um brasileiro de tuberculose, Doença de Chagas, ‘barriga d’água’, diarreia, sarampo... são doenças que ainda matam muitos brasileiros.”

No quadro, o seguinte texto: “O Brasil é o país onde ocorre o maior número de acidentes de trabalho do mundo. Só no Estado de São Paulo temos cerca de 800 mil acidentes de trabalho por ano. Isto significa algumas mutilações, cicatrizes, perda de dedos, pernas, mãos, cegueira e até mesmo morte!” Desenho ao lado: pedreiro caindo do alto de um prédio – o precário andaime arrebentou. Na sequência, os temas dos desenhos são falta de saneamento, paralisia infantil, lixão, ônibus lotado de trabalhadores na madrugada escura, favelas, filas nos poucos postos de saúde da Zona Leste – 34 para 1,5 milhão de habitantes.

Vem depois a pergunta: “O que fazer?” Cena em que “seu” João discute em uma reunião com os vizinhos os problemas da vila. Animam-se, convocam mais pessoas, escrevem um boletim e o distribuem. Mas alguns faltam às reuniões por causa do futebol, da novela, por preguiça. “Seu” Manoel acha que o esforço será em vão: “As autoridades não estão para ouvir o povo!”, reclama. Texto: “Mas o pequeno grupo liderado pelo ‘seu’ João não desistiu.” Um abaixo-assinado é feito, uma grande assembleia o entrega às autoridades, vem um representante do governo que tenta enganar o povo. Tudo, João e seus seguidores enfrentam. “Depois de muita luta sai o posto de saúde!” O folheto termina com “seu” João advertindo populares: “Ainda há muitos problemas na vila para resolver.”

Júlio Cesar abriu os trabalhos da *1ª Reunião de Saúde da Zona Leste*, da Pastoral. “Estamos aqui reunidos para ver como está a Saúde. Nossa região está contaminada de febre tifoide, pa-

BOLETIM DE SAÚDE

ASSOCIAÇÃO POPULAR DE SAÚDE
NÚCLEO ITAQUERA



A APS (ASSOCIAÇÃO POPULAR DE SAÚDE) QUE HÁ BASTANTE TEMPO VEM TRABALHANDO EM ITAQUERA TEM AGORA SUA SEDE À PRAÇA MACHACALIS Nº3 (ANTIGA TATUI) CONVIDAMOS A TODOS PARA SUA INAUGURAÇÃO DIA 8/2/81, DOMINGO, ÀS 5,00 HORAS DA TARDE, QUANDO SERÁ APRESENTADO O TRABALHO DA APS E UM FILME DE SAÚDE. VENHA PARTICIPAR E DAR SUA OPINIÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA SEDE. COMPAREÇA!

SEMANA DE SAÚDE NA V. CARMOSINA

O GRUPO DE SAÚDE do Posto de Saúde do Jardim Copa, junto com a COMISSÃO DE MORADORES das Vilas Xuca, Copa, Margarida, Marabá, Carmosina, Santa Isabel e Bom Jesus, convidam a todos a participar da SEMANA DE SAÚDE, onde serão apresentados filmes e áudio - visuais.

PROGRAMAÇÃO

| | | |
|----------|-----|---|
| 3a feira | 4/9 | "SISTEMA DE SAÚDE" (áudio-visual). |
| 4a feira | 5/9 | "SALÁRIO E ALIMENTAÇÃO" (áudio-visual). |
| 5a feira | 6/9 | "RAIO X" (filme). |
| sábado | 8/9 | "CASO COMUM" (filme). |

COMPAREÇA E DISCUTA COMO
VAI INDO A SAÚDE DO POVO

Primeiro Boletim de Saúde produzido pelo trabalho popular dos médicos do Cangaíba - núcleo Itaquera

BOLETIM DE SAUDE

grupo de estudo s/saúde
paróquia B. Jesus do Cangaiba

Ano 1

Nº 1

JULHO 77

É MELHOR
PREVENIR
DO QUE
REMEDIAIR



Quando não nos sentimos bem, procuramos um médico para que ele nos receite um remédio. Mas pode acontecer de o remédio não fazer o efeito desejado, como acontece muitas vezes.

A medicina pode curar as pessoas quando elas estão doentes. Mas vezes as pessoas não têm noção da gravidade da doença e não se preocupam; quando vão ao médico recebem um tratamento rigoroso, e devem segui-lo, pois há o risco de não se salvarem.

Para que isso não aconteça, é necessário que estejamos prevenidos. Tomar cuidado com a água de beber, ter higiene pessoal e muitos outros cuidados, como: tomar vacina, ir ao médico regularmente, etc., são fatos muito importantes.

Lembre-se que é melhor prevenir para não termos problemas com a nossa saúde, do que remediar e correr o risco de ter uma doença que não tem cura.

Para termos boa saúde física, é preciso estarmos preparados psicologicamente e estarmos socialmente realizados.

O objetivo deste Boletim é de que cada pessoa saiba como agir diante de um problema tanto social, como mental e físico, portanto como cuidar de sua saúde.

Procure-nos e
colabore com o

BOLETIM DE SAUDE

ralisia infantil, verminose. Por quê?”, perguntou Júlio Cesar aos presentes, antecipando o filme *Caso Comum*, que passariam antes do encerramento. E depois de enumerar os problemas, intercalando a interrogação, exortou: “É preciso que se reestruturarem as condições de vida e de trabalho da população. Sessenta por cento das crianças de São Miguel e Itaim, desnutridas; 80% em Itaquera. Podemos tratar delas, mas e a desnutrição? As autoridades constroem hospitais para dar lucro por meio do INPS... O homem que faz a Praça da Sé vem depois morar na periferia. Só se valorizam os grandes.”

Os demais médicos passaram a manifestar-se: “Há apenas dois prontos-socorros para atender 1,5 milhão de pessoas. Em cada 100 crianças, 90 sofrem de verminose e apenas 30 são vacinadas!” “Morreram cinco crianças recentemente no Cangaíba, de sarampo. Se existe esquema efetivo de vacinação não deveria haver sarampo, que mata a criança desnutrida. É a doença do subdesenvolvimento.” Repetiram o que o povo ouvia nas reuniões, audiovisuais e visitas domiciliares.

“No primeiro trimestre apareceram 18 casos de poliomielite em São Miguel Paulista, seguidos de um surto de febre tifoide em Vila Jacuí, no mesmo bairro. Houve outro no Cangaíba, pois fossas contaminaram poços domésticos”. “São as condições de vida, desnutrição, falta de água encanada, rede de esgotos e até o excesso de pessoas em um ônibus que desencadeiam as epidemias, como ocorreu com a febre tifoide e vem acontecendo no caso da tuberculose”. “Semanalmente registram-se três casos novos de tuberculose apenas em consultas de rotina, no único pronto-socorro municipal de São Miguel, o Tide Setúbal”.

E continuaram: “graças à conscientização baseada nos ensinamentos dos médicos e leigos, dos boletins de saúde, das palestras, dos cursos, os moradores do bairro já sabem pressionar o poder público. Pavimentaram-se ruas, foram instalados postos de saúde e água encanada”. “O trabalho de organização popular, difícil, exigente, já surtiu resultados”, enunciou uma

das oradoras. E convidou os representantes de 25 lutas populares da Zona Leste a darem testemunho. Um a um, moradores relataram suas conquistas.

“Em outubro de 1978, vendemos rifas para fretar um ônibus, 55 pessoas do Jardim Nordeste”, ouviu-se de um jovem do grupo do *Boletim de Saúde*, muito ativo no bairro. “Fomos ao gabinete do secretário de Saúde do Estado, dr. Walter Leser, e nos apresentamos. Entregamos um abaixo-assinado com quatro mil assinaturas, pedindo melhores condições de funcionamento para o Centro de Saúde da região. Também queríamos o direito de eleger um conselho comunitário que participasse das decisões sobre as atividades do Centro. Em uma hora de reunião, nossas reivindicações foram atendidas.”

“Uma assembleia popular na Vila Aimoré e Itaim Paulista conseguiu o fim de um lixão e o recolhimento do lixo.”

“Em Vila Curuçá, em São Miguel, agora tem água encanada.”

“Lutamos e agora temos um posto de saúde para Itaquera e Jardim Nordeste.”

“Finalmente colocaram porteiras na linha do trem em Artur Alvim, acabando com as mortes.”

“Chegou a coleta de lixo na Vila Monte Santo, em Vila Jacuí (vizinho à Ponte Rasa).”

“Vieram mais ônibus para o Jardim Romano.”

Falou o padre Chico, de Itaquera: “Minha gente, temos de conseguir que as autoridades devolvam o que é nosso. Temos de conquistar nosso lugar, tomar conta das fábricas, exigir assistência médica para todos. E as nossas terras! Se existe rico é porque existem pobres. O Brasil é o maior exportador de alimentos primários, arroz, feijão e soja, e o povo morre de fome. Precisamos começar a gritar para incomodar o ouvido das autoridades... Vamos fazer do Evangelho a nossa espada... Vamos levantar e gritar juntos: Saúde para o povo! Basta de opressão! Abaixo a carestia!” O público atendeu com entusiasmo, manifestando-se num vozeirão.

Exibiu-se o filme *Caso Comum* e o Grupo de Teatro da APS encenou a visita dos representantes do *Movimento Contra a Carestia* a Brasília; um carrasco, simbolizando o custo de vida que massacrava o salário mínimo, morria sufocado no final. O evento terminou com o hino do *Movimento Contra a Carestia*. Cantaram também a letra adaptada à música “Asa Branca”, o que comovia especialmente a Daniel Klotzel. Veio em seguida “Está Chegando a Hora”. No final, “Apesar de Você” integral, de Chico Buarque contra a ditadura, que fora liberada pela censura há pouco tempo e já era um clássico.

No dia seguinte, jornais reproduziram o discurso de dom Angélico Sândalo Bernardino. “Vamos transformar a presença de todos nós aqui em um compromisso. Sabemos que a caminhada não é fácil, mas que o povo tenha tudo aquilo a que tem direito: liberdade, fraternidade, tranquilidade e paz. O povo não conseguirá libertar-se caso não esteja organizado nos bairros, nas fábricas, nas vilas, nas pastorais, nos sindicatos, em suas bases.”

Caso comum, em todas

Assim que terminaram os trabalhos de filmagem de *Caso Comum*, um escalonamento determinou quem o projetaria, quase diariamente, promovendo debates. Nacime descreve: “além dos finais de semana, todas as noites tínhamos atividades na Zona Leste – dar aula, fazer contatos, reuniões, passar o filme em alguma favela. Pegava o ônibus Penha-Lapa porque não dirigia. Aprendi a dirigir por exigência política – o grupo precisava de motorista. Mas, nessa época, dava uma volta ao mundo, tão longo era o itinerário do ônibus. Ia na hora do *rush*, aquele projetor de 16 milímetros nas costas, pesadíssimo, mais o filme, aquele rolo grande e o ônibus lotado. Tudo com uma disposição incrível”.

“Quer dizer – continua –, você estava morrendo de cansaço porque acordara às 4 da manhã para estar nas portas de fábricas vendendo o jornal *Tribuna da Luta Operária* e, às vezes, 10 horas da noite, meia-noite, você estava ainda lá na periferia, Itaquera,

São Miguel, com aquele projetor, num ponto de ônibus perdido. Apenas com o dinheiro da passagem de volta, porque não tinha mais, nem para comer. E feliz, alegre, achando que era isso mesmo, que o caminho era esse. Não tinha nenhuma outra preocupação. Dormíamos em qualquer lugar, cansamos de dormir nos bancos de madeira da APS.”

Ao mesmo tempo, empenhávamos em eleger Aurélio Peres, do PC do B, para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. “A nossa força de vontade era frenética. Às 5 da manhã, já estava na Zona Leste. Pegava a entrada do pessoal nas fábricas. Queria convencê-los a derrotar o Joaquinção, Joaquim dos Santos Andrade, candidato da chapa da situação nas eleições.”

A cidade foi repartida. “Gilberto, outro rapaz, o Barba, e eu ficamos responsáveis por várias metalúrgicas de uma área do Belém. Estávamos todos os dias, a toda a hora, em uma das metalúrgicas, vendo quem era sindicalizado, tentando convencer aqueles que não faziam parte do sindicato. Uma resistência brutal. Gilberto e eu apanhamos na porta da Filizola. Os operários achavam que a gente era estudante diversionista, trotskista, radical. Porque o grande líder era o Joaquinção e chamá-lo de pelego era uma afronta. Era preciso muita coragem e determinação política.”

Nacime voltava rapidamente à escola e ao meio-dia já tinha de estar em outra fábrica. Maria Tura tem saudade do entusiasmo. “Eu saía bastante com eles, à noite. Do carro, jogávamos panfletos.”

Na Cohab de Itaquera, próxima de Artur Alvim, onde Júlio e Daniel tinham a base maior de trabalho, as projeções do filme educativo e ações reivindicatórias eram numerosas. “Ali morava a mãe da Lúcia Poço, que foi uma grande militante e minha namorada por algum tempo. Ficou doente, morreu de câncer de estômago”, lamenta Natalini. “A casa dela foi uma base popular: passávamos os filmes, dávamos cursos de saúde, fazíamos reuniões.”

Os médicos organizaram um caderno para que cada um inscrevesse ali data, número de presentes à exibição de *Caso Co-*

num e as reações. Dia 10 de dezembro, relata Paulo Mourão: “Reuniram-se 200 a 250 pessoas em São Mateus, para reivindicar água à Sabesp. Presente Eduardo Jorge, do pronto-socorro de Itaquera. Não foi possível mostrar o filme porque, às 16 horas, estava claro demais.”

Porém, à noite do mesmo dia, na igreja do Jardim Curuçá: “20 a 30 adultos e o padre, depois da projeção, discutiram as greves e a necessidade de os sindicatos se organizarem.”

Seis dias depois, às 15 horas, levou o filme à Sociedade Amigos do Bairro de Campo Limpo, em Santo Amaro (Zona Sul): “30 – 40 adultos, muitas crianças; discussão regular. Pessoal envolvido em abaixo-assinado por um pronto-socorro municipal. Muitos compareceram para receber presente de Natal após a reunião.”

Às 19 horas, em outra SAB de Campo Limpo, projeção para cerca de 20 pessoas. “Maioria representantes de SABs. Discussão em torno do pronto-socorro municipal. Presente pessoal da A.C.B. (Ação Comunitária do Brasil). Ruim? Presente a irmã da Ana Neide Abate, com boa participação (aplaudida).” As referências às crianças eram recorrentes. Os pais não tinham com quem deixá-las. Fascinadas pela novidade e ansiosas por verem um filme, atrapalhavam o entendimento das pessoas, pois nem sempre era satisfatória a qualidade do som. Além disso, perturbavam os debates.

No dia seguinte, 17 de dezembro, Mourão mostrou o filme a 50 pessoas depois de uma reunião sobre loteamento clandestino. “A discussão estava indo muito bem, mas foi interrompida pelo deputado Marco Aurélio, que estava com pressa de ir embora. Não foi retomada a discussão. Curiosidade: um velho padeiro que já visitou Moscou (congresso operário) e fundou o Sindicato dos Padeiros, falou demais, atrapalhando a reunião... A participação do Marco Aurélio foi apenas um comício político... ele acabou com a campanha.”

Finalmente, uma reunião que considerou boa, no mesmo dia, às 18h30, no Jardim das Oliveiras, Itaim Paulista: “80 a 100 adultos. Muitas crianças presentes. O filme foi muito aplaudido

no final e a discussão, apesar das crianças, foi muito boa. Muitos aplausos também após a discussão. Esteve presente, ainda, um senhor que dá o último depoimento do filme (é da Pastoral Operária do Itaim). Houve o convite para alguns jovens comparecerem ao Curso de Saúde de Cangaíba. Presente um indivíduo do núcleo que trabalha com os jovens do bairro.”

Francé e Regina exibiram o filme várias vezes em novembro de 1978. Em um curso de madureza tiveram plateia de 300 alunos em duas sessões, com muita discussão. Regina, sozinha, mostrou o duas noites seguidas, nas favelas Vupp e Piracaia, em Engenheiro Trindade. Nessa última, com Maria Tura. “Gostaram muito da parte da feira-livre, principalmente as senhoras”, escreveu sobre a favela Vupp. De Piracaia: “Reunião numa rua da favela, 40 pessoas. Tela, um plástico branco sujo e amassado. A mesa de projeção ficou dentro do esgoto. Todos os presentes falaram bastante. Depois se falou sobre o despejo da favela.”

Em outro dia, registrou: “Garagem cedida por um morador para ser a sede da Sociedade dos Moradores da Vila. Presentes 10 a 12 adultos e (n + 2) ao quadrado de crianças.” Dias depois, menção de Francé: “Presentes 45 adultos e 20 crianças. Discutiu-se o problema da rua Silveira (Cangaíba), que precisa de calçamento, esgoto, água.” Comentário de Gilberto, em janeiro de 1979: “Sociedade Amigos do Bairro de Vila Rosa (Santo André), cerca de 15 pessoas. Filme elogiado. Discussão péssima (monopolizada pelo presidente da Sociedade). Nada ficou amarrado.”

Paulo Mourão apresentou o filme em um Centro de Saúde, em Botucatu. Vieram estudantes, funcionários e docentes da faculdade de Medicina. “O filme foi apreciado, mas só dez ficaram para o debate. Dois alunos de Medicina com trabalho na periferia pediram uma cópia.” No dia seguinte, 200 pessoas viram *Caso Comum* em Anhembi, perto de Botucatu. Três dias depois, Mourão já estava em um curso de madureza da Zona Norte de São Paulo. “Boa discussão, os alunos falaram em convocar uma reunião ampla sobre Saúde. Antes do filme, Daniel Klotzel deu uma aula

sobre reprodução humana. Foi um sucesso.” “Presentes cerca de 150 pessoas, principalmente donas de casa do grupo de casais, e alunos do madureza da paróquia de Artur Alvim”, anotou Daniel.

O Curso *Saúde e Sociedade*, que difundiam, atraía bastante gente. No final das aulas, passavam o filme. Muitos já o conheciam. Em fevereiro, no Jardim Romano, Júlio Cesar relata: “Oitenta adultos e 35 crianças. Projeção sob forte chuva e algazarra da criançada. Chovia também dentro da igreja, nas pessoas e sobre o projetor. Muito calor e público já cansado por 50 minutos de missa. Não permitiram boa discussão, apenas eu falei por um ou dois minutos em tom de agitação. As pessoas diziam que haviam gostado. Palmas e gritos quando apareciam conhecidos, tornando a apresentação emocionante.”

“O filme foi passado em casa de pessoas em luta pelo loteamento clandestino de Jardim Araguaia, Cangaíba. A moradora disse que todos deviam ver o filme e prometeu juntar gente de outros bairros.” Assinam Jamil Murad e Francé.

Zona Sul, Vila Damasceno, bairro São Luís: “Duzentas pessoas, cerca de 80 crianças. Chegaram a rir quando o filme compara o que é preciso comer com o que realmente comem; também discutiram a necessidade de se mobilizarem para conseguir melhoramentos básicos”, escrevem Diana e Jamil. Diana era bioquímica da EPM e por algum tempo militou com o pessoal do Cangaíba, juntamente com Regina, atualmente no laboratório Adolfo Lutz.

Walter Feldman seguiu certa noite ao Centro de Saúde de Vila Formosa com Júlio Cesar. “Rara atenção”, escreveu Júlio Cesar em relação aos 80 adultos. “Murmúrios e risos de aprovação no meio do filme. Discussão muito boa, abordando: indústria farmacêutica, saneamento, salário, democracia. Pedidos de nova apresentação no final. Sucesso total!!!”

Dois dias mais tarde, um domingo, 11 de fevereiro, na igreja de Nhocuné, Daniel registra: “Presentes 25 adultos e igual número de crianças. Fracasso total pelo pequeno número de pessoas, em razão da chuva, falta de propaganda e ‘censura’ que estamos

sofrendo na organização da assembleia do posto de saúde de Nhocuné. Já havíamos apresentado o filme *Raios-X* há 20 dias para cerca de 100 pessoas, com sucesso estrondoso.”

Jamil foi a várias projeções, principalmente com Francé, José Eduardo e Lilla. Aproveitaram a celebração do *Dia da Mulher* na igreja de São Miguel, com cerca de 300 presentes, para apresentar o filme. Em contraste, três dias depois, Gilberto enfrentou sete crianças de 15 adultos em uma casa no Jardim São Francisco.

Sula e Lilla levaram o filme ao Jardim Silva Telles (Itaim Paulista) para 80 pessoas, em um salão ao lado da casa paroquial. “O motivo era mobilizar o povo na reivindicação de um centro de saúde. As pessoas gostaram muito, mas ficaram chocadas com a realidade. Um senhor disse: ‘O governo é que precisava ver esse filme.’ Colocamos que o governo sabia melhor do que ninguém como vivia o povo. Depois se falou do Centro, de novas apresentações do filme. Conclusão: muito bom!”

Sula acostumara-se ao uso da roupa de militante quando ia à Zona Leste, novidade imposta pelo partido. Vestido bem abaixo dos joelhos, blusa fechada. “Tomei uma bronca da companheira, que hoje é vereadora, porque tinha vestido uma blusa de alcinha... não podia. Ouvi que o povo não andava assim. O povo anda de chinelo de dedo. Depois que comecei a trabalhar como médica, percebi logo que os pacientes vão arrumados. É sinal de respeito, que a gente também precisa ter. Mas quem se arrumasse um pouco, escutava: ‘Você está burguesa’. Do mesmo jeito cinema, teatro. Só valia livro do Lenin e material de partido.”

As anotações prosseguem. “Mais de 100 pessoas com chuva, bom comparecimento”, resumem Lilla, José Eduardo e Regina sobre a exibição no Jardim Copa.

“Jardim Paulistânia, em Engenheiro Goulart: 15 adultos, cinco crianças. Sem discussões, só conversas individuais. Resultado médio”, conclui Gilberto.

No *Dia Nacional da Anistia*, em 18 de abril, o filme foi passado no Hospital das Clínicas, cujos funcionários estavam em gre-

ve, e depois no auditório da Física, na USP. Presentes 150 a 200 pessoas na primeira sessão e 100 na segunda.

Foi um mês de projeções em faculdades. Júlio Cesar teve de falar sobre o trabalho dos médicos de Cangaíba para cerca de 80 alunos da Faculdade de Saúde Pública, e aproveitou para fazer finanças; arrecadou 970 cruzeiros, vendendo apostilas do curso *Saúde e Sociedade*. Deu como resultado: “Ideológico +++. Político ++”. Inverteu-o na exibição para a Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas: “Ideológico ++. Político +++”. Entusiasmou-se com o resultado no próximo hospital, o de Vila Pompeia, para as Freirinhas da Saúde, com 50 religiosas presentes. “Discutimos demoradamente nosso trabalho na Pastoral da Saúde, ficando clara a necessidade do engajamento político. Resultado: Ideológico ++++. Político ++++.” Foi a última participação de Júlio Cesar antes do rompimento com o grupo de amigos.

Nos bairros, em igrejas de várias confissões, colégios, conjuntos habitacionais, na Assembleia Legislativa de São Paulo, todos assistiram a *Caso Comum*. “Ótima discussão, chegando até ao governo popular”, escreve Gilberto sobre o debate em uma escola, com 250 alunos presentes.

Nem sempre as discussões eram bem-sucedidas, como aconteceu com Sula e Walter do Nascimento, na Sociedade Amigos do Bairro de Jardim Heloísa, no Itaim Paulista. Houve um problema técnico e a maioria dos 80 presentes debandou antes das discussões. Ficaram as lideranças convidadas, das SABs, que defendiam a solução dos problemas por intermédio de parlamentares. Aliás, uma das tarefas do grupo de médicos era a de envolver-se em disputas nas SABs, para excluir os pelegos da presidência. “O vice-presidente da SAB local achou que a discussão estava muito política, agradeceu a presença de todos e deu boa noite. O Zé Guzzone, do Jardim Silva Telles, tomou a palavra e desceu a lenha nos parlamentares picaretas e nos presidentes de SABs picaretas. Conclusão: não valeu a pena.”

Mas valeu a projeção no Hospital Santa Marcelina, conforme

relata Gilberto: “Presentes cerca de 40 médicos residentes, cinco efetivos, dois docentes da Escola Paulista de Medicina, a irmã Josefina, superiora das Marcelinas, e duas freiras. Apresentado nosso trabalho, um docente falou que nossa atividade era um sacerdócio. Depois do filme, fomos comer um strogonoff, organizado pela Associação Médica, com 100 litros de chope”. E assim o encontro terminou nada sacerdotal.

Grupos de várias cidades e capitais pediam cópias de *Caso Comum*, bem como a apresentação do trabalho dos médicos de Cangaíba: Rio de Janeiro, Florianópolis, Três Marias, no Rio Grande do Sul; Fortaleza, Curitiba; Vitória, no Espírito Santo.

O último relato do caderno, datado de 30 de julho de 1980, é de Walter Feldman: “70 pessoas na favela, um metalúrgico exigiu que passássemos novamente o filme, o que foi feito. No final, briga entre crianças.”

Maria Lima Silva, alagoana, há 45 anos em São Paulo, dois filhos, conhecia Francé de nome: era o médico que passava filmes para o povo. “Trabalhei com ele no posto de saúde e descobri que tem gente boa nesse mundo. Sou sua amiga até debaixo de água. Um dia, quando o PC do B não estava liberado, ele queria esconder uns documentos. Falei: ‘Pode deixar’. Juntei a papelada em uma caixa, saí de fininho em hora de serviço e corri para minha casa, que é perto. Quando minha mãe soube para quem era, disse: ‘Não vou deixar ninguém entrar no quarto’. Ela escondeu a caixa, trancou e guardou a chave no sutiã. Passaram anos até que o Francé disse que podia devolver, o partido estava liberado.”

Maria Lima trabalhou, até se aposentar, no posto, agora Unidade de Saúde, e para lá levava os exames solicitados pelos médicos do ambulatório. No sábado seguinte, entregava os resultados ao Cangaíba.

Parque Savoy

Um rol de reivindicações já mobilizava os bairros em 1979. Nos Jardins Arizona e Araguaia, a luta contra os loteamentos

clandestinos. Nas favelas visitadas por Sula, alastrava-se o trabalho para unir os moradores por condições humanas de vida. Em Ermelino Matarazzo, a batalha pelo pronto-socorro e o posto de saúde. No Jardim Romano, água encanada para 30 mil habitantes. A mesma reivindicação, no Jardim Curuçá. E o fim das enchentes, em Artur Alvim.

Dois exemplos da atuação dessa época ocorreram em Burgo Paulista, distrito da Ponte Rasa, e no Parque Savoy City, em Cidade Líder. Burgo Paulista já tinha tradição de luta, graças à presença da Igreja progressista. Em sua tese, Maria Olinda Costa Santos Carreira cita Xavier Uytendenbroek, que foi padre do bairro e escreveu igualmente em tese de mestrado na PUC: “Desempenhei o papel de militante, padre, companheiro, confidente e celebrante de todas estas caminhadas... as frentes de ação eram tão numerosas...” Uytendenbroek considerou o *Movimento do Custo de Vida* como o responsável por romper o cerco da repressão erguido pelo governo militar.

Em março de 1979, uma antiga luta dos moradores de Burgo Paulista produziu um abaixo-assinado com quase oito mil assinaturas, pedindo que uma lagoa infecta, cheia de detritos e ratos, de cheiro pestilento, fosse aterrada. Os moradores reuniram-se perto dela à espera das autoridades convidadas, o administrador regional da Penha, responsável pela área, e algum representante do prefeito.

“Essa água é um centro propagador de febre tifoide, tifo, poliomielite, hepatite”, advertiu Júlio César. “E tem de ser aterrada com terra, corretamente, não com lixo como fizeram na outra lagoa”, discursaram moradores. “O lixo tem um cheiro horrível e contaminou os poços.” As autoridades não compareceram para ouvi-los e examinar o local. Os presentes decidiram escolher uma comissão que na mesma semana iria à prefeitura entregar o abaixo-assinado.

Já o bairro com o prodigioso nome de Parque Savoy City, próximo ao Parque do Carmo, resultado de um loteamento de 1969, ainda não tinha a água prometida pela companhia que vendera os terrenos. Os moradores a carregavam em baldes, cedida

por bairros vizinhos, armazenando-a em tonéis. O esgoto, poças a céu aberto, recebendo ainda os resíduos de um conjunto habitacional próximo, tornava as ruas um lamaçal fétido até em tempos de seca. Hepatite, verminoses, infecções intestinais, desidratação, mortalidade infantil eram avassaladoras. Havia também muita esquistossomose. As freiras do hospital Santa Marcelina, Josefina e Teresa, na época pequeno e modesto, instalaram dois postos com médico, que atendiam uma vez por semana.

“Paulo Mourão, Gilberto Natalini e eu atendíamos nesses postinhos”, diz Júlio Cesar. “Mourão e eu, no Parque Savoy, Gilberto, no Jardim Copa. Criamos lideranças e um movimento popular. Tínhamos grande intimidade com as pessoas. Também atendi à creche do Jardim Ponte Rasa, e organizei as pessoas para lutarem por suas necessidades.”

Os três convocaram uma grande assembleia em abril de 1979, com milhares de pessoas num beco do morro, sem asfalto. Convidado, o médico Adib Jatene, então secretário de Estado da Saúde, que não se furtava a comparecer, prometeu total apoio para solucionar a questão da água. Um representante da Sabesp garantiu que no mês de novembro a questão seria resolvida. “Mas não é por causa de pressões ou de encostar a Sabesp na parede. Faz parte do planejamento da empresa”, fez questão de dizer, minimizando os presentes.

A assembleia acabou quando um vereador arenista, João Aparecido de Paula, quis tirar proveito da mobilização e fazer discurso. Queria cumprimentar o homem da Sabesp e elogiar o prefeito nomeado, Reynaldo de Barros, malufista que todos abominavam. Os coordenadores, entre eles Paulo Mourão e Júlio Cesar, negaram: não se tratava de comício político. O vereador, aparentemente bêbado, insistia. “Aqui você não fica, isso aqui é um palanque do povo”, advertiu Paulo Mourão, muito bravo.

Forçado a descer, irritado, discutiu com populares e deu um tapa na cabeça de uma senhora. As pessoas se enfureceram e começaram a agredi-lo. “Aí eu desci e fui encarar o sujeito”, conti-

nua Júlio Cesar. “E naquele empurra daqui, empurra de lá, ele falou: ‘Seu comunista, safado!’ Uma senhora do lado dele, velhinha, deu-lhe um tapa e disse: ‘Você não fale assim do dr. Júlio.’”

Cercado e expulso, gritava que meia-dúzia de agitadores comunistas o atiraram contra o povo. “Vá embora, aqui não tem voto pra você”, respondiam as mulheres.

Encontro Popular de Saúde

Depois da 1ª Reunião de Saúde da Zona Leste, os médicos passaram a organizar o *Encontro Popular de Saúde*, uma iniciativa da APS. Dezenas de reuniões preparatórias e das comissões organizadoras permitiram que, em 14 e 15 de julho de 1979, se reunissem cerca de três mil adultos na Câmara Municipal de São Paulo. Representavam 40 bairros e vilas da periferia de São Paulo. Da Zona Leste saíram 50 ônibus lotados. Participaram também 12 cidades do Interior e de outros Estados.

Foi um grande acontecimento, com faixas, apresentação musical de problemas, encenações teatrais, discursos e muitas discussões, em parte filmados por Renato Tapajós para o segundo filme dos médicos de Cangaíba, *A Luta do Povo*. Havia alimentação para todos. Uma creche preparada para múltiplas atividades recebia as crianças, algo como mil. Dezenas de pessoas circulavam.

Regina e Sula anotavam nomes, entidades que representavam, e endereços. Uma das lideranças do *Movimento das Favelas da Zona Leste*, Severino, filmado por Tapajós, falava a quem quisesse ouvir sobre os bairros abandonados, a falta de condições sanitárias, o significado da união por meio da saúde.

O encontro, com o objetivo de trocar experiências e unir as diferentes lutas travadas na periferia de São Paulo, foi aberto pelo metalúrgico Elísio Vieira da Rocha, cujo discurso ardente emocionou a plateia.

Trabalho desde os 14 anos, jogando toda a minha saúde para enriquecer os patrões... O povo não pode ter saúde sem salário para comprar comida... para criar filho na favela...

Cada vez mais nordestinos vêm para cá buscar um pedaço de pão... Cadê o governo? Vamos dar as mãos, operários, intelectuais. Só unidos conseguiremos sair dessa miséria e chegar à liberdade no duro, desde os melhores bairros até a periferia e as favelas, para construir um governo que a gente merece.

A APS elaborou um texto para discussão denominado *Contribuição ao Debate no Encontro Popular de Saúde*. Dava um retrato das condições de saúde no país. Ao mesmo tempo, apresentava-se como entidade. “A maioria dos brasileiros morre de doenças totalmente eliminadas ou controladas em países ricos ou na parcela rica de nossa população”, dizia. Apontava a política de arrocho após 1964, a piora das condições de vida, a falta de saneamento, transporte, escolas, postos de saúde, lazer. Acusava a política agrária do governo, voltada à exportação e de incentivo às grandes empresas agropecuárias, de coagir os pequenos agricultores, dedicados a produzir alimentos, a abandonar as terras.

Continuava com um histórico da política oficial de atendimento médico, baseada no lucro de grandes grupos e na Medicina sofisticada, ignorando a prevenção e as doenças mais comuns que prescindiam de especialistas e de equipamentos caros. Denunciava as indústrias farmacêuticas de retirar do mercado remédios eficientes para lançar novos, com preços elevados; e a Ceme (Central de Medicamentos, do governo) de restringir-se para não afrontar os interesses das multinacionais dos remédios.

Apontava ainda que os médicos haviam se tornado assalariados, submetidos a salários decrescentes e ao aumento do volume de trabalho, limitando a possibilidade de bom atendimento; e que a insatisfação com a Medicina poderia integrá-los à luta do povo por melhores condições de vida e saúde.

O documento engrandecia o papel do povo, que não restara impassível. O governo militar recorrera à repressão, censura, tortura e até a morte dos mais combativos. Mas o povo voltara a reunir-se. Primeiramente, nas lutas específicas por postos de saúde, água,

fim dos lixões. Em seguida, contra a carestia. Ultimamente nas greves de metalúrgicos, funcionários públicos, motoristas, lixeiros.

O texto destacava que a exigência de melhores condições de saúde se inseria em todas as lutas mais amplas. Discussões sobre doenças e acidentes de trabalho ajudaram e ajudam a elevar a consciência dos operários, esclarecia, para acrescentar: os profissionais em greve, dos grandes hospitais, questionavam não só o salário, como a política de assistência médica e os interesses econômicos da sociedade.

No final, apresentava-se:

A Associação Popular de Saúde, por meio da qual todos podem organizar-se e manifestar-se, pretende continuar na luta por melhores condições de vida. Para conquistá-las são necessárias transformações profundas na sociedade brasileira, o que exige ampla conscientização e organização das camadas populares. Envolve: I – Habitação, saneamento, coleta de lixo, transporte e lazer para toda a população; legislação trabalhista que atenda aos interesses dos operários – na prevenção das doenças e em acidentes do trabalho, com fiscalização efetiva pelos operários. II – Assistência médica pública e gratuita para todos, fim do lucro na medicina, implantação de política de saúde que atenda às reais necessidades do povo. III – Programa de remédio popular, efetivo funcionamento da Ceme, controle das grandes indústrias farmacêuticas. IV – Participação da população na política de saúde e em todas as decisões que interessam à sociedade.

O grupo de Cangaíba, responsável pelo *Boletim de Saúde*, distribuiu largamente uma edição especial. As figuras nos quadri-nhos conceituavam:

Saúde significa ter uma vida agradável, sem doenças, com boa alimentação, morando em casas decentes, trabalhando em fábricas limpas e seguras, ter um salário justo. Saúde é o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que, para termos saúde, não basta ir ao médico e tomar remédios. É importante viver em uma sociedade onde todos os homens

tenham direito à moradia decente, ao trabalho justamente remunerado, a transporte e alimentação adequada, ao saneamento básico e lazer.

A seguir, os quadrinhos mostravam o cotidiano massacrante de um operário e de sua mulher: casas insalubres, crianças doentes, alimentos inacessíveis, falta de atendimento médico, distância dos postos de saúde dificultando até a vacinação. Ao lado de cada série temática de quadrinhos, lia-se um pequeno texto que interpretava a cena.

O boletim terminava com o desenho de um grupo de pessoas, algumas indignadas, outras perplexas ou temerosas. Os personagens opinavam: – “O dinheiro do INPS sai do nosso bolso, mas quem decide tudo são os donos de hospitais.” – “O trabalhador tem que participar do planejamento da política de saúde.” – “Queremos o nosso direito de decidir a política deste país!”

Dos bairros mobilizados pelo grupo do Cangaíba, apresentaram trabalhos São Miguel Arcanjo, Vila Granada, Burgo Paulista, Freguesia do Ó, Vila Nhocuné, Vila Joaniza, Cidade Ademar, São Mateus e Jardim Nordeste. A Comissão de Assistência Médica apresentou, resumidamente, a seguinte comunicação:

A cada dia que passa, nós, trabalhadores, no ambiente de trabalho e moradia, devemos participar e lutar por uma vida melhor. Nos bairros, é necessário que os moradores se reúnam em comissões, associações, movimentos, nas casas, nas ruas, nos quarteirões, nas igrejas, nas sociedades amigos de bairro. Assim vamos libertar a nossa iniciativa, que esteve aprisionada durante tanto tempo. Vamos lutar por melhores condições de vida.

Para tanto, compartilhava o aprendizado de Cangaíba:

É muito útil ter um programa de ação para as lutas, das mais simples às mais prolongadas. Deve ser fruto de experiências e discussões populares e corresponder aos anseios da população local.”

O programa orienta a luta no dia a dia, libertando a iniciativa das pessoas e grupos em benefício dos objetivos co-

mun. Nele estarão indicados os meios para alcançar as vitórias. Deverá ampliar o grau de compreensão da realidade. E aprofundar o compromisso de todos na sua transformação. As lutas em vários locais levarão a um programa cada vez mais comum. Como exemplo, vamos apresentar um programa inicial. É um apanhado do que aprendemos com as lutas de cada bairro para melhorar a assistência médica:

- 1. Formar Comissões de Saúde amplas e independentes, nas vilas e bairros. Elas manterão seu jornal, farão reuniões nas ruas e vilas, organizarão abaixo-assinados, caravanas para pressionar as autoridades, assembleias populares. Seu trabalho deverá ser permanente.*
- 2. Eleger um conselho de moradores do bairro para fiscalizar os postos de saúde locais.*
- 3. Instalação de postos de saúde nos bairros que não os possuem.*
- 4. Melhorias dos postos de saúde dos bairros.*
- 5. Instalação de ambulatórios do Inamps (antigo INPS) nos bairros.*
- 6. Pronto-socorro, maternidade e hospital geral, para regiões maiores da cidade.*
- 7. Lutar por uma medicina pública e gratuita mantida pelo Inamps, Estado e prefeitura, nunca visando lucro.*
- 8. Lutar pelo crescente controle da população sobre todas essas instituições de saúde.*

No final do segundo dia, os presentes despediram-se cantando versos que tratavam de suas necessidades, com a música de “Menino da Porteira”.

Terminado o encontro, a APS comunicou a toda a sua rede que organizava, com a Pastoral da Saúde Leste II, uma assembleia para a qual convidaria os secretários de Saúde e Educação do Estado e do município. Entregaria um levantamento das necessidades da região, solicitando a construção de um posto de saúde, pronto-socorro e escola de enfermagem no Cangaíba.

O posto, na verdade, já fora concedido, mas a reunião serviria como ato político.

No dia 28 de setembro de 1979, cerca de 500 moradores compareceram ao centro social da igreja. “Em casos de urgência precisamos ir até São Miguel Paulista ou Tatuapé, muito longe daqui”, discursaram oradores justificando a necessidade do atendimento.

“A escola de enfermagem é um sonho da população. Nossos cursos médios oficiais são muito ruins e não possibilitam a entrada na faculdade. Todos concluem o secundário com o título de técnico de contabilidade, o que não interessa a muitos. E tantos gostariam de fazer enfermagem e medicina”, defenderam outros.

O secretário do Estado da Saúde, Adib Jatene, sentado no lugar de honra da mesa ao lado de Natalini, recebeu o abaixo-assinado com quase 30 mil assinaturas. Explicou que o posto de saúde, dependente dele, já estava em processo de realização; buscava-se o imóvel. Já as outras solicitações ficavam “sem andamento” devido à ausência dos secretários, da Educação do Estado e do município, e da Higiene e Saúde do município (o último enviou um representante).

A mesa foi fotografada e o negativo zelosamente preservado. Anos mais tarde, em 1995, os médicos de Cangaíba puderam retribuir a consideração que Adib Jatene revelava pelo trabalho do grupo. Organizaram uma grande reunião popular para receber o então ministro da Saúde do governo de Fernando Henrique. Objetivo: apoiar a CPMF, o imposto que pleiteava para beneficiar a Saúde. Na ocasião, a foto da reunião de 1979 foi estampada em uma camiseta entregue ao professor Jatene. Poucos conseguiram segurar as lágrimas.

Recentemente, outra emoção. Nacime, ao preparar uma aula sobre SUS, encontra na página 62 do livro *História da saúde pública no Brasil*, de Cláudio Bertolli Filho (editado em 2001 pela Ática), a reprodução fiel do cartaz de divulgação do *Encontro Popular de Saúde*. Fato imediatamente compartilhado com Gilberto e Francé e, posteriormente, desfrutado, entremeado e diluído por outras recordações.

Rompimentos

Júlio Cesar e Daniel Klotzel, separadamente e sem falarem a respeito, mantinham contatos com o PCB, que se reorganizava. O PC do B, que rivalizava com o “partidão”, contagiou de suspeita todos os médicos. O que estava em jogo não era pouco: as bases e o vasto trabalho político desenvolvido, ferozmente disputado. Certa noite, terminada uma reunião, e depois que os presentes foram embora, Júlio Cesar decidiu retornar ao local com Daniel. Desconfiava que continuavam a conversa. “Demos um tempo, voltamos. Lá estavam os carros deles, de novo. Entramos e falei: ‘O que é isso?’ E aí eles: ‘Mas é que... sabe...’ Não deu nem conversa. Saí, fui embora, não voltei mais. Todo o patrimônio da organização ficou com o PC do B.”

Daniel continuou no grupo, mas por pouco tempo. Certo sábado à noite, de volta do Cangaíba, com Walter Feldman, estacionou o carro diante de um bar ao lado da Escola Paulista de Medicina para tomarem um chope. “É como uma imagem forte da infância. Waltinho me disse: ‘Não vamos entrar, temos de conversar aqui. É o seguinte. Você é meu irmãozinho, mas a partir de agora questões políticas vão nos distanciar. Hoje é a última vez que estamos nos vendo. Meu coração está partido, mas eu tenho de dizer isso. Somos inimigos agora. Não vamos mais nos ver’. Senti uma punhalada. Até hoje jogo isso na cara dele, para provocar. E até hoje ele fala: ‘Se arrependimento matasse...’”. “Foi muito traumatizante”, concorda Natalini. “Dois amigos, dois companheiros verdadeiros, dois irmãos, nós os expulsamos, sacrificamos”.

“Pediram para que a Laia, militante de um grupo de mulheres, viesse me procurar”, relembra Júlio. “Até me acusou de querer ficar com o patrimônio do grupo. Devolvi a ela a cópia do filme que eu tinha feito, não poderia mais projetá-lo. As chaves do ambulatório, dinheiro e o que mais tinha. Estava expulso até do ambulatório.” “Os partidos de esquerda travavam uma luta quase fratricida pelo espaço, e nós a trouxemos para dentro dos nossos próprios companheiros. Brigávamos por militância, coisa maluca. Do ponto de

vista de hoje, ridícula. Fizemos coisas muito erradas, maltratamos outros sem motivo. Eles tinham muito amor por aquilo”, lamenta Natalini, que, posteriormente, procuraria os antigos amigos, um por um, pedindo desculpas e reconciliando-se.

“Supúnhamos que o Jamil Murad plantava a discórdia. Quando nos demos conta de que arregimentava o pessoal para o PC do B, Júlio e eu começamos a nos ligar ao partidão”, recompõe Daniel. Mas não sabiam das tratativas um do outro. “Um dia conversamos e, para mim, foi uma revelação... uma revelação de amor do Júlio Cesar. ‘Você está comigo, Júlio?’, perguntei. Respondeu que sim. Então vamos ficar juntos, propus. Foi apaziguador.” Os dois sabiam que os acusavam de traidores, de revisionistas. “Contudo, diversas condutas do partidão se mostraram corretas. A própria luta pela democracia foi coisa do partidão e não do PC do B, e por aí afora. Todos tivemos que nos arrepender, mas realmente a postura sectária do PC do B foi uma coisa horrível para nós.”

Daniel e Júlio se transferiram a outro bairro e implantaram o mesmo trabalho, em escala menor, sem o atendimento médico, mas com atividades culturais. Pessoas agregaram-se, fizeram palestras, editaram um boletim. “É uma época meio nebulosa na minha vida, eu estava muito marcado, muito magoado”, sintetiza Daniel.

Entraram na política partidária participando dos comitês regional e municipal. Envolveram-se na campanha pela legalidade do PCB. O jornal *Voz Operária* mudou para *Voz da Unidade*. “Ficou tudo público. Depois nos distanciamos do partido.” Júlio Cesar chocou-se quando percebeu que um dos membros do comitê central roubava dinheiro das contribuições dos operários. Ao comentar o fato com outra pessoa do mesmo comitê, horrorizado, soube que se tratava de canalhice conhecida.

“Será possível que o partido não tenha ética alguma?”, questionou-se. Teve dificuldade em admiti-lo, dizia-se equivocado, o partido não era aquilo. Traumatizado, resistia a mais um rompimento. A decepção definitiva veio em uma conferência municipal; assistiu a artimanhas golpistas da direção contra represen-

tantes eleitos pelas bases, e à destituição ardilosa de um relator aplaudido por todos.

“Pensei: ‘não posso acreditar que o meu partido seja tão sa-lafrário quanto a Arena’. Saí, disse não volto nunca mais. Foi uma virada dura, eu tinha jogado a vida fora, lutado por algo inexistente. Coisa vergonhosa.” Viu-se só, sem partido, e passou por um período de depressão. Casara-se pela segunda vez com Maria Helena Serrano, analista de sistemas. O filho, Victor, nasceu em 1986. Moravam em uma casinha de 45 metros quadrados na Vila Clementino, uma vida miserável. Trabalhava e, às vezes, não tinha dinheiro para comer. Repetidas vezes, segundo Júlio Cesar, Maria Helena perguntava: “você tem dinheiro para almoçar?” E completava brincando, enquanto lhe dava dinheiro: “marido meu não passa fome.”

“Eu não sabia mais fazer medicina, três anos dedicados ao partido. De repente, sem partido, quem sou eu? Absolutamente nada. Tive uma crise de identidade gravíssima. A quem chamavam de Julião, pessoa muito popular, não era eu. Eu sou o Júlio lá de Novo Horizonte. Um ‘bosta’, um nada. Acordava de manhã e não tinha o que fazer.” Ao menos trabalhava diariamente em um emprego na Secretaria de Saúde.

Pagavam pouco, mas era algo a segurá-lo durante a depressão. Levou alguns meses assim. Finalmente sentiu-se melhor e animou-se a procurar trabalho melhor remunerado para reconstruir a vida. “Falei com a madre Josefina do Hospital Santa Marcelina, lá na Zona Leste. Ela me conhecia do tempo em que trabalhara no postinho de saúde. Disse: madre, preciso de emprego, me arruma um plantão de pronto-socorro. Ela não titubeou e disse: ‘Você começa amanhã.’” O chefe do pronto-socorro, que o conhecia bem, disse-lhe: “Júlio, você não é mais médico. Sabe atender doente”? “Sou médico, fiz Residência na USP”, respondeu altivo, mas consciente de que a observação era fundada.

“Eu não lembrava das recomendações no primeiro doente que tive de internar. Em primeiro lugar é dieta, e depois? Voltei, pois, a estudar. Fiz pós-graduação. Escolhi o caminho da pediatria. Fui

com a família para Inglaterra, estagiei dois anos em um hospital. Política, nunca mais.” Júlio acabou mudando de área, fixando-se em epidemiologia. O casal separou-se depois do retorno ao Brasil.

Walter Feldman considera que o sucesso das mobilizações, a auto-suficiência, o poder alcançado em toda a Zona Leste era embriagador, substrato para a crença de que a revolução socialista estava próxima. “Isso nos separou. Quando entrei no PC do B, Júlio Cesar tornou-se meu inimigo. E Júlio era meu irmão! Quando saí, virei inimigo do Gilberto Natalini, que me xingou de todos os nomes. Gilberto, meu ídolo. Tão amigo! Daniel, meu irmão menor! Uma família. O partido nos separou de maneira tão radical que nos tornamos adversários. Nem deu para entender ou sentir o que vivíamos na época. Era religioso, um dogma. Perdem-se os parâmetros reais. O ingresso no partido foi um equívoco, mas levou o grupo a amadurecer. Felizmente estamos juntos de novo – temos a mesma origem, sentimentos iguais. Hoje acho o Jamil equivocados em muitas coisas, mas o respeito. Ele não será meu inimigo por conta disso. Respeitar o outro lado é valor democrático. Amo a política, que é exatamente conviver nas diferenças, respeitar profundamente o adversário. Discorda-se, entendendo-lhe as convicções. Não digo isso da boca para fora, está em mim, acredito. Sou um apaixonado pelo parlamento, sou parlamentarista. Acho que o Executivo, em geral, é uma estrutura autoritária, tecnocrata, não compreende que a sociedade é complexa.”

Daniel observa que a militância em partidos sectários envolvia um desnudamento, incluindo modo de vida, amigos, familiares – sem falar dos que entravam na clandestinidade e tinham de abandonar tudo. “Envolve abnegação”, acentua. “Naquela época de perseguições políticas, ausência de democracia, censura, repressão, exigia-se extrema dedicação. O fanatismo talvez fosse o ingrediente para garantir a lealdade e a firmeza do partido. Semelhante ao pacto de sangue das sociedades secretas.”

Paulo Mourão compara o grupo a uma grande família. “Toda família tem brigas, discordâncias. Será que não era um

pouco uma briga pessoal? Por liderança, inveja. É uma análise psicológica, não sei se real. Mas atritos entre grandes amigos que de repente teriam ódio um do outro, de se recusarem a falar... um absurdo. Nunca tive isso. Dentro ou fora do partido sempre fui amigo do Natalini, do Júlio, do Daniel. Jamais senti raiva. Se o Daniel foi para o PCB ele não mudou, é a mesma pessoa.”

Mourão considera o trabalho em Cangaíba um precursor das organizações não governamentais, as ONGs. “Tinha uma conotação muito política; as ONGs também o são. O considerável impacto negativo das brigas por conta de partidos ajudou um pouco a destruir aquilo. Eu acho que o PC do B foi muito culpado. Veio e quis pegar tudo, sem entender que existe uma história, um papel. Atrapalhou. Lamentável. Era um projeto inovador, de educação, de fazer vídeos, audiovisuais. Hoje seria da maior importância, pela experiência. Sem ser arrogante, se eu tivesse ficado em São Paulo, ajudaria ao menos na questão do projeto da APS. Pois sou obrigado a uma sistemática para obter os fundos no meu próprio trabalho de pesquisa. Os atritos foram péssimos.”

“Naquele momento nos julgávamos livres, no caminho certo, radical”, analisa Francé. “A gente lamentava muito a saída dos dois, como se eles tivessem abandonado o barco da História. O PCB era revisionista, acreditávamos. Não faria a revolução. Foi triste. Mas isso nos purificava na ‘verdade’. Para mim o partido substituiu a família. Era solteiro, sem filho, nada. O meu bairro era o do partido e eu, dirigente.”

Maria Tura e numerosos militantes enfrentaram o rompimento com perplexidade e angústia. Ela relata como reagiram: “Uma das coisas que começou a trazer desgosto para a gente foi essa desunião. E, por incrível que pareça, o pessoal mais simples, como é o nosso caso, que está no dia a dia com aquele que mora em favela, no dia a dia com aquele que mora no cortiço, que trabalha na fábrica, ficou muito triste com essa separação. Gostamos de união. Falávamos: ‘Como? Como será agora?’ A teoria é uma coisa e a prática mostra outra. Até ali éramos uma família e, de repente... Triste para nós. Todos sentimos, apesar da disciplina do partido. Foi assim.”

Capítulo 4

Despertar

Lentamente, a partir das greves de 1978, mudou a postura do grupo em relação às instituições. “Muito basistas, em princípio só queríamos nos prender ao povo. Não dávamos importância às articulações mais ao alto – imprensa, sindicatos – estes, na maioria, comandados por pelegos. Chegamos a nos relacionar com universidades, sem dar importância. Quanto ao parlamento, criticávamos: corrupto, nocivo à organização popular”, relata Natalini.

Mas, em maio de 1978 estourou a primeira greve dos metalúrgicos do ABC. Iniciada na Saab-Scania, montadora de ônibus e caminhões, dependia de solidariedade, dinheiro e alimentos. Os médicos imediatamente mobilizaram todas as ramificações de sua estrutura na Zona Leste. Trabalhavam junto à Igreja para apoiar os grevistas e suas famílias. “Isso nos aproximou um pouco da oposição sindical. Princípios a dar importância aos sindicatos. Nessa época, tomava força a luta pela volta dos exilados, a anistia e a Assembleia Constituinte, o MDB à frente. Nossa participação nos partidos institucionais aumentou. Portanto, a realidade da vida nos conduziu. O

próprio abaixo-assinado do *Movimento Contra a Carestia* foi discutido dentro das fábricas.”

Aguerridos, estavam presentes nos movimentos de oposição sindical dos metalúrgicos, dos químicos, dos trabalhadores da indústria têxtil. Os empregadores reagem contra as greves e as reivindicações. Usavam a tática da rotatividade. Dispensas em massa ocorriam antes da renovação dos contratos. Contratados em outra fábrica, os operários recebiam salários mais baixos e dessa forma mantinham-se reprimidos os reajustes. A taxa de inflação, que crescia dia a dia, podia ser considerada galopante: em 1978 chegou a 40,8%. Tornara-se crônica e realimentadora, de acordo com a conceituação do “Novo Dicionário de Economia”, de Paulo Sandroni.

O grupo não descuidava das outras áreas e das angústias da população. O primeiro *Boletim de Saúde*, de 1979 (janeiro, número 19), emitido pelo *Grupo de estudo sobre saúde de Cangaíba*, uma folha de papel jornal tamanho ofício, tratava da velhice. Trazia a entrevista de dona Ana, senhora de 86 anos, que trabalhara na roça e, depois, como doméstica. Viúva, ainda lavava roupa – “exemplo do desamparo à velhice no Brasil”, concluía o texto. A publicação ressaltava a importância da experiência dos idosos e sua sabedoria. Abordava as doenças da velhice e a questão dos asilos.

A ONU instituíra 1979 o *Ano Internacional da Criança*. O *Boletim de Saúde* seguinte intitulava-se “Ano Um da Criança Brasileira”. Em pequenos tópicos abordava as fases, o desenvolvimento e as necessidades da infância: aleitamento materno, alimentos, carinho, respeito, educação, assistência médica, higiênica, vacinações, proteção contra o abandono e a crueldade. Aconselhava: adultos sozinhos, sem condições de supri-las, deveriam unir-se e reivindicar. A ilustração algo grotesca da página da frente esboçava uma gorda burguesa advertindo uma criança negra e perplexa: “Olha, podemos dar roupas, alguma coisa pra comer. Mas trabalho com um salário que dê para seu pai dar a você e sua família uma vida digna, não tem não!” No desenho do

verso, fazendeiros jogavam leite nos rios, denunciados por um apresentador de televisão.

Por todo o Brasil continuavam a pipocar paralisações, como se houvesse um despertar dos entorpecidos pelo medo. No Rio, nos primeiros meses, motoristas de ônibus, professores e frentistas paralisaram o trabalho. Ao mesmo tempo, a repressão endureceu. Em março, mês em que a inflação foi de 5,8%, 160 mil metalúrgicos entraram em greve no ABC. Houve intervenção nos sindicatos e a Igreja ofereceu a Catedral de São Bernardo do Campo como “quartel-general sindical” temporário. No total, acima de três milhões de trabalhadores, em 15 Estados, cruzaram os braços. Sindicalistas foram afastados e presos, professores do Distrito Federal enfrentaram a PM.

“Fazíamos piquete nas portas de fábricas. Passei noites na igreja da Penha, com o comando da greve, porque se saíssemos a polícia tomava”, reconstitui Regina. “Jogava dominó com os operários. Fazia comida, lanche, lavava os pratos. Mulheres, não é? Coisas que os homens não fazem. Depois tinha de ir para a escola, participar”. Maria Tura adiciona: “A gente cozinhava para os metalúrgicos. Lavava os pratos. E, depois, tinha reunião. Chegávamos de madrugada, os filhos sozinhos em casa. Os vizinhos falavam mal porque vínhamos acompanhadas de homens. Mas foi uma época bonita de união por um objetivo: derrubar a ditadura.”

Quando motoristas e cobradores de São Paulo cruzaram os braços em 1979, reivindicando 80% de aumento, a cidade parou. Gilberto, Feldman e Sula atuavam na mobilização e no apoio. “Conhecemos João Alves em 1978. Representava o Sindicato dos Motoristas nas coordenações do *Movimento do Custo de Vida*. Toda a diretoria da época era ligada ao PCB: Pedro Paulo e José Rodrigues, já falecidos, o próprio João Alves, que era o secretário; o Patriota e o Ribeiro, da União dos Aposentados”, lembra Natalini.

O grupo reuniu-se diversas vezes no sindicato e João Alves convidou Natalini a trabalhar no Departamento Médico da en-

tidade, que passava por uma reformulação. Treze médicos atendiam entre 20 e 25 mil sindicalizados. “Fizemos um amplo trabalho político, ligado aos movimentos de bairro e da carestia. Walter e eu fomos presos várias vezes nos piquetes. Levavam a gente para delegacias, distritos; não mais para o Dops. A gente vivia a correr da polícia, se escondendo”. Natalini perdeu dois carros nas greves dos motoristas e cobradores. “A polícia apreendia e nada de devolver”.

Chegou a vez de Walter Feldman prestar exame para Residência em clínica médica na Escola Paulista. Seu professor, Manoel Lopes dos Santos – que, futuramente, seria reitor da instituição, em cuja gestão ela se transformaria em Universidade –, advertiu-o: não faria entrevista clínica com ele. Apenas queria saber se planejava encabeçar greves de residentes. “Professor, ninguém entra aqui para fazer greve”, respondeu, pensando: ela é consequência de algo inevitável. “Não tenho nenhuma pretensão. Eu quero estudar Medicina, me formar”. “Então está bom, Walter”, ouviu.

Em 2002, na abertura do Congresso de Extensão de Medicina, realizada no Palácio do Governo de São Paulo, os dois se reencontraram. O professor, na condição de presidente do Congresso. Feldman, como presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, e governador, substituindo Geraldo Alckmin durante uma ausência temporária. No discurso, Manoel Lopes dos Santos mencionou a conversa. Nesse dia, os “esmaga-sapos” Gilberto, Júlio, Daniel, Nacime e Francé foram recebidos por Walter em um encontro formal pelo espaço, mas informal pelas lembranças, ironias e brincadeiras do Júlio.

Durante a Residência, Walter Feldman foi eleito um dos diretores da Associação dos Médicos Residentes e decidiu cuidar dos funcionários do Hospital São Paulo, àquela altura muito insatisfeitos. “Eles ganhavam mal, aquilo incomodava. Nunca tinham feito greve por melhores salários. Eu não me conformava. Médicos residentes, fortalecidos pela solidariedade dos estudantes, haviam sido bem-sucedidos.”

Um belo dia, em 1979, Feldman conjecturou que chegara o momento. Ele mesmo convocaria os interessados. Depois, era torcer para que comparecessem. Sentou-se e escreveu uma carta aos funcionários. “Coloquei: nós, médicos, respeitamos vocês. Sabemos de suas dificuldades. Qualquer movimento que venham a fazer, apoiaremos.” Sozinho, percorreu o hospital, distribuindo a carta. “O que está havendo?” – perguntavam. “O hospital está se movimentando. Amanhã tem reunião dos funcionários no auditório do segundo andar”, respondia.

No dia seguinte, surpresa: 200 pessoas aguardavam no local. “Bom, quem convocou, quem vai dirigir?” – questionava. Era o único médico residente. “Aí vi uma enfermeira que hoje está na Bolívia, Maria Angélica, muito ligada a mim. Falei: olha, você vai dirigir essa reunião, que precisa de comando”. A reunião terminou com uma proposta de paralisação.

Francé recorda-se do momento: “toda a EPM parou, houve solidariedade dos docentes, alunos e residentes aos funcionários. A mobilização conseguiu fazer uma expressiva coleta para o fundo de greve e até Salvador Pires, operário, morador de Cangaíba, presidente da Frente Nacional do Trabalho, ligada à Igreja, foi prestar seu apoio aos grevistas.” Walter complementa: “foi uma das grandes greves do hospital. Vitoriosa em 23 dias. Não caiu do céu. Havia o sentimento. Só faltavam a iniciativa e a entidade, que foi a reunião. Por isso, o Manoel, hoje meu amigo, tinha raiva de mim”.

Nacime, à época estudante, lembra-se: “Walter e Francé eram as maiores lideranças. Francé, já no final da Residência, era boicotado na intenção de permanecer ligado à EPM; e o Walter, com sua capacidade de articulação e diálogo, não só transitava entre os alunos e residentes, como ajudava a organizar os funcionários do HSP, e ainda tinha o respeito dos docentes, em particular do grande professor Oswaldo Ramos, que mais tarde o ajudaria na eleição para vereador pelo PC do B”.

A atividade não excluía o trabalho em Cangaíba, sempre baseado no trinômio, atendimento, luta por reivindicações bási-

cas e conscientização política. O grupo já impulsionava dezenas de voluntários atuantes na saúde e na mobilização popular, de boa visibilidade. Os que pertenciam ao PC do B, porém, ainda se comportavam com relativa discrição.

Alunos e residentes

A agitação médica irrompera cedo, em 1979. Em fevereiro, a Associação dos Médicos Residentes do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Médicos convocaram um protesto diante do Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Lurdes, particular, no bairro do Jabaquara, cuja direção se negava a atender os residentes, em greve há quase duas semanas. Reivindicavam trabalhar 60 em vez de 85 horas semanais (12 ou acima de 14 horas por dia), piso de 5, 6 e 7 salários mínimos, correspondentes aos três anos de Residência, e melhores moradias – a mais confortável abrigava oito médicos por quarto e oferecia dois banheiros para os 24 ocupantes. Todos os residentes de São Paulo e até do Rio contribuíram para o fundo de greve.

Logo depois, em março, médicos dos hospitais estaduais e municipais do Rio, dessa vez ao lado de enfermeiros e funcionários, reivindicaram aumentos. “Até as datilógrafas!”, reclamara o secretário de Saúde.

Em abril, nova greve de residentes do Hospital do Servidor do Estado de São Paulo. Entre os líderes, Natalini, Walter do Nascimento, Jamil Murad. O superintendente do Inamps, um tenente-coronel também médico, Francisco de Assis Freitas, desmereceu os médicos: “deveriam pagar uma taxa pela especialização. Além de orientadores, também ganham casa e comida. Aliás, temos planos de extinguir o internato.”

“Achamos que a Residência deve mesmo ser reformulada. Só tem servido como instrumento para os hospitais, principalmente os particulares, atraírem mão de obra barata”, comentara o presidente do Sindicato dos Médicos, Agrimeron Cavalcante.

Em maio de 1979, os médicos residentes de São Paulo, do

Rio e de mais 12 Estados, pararam, durante 24 horas, para exigir direitos trabalhistas. Queriam contratos de trabalho e acesso aos benefícios sociais. Na Escola Paulista, Francé, no último ano de Residência, mais uma vez liderou o movimento.

Médicos de braços cruzados, cada vez mais frequentes, recebiam acres censuras dos profissionais da geração anterior, em geral oriunda de famílias abastadas, que usufruía elevada posição social antes e depois de se formarem. Vinham de uma época em que predominavam consultórios e clínicas particulares, e o serviço público, muito desestruturado, atendia a um número significativamente menor de pacientes. O recém-formado, mesmo que viesse de família pobre, identificava-se, sem dificuldade, com o elitismo da profissão. Mas os jovens da geração do grupo de Cangaíba viam-se diante da medicina massificada, das filas crescentes e intermináveis de desamparados, à mercê da engrenagem ávida por lucros. Sentiam-se desrespeitados profissionalmente e em seus ideais, explorados, e sujeitos a efetuar procedimentos e atos que pareciam beirar a antiética.

Em junho, o tenente-coronel Francisco de Assis Freitas extinguiu a Residência Médica do Servidor Público, expulsando os alunos internos das moradas, uma ilegalidade; 240 médicos e 80 internos sofreram a punição. “Participei de todas as greves, de estudantes e de residentes”, conta Regina.

“Nós nos solidarizávamos com os movimentos em outros Estados, Pernambuco foi um deles. Lutávamos contra a grande força da ditadura. Ficamos malquistos na faculdade. Viam a gente como problema, embora bons alunos. E muitas lutas foram positivas para a Escola Paulista, como a de 1980, que trouxe a federalização e salvou o Hospital São Paulo. Falido, em colapso, não tinha dinheiro para pagar os funcionários nem comprar remédios. Fomos a Brasília e conseguimos que o governo federal os assumisse.”

“Quando iniciamos o ano letivo, o pessoal do sexto ano já estava em greve, liderado por Cirenza, Lucia Ferraz, Lucia An-

dré, Hélio Jaber, entre outros, lembra Nacime. A outra liderança destacada era Vicenza, ligada ao MR-8, que antes das definições partidárias esteve muito presente junto ao grupo de Natalini. Lutávamos pela mudança do convênio com o INPS e pela absorção da folha de pessoal do Hospital São Paulo, paga pela SPDM (Sociedade Paulista para Desenvolvimento da Medicina, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que gerencia o Hospital São Paulo desde 1957), e pelo MEC”, diz Regina.

“Como isso se prolongou por meses, fechamos o hospital. Não havia como prestar assistência. Não tinha com o quê. Só ficava um médico no hospital todo. Os andares, vazios. Nada agradável, mas era a única alternativa. A reivindicação atendeu a todos: médicos, funcionários, alunos, a própria Escola. Eu estava no quinto ano, as outras turmas de alunos nem chegaram a iniciar as aulas, já começaram em greve. Fomos a Brasília falar com o ministro da Educação, na época Eduardo Portella. Meu pai pegou o jornal e viu a foto: ‘essa aqui é minha filha. O que ela faz em Brasília?’ A greve foi vitoriosa, nós ganhamos”, recorda Regina. Com a incorporação da folha de pessoal e a mudança do convênio padrão de faturamento, o hospital rapidamente se recuperou, mas, após alguns anos, as crises retornaram.

Nacime era uma das lideranças estudantis. No entanto, embora diretor do Centro Acadêmico, aguerrido nas manifestações, e ainda liderasse outras greves, seu foco estava agora centrado na Zona Leste. Já era amigo de Francé, Gilberto, Feldman e Lilla. “Walter Feldman era residente, de presença destacada na Escola. No começo minha relação com ele foi pontual, pois é grande o distanciamento entre o aluno de Medicina e o residente. Francé e Natalini já tinham saído. Mas, em Cangaíba, comecei a conviver com o grupo e a conhecer um pouco de sua história.”

Em 1980, greve mais uma vez. Residentes de todo o País pararam durante dois dias, a fim de exercer pressão sobre o Congresso Nacional. Exigiam que aprovasse o substitutivo para garantir aos médicos direitos trabalhistas, piso equivalente a seis

APS ASSOCIAÇÃO POPULAR DE SAÚDE



RUA DOMINGOS DE LUCA Nº 2 - CEP: 03712 - CANGAÍBA - SÃO PAULO

GREVE RESIDENTES - 1979 EPM



Em muitos hospitais, a greve continua.

PREZINTE AMEREPAM

"VOCE É FAVORAVEL A ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE?"

Os diretores do PMDB da Penha, Tatunapé, Cangaíba, Vila Matilde e Ermelino fizeram realizar na Penha, neste dia 17, sábado, a partir das 9 horas, uma pesquisa popular com a seguinte questão:

— "Você é favorável a eleições diretas para Presidente da República?"

Os postos com urnas, que colherão as opiniões da população, ficaram instalados nos seguintes locais:

Posto 1 — Praça 9 de Setembro.

Posto 2 — Praça Misaela Vieira.

Posto 3 — Av. Penha de França.

Este acontecimento contará com a presença de várias personalidades políticas, representativas de outros partidos, além do PMDB.

PRES PMDB - CANGAÍBA

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL INSTALA SUA SEDE NA PENHA

GARETA PENHENSE 1986

O PC do B — Partido Comunista do Brasil — instala sua sede na Penha, à Avenida Amador Bueno da Veiga, 775. A notícia foi trazida à redação de Gazeta Penhense por uma comissão do diretório de Cangaíba, tendo à frente o dr. **Hediluz Franco** que, dentre outras coisas, disse que o partido se prepara para disputar as próximas eleições, com vários candidatos a deputado estadual e federal. Quando se candidato a governador, segundo os membros daquele diretório, a tendência é apoiar o candidato do PMDB.

PC DO B NA TV

O Partido Comunista do Brasil apresentará seu programa de TV — dentro do horário gratuito do TBS — no próximo dia 23 de maio das 20.30 às 21.30 horas, quando serão apresentadas suas propostas. As principais propostas do PC do B, anunciadas no recente «APÊLO A NAÇÃO» encerra 4 itens principais:

- 1) União do Povo para enfrentar e resolver os problemas fundamentais do País.
- 2) Suspensão do pagamento da dívida externa e dos juros respectivos.
- 3) Constituição democrática e progressista.
- 4) Implantação imediata do plano de reforma agrária (FERRA) e exigência de sua ampliação.
- 5) Fim das leis arbitrárias, do enluto autoritário.
- 6) Combate à inflação por conta dos ricos! Mobilização popular para garantir o congelamento dos preços.
- 7) Contra a privatização de empresas estatais necessárias ao desenvolvimento do País.
- 8) Restituir salarial para recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores, 40 horas semanais, estável.

ATO PÚBLICO PELA LEGALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

1. No dia 23, realiza-se grande Ato Público pela legalização do Partido Comunista do Brasil, com início marcado para às 14 horas, no Ginásio do Pacembu e, segundo os organizadores, "será o marco inicial, em São Paulo, da campanha nacional pela legalização do Partido Comunista do Brasil". O programa prevê, às 14 horas, chegada das caravanas; feira cultural; apresentação artística com Fafá de Belém, Paulinho Nogueira, Domingos, Tom Zé, Nenê de Vila Matilde, Belchior, Eduardo Gudin, Renato Teixeira, Juca de Oliveira e outros; 17 horas — início do ato solene; 19 horas — encerramento.

ASSEMBLEIA POPULAR EM VILA CISPER

COMPAREÇA.

LOCAL :- CENTRO COMUNITÁRIO PASCOA
DIA :- 10-FEVEREIRO 1980.
HORÁRIO :- 15 horas.

CONVIDADOS :-

| | |
|---|--------------------------------|
| } | AUTORIDADES RESPONSÁVEIS. |
| | PARLAMENTARES :- |
| | -ROBÉLIO PERES -IRMA PASCOA |

INÍCIO NO CENTRO COMUNITÁRIO PASCOA, DE ONDE
SAIRÁ EM PASSEATA EM DIREÇÃO À RUA 29
ONDE SERÁ RECEBIDA A ASSEMBLEIA DE
ENTREGA DOS ABIXES ASSINADOS ÀS AUTORIDADES
RESPONSÁVEIS PRESENTES.

(Presença da ESCOLA DE JAPÃO "OS CAROLAS").



CHEGA de ESPERAR 1 hora, TODOS os dias, NO PONTE DE ÔNIBUS!
CHEGA de AMONAR a pé QUILÔMETROS DIARIAMENTE!
CHEGA de LIXO ANTOJADO em NOSSAS PORTAS!

NÓS PAGAMOS IMPOSTOS e EXIGIMOS:

- ÔNIBUS em TODAS as VILAS de CISPER.
- COLETA de LIXO em NOSSAS CASAS.

GRUPO DE PROTESTOS DE VILAS CISPER
Associação Pastoral de São João

Ato em defesa da Saúde

Tendo em vista a grave crise da Saúde no País, que hoje não possui fonte própria de recursos, levando o sistema de Saúde ao colapso, temos a honra de convidá-lo para participar do Ato em defesa de mais verbas para a Saúde.

Data: 12/08/95 (sábado)

Hora: 15 horas

Local: Igreja Bom Jesus do Cangaíba

End.: Avenida Cangaíba,
Altura do nº 2.400

***Presença (confirmada) do
Ministro da Saúde – Adib Jatene.***

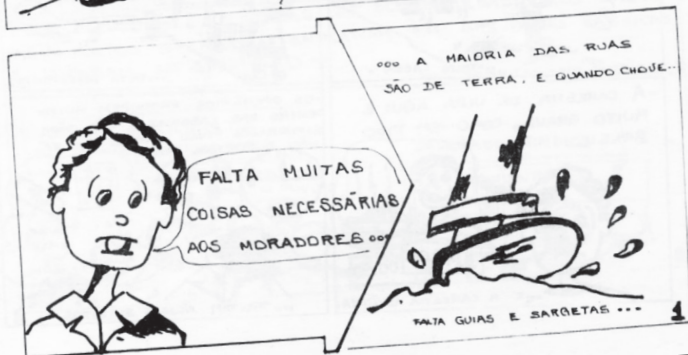
***Promoção: Movimentos
populares, Sindicatos,
Parlamentares e
Partidos Políticos.***

***Apoio: Associação
de Defesa dos Direitos
da Cidadania – Adão
Manoel da Silva.***

Ato em
defesa da
CPMF

DIRETORIO PMDB CANGAIBA

CAMPANHA PELA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE
LIVRE E SOBERANA
VAMOS FAZER A POLITICA DA UNIDADE POPULAR



Folheto do Diretório PMDB Cangaíba,
que teve como primeiro presidente Gilberto Natalini

salários mínimos regionais e vinculação de qualquer especialidade médica à residência.

Luta de um povo

Quando Nacime chegou ao trabalho da Zona Leste, Júlio Cesar e Daniel já não pertenciam ao grupo. “Peguei o finalzinho da cisão, algumas discussões, não entendi bem o que acontecia. Tinha até uma impressão ruim dos dois, pois interpretava que abandonaram o grupo, e a verdade absoluta do PC do B, por uma linha revisionista. Vivíamos um sectarismo, uma intolerância! Mas nunca ouvi uma só crítica pessoal a eles, calúnia, nada. Era uma coisa mal resolvida para todo o mundo.”

Houve choques porque Júlio ainda trabalhava no Posto de Saúde do Cangaíba, conquistado graças à mobilização conduzida pelo grupo e ao apoio da Igreja. Júlio, assim, permanecia influente na comunidade. E, por meio dele, o PCB – nada poderia representar melhor, no Cangaíba, a rivalidade entre os dois partidos.

“Eu tinha pouco contato com os dois”, nota Nacime. “Fiquei mais próximo do Francé e da Regina, assumi todo o trabalho do Jardim Arizona e do Araguaia, onde tínhamos como apoio o Vanderlei (presidente da Sociedade de Amigos de Bairro), dona Helena, Socorro, Seu Guedes, Alice, Diva e Vera.”

Nessa localidade a disputa se fazia em torno da Sociedade Amigos de Bairro e a influência na condução da luta pela regularização dos loteamentos. Não se podia dar qualquer espaço; era necessária presença constante. Lembro do Júlio em algumas assembleias de moradores. Tratamento cordial, mas distante e uma intensa luta pela hegemonia. Tinha proximidade também com Lilla, Rita, José Eduardo, Chiquinho. Todos atendiam, às vezes, no Cangaíba, mas a atuação maior era em Itaquera”, conta Nacime.

“Desse momento lembro que uma vez fretamos um ônibus para protestar diante da casa de um loteador de Itaquera. Foi como representar uma peça no palco errado, porque ele morava a duas quadras da Escola Paulista de Medicina. Nossos amigos

passavam e não entendiam nada ao nos ver com aqueles cartazes e liderando aquelas pessoas. Desconheciam nossa atuação na Zona Leste”, diverte-se José Eduardo.

“Vinham tantos médicos ao ambulatório da igreja, que eu preparava um escalonamento”, é a lembrança de Adelina. O trabalho, intenso; mas cada vez mais controlado pelo partido. “Fiquei muito empenhado, determinado, era um imenso orgulho fazer parte do PC do B, de participar da luta, de sonhar com outra sociedade. Dentro do partido me encarregaram de uma célula no Cangaíba. Depois, Francé e eu respondemos por um comitê distrital, também na Zona Leste. Era um distrito grande. A organização interna do grupo, a reunião semanal de distribuição de tarefas, tinha sido dissolvida. Reunião de organização só partidária”, lembra Nacime.

Desde o início, principalmente entre 1978 e 1980, todo o grupo, com membros de diversos bairros, reunia-se semanalmente para discussão política, definições estratégicas, troca de informações sobre o andamento dos vários trabalhos, movimentos reivindicatórios, etc. e se definiam as tarefas e as escalas de atendimento médico. Era realizada na república da rua Diogo de Faria. Havia dois coordenadores, trocados periodicamente, que secretariavam a reunião e eram os pontos de articulação do grupo. Tudo devidamente anotado em cadernos. “Lá estavam agendados todos os compromissos: hora, local e responsável. Era impressionante a disciplina e o compromisso do grupo.”

Com todos já militando no PC do B, houve a determinação para que não mais ocorresse a reunião. Um erro, mas o partido tinha medo do duplo comando e nos separou. A discussão e articulação política, só no PC do B. Uma atitude desastrosa. Assim começou o descenso das atividades no Cangaíba e com o restante do grupo. Após algum tempo, no Atendimento só restavam Gilberto, Francé, Walter do Nascimento e eu”, recorda Nacime. As iniciativas independentes ficavam no passado.

Em 26 de agosto de 1979, batizado *Dia Nacional de Protes-*

to, novamente os trabalhadores e as donas de casa da periferia foram à Praça da Sé para protestar contra a carestia. Os organizadores calcularam os presentes em oito mil. Faixas exigiam o congelamento de preços, terra para os trabalhadores rurais, fim do arrocho salarial e da repressão. Protestavam contra a falta de liberdade e a entrega das riquezas brasileiras aos exploradores estrangeiros. Decidiu-se, na ocasião, realizar um congresso de luta contra a carestia.

Em setembro de 1979, apesar da resistência de Joaquinção, presidente do Sindicato, os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos entraram em greve. Reivindicavam aumento de 89%. A Tropa de Choque investia. Santo Dias da Silva, um dos líderes da Pastoral Operária, foi morto pela polícia em um piquete diante da fábrica Sylvania, em Santo Amaro, que produzia lâmpadas e materiais elétricos. Poucos dias depois, a PM invadiu a Igreja do Socorro, comando da greve no bairro. A Igreja criticou a violência do governo. Apoiou os metalúrgicos, abrigando centenas de reuniões pela cidade, e permitiu o uso da Catedral da Sé como central temporária dos sindicatos sob intervenção.

O grupo de médicos já rodara o documentário *Luta de um povo*, dirigido por Renato Tapajós, sem atores ou dramatização. O filme foi lançado com o prêmio Glauber Rocha, melhor filme do ano, na 10ª Jornada Brasileira de Curta-metragem, em Salvador. Júlio Cesar ainda supervisionara a produção da Associação Popular de Saúde. Quando Santo Dias morreu, filmaram o dramático enterro que, na montagem, inicia o filme. O intuito, semelhante ao do outro filme *Caso Comum*, era pedagógico. Sublinhava a militância, a força da união, o heroísmo dos operários, a covardia do aparato repressivo, a coragem da viúva que, visivelmente, extraiu do sofrimento o remanescente de energia para gritar a palavra de ordem: a luta continua, a luta continua...

A realização do 1º Encontro Popular de Saúde ocupa largo espaço e grava o discurso e a pergunta do metalúrgico Elísio: “Cada vez mais nordestinos vêm para cá buscar um pedaço de pão. Cadê

o governo”? O narrador do filme, novamente David José, reitera: “o que provoca a maioria das doenças não é apenas falta de remédios e hospitais, mas casas insalubres, ausência de saneamento, baixos salários, alimentação insuficiente e ruim. Para lutar contra a indiferença dos poderes públicos e os desmandos do regime militar, é indispensável organizar-se nos movimentos de saúde, nas sociedades de bairro, nas associações, nos sindicatos. Graças a esse conjunto de forças populares, a onda de greves do ABC, em maio de 1978, a maior desde 1964, foi vitoriosa. Obteve aumentos salariais significativos, com negociações de acordos entre os empresários e os sindicatos, e ajudou a levar 120 mil pessoas ao Estádio de Vila Euclides, no dia 1º de maio de 1979, em São Bernardo do Campo.”

A câmara filmou a intervenção nos sindicatos dos grevistas. Prestigiou os líderes sindicais, entre eles Lula, Osmarzinho, Expedito e Alemão que se tornaram conhecidos em todo o país durante o movimento. Deteve-se em operários, como os metalúrgicos Osvaldo Ramos e Osmarzinho. Seguiu com episódios do *Movimento Contra a Carestia* na Praça da Sé; entre eles, o discurso do operário Fernando do Ó, da Zona Sul, dom Mauro Morelli parlamentando com um policial da Tropa de Choque, as bombas de gás, e o policial torcendo o braço de um manifestante enquanto o conduzia.

Severina, esposa de Osvaldo, ativa em uma SAB da Zona Leste, que logo mais faria o curso de atendente de enfermagem, foi acompanhada nas visitas a casas operárias para vender bônus, pedir alimentos e solidariedade aos metalúrgicos parados. “Às vezes, a greve fica prejudicada porque faltam alimentos em casa”, explicava aos moradores, enfatizando o argumento publicado no *Boletim de Saúde* de dezembro, intitulado “Fundo de Greve”, onde se lia: “Vamos vender os bônus para arrecadar fundos. Precisamos ajudar de alguma forma nossos companheiros em luta por seus direitos. Vamos pedir alimentos para repartir entre os grevistas... A falta de assistência muitas vezes interrompe as greves antes que

os trabalhadores alcancem seus objetivos. Está aí a importância do fundo de greve, impede que se pare por falta de recursos. É necessário que todos nós estejamos preparados e dispostos a ajudar os nossos companheiros a cada luta que se trave.”

No final, o filme *Luta de um Povo* documentou o *Encontro Comunitário do Vale do Ribeira* e a entrevista de um trabalhador rural idoso, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição de Araguaia, que conclamava: “Luta isolada não pode ser, temos que ter unidade e fazer a Central Única dos Trabalhadores!” O filme clamava, ainda, pela reforma agrária radical.

Segundo Francé, o grupo distribuiu cópias do filme para cerca de 20 Estados no Brasil, além de Alemanha e Holanda. “Quem pedisse, ganhava; o difícil era ter recursos para as cópias, tantos eram os pedidos.”

“O filme expressava um novo momento político do grupo e do país; a mensagem é politicamente avançada, traz propostas como Constituinte, Central Única dos Trabalhadores, greve geral, reforma agrária radical. Era um instrumento importante de conscientização, de ligar a saúde com a luta mais geral da população”, reflete Nacime. Aliás, uma das primeiras manifestações no Brasil, em prol da “Constituinte livre e soberana” – conforme explicitava a enorme faixa que permaneceu estendida na sede por alguns meses – foi um evento realizado na APS, com a presença do deputado Ulysses Guimarães. Quem ainda assiste hoje aos dois filmes, *Luta de um Povo* e *Caso Comum*, observa que a temática é ainda atual e muito emocionante.

A Comissão Setorial de Cangaíba do *Movimento Contra a Carestia* imprimiu um folheto, *A Luta Contra a Fome*. Reiterava: “As pessoas que mais participaram para o aumento dos nossos salários sofrem perseguições injustas. Foram despedidas e, por enquanto, não conseguiram se reempregar. Duas mil famílias passam fome e estão sendo despejadas de suas casas. Temos que nos unir e mostrar nossa solidariedade. Vamos recolher alimentos para essas famílias. Será o mínimo do muito que fizeram por nós.”

De dezenas de casas pobres, apesar da carência, as pessoas contribuíaam. O *Boletim de Saúde*, de outro lado, discutia a greve que terminara. “Houve vitória ou não? Embora sem os 83%, algumas reivindicações foram vitoriosas.” E enumerava os percalços: “poucos comitês de fábricas, grupos que se uniram ao pelego e traidor Joaquim Santos de Andrade, ação policial muito grande.”

Considerava vitórias o reajuste semestral e negociações diretas entre sindicatos e patrões, com base em um cálculo da produtividade; terem caído as máscaras do traidor e da falsa oposição sindical que se aliara a ele; a percepção dos metalúrgicos acerca dos setores que efetivamente levaram a greve à frente; e os piquetões, agrupamentos de até sete mil pessoas, “demonstrando o ânimo e a coragem dos trabalhadores”.

O *Boletim Informativo do Movimento Contra a Carestia* de novembro/dezembro de 1979, quatro páginas em formato tabloide, informava: “A greve contou com apoio de muita gente: donas de casa, trabalhadores de outras categorias, sindicatos, associações profissionais, entidades democráticas, parlamentares, religiosos e estudantes. O *Movimento Contra a Carestia* apoiou decididamente a luta dos metalúrgicos, participando da organização dos “Comandos de Apoio” das Zonas Sul, Leste e Oeste. Realizou mutirões nos bairros, no centro da cidade, divulgando as reivindicações dos grevistas. Denunciou a violência da repressão, organizando e recolhendo junto ao povo o Fundo de Greve.”

Sobre a intensa atividade do grupo nas greves, Natalini é categórico: “Eu acho que ajudamos a reconstruir o movimento sindical. Eu acho. Dos motoristas, e, mesmo, dos metalúrgicos. Agora, isso não se mede. Não existe metro para medir.”

As ilustrações do boletim e panfletos do *Movimento Contra a Carestia* eram desenhados, gratuitamente, por Marciano Vasquez, ilustrador de rara sensibilidade, muito ligado aos movimentos populares, em particular os da educação. Hoje é professor do ensino fundamental e escritor de livros infantis.

Durante todo esse tempo, o Grupo Recreativo da Associação

Popular de Saúde procurava atrair a população. Uma das maneiras era fazer bailes e Maria Tura ajudava a organizá-los, alegre: “eu me lembro que a Guiomar Namó de Mello, secretária da Educação quando Mário Covas foi prefeito, visitou a APS uma vez em que teve baile. Um cara a tirou para dançar, foi engraçado! Eu falei: ‘é, dona Guiomar, está pensando o quê?’ Tem de pôr o pé na lama.”

Nessa época, a APS fez um grande mutirão para recolher mantimentos destinados aos metalúrgicos, cerca de 15 toneladas. “A gente levava à igreja e o padre João transportava todos os dias para eles. Também pichávamos muros à noite. Outra tarefa era colar cartazes contra ditadura. Perigoso. A gente corria da polícia.” Outra história engraçada, lembra Gilberto Natalini, foi durante um piquete embaixo do Viaduto Aricanduva, para impedir a circulação dos ônibus que transportavam os metalúrgicos. Ônibus parado, o português, sr. Américo, entra no veículo, cajado na mão, batendo nos bancos; aquele sotaque: “hoje ninguém trabalha, bamos, bamos!!!”. De repente, aquela correria para o matagal e a pancadaria comendo solta. No ônibus só tinha policial.

Movimento Contra a Carestia

Em meados de novembro, os médicos de Cangaíba participaram ativamente, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, do 1º Congresso Estadual de Luta contra a Carestia. O evento congregou 790 trabalhadores da cidade, do Interior e do campo, donas de casa, profissionais liberais e estudantes. Representavam 120 entidades, incluindo-se aí os Sindicatos de Jornalistas, Padeiros, Eletricitários, Motoristas, o Comando Geral de Greve dos Metalúrgicos de São Paulo, o Comitê Brasileiro pela Anistia e o Movimento de Defesa da Amazônia. Na abertura, homenageou-se com o cargo de presidente póstumo a Santo Dias da Silva.

Discursos sucederam-se, poesias e músicas de trabalhadores foram apresentadas. O grupo de teatro Taba encenou a peça *Tem marmelada no bananal*, sobre os problemas dos bananeiros do

litoral paulista. E as crianças, presença obrigatória e em número considerável, brincaram na creche improvisada no pátio da faculdade. O ponto alto da sessão foi a presença de José Duarte, histórico membro do PCB e, depois, do PC do B, velho militante dos movimentos de luta contra a carestia, na clandestinidade e há anos perseguido pelo regime. Em 1988, Luís Momesso, marido de Socorro e velho militante do PC do B, publicaria a biografia *José Duarte, um maquinista da História*. Duarte, um dos maiores lutadores das causas sociais e orgulho do movimento popular, morreu abandonado pelo PC do B, cuidado pelo Francé.

Outra reparação foi a do deputado cassado Mário Covas. E, nos dias seguintes, reuniram-se grupos de trabalho para discutir temas como “A dominação estrangeira na terra”, “Liberdade”, “Autonomia sindical e direito de greve”, “Anistia e constituinte”, “Solidariedade nas campanhas salariais”.

Entre as conclusões do congresso, estavam: apoiar a luta pela unificação da data-base dos dissídios coletivos e pela formação da Central Única dos Trabalhadores; formar comissões de luta contra a carestia nos sindicatos e apoiar a criação de comissões nas fábricas; exigir do governo uma política de subsídios para produção de alimentos básicos, incentivando os pequenos produtores e criando cooperativas de consumo; exigir o congelamento dos preços do arroz, feijão, leite, pão, café e óleo; exigir o incentivo à Central de Medicamentos para que distribuisse gratuitamente 328 remédios; lutar por mais e melhores postos de saúde, organizando protestos contra as filas e o mau atendimento; exigir a estatização dos transportes coletivos, tirando-os das mãos dos particulares interessados exclusivamente em lucros; exigir esclarecimentos sobre o destino das verbas públicas; realizar campanhas para aumentar as verbas reservadas a obras na periferia; lutar pela regulamentação dos direitos trabalhistas no campo; lutar pela reforma agrária radical; apoiar a retomada das terras pelos camponeses expulsos e exigir o cumprimento do Estatuto da Terra; realizar, com o *Movimento de Defesa da Ama-*

zônia, campanha nacional contra a política entreguista do governo; realizar manifestações de protesto contra projetos antipopulares do governo, como aumento de preços e sua nova política salarial; preparar com os sindicatos um dia de greve geral pelo congelamento de preços dos produtos de primeira necessidade e contra o arrocho salarial.

No encerramento, louvou-se o congresso e sua representatividade. “Um marco de luta em nossa História!”, terminava a reportagem de primeira página do *Boletim Informativo do Movimento Contra a Carestia*. O tom empolgado e o sucesso do evento na Faculdade de Direito, entretanto, não condiziam com a realidade. O movimento começara o seu descenso.

No ano seguinte, em agosto de 1980, os militantes do PC do B ainda tentaram repetir a mobilização da primeira campanha, a do *Custo de Vida*. “Fui da coordenação estadual do movimento. Viajamos a Brasília para levar abaixo-assinados, depois voltamos a fim de cobrar do governo as reivindicações. Tentamos entrar com 500 pessoas no palácio do governo de Figueiredo. Apanhamos como boi ladrão, levamos uma surra”, gravou Natalini.

O *1º Congresso Nacional contra a Carestia*, em dezembro de 1980, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, começou com três horas de atraso e aos gritos de um inédito slogan dos paulistas, “O povo unido conquistou a estrada na raça!” A inflamação dos manifestantes deu-se porque a Polícia Rodoviária reteve durante quase toda a madrugada, à altura de Atibaia, em São Paulo, os oito ônibus em que viajavam.

Paulo Mourão, um dos passageiros, contou a um jornalista do *Jornal do Brasil* que os guardas tomaram as carteiras de identidade de todos. Só as devolveriam autorizados pelo Dops, o que demorou. “As 300 pessoas desceram e fizeram um piquete na estrada Fernão Dias, interditando o trânsito por mais de duas horas. Estenderam uma faixa de um lado a outro na pista, com os dizeres: ‘Todos ao 1º Congresso Nacional contra a Carestia.’ Feldman, re-

cém-chegado do Exército, tenente-médico, tentou intervir usando de sua autoridade”, diverte-se Nacime, “mas também ficou retido. Só a interrupção da estrada provocou nossa liberação”.

Participaram do congresso representantes de 130 entidades de 18 Estados. Logo de início repudiaram qualquer forma de opressão. Os temas, no entanto, como a questão da terra, a crise econômica, a dominação estrangeira, o arrocho salarial, a situação política, medidas do governo, congelamento e carestia”, distanciavam-se do imediatismo da população. Identificavam a pauta do PC do B e já refletiam o isolamento dos participantes.

No ano seguinte, o *Grupo Recreativo da Associação Popular de Saúde* ensaiou uma turma grande, de 50 pessoas, para sair na Escola Acadêmicos do Itaim Paulista e desfilar no carnaval paulistano da avenida Tiradentes, bairro da Luz, centro da cidade. O estandarte trazia o nome *Bloco da carestia*. A ala chamava-se *Morro de fome mas num trabalho*. Maria Tura sambou com entusiasmo.

“O enredo era *Arroz com ovo*. João Chile, Alzira e Francé eram destaques, vestiam branco. Nós, as mulheres, amarramos um lenço vermelho com bolinhas brancas na cabeça. E quando passamos bem na frente da comissão julgadora e das autoridades, abrimos o lenço. Estava escrito *Abaixo a carestia*.” “As camisas eram de estopa”, detalha Francé. “Repetíamos: abaixo a carestia que a panela está vazia. Um sucesso! O bloco até sumiu por causa do efeito que causamos. Fomos mesmo para protestar, não simplesmente dançar. Foi muito bonito. No outro dia, choveu jornalista telefonando para minha casa: ‘Maria Tura, como é que aconteceu tudo?’”

Mas no dia 27 de agosto de 1981, escolhido *Dia nacional de luta contra a carestia*, só levaram cerca de 300 pessoas à Praça da Sé. “Depois que a Igreja saiu, murchou. O PC do B, sozinho, não conseguiu segurar. Estreitou-se demais. E aí acabou devagarzinho. Durou até 1981. Movimento popular, quanto mais amplo melhor. Se você disputa e fica uma facção apenas, acaba”, analisa Natalini.

Ainda houve algumas manifestações. Em 1983, em um ato público no bairro do Ipiranga, sob os auspícios da Pastoral Operária, cerca de 400 donas de casa bateram em panelas e pratos de alumínio. E uma passeata, organizada pelo Partido dos Trabalhadores, em São Bernardo do Campo, também batendo panelas, foi cercada por cerca de cem policiais militares armados ameaçando a maioria de mulheres e crianças. O secretário da Segurança Pública, Miguel Reale Júnior, rapidamente permitiu a manifestação, porém concentrada em uma praça.

As mulheres

Regina e os outros companheiros de grupo cumpriam, sem cessar, a tarefa de constituir células nos bairros da Zona Leste. “As pessoas se mostravam receptivas. Muito benquistos e bem-vistos, por causa do trabalho assistencial da igreja, todos nós tínhamos cara de bons mocinhos – e, de fato, éramos bons mocinhos. Nem nos divertíamos! Antes da militância eu ia muito ao cinema, ao teatro. De repente, acabou. O dia inteiro no bairro, até aos sábados, domingos. Passávamos as noites discutindo. Francé e eu não saíamos. Papo, só de luta, sem pensar em outra coisa.”

O grupo desdobrava-se entre as células, forma de organização do PC do B. “Tivemos de inventar codinomes. De repente me chamo Maria? Que palhaçada é essa? As coisas se complicaram. A gente precisava obedecer à direção partidária, terminara a autonomia.” Uma das tarefas imperativas era vender o jornal *A Tribuna da Classe Operária*. “Um dia desses, encontrei uma pessoa do partido no aeroporto, depois de muito tempo. Cumprimentou-me dizendo: ‘Olhe, a nossa maior vendedora de jornal!’ Eu acordava às 3 da manhã. Às 4 estava na porta de alguma fábrica da Zona Leste, vendendo. Às 7 entrava na faculdade”.

Os operários compravam bastante. Certamente os comovia a mocinha bonita, grandes olhos escuros e longos cabelos, àquela hora fora de propósito. “Sinceramente, o jornal era muito ruim. Só apresentava a visão do partido, a única certa, todo o restante

não existia. Mas eu vendia aquilo com amor, achando tudo correto”. Francé participava da produção do jornal. “Durante um período, o rodávamos na *Associação dos Residentes* da Escola Paulista de Medicina. E também o material do *Movimento da Carer-tia* para o Brasil inteiro”.

Mais tarde, instalaram a gráfica da APS nos fundos da residência de um casal de militantes, Luís e Socorro, em Cidade A. E. Carvalho. Natalini, que nesse período morou no Tatuapé e nas proximidades do hospital Cristo Rei, aparecia bastante: “A gente imprimia também todo o nosso material da saúde e das lutas populares. No mimeógrafo e na offset. Walter do Nascimento era o nosso responsável gráfico. Ele e Luís mexiam com as máquinas. A gráfica atendia a toda a demanda.”

Regina passou a atuar, preferencialmente, nos grupos de mulheres. A tradição dos partidos comunistas sempre conferiu a elas um papel coadjuvante, desdenhando uma problemática feminina específica – isso, quando não a negava. “Zuleika Alembert, a primeira mulher a fazer parte da alta direção do Partido Comunista, eleita deputada estadual por São Paulo em 1945, foi expulsa quando fez críticas feministas denunciando a sujeição da mulher em seu próprio partido”, destacou a socióloga Eva Alterman Blay no artigo ‘8 de Março: conquistas e controvérsias’ (‘Estudos Feministas’, fevereiro de 2001)”.

“Uma notável gama de estudos ocupou-se da emergência e ‘eficácia’ dos movimentos sociais, nos anos pós-70, atribuindo-lhes impactos na política e na cultura. Apenas parte desses estudos reconhece a presença maciça de mulheres na base de movimentos reivindicativos e, ao fazê-lo, tende a considerá-la um bom presságio de mudança nas relações hierárquicas de gênero”, escreve Maria Teresa Citeli na dissertação de mestrado “Mulheres e direitos reprodutivos na periferia: releitura feminista de um Movimento de Saúde”.

“Conversávamos com as donas de casa, sentadas nas casinhas ou nos barracos das favelas. A gente explicava: vocês têm

o direito de ganhar a mesma coisa que os maridos, o trabalho de vocês é tão importante quanto o dos homens, vocês têm o direito de não ser agredidas”, expõe Regina. “Em seguida pedíamos que falassem.” Várias participantes já militavam no PC do B ou haviam sido conscientizadas nos grupos de mães, da igreja e ajudavam a formar novos grupos. Entre as ativistas, Maria Aparecida de Laia, voluntária no atendimento médico, que anos depois se tornaria presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina.

Nascida em 1955, Laia era colega de escola de Tânia, filha de Maria Tura, e foi por esta convidada a ajudar no ambulatório. Acompanhava os médicos como visitadora sanitária, quando proferiam as palestras de educação em saúde, e trabalhou nos boletins de saúde. Formou-se em Psicologia e Serviço Social, participou de um programa piloto de Saúde Mental e da organização do *1º Encontro de Saúde Mental da Zona Leste*. Entrou no partido com o grupo e acompanhou-os quando saíram. “A rigidez do partido foi um dos motivos”, justifica.

As reuniões de mulheres assemelhavam-se às disseminadas sob influência do movimento feminista, principalmente do norte-americano, na década de 70. Debatiam questões de gênero, muitas vezes por iniciativa própria. Abordavam também problemas afetivos e vida sexual – temas heréticos nos partidos políticos comandados por homens. O apoio que a solidariedade e a empatia das companheiras de grupo proporcionava contribuíram para a autoestima e a conscientização de mulheres de todas as classes sociais. No Cangaíba, junto às questões pessoais, discutiam-se postos de saúde, creches, saneamento, favelas, carestia, anistia.

Nas reuniões mais amplas vinham militantes de outros bairros, como Terezinha Gonzaga, Anna Martins; Crimeia Alice Almeida, que escapara viva do Araguaia, mas lá perdera o marido André Grabois; sua irmã Maria Amélia de Almeida Teles (esposa de César, gráfico, ex-presos político), fundadora da *União de Mulheres* de São Paulo, braço do PC do B no movimento.

Maria Tura participava com entusiasmo. “Era um movimento de conscientização política das donas de casa. A gente se encontrava e tinha uma programação nos bairros. Em Cangaíba, nos reuníamos na igreja. Até demos de brigar com os médicos, porque eram muito machistas”, ri. “Descobrimos a condição feminina, a defesa da mulher. Amelinha e Laia me incentivavam. Eu era da executiva da *União de Mulheres* e recomeçamos as lutas do ponto de vista das mulheres: creche, saúde, educação, campanha contra a violência. Levávamos reivindicações a outros centros de saúde, às Administrações Regionais. Incitávamos o povo a brigar com o administrador. Queríamos energia elétrica, asfalto. Organizávamos bazares e festas juninas para alugar ônibus. Ia aquela mulherada na rua.”

Moradora de Engenheiro Goulart, Maria Isabel de Freitas, psicóloga, professora, não só auxiliou no atendimento e na APS, mas foi muito ativa na União de mulheres.

Regina começou a preparar o *1º Congresso da Mulher Paulista*. “Convocávamos as mulheres. Seria realizado em 1980. Debatíamos as teses a apresentar. Certa vez, sentadas em uma das casinhas, o cachorro ficou mordiscando todas as presentes, talvez 15. Lambia os pés. Na semana seguinte a dona da casa contou que o bicho morrera. De repente. Do jeito que descreveu, achei que tinha hidrofobia.” Não pôde mandar examiná-lo porque fora jogado no lixo. Assustada, correu ao Instituto Pasteur e levou vacina para o ambulatório da igreja. “Tive de avisar todas que estiveram na reunião. Vacinei-as contra raiva. Várias doses”.

O grupo de médicos não deu importância à movimentação feminina, provavelmente imbuído da linha dos partidos de esquerda: reivindicações específicas enfraqueciam a luta de todos, só a revolução socialista libertaria o povo, homens e mulheres. Escrevia Paul Singer em 1980, no artigo “O feminino e o feminismo (em São Paulo: O povo em movimento)”: “A análise mais corrente da problemática feminina atribui ao capitalismo a responsabilidade pela opressão da mulher, concluindo que sua completa

emancipação é impossível nos quadros desse modo de produção.”

“Foi um pouco de rebeldia nossa participar do movimento que não era bem-visto”, avalia Regina. “Ficamos muito sós. Apenas quando viram as três mil mulheres no congresso resolveram dar importância. Tarde demais para mudar a nossa cabeça. Não deu certo.” Vários grupos feministas fora do Cangaíba aumentavam a efervescência, pois o evento cobria toda a cidade. Um deles era do MR-8. Truculento, espécie de tropa de choque da ala quercista do MDB, passou a contestar a presença de dois núcleos de lésbicas. Gerou uma discussão fascista de inacreditável preconceito.

“Algumas pessoas do MR-8 diziam que lésbicas não eram mulheres. Defendiam a exclusão delas. Eu contestava: ‘Olha para ela e para a gente, tem diferença? Somos mulheres! Alguém duvida?’” – revolta-se ainda hoje Regina, que não se esquece do dia em que uma das discriminadas se levantou e disse: “Sabem por que nunca vai acabar a ditadura? Porque a ditadura não é uma coisa pairando no céu. A ditadura está na cabeça da gente. Na hora em que você questiona se uma mulher é uma mulher, isso é ditadura.”

A maioria, inclusive as mulheres mais simples, declarou-se a favor da participação delas. Os preparativos para o Congresso incluíram algumas publicações. Entre elas um folheto com textos e desenhos, intitulado “Campanha Salarial de 1980”, realizado pelo Núcleo de Mulheres do Centro de Cultura Operária. Entre as reivindicações: liberdade sindical, estabilidade no emprego para a mulher gestante, salário igual para trabalho igual, creche no emprego, moradia. A publicação chamava as operárias à participação, lembrando que, além de receberem salário menor para o mesmo trabalho, cumpriam dupla jornada devido ao serviço doméstico. Propunha a formação de comissões de mulheres nas fábricas, que pressionariam pelas reivindicações. Advertia: “Somos consideradas propriedades dos homens, que, muitas vezes, nos impedem de participar; quem lucra com isso é o patrão!”

Professava: a libertação da mulher só se dará com a libertação da sociedade, e a sociedade só será livre com a libertação da mulher! – um adendo à primeira afirmativa, consensual nos movimentos de esquerda. Convocava: fortaleça a luta operária, participe do sindicato, lute por nossas reivindicações específicas e pela criação de departamentos femininos nos sindicatos. Terminava com o desenho de mulheres empunhando faixas: “Pela derrubada do regime militar”, “Por amplas liberdades políticas”, “Mulher: lutar para se libertar” e “Por uma constituinte livre e soberana”.

Outro texto, a *Carta aberta à população*, assinada por 25 organizações feministas, investia contra a tese da defesa da honra e criticava acidamente os gracejos na rua:

Não são uma “homenagem à nossa beleza”. São atentados à nossa segurança e liberdade de ir e vir... justificam o estupro, o espancamento e a morte dizendo que a mulher os provocou ou que, no fundo, “ela pediu”. Se usa minissaia ou batom, se está na rua depois das dez, se resolve negar-se a ele, tudo pode desculpar a violência de um homem contra uma mulher... Ela é sempre “de alguém”: dos pais, do marido ou do patrão... Nós, mulheres, protestamos contra essa situação. Não queremos mais ser vistas como propriedade, não queremos mais ser vítimas. Queremos o amor sem ódio. E, agora, juntas, falemos: Quem ama não mata! Mulher não é propriedade nem de pai, nem de marido, nem de patrão! Contra todas as formas de discriminação e violência à mulher.

No pé da *Carta*, o endereço e o telefone do SOS Mulheres, para denúncias de violência, com oferta de conversas, orientação psicológica e jurídica.

Assim que o congresso abriu, um bando de embrutecidos do MR-8, perfeitos marginais, invadiu o local para bater. “E bateu mesmo. Teve pancada para valer”, indigna-se Regina. “Queriam interromper os trabalhos e expulsar as lésbicas”. Nenhum dos cavalheiros de Cangaíba estava presente. Para azedar mais o humor de Regina, o PC do B quis interferir nas discussões. “Levantamos

uma pauta significativa nos bairros, ouvindo centenas de mulheres, para discutir no Congresso, ao longo de dezenas de reuniões. Na hora da abertura chegou alguém do partido e simplesmente anunciou: ‘A direção se reuniu e resolveu discutir outras teses’. Mandaram três mulheres que nunca haviam participado das reuniões nos bairros, de nada”. Furiosa, contestou: “Não. Nossas teses foram discutidas nos bairros com as mulheres, a direção nunca veio. Não”. Depois disso, sentiu que o clima, dentro do partido, ficara estranho.

Anistia e partidos políticos

Entre numerosas medidas ditatoriais, como a suspensão dos direitos individuais, o Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964, que impôs limitações definitivas ao Congresso Nacional, dava-se o poder de cassar políticos, aposentar e demitir funcionários civis e militares. A rigor, portanto, desde o golpe militar oposicionistas pressionavam por anistia política. A batalha cresceu a partir de 1975, depois do choque nacional causado pela morte de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho. Consolidou-se com a entrada dos movimentos populares, cada vez mais estruturados, e pela dedicação do *Movimento feminino pela anistia*: apenas oito mulheres de início, sob a presidência de Thereza Godoy Zerbini, autora do livro *Anistia: semente da liberdade*, de 1979.

Combatente de primeira hora, de início quase que falava sozinha. Casada com um militar cassado em 1964, o general Euryale de Jesus Zerbini, e cunhada do famoso cirurgião cardíaco Euryclides de Jesus Zerbini, apresentava-se como representante das esposas e das mães. Seria difícil calá-la. Em agosto de 1977, o MDB pronunciou-se pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e ampla anistia política. Pouco depois, Therezinha Zerbini, como era conhecida, viajou aos Estados Unidos durante o governo de Jimmy Carter, a convite de entidades ligadas à defesa dos direitos humanos. Ali, uma caixa de ressonância difundiu a necessidade da anistia e a urgência da volta ao Estado de Direito no Brasil.

O grupo dos médicos de Cangaíba, por meio da APS, dedicou parte de seu tempo para esclarecer a população sobre a anistia que almejava: ampla, geral e irrestrita a todos os cidadãos banidos e aos presos políticos. Promoveu debates, manifestações, participou de comícios e passeatas. Representantes da APS foram ao 2º Congresso Nacional de Anistia, em Salvador. “Trabalhadores da cidade e do campo, donas de casa, lideranças populares, representantes de entidades democráticas, estudantes, parlamentares, militantes pela anistia proclamaram a sua disposição de aumentar cada vez mais, unitariamente, a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, até o fim da ditadura militar. Decidiram também que os defensores da anistia deveriam participar da luta contra a repressão ao movimento operário, camponês e popular, de comum acordo com a direção desses movimentos”, publicou o jornal da APS, impondo sua visão partidária.

A Lei de Anistia foi promulgada dia 28 de agosto de 1979, no governo do general-presidente João Batista Figueiredo. Resultou de um acordo ao final de intensas negociações entre a Igreja, a frente ampla de opositoristas, que compunha o MDB, e os militares. Não seria ampla, geral e irrestrita. Não foram anistiados os que participaram da luta armada e os definidos como crimes de sangue. Nem os presos políticos acusados de tentarem reorganizar partidos ilegais. Havia restrições a que funcionários, professores, diplomatas e membros do Judiciário retomassem as funções – alguns mestres eméritos das universidades teriam de prestar concursos vexatórios. Militares linha-dura acrescentaram um perdão incondicional aos torturadores e assassinos do aparato repressivo. Restabeleceram-se, todavia, os direitos políticos de quem os havia perdido e, aos poucos, os presos foram libertados mediante ações judiciais.

“Foi uma barganha política. Os líderes opositoristas sabiam que somente poderiam avançar no sentido de um regime mais aberto com a cooperação dos militares”, analisou Alfred Skidmore no artigo “A lenta via brasileira para a democratização: 1974-

1985”, no livro *Democratizando o Brasil*, organizado por Alfred Stepan. O sociólogo Emir Sader cita, em sua tese de doutoramento *Quando novos personagens entraram em cena – experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*, o depoimento de uma agente pastoral que iniciou um clube de mães na Zona Sul de São Paulo. Considerava a anistia uma jogada inteligente do governo militar, para dividir a grande frente que compunha os movimentos de oposição. “... juntinho nós tinha mais força, mas veio a bendita anistia dada pelo governo, que foi muito inteligente... e essa anistia mostrou quem era quem... Então aí começou a dividir ... olha, ela é daquele grupo, ou é daquele... a gente tem muito respeito por essas pessoas... mas não temos mais condições de fazer trabalho juntos.”

Grande alegria e alívio recepcionaram os primeiros exilados a desembarcar nos aeroportos. Juntava-se muita gente, ainda desconfiada, para protegê-los na chegada. Entre centenas que voltaram, famosos e anônimos, estava José Serra, ex-presidente da UNE. Pouco tempo depois, foi ao Cangaíba para um ato do *Movimento Contra a Carestia* realizado no Centro Social da Igreja, após ficar três meses escondido em Santo Amaro.

O PC do B preocupava-se com a próxima reformulação partidária do governo, urgente, pois o crescimento do MDB ameaçava a maioria que apenas os senadores biônicos ainda ofereciam no Congresso. “A reformulação partidária tem a intenção de dividir aqueles que lutam pelos direitos do povo, impedindo a formação de partidos que defendam realmente os interesses da classe trabalhadora”, denunciava.

Três forças principais se confrontavam desde o início das grandes greves: a Igreja, com a pastoral operária e o futuro PT, o MDB, o PCB e o PC do B. “Luta surda, mas profunda”, aponta Natalini. “Levou à consolidação partidária. A Igreja, chefiada por dom Paulo, num esforço para comandar os movimentos populares e operários, com os trotskistas e um setor da intelectualidade. Caminhavam para a fundação do PT. O PC do B, o PCB e outros,

no MDB. A divergência fundamental era quem comandaria a luta pela redemocratização do país. De um lado, a visão inclinada ao marxismo. De outro, a Igreja, que não convive com o marxismo. Disputa com ele, digamos. Mas o principal motivo, acredito, foi que a Igreja conversava com o setor mais intelectualizado dos militares. Os moderados, vamos dizer assim. Que deram, de certa forma, aval para a fundação do PT. Por isso, a partir de 1978, o ambiente foi de disputa feroz.”

A nova Lei Orgânica dos Partidos, de 20 de dezembro de 1979, extinguiu a Arena e o MDB. A medida favorecia os políticos governistas, pois possibilitava que fundassem outro partido, livre das medidas impopulares da ditadura. Chamou-se PDS, Partido Democrático Social. Já o novo PMDB perderia setores inteiros da frente única que abrigava, com a criação do Partido dos Trabalhadores. Para obter o registro provisório, os partidos deveriam realizar convenções ao menos em nove Estados, e no mínimo em um quinto de seus municípios, sendo ainda necessária certa cota, proporcional, de filiados.

A exigência facilitava os trâmites nos municípios pequenos, dominados pelo coronelismo. Já nos Estados com municípios maiores, a cota elevada dificultava o cumprimento das exigências. O prazo era de um ano. Nas eleições legislativas, em 1982, um partido teria de receber 5% dos votos para o Congresso Nacional, e ao menos 3% em cada um dos nove Estados. Do contrário, os votos seriam anulados e a representação perdida. O registro definitivo viria depois das eleições. As dificuldades e o risco de outras, futuras, insuflaram energia nos opositoristas.

O grupo de Cangaíba, ao lado de centenas de outros no país, lançou-se na tarefa da filiação. Natalini fundou o primeiro diretório do PMDB do Cangaíba. “Fui o primeiro presidente. Orientamos todos a participar do diretório do PMDB. Todo o grupo participou da campanha pela filiação, mas de destacada importância foram Laia e ‘seu’ Sobrinho. Outra pessoa que, desde essa época, tornou-se nosso companheiro de lutas é o sr. Reis, atualmente na Sociedade Amigos de Bairro do Cangaíba, junto ao Pacheco”.

Antonio Ferreira Sobrinho, nascido em 1927, no sertão do Ceará, em Senador Pompeu, foi um dos colaboradores. Motorneiro de bonde e depois eletricitista, ganhava relativamente bem. Comprou, quando ficou noivo de sua parenta Antonia Chaves Ferreira, datilógrafa, um terreno em Cangaíba. Ali construiu sua casa. Tiveram seis filhos; dois morreram, um foi adotado. Depois de alguns anos, Sobrinho vendeu a casa e construiu outra maior em Engenheiro Goulart. Uma das filhas é jornalista, a outra psicóloga.

Muito religioso, Sobrinho frequentava a igreja e conheceu os médicos logo no início do ambulatório. “Foram muito importantes. Trouxeram esclarecimentos sobre saúde e lutaram por melhorias no bairro. Eu não precisava do ambulatório porque tinha INPS e podia usar o Hospital do Servidor Público – fiz concurso e entrei no Departamento de Água e Esgotos. Mas em emergências vinham à casa da gente. Quando meu garoto Maicon caiu, chegaram na hora e cuidaram dele.”

Certa vez, Natalini estava em casa de Sobrinho à noite, planejando alguma atividade política. “Tinha um colega que perguntou como poderia destruir um olho de peixe que o incomodava muito ao andar. Dr. Gilberto nem acabou de ouvir e já tinha tirado o bisturi da maleta. Mandou que ele se deitasse na mesa, num instante extirparia a verruga na planta do pé.” Sobrinho ainda ri quando descreve a cena. “Ele ficou com tanto medo! Respondeu não, não, depois não vou poder andar para casa. O médico garantiu que o levava de carro. ‘Não, não, é calo de estimacão!’ Foi muito engraçado. Outro colega parou de beber, ficou bastante deprimido e o dr. Júlio Cesar tratou. Deu complexo B, glicose.”

Os médicos atendiam a alguns alcoólicos. “Dr. Francé mandava entrar logo, sabia que bêbado não tem paciência de esperar. Se demora, vai ao bar tomar mais uma e nem volta.” Sobrinho assegura, no entanto, que só os *Alcoólicos Anônimos* são capazes de recuperar um dependente. “Na reunião dos AA, diz-se: aguentem 24 horas. Às vezes, a gente ficava com a pessoa 24 horas, para

que conseguisse. Se a dependência fosse grande, começava com menos tempo: aguento duas horas. E assim vai. Ganhei grande experiência. Porque alcoólatra é sempre. Não pode tomar nenhum gole.” Ele sabe. Parou depois de 22 anos. “Que vida boa sem álcool, ver nascer o dia, cair a noite. Em paz com a família.”

Até 1964, fora ligado ao PSB, Partido Socialista Brasileiro, influenciado pelo conterrâneo José de Freitas Nobre. Em 1968, seguiu-o ao MDB. Admirava o jornalista, advogado e político, líder do partido na Câmara dos Deputados por cinco anos, eleito para quatro mandatos, fundador do jornal *Folha Espírita*. “As pessoas ainda tinham muito medo. Quando veio a anistia e a abertura para criar os partidos, amigos me pressionaram em favor do PT. Mas decidi ficar no PMDB. Fizemos uma reunião com dr. Júlio Cesar no Cangaíba, em 1980. Queríamos ajudar o partido. Fizemos outra reunião em minha casa. Procurei dr. Gilberto Natalini. Convidamos mais gente.”

Em uma das reuniões, combinaram que a pessoa com maior número de filiações seria presidente do diretório. A que viesse em segundo lugar, o delegado; em terceiro o secretário, e assim por diante. Natalini ganhou a presidência, o delegado foi Sobrinho. Júlio Cesar, secretário. “Formamos o diretório. Alugamos uma sala, cada um contribuía e tocamos juntos muitos anos. Um bloco unido, muito amigo. Apoiamos políticos. Conseguimos trazer esgoto, entre outras coisas. Fiquei junto à tendência do PC do B. A eleição do Quércia deu uma virada muito desagradável. Aceitei ficar na chapa, mas com a intenção de sair.”

Infelizmente, “seu” Sobrinho faleceu, em 2004. Gilberto Natalini, vereador de São Paulo, solicitou ao governador Geraldo Alckmin, e foi atendido, a denominação de uma passarela sobre a Rodovia dos Trabalhadores, junto ao Parque Ecológico, com o nome do “seu” Sobrinho. Justa homenagem!

Favelas

O movimento das favelas, promovido pela Pastoral da Saúde, dedicava-se a conscientizar os moradores para os seus problemas,

orientando-os nas reivindicações mais urgentes: energia elétrica, água e esgoto, coleta de lixo. Lutavam para urbanizá-las, criando melhores condições de vida, com posto de saúde e escola. E as defendiam contra a valorização imobiliária dos terrenos em que se localizavam, evitando o despejo para áreas ermas, distantes dos empregos, sem transporte.

No Cangaíba, em 1978, havia quatro favelas em terrenos da prefeitura ou particulares, com cerca de 70 barracos em cada uma, segundo o *Boletim de Saúde* de março daquele ano. Para iniciar o trabalho com os moradores, as voluntárias arrecadavam mantimentos e os distribuía. Na etapa seguinte traziam as mulheres aos *Clubes de Mães*. Quem viesse levava uma cesta básica. Seguiam-se os esclarecimentos, se possível incentivando a alfabetização das muitas que mal sabiam ler e escrever.

Antônio Luiz Marchioni, o padre Ticão, entrevistado pelo padre Geraldo Antonio Rodrigues, comentou assim o trabalho nas favelas: “É complicadíssimo você trabalhar com uma população pobre, que não tem nível educacional. Você fala dez vezes, são pessoas que assimilaram uma série de leis da elite dominante... É um processo sempre no imediatismo... Como a pessoa não conseguiu evoluir, perceber os valores, ao conseguir o que reivindica para na luta. Se conseguiu a casa, para na luta... Se torna uma pessoa fechada.”

Ele compara os movimentos a um balão de gás. Aparecem a partir de certos problemas imediatos: o lixo, as lutas por saúde, moradia. “Como um balão, sobe com todo o mundo empurrando, assoprando. Quando o gás termina, desce. Aí está a sua grandeza e a sua fragilidade. Não conseguimos superar o processo de dominação, a falta de autonomia dos movimentos sociais populares, quer os ligados à Igreja, quer aos partidos... Não sei se é esse o mistério.”

Walter do Nascimento, de seu lado, acredita que o movimento de Cangaíba produziu mudanças. “O trabalho de formiguinha, que diariamente levava médicos de casa em casa, conscientizando, embora limitado ao reivindicatório, tomou certo corpo. A po-

pulação entendeu melhor o sentido de prevenção, da importância da água encanada, do saneamento, da coleta de lixo.”

Desde antes do ingresso no PC do B, o pessoal do Cangaíba dedicou-se bastante ao *Movimento das Favelas*. Numerosos sábados eram passados em uma delas, no Cangaíba, à beira do rio, com o efeito colateral do café obrigatório em cada casinha. Conversavam, esclareciam, frequentemente acompanhados de um novo integrante do grupo já expandido. Marcado o dia com os moradores, passavam o filme *Caso Comum* com o gigantesco projetor alugado. Nunca se julgaram em risco, o tráfico de drogas ainda ausente. Estendiam o lençol, projetavam. Depois, debates.

Em 1979, Walter Feldman, que já atuava com Sula, Gigi e Aurélio no Itaim Paulista, o último bairro da Zona Leste, foi trabalhar como funcionário público no pronto-socorro do vizinho bairro de São Miguel, hospital de mesmo nome, da prefeitura. Entrosou-se na comunidade e afastou-se de Cangaíba, embora ainda frequentasse as manifestações organizadas pela APS. Em São Miguel, Ermelino Matarazzo e Itaim Paulista as favelas eram numerosas.

Sula pôs-se a trabalhar nelas, sob orientação do partido. “Organizávamos aquele povo para exigir água, esgoto e luz. Foi importante. O *Movimento das Favelas* crescia. Fizemos uma assembleia de protesto na Praça da Sé, compareceram cerca de quatro mil pessoas. Levamos muitos ônibus da Zona Leste. Lembro-me de fazer discurso no palanque.”

No Jardim Robru surgiu uma liderança de expressão, o Messias (Messias José da Silva). Faleceu há alguns anos, como diretor da UBS do bairro, fruto das lutas populares, pelo importante na implantação do Programa de Saúde da Família. No Jardim Silva Teles, o padre queria fazer um trabalho semelhante ao do Cangaíba. Havia um problema concreto: uma horta irrigada com água contaminada. Walter Feldman envolveu-se. “Fui para lá ver como se poderia resolver a questão. Partimos para reunir os moradores, mostrar o audiovisual, descrever verminoses.”

Como primeira medida enviaram hortaliças ao Instituto Adolfo Lutz, que confirmou a contaminação. Recebido o resultado, encaminharam as pessoas ao tratamento. Sula deu palestras seguidas, já especialista em falar de verminose. Descrevia os vermes, as lombrigas, a doença conhecida como amarelão, os sintomas, a prevenção. “O governo tem obrigação de fornecer água encanada, com tratamento da Sabesp. E esgoto! Temos de gritar por nossas necessidades, sem isso não nos ouvem. É preciso se organizar.”

A atividade fervilhava: reuniões, passeatas, abaixo-assinados. “Incomodávamos quem estava no poder. De outro lado, chamamos a atenção de outros grupos de esquerda, ávidos por atuação, que ajudaram a desenvolver o trabalho. Fizemos boas coisas. Também lutamos por um Posto de Saúde, fomos bem-sucedidos. Veio a água encanada. O melhor é que se tratava de um trabalho sincero, muito verdadeiro. Nada a ver com ‘vamos lutar por saúde porque vem a eleição’. A gente se ralava para isso. Só almejava que o povo melhorasse de vida. Queríamos ver as pessoas participando.”

Importante região de cultivos hortifrutigranjeiros, a irrigação de São Miguel, Itaim, Suzano e Mogi das Cruzes passou a ser fiscalizada. Combateu-se o uso de água inadequada. Paralelamente, aprovou-se a criação de um Centro de Saúde. “Realizamos tanto o atendimento de cura, como o preventivo. Foi um bom resultado da política de relacionar a luta concreta pela construção de um equipamento público, com a consciência dos moradores acerca dos problemas na sua comunidade.”

Walter Feldman convidou o secretário da Saúde, Adib Jate-ne, para uma grande reunião na Escola Estadual Nilton Reis, no Itaim Paulista: inauguração do Centro de Saúde do Jardim Silva Teles. “O padre Pedro auxiliou muito. Fizemos uma coisa nova na nossa experiência, o trabalho conjunto com a Sociedade Amigos do Bairro, de grande valia”.

Agitou para reconstruir o Conselho das Sociedades Amigos

de Bairro de São Miguel, Itaim e Ermelino Matarazzo. “Vim a ser o presidente. Aí participamos do Conselho Estadual das SABs. Em seguida, constituímos o Conselho Nacional das Associações de Moradores. Ou seja, tudo para nós era um fio de meada, a pegar e ir desenrolando. Até hoje é isso.” E sempre que iniciavam uma batalha, surgiam pessoas querendo cooperar. “Havia um famoso grupo dos Irmãos Metralha – Juscelino e João Antônio –, líderes operários (metalúrgicos) que nos procuraram. Um deles, hoje é vereador na Câmara de São Paulo”.

Feldman deixara a atividade médica. Só esporadicamente atendia pacientes no ambulatório de Cangaíba. Em obediência ao partido, sem descanso mobilizava a população. “A impressão é que São Miguel e Itaim eram muito mais efervescentes do ponto de vista da luta política. O Cangaíba teve seus grandes momentos com os médicos e as campanhas fortes, e me parecia consolidado. Já as lutas no Itaim eram mais agressivas.” Ele próprio mais belicoso, deixou-se absorver pelo Movimento de Favelas, de Habitação, de invasão de terras, descolado do grupo original. “Os novos focos brotavam como se fossem clones diferentes, embriões que se modificaram. No Cangaíba, por exemplo, pouco se fazia com favelas.”

Ao mesmo tempo, atiravam-se na tarefa de cooptar pessoas para constituir as células, pois sentiam-se mais livres na comunidade. A ligação com o partido ficou mais evidente. Foi por essa época que dom Angélico se cansou de receber reclamações de paroquianos e religiosos, embora valorizasse o trabalho dos médicos de Cangaíba.

Escreveu, assim, uma carta aos fiéis, prevenindo-os. Incentivava-os, porém, a seguir no trabalho em parceria com os médicos. Na circular assinada em 14 de maio de 1980, referindo-se ao novo nome do que se chamara *Custo de Vida*, e conhecedor da cisão entre o PC do B e o PCB no grupo original, informava que: “Em passado próximo nossas comunidades se entregaram, sem maiores preocupações de análise crítica, ideológica, ao trabalho do *Movimento Contra a Carestia*, da Pastoral da Saúde, orientado

praticamente pelos assim chamados e beneméritos médicos de Cangaíba. Hoje, esses dois grupos se definem tática e ideologicamente, não sendo mais legítima a ação pura e simples com eles, sem anterior e acurada análise a respeito de suas posições táticas-ideológicas-políticas-partidárias.”

O documento seguia: a Igreja recusava-se a ser instrumentalizada, mas era “consciente de sua colaboração própria, específica à construção da ‘civilização do amor’ de que nos fala Puebla”. E declarava-se disposta, na sociedade pluralista, a colaborar com outros grupos em projetos bem determinados. Abria os salões paroquiais a grevistas, colaborava com o fundo de greve. A campanha de alimentos para os metalúrgicos grevistas do ABCD, parados desde abril, já chegara a duas toneladas, estocadas na secretaria da igreja do Cangaíba.

Em 1980, nasceu Gilberto, filho de Sula e Walter. A mãe dele veio cuidar da criança. O casal devotava todo o seu tempo ao trabalho político. “Éramos muito radicais, uns chatos”, critica Sula. “E não nos limitávamos a Cangaíba nem à Zona Leste. Havia jornal, pichação de madrugada, reuniões, textos para discutir. Walzinho começou a preparar a campanha dele para vereador submarino pelo PMDB – submarino, porque era do PC do B. Mal tínhamos dinheiro; convictos, dávamos quase tudo ao partido.”

Invasões

A direção do PC do B decidiu promover, em 1981, a ambiciosa ocupação dos terrenos e casas vazias de todo o país. No projeto, constava a guerrilha urbana e, em seguida, a rural. O Araguaia permanecia muito presente, sem que se distinguisse “o valor perene dos combatentes, da necessidade de autocrítica com relação ao erro político da concepção da guerrilha”, escreveu Jacob Gorder (*Combate nas Trevas*, citado).

Durante o trabalho com as verduras contaminadas, Feldman relacionou-se com lideranças de favelas. Sugeriu discutirem a superpopulação nos amontoados de barracos. Não havia mais lugar,

concordaram. “Resolvemos procurar novas áreas, onde poderiam ser construídos conjuntos habitacionais. Para tanto, teríamos de invadir os terrenos. Foi um momento forte da luta popular, a invasão das terras em São Paulo. Participamos em Guaianazes.”

Os membros da base do partido e os líderes ligados às SABs cadastravam famílias sem lugar para ficar. “Escolhíamos terras em geral abandonadas, devolutas, griladas, que bandidos usavam como covil e para alojar cadáveres, já nas lutas do tráfico. Reuníamos a comunidade e chamávamos: ‘Vamos juntar o povo e tomar conta dessas terras’”, relata Feldman. Papéis destacados tiveram Elgito, Vera, Rosalvo, Wilson Fiuza. Invadimos a área Guaianazes, no Jardim São Paulo, e a Vila Primeiro de Outubro, no Jardim Quisisana, Vila Curuçá, todos matagais. Hoje são grandes bairros e contam com importante trabalho do Programa de Saúde da Família (PSF) do Hospital Santa Marcelina. Área que esteve sob gestão de Francé, Curuçá foi o primeiro distrito de saúde totalmente coberto pelo PSF.

Algumas invasões a polícia conseguia desalojar. Feldman, que se surpreendera com a própria adaptação ao serviço militar, organizou a defesa quando o cerco policial à Vila Primeiro de Outubro parecia iminente. “Reunimos uma pessoa de cada casa, deu 500 participantes. Combinou-se que em cada ponta da Vila ficariam vigias a noite inteira. Sinos ou rojões acordariam os moradores se a polícia chegasse. Todos se concentrariam no meio do terreno para a defesa. Felizmente não foi necessário”, ressalta. “A organização era incrível, com articuladores, sentinelas; a palavra de ordem era resistir até o fim”, descreveu Gilberto Natalini a Cida Santos, autora do livro *Zona Leste meu amor – personagens de uma história de lutas*, no capítulo sobre os médicos de Cangaíba.

Elgito Alves Boaventura, mineiro de Caratinga, foi liderança importante. Cida Santos descreve-o como homem dotado de grande força de vontade. Migrou para São Paulo com cerca de 18 anos, em 1969. Trabalhador rural, semialfabetizado, só encontrou trabalho em Jacareí, na construção civil. Trabalhou depois

em tecelagem. Demitido em 1971, não conseguia emprego devido à falta de escolaridade. Afinal, um depósito de construção o contratou. Fez supletivo até concluir o ginásio, trabalhou na São Paulo Alpargatas. A partir de 1978, filiado ao Sindicato dos Têxteis, Elgito participou das lutas sindicais; um ano depois, entrava no PC do B. Militava com Elgito, no Sindicato dos Têxteis, a então operária Lurdinha, posteriormente uma das lideranças do PC do B no movimento feminista.

Elgito participou de várias ocupações, algumas bem-sucedidas. Ferido durante cercos para desalojar ocupantes, em um conjunto habitacional com apartamentos vazios em Itaquera, a população pensou que morreria no hospital. Quando souberam que estava vivo, aguardaram a alta e o carregaram em triunfo. Mas houve mortes. Durante a desocupação no Jardim Camargo Velho, Itaim Paulista, em uma tentativa de invasão isolada do PC do B, com a presença de jornalistas e dos cinegrafistas de TV, à medida que os barracos eram queimados os moradores fugiam para o vizinho Jardim Nazaré. Ali, o morador Adão Manuel da Silva, pai de quatro filhos, foi morto com um tiro no peito.

Em junho de 1981, deu-se a invasão do Monte Tao, no Itaim Paulista, hoje Favela do Monte Tao. Um mês antes, uma família fora despejada de lá, mas a própria prefeitura permitiu que permanecesse, dando-lhe tábuas e telhas para a construção do barraco – episódio narrado pelo padre Geraldo Antonio Rodrigues. Aos poucos vieram outras famílias. Os proprietários instauraram um processo de reintegração, acusando os ocupantes de invadir áreas particulares.

“Procuramos padre Chico Falcone, irmã Cirene e dom Angélico”, testemunha uma das moradoras entrevistadas pelo padre Geraldo. Os religiosos ajudaram a mobilizar a Equipe Regional dos Direitos Humanos, a OAB e a Comissão de Justiça e Paz. Abaixo-assinados que somaram 20 mil assinaturas foram entregues à prefeitura. Não houve despejo, mas o processo de reintegração prosseguiu até ser arquivado às vésperas das eleições de

1982. “Essas lutas se estenderam pela área do Camargo Velho, do Camargo Novo e Jardim Elza”, assinala o autor.

“As ocupações, um equívoco, na época eram uma forma de luta e de expressão. Com aquele governo não havia interlocutor. Embora meio marginais, cumpriram um papel naquele momento, do ponto de vista da luta política e comunitária. Formaram vários líderes populares”, pondera Feldman. “Os frutos foram muitos, mas o fruto maior foi que a gente teve o despertar da consciência política e o entendimento do que eram os direitos da gente”, opinou a moradora Maria Gidelice Muniz do Nascimento, citada pelo padre Geraldo. A Igreja apoiou os ocupantes do Jardim Tao. Contudo, não era sua política estimular as invasões. Além da ilegalidade, poderiam provocar cercos sangrentos.

De outro lado, muitos ocupantes, de posse das moradas, as vendiam por ninharias e voltavam às favelas. A efervescência das lutas exacerbou a rivalidade entre as diversas militâncias e os próprios religiosos, na defesa de seus territórios de atuação. Uma das freiras, em Jardim das Oliveiras, Carmen Julieta Rodrigues, perturbada com as iniciativas de Walter Feldman, quando suspeitou que incitava invasões, vetou que se aproximasse dos paroquianos na igreja. “As relações foram se agravando, mas nunca rompemos com eles”, ameniza dom Angélico. “Objetivos políticos são legítimos”.

“Cometemos muitos erros”, admitiu Feldman, tempos depois. “Havia interesses espúrios. Aproveitadores que se apossavam de lotes para especular, vendedores de material de construção. As terras têm de ser ocupadas de maneira organizada, uma ação do governo em diálogo com as comunidades carentes. Coisas que se fazem atualmente, desenvolvidas nos governos de Mário Covas e Franco Montoro”, disse. Aos poucos, diminuíram as invasões, com desapropriação dos terrenos ou transferência dos moradores a conjuntos habitacionais. No Jardim Lourdes, bairro do Lajeado, no Itaim Paulista, há uma homenagem àqueles tempos. O prolongamento da rua da Mina chama-se Walter Feldman. Perto, a rua Aurélio Peres.

“A nossa turma sempre teve em mente que, onde estivéssemos, organizaríamos. Acreditávamos na presença de um sentimento latente de insatisfação. Era ditadura, era Maluf. Bastaria chegar alguém que iniciasse um trabalho. Assim, criamos a Associação dos Funcionários do Hospital São Miguel”, lembra Feldman. A entidade promoveu uma grande greve por salários. Irritadíssimos com sua liderança entre os funcionários, os governistas decidiram tirá-lo do hospital. A pedido de um vereador de São Miguel, foi transferido para o bairro do Ipiranga, na Zona Norte. A população protestou, mas não havia o que fazer.

“Do hospital saí, mas não das lutas populares, da saúde. Continuei na SAB e me fortaleci junto à comunidade. Ao mesmo tempo, comecei a organizar no Ipiranga. Ficamos no PMDB. Já tínhamos apoiado a eleição dos senadores do MDB, em 1978. Veio a eleição direta para governador, em 1982. Apoiamos Montoro. O PT apoiou Lula. Fui eleito vereador. Nasci, politicamente, em Cangaíba, e me tornei uma liderança popular em São Miguel. Isso gerou a minha candidatura.”

Mudanças

Em 1980, Paulo Mourão viajou para o pós-doutorado nos EUA e em um ano cumpriu seu trabalho de pesquisa no laboratório. “Era no Texas, em uma cidade desagradável e discriminadora. Os brancos, os negros e os mexicanos moravam em bairros separados. Não tinha transporte coletivo e a vida cultural era muito pequena. Mas foi um período rico de trabalho”.

Voltou em 1981. Por um curto período acomodou-se na república, na Vila Mariana, em que moravam Nacime, Natalini, Francé, João Cláudio e muitos flutuantes. Já era ocupada por Natalini e Francé, quando, em 1979, lá ingressou Nacime. Não era uma simples república. Era um aparelho do movimento popular. Todo mundo entrava, comia, dormia. Dona Maria (Maria de Lourdes Cerqueira) cuidava da casa e de todos, e vivia reforçando a despensa, com seu próprio dinheiro. Depois, continuou traba-

lhando com Nacime, cuidando de seus filhos, por mais de dez anos, até se aposentar.

Frequentemente, os moradores chegavam e encontravam os quartos ocupados. A geladeira sempre vazia os obrigava, por vezes, a comer arroz doce com feijão. Ali se guardava grande quantidade de materiais clandestinos do PC do B. E as “veraneios” do Dops em vigília, estacionadas na esquina. João Cláudio, um estudante secundarista, morava lá, literalmente sustentado pelos outros. Um dos moradores temporários marcante foi Chico Horácio, fotógrafo mambembe do Maranhão. Veio para se tratar no Hospital São Paulo por 30 dias, ficou quase oito meses. Integrou-se na luta, produziu um cordel sobre luta operária, declamava nas manifestações da Sé: uma figura.

Mourão logo partiu para o Rio, a convite da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vinculou-se ao PC do B carioca e tentou o trabalho comunitário em Caxias. Recusou-se a aceitar a proposta do partido: pedir demissão da universidade, para morar no fundo da igreja do bairro. “Vocês estão malucos, o fato de ser professor universitário é melhor para o trabalho. Depois, vim ao Rio por meus estudos; senão, ficaria em São Paulo”. Ainda ironizou que, se fosse morar no fundo da igreja, rapidamente a freira o expulsaria.

“Era um momento difícil para as organizações, porque estavam saindo da ilegalidade. De repente, assumiram a responsabilidade de dirigir a estrutura em situação nova e ignoravam como agir. Traziam apenas a experiência da vida clandestina. Provavelmente, entendiam menos do mundo, por causa do isolamento, do que as pessoas lideradas. Estas, ao menos, vivenciaram as mudanças no país”, comenta Mourão.

Acumulou o trabalho na universidade e em Caxias por cerca de dois anos. “Chegamos a fazer manifestações, foi interessante. Só que não tive a capacidade de agregar um bom número de pessoas. A sobrecarga, com a pesquisa exigindo cada vez mais, impossibilitou o desempenho.” Do ambulatório em Caxias restou a forte impressão que lhe fez uma mulher. “A atendi e ouvi a

queixa: tal repugnância sentia pelo marido que, depois da relação sexual, lavava-se com álcool.” Aos poucos, afastou-se, dedicando-se totalmente à ciência.

Nacime começou a namorar Vanda Barbachan de Albuquerque no final do sexto ano, em 1981. Filha do contador Laércio Cavalcanti de Albuquerque e de Lygia Barbachan de Albuquerque, professora de português e francês, Vanda nasceu no Recife em 1958. Conheceu-o por intermédio da irmã, Izabel Christina Barbachan Cavalcanti Rodrigues. Endocrinologista formada em 1977, no Recife, Izabel fazia Residência no Hospital do Servidor. Ali conheceu Natalini, Sula e Jamil, seu preceptor de clínica médica. “Sula me convidou a conhecer o Cangaíba. Achei interessante. Atendi principalmente o ambulatório da Ponte Rasa”. Izabel continua na Ponte Rasa, onde trabalha no Centro de Referência de Aids, em Vila Fidélis.

Vanda terminara o colegial quando o pai morreu em um acidente de carro. Entristecida, passado algum tempo, viajou a São Paulo a fim de passar 15 dias com a irmã. “Vim só com uma pequena mala. Fiquei.” Acompanhou Izabel à APS, em Cangaíba. Interessou-se e ali deu aulas no Mobral, aos sábados à tarde, para crianças. Ajudava na sede da associação, organizava bazares de roupa usada, festas etc. Tinha especial carinho por dona Brasilina, que morou e cuidou da sede e, hoje, vive num abrigo para idosos. Vanda, com Ivone Eto, madrinha de seu casamento (o padrinho foi Walter do Nascimento) e grande amiga, eram responsáveis pelas alas do Supletivo, realizado no salão da igreja do Cangaíba. Colaborou nos serviços da farmácia, no ambulatório.

Em menos de um ano, ela e Nacime estavam casados. Afastou-se de Cangaíba perto de julho de 1982, quando nasceu o primeiro filho, Nacime, que estudou na Unifesp, lá fez Residência em ortopedia e que também atende no Cangaíba. Naciminho, que se casou com Amanda, recentemente foi escolhido como coordenador do Grupo de Pé da disciplina de Ortopedia da Unifesp. Depois nasceu Rodrigo, em 1985, que é médico psiquiatra,

também formado pela Unifesp, casado com a pediatra Maura. Atualmente, mora em Toronto, Canadá, tendo vários artigos publicados em periódicos científicos de impacto. Para felicidade de todos, nasceu Milena, cidadã brasileira e canadense.

“Foi uma época de companheirismo muito boa. Enriqueceu-me interiormente, abriu minha cabeça no sentido de compreender melhor as pessoas, ajudar. Aprendi muito com Nacime: a generosidade, o gosto pela leitura, o desprendimento material, a visão social. Depois de nascerem as crianças trabalhei como auxiliar administrativa em um posto de saúde da prefeitura. Agora estudo inglês, fotografia no Senac e gastronomia.”

Vanda é voluntária do Movimento de Apoio e Integração Social (MAIS), que há 25 anos se dedica a crianças abandonadas. “Damos carinho, amor, levamos a passeios. Começou no Pacaembu, para pequenos de 0 a 7 anos. Mas agora tem menina de 12 anos... O futuro será a Febem. Estamos em Vila Esperança, depois da Penha, em convênio com a prefeitura e o Estado. Tudo é voluntário, inclusive a administração. Também sou voluntária da APAE. Se todos fizessem um pouquinho, as coisas mudariam. Não é só o governo.”

Natalini distanciou-se de Cangaíba em 1981, porque o partido o transferiu para a Zona Sul de São Paulo. Mas aparecia. “Praticamente só cuidei de política partidária, de organização.” No diretório municipal teve papel relevante na legalização do partido. “Por uns anos afastei-me da Medicina. Não operava mais.” Quando os motoristas entraram na greve de 1981, foi escalado para ajudá-los. O comando compunha-se de 30 trabalhadores, além de Natalini e Feldman. Um deles, policial infiltrado como souberam depois, dizia ser motorista dos Correios.

“Planejamos quatro grandes piquetes às três horas da manhã. Fui à Viação Bandeirantes, Zona Sul; Walter, ao bairro A. E. Carvalho, garagens da CMTC. Cuidaríamos de dois piquetes. Na mesma hora, nos quatro pontos cardeais, fomos presos – nós e os responsáveis pelas outras zonas. Não sabíamos quem era o tira,

claro que tinha um. O motorista dos Correios, preso na mesma sala que a gente, foi arrancado por um delegado que lhe deu um chute, evidentemente encenado, e gritou: ‘Você, para a carceragem!’ Bem. Quando fomos fazer um protesto contra o Maluf, que veio inaugurar o metrô no Tatuapé em 1981 – na época, o final da linha leste-oeste – Romeu Tuma, diretor do Dops, mandou prender a gente. Nesse dia, vi o ‘motorista’ dentro de uma viatura da polícia apontando as pessoas. Ele percebeu que o identifiquei”. O homem sumiu do sindicato.

“Não ligávamos, por todas as partes havia infiltrados. Se quisessem nos arrebentar, pegavam a gente. Mas a conjuntura política impedia. Depois daquela violência brutal, da morte do Herzog, maneiravam. E quando mataram o Santo Dias houve um recuo. Prendiam, desbaratavam, sem as mortes do início da década de 70.”

José Eduardo Dias Cardoso recorda que Maluf despachava de escolas da periferia e o grupo fez um protesto quando chegou a vez de Itaquera. “Colocamos um carro de som a alguns metros do prédio e discursamos, sob a observação do Dops. Eu estava falando quando alguém atrás de mim ordenou: ‘Vamos acabar com o ato agora!’ Sem olhar, comuniquei ao povo: o investigador mandou parar, mas eu só acatarei se vocês quiserem’. Acontece que a pessoa era o Romeu Tuma. Os amigos e os parlamentares presentes me puseram correndo dentro do carro da Câmara e me largaram na Mooca, para que eles não me levassem. O curioso é que Tuma nada fez. Só queria mesmo acabar com o ato.”

Em 1981, Regina e Francé terminaram o namoro. Francé mudou-se para um apartamento na Penha, obedecendo à linha partidária de proletarizar-se – militantes deveriam aproximar-se do povo. Até hoje mora no bairro. Trabalhou no Hospital da Penha e, por concurso, no Centro de Saúde do Cangaíba, a unidade que o grupo reivindicou, e onde Júlio Cesar trabalhara usando sua sala para esconder material do PCB. Francé atendia pré-natal, crianças e tratava de adultos, espécie de médico generalista até aparecerem

pediatra, ginecologista. Depois que Walter Feldman saiu do plantão do Santa Marcelina em 1982, o substituiu. Deu aulas de clínica médica durante 16 anos, de 1980 até 1996, na Universidade de Medicina de Santos. Abriu consultório na Penha durante um ano, não deu certo, pois não conseguia cobrar de ninguém. Foi um dos diretores do Sindicato dos Médicos, com Gilberto, por oito anos. Atuava na periferia cada vez mais distante.

“Quando saí de Santos cuidei da Residência Médica no Santa Marcelina e me liguei mais ao hospital”, recorda Francé, que, depois, trabalhou como médico do Centro de Saúde do Cangaíba, denominado Carlos Gentil de Melo, homenagem a um dos maiores sanitaristas do Brasil. Após Eliana Dourado e Júlio César, a unidade foi dirigida por Walter Basso, já falecido. Eliana Vidolim, pediatra muito querida, com grande sensibilidade social, trabalhava na UBS e se envolvia nas atividades da APS. “Foi importante para nós.”

Novos tempos

A república onde morava Nacime esvaziou-se. O partido transferira Gilberto Natalini a São Miguel, que achou melhor, para sua atuação política, morar lá. Ficou Francé, que logo migrou para a Penha. “Permanecemos, Vanda e eu. Herdei a república. Virou nosso apartamento por cerca de dois anos”, recorda Nacime, cujo momento de entrar na Residência Médica chegara.

“Discutiam sempre o que fazer conosco e, nesse momento, comigo. A questão da Residência independeria de mim. Se vestassem, eu não iria. Nessa época, o Jamil Murad, pessoa amiga e respeitada, fez uma das propostas: que eu fosse a Santos trabalhar como médico, sem fazer Residência. A direção estava decidindo. O Tom, do comitê municipal de São Paulo, reuniu-se algumas vezes com nossa célula – Francé, o secretário; eu, responsável pela organização; e pessoas da base. Pois Francé insistiu que eu deveria fazer Residência. Ainda bem. Francé conseguiu.”

Nessa época, um jovem residente de clínica do HSP, José Osmar Medina Pestana, propôs-se a ajudar Nacime e Nilson Ab-

dala preparando-os para o difícil exame seletivo para Residência Médica. Ao final do dia, ministrava aulas que se estendiam noite afora, com maior entusiasmo e compromisso que os próprios alunos. Medina é hoje uma das maiores autoridades mundiais em transplantes renais, sendo responsável pelo grupo de transplantadores com maior número de procedimentos realizados no mundo. Ele e sua equipe realizaram o primeiro transplante renal em Mogi das Cruzes, no Hospital das Clínicas Luzia Pinho Melo, também de responsabilidade de Nacime, como superintendente dos Hospitais Afiliados Unifesp/SPDM.

Nacime quase não passou no exame. “Escolhi cirurgia, gosto da possibilidade de intervir, de ser resolutivo.” Muito bem colocado em nota, semelhante ao acontecido com Feldman, na entrevista nada lhe perguntaram sobre Medicina. “Fiquei ouvindo por que médico não podia fazer greve. Alguns pegavam o meu currículo e diziam: ‘Mas que porcaria de currículo, isso é de vagabundo, só faz política e não quer trabalhar.’ E eu escutando, naquela situação difícil, não dava para me defender. Queria passar. Jogaram-me na primeira suplência, porque a entrevista vale certo número de pontos. Aí um amigo, Otavio Becker, aprovado, foi para o Hospital do Servidor e entrei. Dr. Emil Buhriam, já falecido, era o responsável pela banca. Há alguns anos, quando presidente da SPDM, foi uma das pessoas que mais me apoiaram, mas sempre fez questão de lembrar que Regina e eu pichávamos os muros da EPM.”

Uma das greves importantes da época fora a de março de 1981. Teve a adesão da maioria dos sindicatos médicos e associações. Profissionais do serviço público reivindicavam melhorias funcionais, administrativas e de salários. Um aviso inicial, em todo o País, seria dado no dia 18 de março, escolhido como *Dia Nacional do Protesto* ou *Dia da Advertência*. Em São Paulo, confirmara-se a paralisação nos únicos hospitais a não receber o aumento estadual, Clínicas e Servidor Público. Dos 80 mil médicos ativos no país, entre 55 e 60 mil aderiram. Em São Paulo o

índice atingiu 80%. O ministro da Previdência e Assistência, na época Jair Soares, fez sua enésima ameaça de demitir os grevistas.

No final de junho, todos os médicos de estabelecimentos conveniados pararam durante três dias em solidariedade aos médicos do Rio – o sindicato sofrera intervenção e seu presidente, Roberto Chabo, fora preso por 24 horas.

A outra greve de 1981 foi no Hospital do Servidor Público, contra o diretor superintendente, o tenente-coronel médico Francisco Assis Freitas. Acusavam-no de tratar os médicos residentes como a recrutas em um quartel. Dada a sua truculência e linguagem, era considerado mentalmente conturbado. Duas semanas depois, 12 mil médicos na Grande São Paulo pararam durante o que se chamou *Dia Nacional de Protesto e de Paralisação Estadual*, em solidariedade aos médicos do Hospital do Servidor. Os alunos da Escola Paulista de Medicina, em assembleia, decidiram aliar-se e participaram de uma passeata com os residentes, Nacime e Regina à frente. Em algumas cidades do Interior houve manifestações parciais; em Botucatu, onde estava Caldas, greve total. A paralisação terminou em meados de setembro, passados dois meses, quando o tenente-coronel renunciou ao cargo.

Apesar de visado, Nacime constantemente exigia melhores condições para o Hospital São Paulo. “Faltavam remédios, materiais, comida. Equipamentos, quebrados. Sem condições de trabalho. Em 1982 e 1983 ocorreram greves enormes. Trancamos a porta do pronto-socorro. Uma trava de madeira arrematou o bloqueio. Ficava um só médico de plantão, cuidando do hospital vazio.”

Nacime fez quatro anos de Residência, dois anos de cirurgia geral e dois de gastrocirurgia. “A Residência é um período difícil. O médico fica preso ao hospital de 12 a 16 horas, extremamente solicitado e absorvido. Por definição, é um treinamento em serviço, com supervisão. Há muita cobrança, mas é um período rico em aprendizado, a consolidação de ser médico, principalmente na Unifesp, pela qualidade dos docentes. O recém-formado recebe uma carga imensa de conhecimento, não só técnico, mas tam-

bém moral e ético. Eu me envolvi profundamente com o hospital. No primeiro ano dá-se plantão quase um dia sim e outro não. O tempo todo trabalhando, atendendo, auxiliando cirurgias, entre outras atividades.”

Por conta disso foi transferido para um distrito do partido na Vila Mariana. “Embora mais perto, eu não gostava. Vim com grande resistência, não queria largar a Zona Leste. Mas também não dava para fazer Residência e continuar lá na militância partidária.” Mesmo assim, a contragosto do partido, manteve sua escala no atendimento médico da igreja. Militou, com Sula, João Ladislau, Nelza, Julia, Jair Urbano, na estrutura partidária da região.

Ao mesmo tempo, aprimorou-se na atividade profissional. “Dr. Jesus Pan Chacon era professor titular de Gastrocirurgia e gostava de mim, sempre me chamava para operar com ele. Eu tinha predileção por cirurgias de esôfago, área difícil. Estava bem formado. Com quatro anos de residência tem-se formação sólida, principalmente na Gastrocirurgia da Unifesp, com excelentes professores e amigos como Chibly Haddad, Clovis Kobata, Boris Barone, Delcio Matos, Edson Lobo, Artur Ricca, Nelson Sato, Benedito Herani, Tarcísio Trivino e ainda se tinha o respaldo da turma mais jovem, principalmente do José Roberto Ferraro e Mario Monteiro, os mais próximos, além da Mariza Kobata, Milton Scalabrim, Alberto Goldenberg, Sarhan Sydney Saad e Laércio Lourenço.”

“José Roberto Ferraro, agora Superintendente do Hospital São Paulo, como coordenador do PS de Cirurgia, foi quem me convidou para a chefia de plantão e sempre me apoiou; com Mario Monteiro trabalhamos juntos na Casa Verde, Hospital Brasil, dividimos consultório e, no Finesse, companheiro de muitas noites de conversa. Com os dois, mais do que profissional, houve uma grande amizade que perdura.”

Singular importância tiveram Gaspar Jesus Lopes Filho e José Carlos Del Grande na sua formação profissional, principalmente este último no grupo de Esôfago. “Del Grande é uma pessoa que-

rida por todos, uma referência. Craque na Medicina e no futebol”, diz Nacime. “Gaspar, com inteligência crítica, muito me ensinou. A partir do 1º ano de Residência, nos períodos livres, me levava para auxiliá-lo em cirurgias no Hospital Sorocabano; mais tarde, tanto na disciplina de Gastrocirurgia como na assessoria da diretoria do Hospital São Paulo, sempre tivemos uma profícua troca de idéias, muito estimulantes e é hoje também colega conselheiro do Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo)”.

Nacime, Gaspar, José Roberto, Marinho, juntamente com Del Grande e Francisco Farah, constituíam o núcleo mais ativo do futebol da 2ª feira, que durante anos ocorria na Atlético, com a adequada reidratação pós-pelada no Finesse.

Nomeado chefe do plantão do Pronto-Socorro do Hospital São Paulo, posto empolgante do ângulo profissional, sentiu-se orgulhoso. “Trabalhar em um hospital daqueles é parte significativa da carreira. Ensina-se os alunos, transmite-se conhecimentos, aprende-se bastante. Muitos necessitavam de um aprendizado além do conhecimento técnico: o respeito ao paciente. Nunca permiti que alguém fosse maltratado, xingado, qualquer coisa desse tipo. Passava aos estudantes a importância do compromisso com o doente. Isso me estimulava.”

Entre os residentes do Departamento de Cirurgia estava Walter José Gomes, docente da Unifesp, um dos maiores cirurgiões cardíacos do país, coordena os serviços da especialidade nos Hospitais Pirajussara e Hospital das Clínicas Luzia Pinho Melo (Mogi), com resultados semelhantes à literatura americana e europeia. Jay Soo Kim foi o principal parceiro de dupla com Nacime, nos diversos estágios da Residência. Em alguns anos, Jay fez carreira de sucesso como médico da colônia coreana.

Nas boas lembranças dessa época, a imagem da competência, do trabalho incessante e cuidadoso, está a dra. Roseli Giudici, companheira na Residência, na Chefia de Plantão do HSP e amiga de todas as horas. Com largo conhecimento técnico, sólida na postura ética, Roseli é docente de Cirurgia Torácica e coor-

denadora clínica das Instituições Afiadas, no persistente apoio a Nacime. “Roseli é extremamente importante nos hospitais, na defesa dos médicos, do exercício profissional, da medicina ética.” Com a eleição do prof. Antonio Carlos Lopes como diretor da Escola Paulista de Medicina, frente ao novo estatuto da Unifesp, Roseli foi assessorá-lo.

Paralelamente, tinha de se manter. O filho Nacime já tinha nascido. No final de 1982 foi trabalhar no Hospital Brasil, de Santo André, o melhor da região do ABC, de excelente qualidade, que só funcionava com convênios e pacientes privados. Dava plantões em vários lugares: em Arujá, em um hospital da Casa Verde. Ao fim da Residência, durante dois ou três anos, após concurso e por opção, foi ser plantonista do Hospital Municipal Tide Setúbal, em São Miguel Paulista, local de muitas vivências extraordinárias para um jovem cirurgião. “Nesses plantões você é médico na plenitude da palavra, de psiquiatra a cirurgião, passando pelo clínico. Faz-se de tudo. E eu estava bem desenvolvido, relativamente confortável. Com o que eu recebia no Hospital Brasil e nos outros conseguíamos viver bem. Mas foi penoso. Plantão três, quatro vezes por semana além da Residência, para ganhar o necessário.” Esta era a nova realidade do médico.

Não descuidou da militância no movimento dentro da Escola Paulista, nem das mobilizações entre os residentes. “Participei ativamente da Associação dos Médicos Residentes da Escola Paulista (Amerepam), que Francé fundou em 1977. Fui vice-presidente da Associação dos Pós-Graduandos. A Cirurgia é uma área muito conservadora na Medicina. Também na Escola Paulista, agrupavam os mais conservadores. E eu destoava porque vinha com a pecha de esquerda”.

Em 1985, Nacime entrou para o corpo clínico do Hospital Brasil, convidado pelo dr. Oliver Zucoli, de saudosa memória. O Hospital Brasil continua com o mesmo padrão de qualidade, proporcionando uma medicina ética de alto nível. Dos fundadores, dr. Evandro Pimenta, dr. Belettato, dr. Cícero, Israel Zecker, Sue-

toshi Takashima, Fernando Freixedas, Rubens Awada; dr. Walter Lorenzine, era o cirurgião. Formado na Unifesp, exímio jogador de bilhar, Newton Takashima respondia pela Diretoria Técnica. O hospital foi vendido ao grupo D'OR, do Rio de Janeiro.

Durante mais de dez anos, três a quatro vezes por semana, além dos horários cirúrgicos, Nacime atendia pacientes das 16 às 20 horas, mas a regra era que saísse do hospital após 23/24 horas. “Trabalhava muito e com prazer, tinha muitos pacientes, gostava de ouvir o doente; portanto, sempre ultrapassava o horário e, depois, ainda passava visita nos pacientes internados. Para surpresa, os acordava e examinava. Mesmo cansado, depois de um dia cheio, que começava cedo”, relembra Nacime.

“Era um dos cirurgiões da casa, trabalhava desde o início com o João Luiz Miranda Rocha, meu grande amigo desde a Residência, vindo do Pará, e mais tarde incorporamos na equipe o Mario Konno, excelente cirurgião, que tinha sido nosso residente. Depois vieram Celena e Marinho. Trabalhamos juntos, sempre apoiados na querida e incansável dona Ivanilde, instrumentadora de rara competência. “Tive a felicidade de compartilhar a vida profissional com pessoas sérias, competentes, de valores humanos, pressupostos para um bom exercício da profissão.”

Os revisionistas

De 1980 a 1983, Júlio Cesar trabalhou no Posto de Saúde em Cangaíba, como funcionário da Secretaria da Saúde, e entrou no PCB. “Partidão em tempo integral”, define. Começou a montar o partido na Zona Leste apenas com Daniel e dois ex-militantes, um enfermeiro e um operário. Conheceram-os no tempo em que os médicos de Cangaíba ainda não haviam se decidido por nenhum agrupamento partidário. “Fomos bem-sucedidos. Quando saí tínhamos 44 quadros e cinco bases: em Itaquera, Ermelino Matarazzo, Vila Prudente e na Filizola, dentro da fábrica de balanças. Eu não recrutava a esmo, agia com grande cautela.”

Semelhante às demais facções de esquerda, o partido integrava o MDB. “Ajudei a fundar o diretório do PMDB e fui escolhido para a primeira diretoria, embora estivesse ausente, viajando. Os outros não puderam vetar. As pessoas ficariam sem entender, pois não sabiam do racha. Eu era uma liderança”. O PMDB obrigava-os a se encontrarem, esporadicamente, em clima ambíguo. Eram os desprezados revisionistas, palavra pejorativa a indicar os favoráveis a revisar o marxismo em função da variação das conjunturas econômicas e políticas. Tornara-se um eufemismo para militantes do PCB. “Mas eles me conheciam, me amavam, não tinha jeito. E com o PMDB a gente tinha de se encontrar.”

Um evento revela o desgaste emocional que o rompimento provocara. O político opositor Ulysses Guimarães, fundador do PMDB, presidente nacional do partido, visitou Cangaíba em 1987, em debate sobre a Constituinte, com a participação de Alberto Goldman (PCB) e Aurélio Perez (PC do B). A festa foi no Centro Social da Igreja. “Entro pela porta e vejo que Waltinho Feldman e Sula, agora meus inimigos, estavam recebendo as pessoas.” Via-os pela primeira vez depois do rompimento. Deveria mostrar-me indiferente. Talvez frio? “Boa tarde”, falou. “Olha o revisionista aí, boa tarde”, provocaram. Júlio não resistiu. “O coração não sabe. Olhei bem para o Waltinho e o abracei, beijei, chorei”. Embaraçado e comovido, Feldman balbuciava: “revisionista, sim”. “Sou chorão mesmo, chorava!”, Júlio lembra a cena. “As pessoas, certamente perplexas, deveriam estar pensando ‘o que aconteceu com o dr. Júlio?’ Por isso eu evitava os contatos, e, mesmo nos movimentos de massa, me retraía.”

Daniel afastou-se do trabalho político depois de algum tempo. Instalou um consultório e trabalhou em serviço público até o ano 2000, atendendo alunos, professores e funcionários do Hospital Universitário da USP. “Nós nos dávamos muita importância, nos achávamos mais importantes do que a própria Igreja. Éramos Chanteclair cantando que o povo ia mudar a história. Hoje sabemos que, na maioria das vezes, os movimentos popu-

lares não fazem a história. Nas *Diretas-Já*, que no fim foram indiretas, quem estava no palanque? Mas os médicos de Cangaíba tiveram alguma parcela de importância, sim... Acho que conscientizamos algumas pessoas, conduzimos outras à militância. E foi essencial para mim. Realizei algo próximo do meu desejo de ajudar os outros, algo que eu achava grandioso. Aprendi solidariedade”, reflete Daniel.

Capítulo 5

Mutirões

Os médicos de Cangaíba que entraram no PC do B praticamente construíram o partido na Zona Leste, pois transferiram a ele quase toda a estrutura organizada a partir do ambulatório. A área ia dos distritos da Penha a Itaim Paulista, englobando Artur Alvim, Ermelino Matarazzo, Itaquera, São Miguel Paulista e Guaianazes, com dezenas de bairros, vilas e favelas. Detinham considerável expressão política e ajudaram a eleger o governador do Estado em 1982, Franco Montoro, nas primeiras diretas para o cargo.

Montoro indicou como prefeito – ainda eram nomeados – o então deputado federal Mário Covas, líder da oposição quando o Congresso negou ao governo do general-presidente Artur da Costa e Silva, em 1968, a autorização para processar o deputado federal Márcio Moreira Alves. Cassado, com os direitos políticos suspensos por dez anos, Mário Covas voltou à política em 1979, chegando posteriormente a governador do Estado e realizando uma das mais austeras e proficuas gestões públicas no Estado de São Paulo.

No interregno, antes da posse de Covas, o vereador Altino Lima, do PMDB e presidente da Câmara, assumiu a prefeitura.

Houve grande movimentação na Zona Leste para que Gilberto Natalini fosse indicado administrador regional da Penha. Uma assembleia de 500 entidades deu-lhe 499 votos, enviados ao prefeito temporário, que, no entanto, nomeou Antônio Sampaio. Em protesto, os representantes realizaram uma cerimônia de posse simbólica, na própria administração regional da Penha, no início de 1983.

Nesta época, por intermédio de Francé, aproximou-se do grupo do Cangaíba um jovem voluntarioso, Sebastião Farias, que, posteriormente, foi secretário pessoal do governador Mário Covas e vereador de São Paulo.

Mário Covas deu ao PC do B, no quadro da composição política, duas administrações regionais: a da Freguesia do Ó e a de Campo Limpo. Nesta, por indicação do deputado Aurélio Peres, foi nomeado Abel Abate, casado com Neide Abate, irmã da ex-deputada Anna Martins. “Abel era ótimo administrador, mas político menos experiente. Acharam por bem me transferir ao Campo Limpo para assessorá-lo. Como bom soldado, obedeci”, conta Natalini. “Foi uma das experiências mais ricas e bonitas que tive na vida. Nos três anos em que fiquei no cargo, criamos os grandes mutirões populares do poder público com a comunidade.”

Continua Natalini: “chegamos a realizá-los com dez mil pessoas, integrando a administração regional e a população. Servidores da prefeitura participavam, os engenheiros coordenavam a execução técnica. ‘A gente dá o material, o engenheiro vem, orienta, acompanha, mas a mão de obra vocês têm de providenciar’, explicavam nas assembleias populares. Enfrentávamos a oposição da Igreja e do PT. Acusavam-nos de explorar a mão de obra do povo, com o argumento de que o governo deveria fornecê-la. Nas creches da então Secretaria da Família e Bem Estar Social, com o apoio da supervisora Vilu Salvatore, abertas nos finais de semana para cuidar das crianças enquanto os pais trabalhavam no Mutirão, cozinhava-se para todos. Mário Covas interessou-se pelos resultados e estendeu os mutirões à cidade inteira.”

Certa vez, asfaltaram 22 ruas em um único fim de semana, no Jardim Rosana. “Vocês precisam de caminhos, guias e sarjetas para a água, lances de degraus”, Natalini estimulava os moradores de favelas desprovidas de escadas, o que os obrigava a caminhar até 500 metros para chegarem à rua. Vários morros da região do Campo Limpo foram invadidos. Áreas de risco. A líder da favela do Parque Regina, Marinalva, pressionava a Regional. Se não pudessem ficar, para onde iriam? Os adventistas, já impedidos de funcionar como fazenda por criarem gado em zona que se tornara urbana, queriam vender a propriedade. Natalini levou a ideia da desapropriação a Covas, que concordou e a efetivou por intermédio da Secretaria de Habitação, cujo secretário era o então vereador Arnaldo Madeira. O mutirão fez as casas, e a Cohab, os apartamentos do Conjunto Habitacional Adventista.

Paralelamente, Gilberto Natalini cumpria a tarefa de construir o partido na Zona Sul. Somada à atividade incessante entre a população, estabeleceu-se uma guerra com o rival PT. “Mas não foi só o trabalho que tornou Santo Amaro uma vivência feliz. No bairro conheci Elizete, a minha mulher. Casamos depois de apenas dois meses de namoro, constituímos família. Eu tinha zero de propriedade. Ela sustentava a casa, me emprestava o carro. Contamos com o apoio dos meus sogros e dos meus cunhados Haroldo e Mavíldia. Eu ganhava um salário mínimo do PC do B, todo o resto dava ao partido.”

Elizete

Filomena Elizete Fernandes, assistente social, nasceu em São Paulo, na Vila Madalena, segunda filha de Alberto e Vicência, portugueses católicos muito religiosos. Mudaram-se para Santo Amaro quando o pai, comerciante, abriu mercearia na região. Sempre estudou – assim como a irmã, Mavíldia, casada com Haroldo, e mãe de Eduardo, Paulo e Felipe – em escola pública. Neide Abate, esposa do administrador regional, convidou Elizete,

amiga de infância, para uma reunião em que discutiriam trabalho social voluntário em finais de semana.

“Conheci o Gilberto nessa reunião. Criamos o Grupo de Apoio aos Movimentos Populares (Grampo). A cada fim de semana o grupo desenvolvia uma atividade temática com a comunidade. Gilberto e a psicóloga Vera Lúcia de Oliveira Salvatore, a Vilu; e Neide Abate, debatiam saúde, enquanto a pedagoga Maria de Fátima Vaz, as professoras Fátima Foligno e Goretti de Oliveira, e a bibliotecária, Terezinha, debatiam a educação. Nadir e Celé, o esporte e lazer; Celina Russano, o advogado Denílson Pinto de Oliveira e eu, orientação jurídica e social”.

Vilu foi nomeada supervisora regional do Campo Limpo, que, na época, incluía também a área da atual Subprefeitura de M’Boi Mirim, e convidou Elizete para ser sua assessora. Essa supervisão, da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social, tinha sob sua responsabilidade todas as creches, Mobral, Programas de Formação de Mão-de-obra e de Habitação Social, e realizou um expressivo trabalho na área social da região de Campo Limpo. Conta Vilu que “foi a época de grande participação popular nas políticas sociais da Prefeitura naquela região. Éramos movidos por nossas convicções e por nossa decisão, e a democracia participativa começou a ser parte integrante e indispensável das políticas públicas locais”.

“Desenvolvíamos atividades que envolviam e contavam com intensa participação popular em toda a região. Uma delas, a festa junina realizada com diversas associações, posteriormente deu origem à Praça Sertaneja, cujo nome foi aprovado na Câmara Municipal por indicação de Walter Feldman, já vereador. Para Vilu, “a articulação da ação social com o trabalho da Administração Regional deu a verdadeira dimensão política ao trabalho social, que resultou na experiência única da intersetorialidade hoje quase inexistente”. “Com o Gilberto – complementa – aprendi a integrar na prática o sentido da política, da participação, da autonomia e do respeito aos movimentos populares.”

Retoma Elizete: “todos os domingos, o palco da prefeitura oferecia som e artistas sertanejos que pertenciam à Associação dos Músicos Sertanejos de Campo Limpo, cujos ensaios eram realizados à noite na sede da Supervisão Regional de Campo Limpo. Organizávamos carnaval de rua com as crianças das creches, de dia; à noite, escolas de samba da região. Era maravilhoso. Sem uma única briga. Festas grandes, porque Gilberto mobilizava muita gente. Trabalhávamos muito. Eu chegava ao trabalho às 8 da manhã, voltava para casa em torno da meia-noite”.

Outra mobilização, de largo alcance, foi a da autonomia de Santo Amaro, em 1985. Os partidos de esquerda, exceto o PT, eram contra e uniram-se. A sede do “Sim” era na Padaria 15, do Manoel da Quinze. A sede do “Não” era na Padaria Santa Lúcia, da família de Henrique de Lúcia. O comando do “Não” era composto por Natalini, Henrique, Décio Curci, Manoel Mendonça (Manelão), Aloysio Cataldo, Zequinha, entre outros. “Organizávamos debates em todas as escolas da região, sem parar. Às vezes, três, quatro em um dia. Precisava ter um orador a favor e outro contra. Derrubamos a autonomia com 95% dos votos.

“Nessa época Gilberto e eu nos aproximamos”, conta Elizete. Encontravam-se também nas reuniões do *Movimento pelas Diretas-Já*; em abril de 1983 o PMDB aprovava, para todo o Brasil, a campanha da eleição direta do presidente da República. Uma liderança altamente respeitada era a do senador Teotônio Vilela, que apoiara o golpe de 1964, mas de imediato percebeu do que se tratava e passou à oposição. Doente terminal de câncer, não se poupava na campanha. Franco Montoro, então governador, escreveu um manifesto pró-diretas, que a maioria dos governadores assinou em 26 de novembro de 1983. No dia seguinte, PMDB, PT e PDT começaram os atos públicos em todo o país. Na Zona Leste, o grupo de Cangaíba, às vezes com a presença de Gilberto Natalini, mobilizava a população.

Santo Amaro foi pioneiro no desenrolar da campanha, com início em um encontro histórico no salão da Brahma, no qual se

decidiu realizar manifestações no Largo 13, com grande mobilização popular. O megafone utilizado nos comícios encontra-se no gabinete do Natalini, na Câmara Municipal.

Ulysses Guimarães, o “Senhor Diretas”, percorreu 40 mil quilômetros pelo país. Logo o deputado federal pelo PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira, apresentaria a sua emenda à Constituição, eleições diretas de presidente e vice-presidente da República. Mas Geisel ditou a contraproposta, diretas só em 1988.

O gigantesco movimento popular foi derrotado no Congresso pelo PDS, o partido da ditadura, que o fiel soldado do governo, José Sarney, presidia. Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, declarou que iria como candidato a presidente ao Colégio Eleitoral, para destruí-lo. De outro lado, as ambições dividiram o PDS. Seu candidato Paulo Maluf, de intempestiva ambição, ofendera alguns barões do partido e formou-se uma dissidência, o PFL, Partido da Frente Liberal. Imbatível articulador, Tancredo aceitou a imposição do PFL: José Sarney como vice-presidente.

Tancredo foi eleito, batendo Maluf por 480 votos contra 180. O PT absteve-se, exceto três deputados que votaram em Tancredo e, por isso, foram expulsos do partido. O presidente recém-eleito faleceu em seguida, 21 de abril de 1985, data da morte de Tiradentes. O simbolismo deixou ainda mais impressionado o País, mergulhado na consternação. Sarney, o recém-converso, assumiu o posto.

Em Santo Amaro, depois das reuniões em que não faltavam conciliábulos refletindo a luta entre os agrupamentos dentro do PMDB – o PCB, o PC do B e o MR-8 –, o grupo de Natalini ia jantar. A amizade com Elizete estreitava-se. Falavam-se todos os dias, logo cedo, sobre as tarefas programadas. “Olha, vai ter reunião, temos de levar tantas pessoas”, ela ouvia. “Em 1984, não havia nada voltado à saúde integral da mulher. As UBS limitavam-se ao pré-natal”, relata Elizete. “O *Movimento de Mulheres*, organizado na região pela Neide Abate, Conceição Perez, Adelaide, entre outras, recebeu o apoio do Distrito Sanitário de Santo Amaro (SES/

SP) por sua diretora, dra. Rosa Maria Weiller; e da supervisora da Saúde da Mulher, dra. Maria Elizabeth Poli Campos Leme, para organizar uma grande reunião que lotou o pátio da E. M. Lineu Prestes, reivindicando o atendimento integral à saúde da mulher nas Unidades de Saúde.”

Natalini atuou na organização e na mobilização do evento, que contou com a presença de dois secretários da Saúde, José da Silva Guedes, da administração do prefeito Mário Covas; e João Yunes, do governador Franco Montoro. Entre os presentes, dr. Agrimeron Cavalcante da Costa, secretário da Associação Médica Brasileira; e a dra. Albertina Duarte Takiuti, muito atuante na defesa da saúde da mulher e da adolescente. Esse encontro definiu três ações prioritárias: implantação do exame Papanicolau, contratação de médicos ginecologistas para todas as UBS e implantação de um projeto, de autoria da dra. Beth Poli, financiado pela Organização Panamericana de Saúde (Opas), para treinamento em saúde da mulher, dirigido a técnicos e lideranças populares.”

O novo atendimento precisava de material didático para que as jovens e as mulheres compreendessem o próprio corpo, um desconhecido. “Para elaborar material didático, fizemos uma série de reuniões com os técnicos da Secretaria de Estado da Saúde, entre eles a educadora Fumiko e a enfermeira Maria Angélica. Natalini, Neide Abate, Adelaide e eu coordenávamos. O grupo decidiu fazer uma boneca de papelão grosso, dotada de todos os órgãos internos, tamanho manequim”, relata Elizete. Como em um quebra-cabeças, os órgãos eram encaixados. Havia o útero em várias posições e até um bebê. “Ela precisava de um nome. Natalini falou: Gertrudes. E assim foi, Gertrudes, o nome do esqueleto que o coveiro de Macaé deu a ele quando entrou na Escola Paulista de Medicina. Ela ficou famosa, presente em todas as Unidades de Saúde e também nas escolas. Atualmente há bonecas de silicone, mas a Gertrudes ainda é usada”.

Elizete e Natalini envolveram-se na campanha de Fernando Henrique a prefeito de São Paulo, em 1985. Neste ano, Zequinha

morreu. Ficaram no velório até de madrugada. Vivência compartilhada que os sensibilizou. Logo começaram a namorar. Em pouco tempo ela engravidou e decidiram ficar juntos. Gilberto entregava todos os seus rendimentos ao partido e ficava com um valor muitas vezes insuficiente até para a condução. Das refeições e cafezinhos encarregavam-se os outros comensais.

De seu lado, Gilberto só aceitava casar-se no civil; onde já se viu um líder comunista casar-se na igreja? Mas a decisão ofendia a religiosidade da mãe e da avó de Elizete. “Não vou morar com você sem casar, ou só casar no civil; é impensável magoar assim a minha família.” Gilberto concordou afinal, estabelecendo condições das quais riem hoje. “Casou na igreja obrigado. Falou com a mamãe. Disse que só se casaria no religioso por consideração a ela. Sem convidados, para que ninguém soubesse. Só os padrinhos”. Uma amiga de Elizete conversou com o padre da igreja de Veleiros, bairro de Santo Amaro, e acertou a cerimônia. Casaram-se dia 26 de dezembro, data escolhida porque todos os companheiros de partido estariam ocupados com as festas de final de ano.

Em outro comportamento lesa-partido, Gilberto entregou seu 13º salário a Elizete. Com o dinheiro e a poupança resultante de uma década de bons vencimentos e poucos gastos, ela montou o apartamento. Marina nasceu em 1986 e formou-se, em 2008, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Atualmente, ela é chefe de gabinete de um desembargador da Justiça Federal, em São Paulo. Rafael nasceu em 1988 e cursou a Faculdade de Administração – Gestão Ambiental e, hoje, trabalha na iniciativa privada. Quando crianças, acompanhavam o pai ao atendimento do Cangaíba e ajudavam na farmácia.

Ipiranga

Walter Feldman saíra profissionalmente de São Miguel, retirado pelos políticos locais, mas por meio da Sociedade Amigos de Bairro atuava nas lutas populares e de saúde do bairro. Em 1981, o presidente do comitê estadual do PC do B, Antônio Neto

Barbosa (Barbosinha), já falecido, impressionou-se com o número de pessoas que Feldman cumprimentava no Hospital São Paulo, enquanto percorriam os corredores. Disse-lhe que iria sugerir o seu nome como candidato a vereador. “Recusei imediatamente, argumentando que os escolhidos pelas bases eram Natalini ou Anna Martins.” A determinação prevaleceu. Elegeu-se em 1982, pelo PMDB.

As divergências começaram relativamente depressa, por causa dos muitos cargos que era obrigado a pleitear para o partido na estrutura da prefeitura, fisiologismo que o irritava e constrangia. As gotas d’água finais vieram a partir do último comício de Fernando Henrique na campanha para a Prefeitura de São Paulo. Feldman, representante do partido na direção do PMDB, recebeu a incumbência de conseguir que João Amazonas, secretário-geral, fosse o penúltimo a falar.

“Pediam coisas inviáveis na luta democrática. No palanque estariam Franco Montoro, Mário Covas, além de Fernando Henrique. Não dá, eu explicava. Eles insistiam: ‘Dá, porque a massa maior é a nossa’. Afirmei: ‘Não vou falar isso, não tenho como defender a ideia’. Então vamos defender sozinhos, avisaram. Esse foi um problema. Outro, a questão da Palestina. Eles propunham punições radicais contra o Estado de Israel. O comitê central fez uma reunião de cinco horas comigo, questionando o meu fervor revolucionário. Eu dizia que faltava bom senso à proposta. O argumento definitivo que ouvi foi: bom senso não é uma expressão revolucionária. Muito difícil. Saí.”

Todo o gabinete de Feldman era montado pelo partido, ficaria sem estrutura. E mal tinha dinheiro para viver. A questão do dinheiro enervava o cotidiano. Tudo o que ganhava como vereador, no ambulatório do Sindicato dos Motoristas e no plantão da UTI do Hospital Ipiranga, era repassado ao partido. Forneciam-lhe exígua mesada. Felizmente, Sula – ambos já separados – também trabalhava no Sindicato dos Motoristas. “Mas acho que não saí por isso”, ressalva Feldman. “Problema ideológico mesmo. O Má-

rio Covas me dizia: ‘Feldman, essa caixa em que você está é muito pequena’. Toquei o trabalho nas minhas bases de Ermelino Matarazzo, na Ponte Rasa, em Artur Alvim, Vila Granada. Continuei vereador no PMDB até 1988. Nesse ano, me elegi pelo PSDB, que já tínhamos fundado.”

Do grupo, foi o primeiro a deixar o partido. “Gilberto Natalini brigou comigo. Muito agressivo. Disse que eu era um traidor, filho da puta, aquelas coisas. E não nos falamos mais. Logo depois, ele saiu também, me pediu desculpas e não tenho nenhuma mágoa. Momento duro, sofrido, pois Gilberto sempre foi o meu ídolo. Ele radicalizou como todos nós. Ganhamos formas do partido, pessoas de maior intolerância. Perdemos a nossa característica mais humana. Creio que a retomamos, voltei a ser o que sempre sonhei. Falo muito do PC do B, mas não o culpo. Foi um fechamento, uma divisão. Acho que entendo melhor as funções que desempenhei e, particularmente, os setores que estão agora mais à esquerda. Em 1997, na chefia da Casa Civil, as experiências passadas me auxiliaram. Recebi movimentos radicais, fortes, agressivos e sabia o que visavam. A interlocução era de mesmo nível: olha, não vem não, isso tudo eu conheço, luta popular, invasão de terra, polícia.”

“Criamos uma barreira no relacionamento com as pessoas”, considera Natalini. “Sem exagero, pedi desculpas a centenas de pessoas. Ao Júlio e ao Daniel – nunca deixamos de sentir carinho mútuo. Voltei um a um. Nem sei quantos. Não só expoentes políticos, como Alberto Goldman, que foi do PCB, mas gente da população. Havia um excesso de radicalização, de sectarismo. Os partidos disputavam agudamente. Até o pessoal do PC do B, que ficou com muita raiva quando saí, hoje conversa comigo. Reconstruí toda a malha de amizades rompidas, fiz questão de procurar todos.”

Eleita

Elcita Ravelli nasceu em 1953 na cidadezinha de Parapuã, perto de Bauru, no Estado de São Paulo. O pai, Valdemar Ra-

velli, agricultor de origem italiana, vereador do PTB no segundo mandato e presidente da Câmara naquela época. A mãe, Estelita, muito jovem, costureira. A certa altura, o pai decidiu que aquela vida não traria futuro. Queria morar no Paraná, no momento um Eldorado. Em 1956, instalaram-se em Paranavaí, perto de Maringá, onde comprou um sítio. Elcita ali viveu e estudou até os 17 anos, ao lado da irmã Elze e do irmão Elmes. Por isso, considera-se paranaense.

Estelita queria morar em São Paulo. Demorou, mas convenceu o marido. Em 1970, a contragosto, ele vendeu o que tinha e partiram. Por algum tempo, moraram no Ipiranga, com a avó paterna, Débora Tozzi. Separada do marido, era dona de várias casas de aluguel. “Bravíssima, fortíssima, presença onipresente, carismática. E era pequenina, talvez 1,40 metro. Tinha um bócio gigantesco e mancava, sequela de paralisia infantil. Usava bengala. Entendi o matriarcado graças a ela. Fascinante. Exercia imensa influência sobre todos. Com ela aprendi força e doçura, a não temer emoções, a cultuar antepassados. Minha mãe amava a sogra, realmente predestinada, muito especial.”

Os pais compraram uma casa no Ipiranga, mas Valdemar ansiava por roça. Os desentendimentos levaram à separação. Mas não quis se afastar dos filhos e viveu com a mãe até ela morrer, com 99 anos, em 1983.

Elcita e Walter Feldman conheceram-se em 1981, ela assistente social, e ele plantonista por 24 horas, aos domingos à noite, na UTI do pequeno Hospital do Ipiranga. Um dos trabalhos dela era localizar parentes de pessoas acidentadas na rua, que chegavam em estado grave; outro, de preparar familiares para as possibilidades de óbito ou sequelas. “Passávamos horas ali dentro, ele a monitorar o paciente e eu nas fichas. Às vezes, o hospital era um marasmo. Passava da meia-noite, todo o mundo dormia. A gente, então, batia papo. Só política. Não me lembro de coisas pessoais. Nós dois éramos casados. Eu era do PT, uma ala trotskista. Ele me dava textos para ler, que eu discutia com meu grupo. Para fi-

car acordada eu bebia café, principalmente quando vinha o sono pelas 4h30 ou 5 horas da manhã. Walter tomava água com leite”.

Um dia, Elcita leu o que sentiu como definitivo, o testemunho escrito por José Duarte, a figura emblemática do PC do B. Semianalfabeto, preso 45 vezes em 30 anos, torturado, de grande dignidade, instruiu-se a ponto de fazer a própria defesa em um processo. “Uma das coisas mais belas que já li. Pena que a gente ainda queimava os papéis para não correr risco. Baqueei: era o partido com que eu sonhava. Entrei. Fui deslocada para a Vila Prudente, área operária. Atuaria como assistente social. Meu marido e eu nos separamos.”

Acordava às 3 horas da manhã para vender o jornal do partido aos operários, discutir política e tentar recrutá-los. “Tomava pinga com eles na padaria, àquela hora da madrugada. Aí me mandaram recrutar mulheres na fábrica das Linhas Corrente. Difícil. Acho que só consegui uma. Eram mulheres entre 30 e 35 anos, que trabalhavam para ajudar em casa. Achavam simpático, ‘Que é que essa moça está fazendo aqui?’. Mas nem queriam falar de política. Nós éramos sonhadores, achávamos que transformaríamos o mundo. Visão arrogante de pequena burguesia radical, falácias. Sem a humildade de aprender com a realidade delas primeiro, despejávamos propostas e regras”.

Nessa época, Elcita conheceu Sula, grávida de Ana Luíza. Mais tarde, trabalharam juntas e ficaram amigas. Um mês depois de nascer a filha, Walter e Sula separaram-se. “Estava cansada daquela vida, desmotivada. Quis cuidar da minha vida. O Jamil Murad tocava o telefone para eu fazer alguma coisa de madrugada e eu não tinha condição de ir. Fui me afastando”, reflete Sula. Em 1985, entrou na Eletropaulo. Agora é psicanalista.

Elcita e Feldman casaram-se no final de 1982. “A casa foi toda montada em função das crianças. Os dois brincam que eu sou “boadrastra, não madrasta”. Quando o partido decidiu que Feldman seria candidato a vereador, Elcita ajudou na campanha e, assim, conheceu o ambulatório de Cangaíba, a APS,

Francé e Natalini. Eleito o marido, ajudava-o na conquista de benefícios para a região.

Em 1985, foi nomeada diretora do Hospital Ipiranga e começou a rebelar-se contra o partido. Não conseguia mais aceitar regras que ela mesma aplicara. “Sempre a história do centralismo democrático. Um dia disse: ‘Ou vocês me mostram o democrático ou não dá. Vocês exigem pobreza total.’ Se a gente precisasse comprar um sapato tinha de justificar, pois todo o salário era entregue ao partido. Ainda poderia ouvir: ‘Ah não, esse mês não dá’. Eu me lembro de querer comprar presente de Natal para as crianças do Walter, que naquele momento moravam com a gente. Pediram uma pesquisa e três listas de preços. Aí descobri que a direção passava férias em Angra, viajava para o Nordeste de avião. Eu sustento e eles não trabalham? Fiquei revoltada. E enxerguei: tudo o que tinha nos partidos ditos burgueses, havia naquele. Uma casta. Se eu fosse amiga do fulano, tudo seria fácil. Bom, o partido não me representa mais. Waltinho Feldman e o atual deputado estadual Edson Aparecido já estavam em guerra com o partido e decidiram sair. Ainda fiquei um pouco.”

Estava grávida. “Fui espezinhada. Sofria de ciático, andava de bengala, tinha dificuldade para respirar. Mandavam que eu pichasse muro de madrugada, no oitavo mês de gravidez. Um cheiro que me nauseava. Pesadelo. Eu disse: ‘Estou fora’. Minha filha nasceu e se chama Elis. Nem preciso dizer por quê”.

Destino Himalaia

Depois que o partido deslocou Gilberto, primeiro para o Tatuapé, com a responsabilidade pela Zona Leste até São Miguel, e depois a Santo Amaro, Francé encarregou-se da saúde na Zona Leste. Atuava no PMDB e presidiu o diretório em Cangaíba. Quando o PC do B se legalizou, assumiu sua presidência no bairro. “Penso que não fui um militante como aqueles levados por considerações políticas, pela concepção científica da História adotada por partidos leninistas. Nunca fui revoltado. Afinal, estudei Medi-

cina apesar das dificuldades. Vida dura, mas não passei fome. Eu ia pelos sentimentos, o fervor. Era um entusiasta. Tinha um pouco de missionário, religioso. Atraía-me o humanismo marxista, o ideal da igualdade. Transferi a ele um pouco do meu humanismo cristão. Minha mãe fala até hoje: ‘Queria que você fosse padre, mas você virou médico, trabalha pelos pobres, que bom’”.

Como Natalini, foi preso algumas vezes. “Certa vez invadimos prédios de apartamentos vazios do Ipesp em A. E. Carvalho; resistimos à prisão e me levaram à delegacia. Logo soltaram.” Junto com Francé estava Pedrão, antigo militante do PCB, da década de 50, posteriormente no PC do B, da célula do Cangaíba. Gordo, bonachão, firme na ideologia, era exemplo para mais jovens. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República entregou a Francé, em 1994, um documento com os registros em sua ficha. O episódio foi descrito assim:

No dia 25 de novembro de 1983, juntamente com outros militantes do PC do B, foi detido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, em virtude da reação à ordem de desocupação de imóveis do Conjunto Habitacional Chimboré, do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, localizado em Cidade A. E. Carvalho, bairro da Zona Leste de São Paulo/SP, o qual havia sido invadido alguns dias antes.

Presidente da APS, médico do Centro de Saúde de Cangaíba, membro da Comissão Diretora Distrital Provisória do Partido Comunista do Brasil em Cangaíba, membro da Comissão Diretora Municipal Provisória do PC do B. Participou do 13º Congresso Nacional de Médicos Residentes em Brasília, de 22 a 28 de julho de 1978.

Em julho de 1981, foi detido nas imediações do viaduto Guadalajara, por pichação a favor de um candidato à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Compareceu ao 6º Encontro Nacional de Estudantes de Farmácia, em Curitiba, de 17 a 23 de julho de 1982. Participou da mesa-redonda em que foi discutido o tema “Situação de Vida e Saúde da População Brasileira e Política Nacional de Saúde”.

Em 1983 participou de um curso para militantes do PC do B, promovido em São Paulo.

Seu nome figurou em uma relação de alunos inscritos no curso da Escola de Formação de Quadros do PC do B, com início em 30 de setembro e término em 16 de dezembro de 1984. Nas eleições de 15 de novembro de 1986 candidatou-se ao cargo de deputado federal pelo PC do B/SP.

Em 29 de janeiro de 1987 deslocou-se para Brasília com outros militantes, para o ato de instalação do Congresso Constituinte, dia 1º de fevereiro de 1987.

Foi um dos participantes da Passeata pelas Diretas, promovida em 25 de setembro de 1987 pelo Comitê Suprapartidário das Diretas, da Praça da Sé à praça Ramos de Azevedo, em São Paulo.

Esteve presente à Conferência Regional do PC do B realizada em São Paulo, de 29 de abril a 1º de maio de 1988.

Houve outras prisões que nem constam dos registros. Como quando foi detido com Natalini, Nacime e Edson Thomaz de Lima Filho na inauguração do prédio da Administração Regional de São Miguel. O camburão levou-os à delegacia, mas só para tirá-los de circulação, deixando Maluf discursar sossegado. Francé discordava de algumas ordens do partido, mas o grande choque veio com a expulsão de José Duarte, depois de uma divergência.

“Achamos estranho que o partido falasse mal de um companheiro que ficou tantos anos na cadeia. Eu era médico e amigo dele. Foi muito ruim para mim. É assim que tratavam os velhos militantes? Começamos todos a discordar desse clima partidário. E havia certa pressão de parte do partido para que sássemos – não éramos totalmente submissos. Eu me afastei devagar. Cada um de nós, além das discordâncias por diferentes motivos, passou por um conflito decisivo. Para mim, a questão do José Duarte. Passei a não aparecer, mas em 1988 compareci à Conferência Municipal Preparatória para o VII Congresso do Partido.”

Vivenciou, com Nacime, a algo como um preâmbulo de expurgo. “A gente ouvia que nós, os médicos do Cangaíba, estáva-

mos traíndo o partido, justamente aqueles que mais tinham levado o compromisso ideológico ao extremo”, recorda Nacime. “A convivência deteriorava. Desconfiavam do Francé porque, além de médico, ficou amigo do Zé Duarte, homem de quase 80 anos, que acabara de ser expulso do PC do B. Figura interessantíssima, com uma larga trajetória de vida em defesa dos mais desvalidos, responsável pelo Centro de Cultura Operária. Na conferência, nos encostaram na parede. Ou nós nos enquadrávamos ou cáíamos fora. Saímos, não era mais possível aguentar aquelas teses imediatistas, eleitoreiras, sem qualquer consistência ideológica, que somente buscavam o poder político pelo poder. Nunca mais me filiei a qualquer partido.”

“Eu disse que não ia mais”, conta Francé. “Eles já esperavam, o Natalini já tinha saído. Tudo absolutamente tranquilo. Um monte de gente me acompanhou, boa parte da Zona Leste. Não fomos a nenhum outro partido. Ainda fiquei próximo por um período, muitos nem sabiam que eu tinha saído.” Encontrava-se, às vezes, com Natalini no atendimento da igreja, em Cangaíba, e no Sindicato dos Médicos; em 1989, fez campanha para Lula. “Eu era mais médico e meio solto, atuando em várias frentes.”

Nada, porém, preenchia o vazio. Começou a viajar. “Tirava férias. Fui duas vezes a Cuba, em 1989 e 1990. Em 1993, fiz uma viagem maluca para o Nepal e a Índia. Fiquei fora 23 dias, andei nas montanhas do Nepal por duas semanas com um amigo, Manoel Morgado, que largou a Medicina e foi para lá. Virou guia turístico. Cheguei até a 5.200 metros de altura escalando montanhas do Himalaia nepalês. Acampávamos. Em 1996, com ele de novo, conheci o Vietnã. Fiquei 20 dias. Depois, Tailândia e Paris. Andei bastante pelo Brasil. Aprendi a viver com mais calma. A ter vida social, namorar. É um aprendizado! Estudei bastante, fui preceptor de médicos na Residência do Santa Marcelina”.

Não bastava. Sofria com a falta de sentido existencial. Anos cruciais de crescimento, intimamente ligados ao grupo e, depois,

ao partido, esvaeceram. Perdera a ambos, e também Regina se fora. “A minha sorte é que eu nunca deixei de ser médico, tinha um certo pé, inclusive amigos no Sindicato dos Médicos. Aí Cangaíba virou só trabalho assistencial. Nacime, Natalini e eu atendendo no ambulatório, onde tudo começou. A gente se encontrava aos sábados. Continuamos os três a sermos muito próximos”.

Esporadicamente, via Daniel por meio de amigos comuns. Reaproximaram-se. Seguiu-se o reencontro com Júlio. Foram visitar Paulo Mourão no Rio. Francé, Nacime e Natalini, um resgate. De vez em quando, cruza com Walter do Nascimento, que mora perto, no Tatuapé.

Choque albanês

Regina, relutante desde o *Congresso das Mulheres*, participou de um encontro com jovens que visitaram a Albânia, pintado por dirigentes do PC do B como o único país de regime fiel ao socialismo stalinista. Os viajantes elogiaram o líder Enver Hoxha. Tornara a Albânia quase autossuficiente depois de confiscar as terras e transformá-las em fazendas coletivas. Investira na indústria, antes inexistente, e, por volta de 1980, ela crescera a ponto de contribuir com mais da metade do Produto Nacional Bruto. Havia eletricidade em todos os distritos rurais, doenças epidêmicas desapareceram, o analfabetismo era coisa do passado.

Todas as igrejas, mesquitas, outras instituições religiosas e propriedades privadas foram fechadas; as culturais, postas ao serviço do socialismo. A Albânia merecia ser enaltecida: funcionamento impecável, ausência de propriedades privadas, coletivismo total. Julgava-se coerente que, para instituir seu programa radical, Hoxha prendeu, executou e exilou milhares de fazendeiros, líderes rurais, camponeses, religiosos cristãos e muçulmanos que resistiam à coletivização, além de “companheiros traidores”.

Regina chocou-se. “Estrutura totalmente rígida, não combina com nada do que acredito. E, do ponto de vista individual, chegam até a proibir sexo antes do casamento”, expôs em sua cé-

lula, da qual participava a namorada de um dirigente. Assuntos internos não podiam ser comentados fora. No entanto, Regina descobriu que o parceiro da moça os discutia com o partido. “Existe um *by pass* na cama, pensei, indignada.”

Ainda participava do movimento estudantil, comparecia às passeatas, aos congressos da UNE, inteirada dos conchavos entre as chapas em luta pela direção da entidade. O intuito era eleger militantes do partido para a direção do movimento estudantil. Em 1982, trabalhou para a eleição de Walter Feldman. “Depois disseram que ele se ligou ao Covas, virou burguês. Por conta dessas coisas todas, aquilo não estava mais me satisfazendo. Acho que amadureci. Fui deixando, me envolvia só no movimento dos residentes, dos pós-graduandos. Aí me formei, concluí os três anos de Residência em Doenças Infecciosas na Escola Paulista.”

Ainda teve uma reunião com Jamil. “Gosto dele, tem ideias equivocadas, mas é capaz de ajudar aos outros. Ele questionou a questão das mulheres, da qual eu não abria mão, e da obediência partidária.” Abespinhou-se com as críticas. “Isso não tem discussão, não sou robô!” Decidiu sair. “Eu me disse: estou fora. Não veio ninguém falar comigo, saber o que estava acontecendo. Se viessem conversar, talvez ficasse. É possível que fosse intenção do partido me tirar, eu não atendia mais. Aí me encontravam e diziam que me aburguesei. Reagia trauteando a música do Martinho da Vila: ‘Burgueses são vocês, eu não passo de um pobre coitado, e quem quiser ser como eu vai ter de penar um bocado.’ Fiquei aliviada.”

Em 1985, ela se casou com o médico Ricardo Tranchesi, filho do famoso cardiologista João Tranchesi. Têm dois filhos, Otavio e Renato, nascidos em 1989 e 1991. “Para fazer os partos de meus dois filhos, procurei o Daniel. Havíamos rompido com ele por conta do partido.”

Médica infectologista em tempo integral, Regina é responsável pelo Controle de Infecção Hospitalar e pela equipe de Atendimento de Doenças Infectológicas do Hospital 9 de Julho;

e chefe do Controle de Infecção Hospitalar do Hospital Assunção, em São Bernardo do Campo. Tem consultório com Antonio Carlos Pignatari, o amigo de Francé dos difíceis primeiros anos de São Paulo.

Regina não compareceu à comemoração dos 25 anos do atendimento médico na igreja de Cangaíba, no final de 2001. “Pensei em ir, pois aquilo teve tanta coisa boa, importante! Mas um rompimento tão sofrido... não consegui. O que faria lá?”

João Amazonas, 90 anos, dirigente máximo do PC do B desde a morte de Pedro Pomar na chacina da Lapa, muito doente, foi internado em 2002 no Hospital 9 de Julho e ficou sob os cuidados de Regina. “Veio praticamente morto. Eu tinha grande carinho por ele. Discordava de suas posições, mas teve uma vida dedicada à luta. Cuidei com afeto e respeito. Determinei que trataríamos dele sem permitir que perdesse a dignidade.” Referia-se ao prolongamento artificial da vida, mediante aparelhos. “Quando pessoas do partido sugeriram que precisavam dele, fui bem clara: quem vai definir é a família, interlocutores serão a esposa, a filha, o filho. Não quero saber de ninguém do partido.”

Boleros, bebedeiras

Nacime afastara-se da Zona Leste, absorvido pelas exigências do comitê distrital da Vila Mariana e das atividades médicas nos hospitais. Mantinha, porém, a escala no atendimento médico. “Ficaram, em Cangaíba, Walter do Nascimento, Natalini, de vez em quando, e Francé, que continuou durante todos esses anos”. Andava insatisfeito. Algumas iniciativas do partido o amarguravam.

“Nossa situação alterou-se. Ficou um pouco estranha porque contestávamos várias iniciativas, principalmente a visão eleitoral, dominante. Algumas alianças, como a fechada com o Orestes Quércia. Criticávamos muito o sectarismo e algumas práticas. E identificamos, no próprio comitê, pessoas sem idealismo, oportunistas, que não nos viam com simpatia. A militância e a con-

vivência tornaram-se difíceis. Nunca, porém, tivemos nenhuma atitude contra, de conspirar ou sabotar. Natalini, nessa época, estava na Zona Sul, por dez anos enfurnado, construindo o partido. Também começou a ter dúvidas e a enfrentar dificuldades.”

Chegou um momento em que a irritação de Nacime chegou ao limite. “Saí do comitê de forma intempestiva. Voltei à Zona Leste por minha conta, o que era uma absoluta indisciplina em relação ao partido, rebeldia total.” Voltou a atender, regularmente, no ambulatório de Cangaíba, refúgio e volta às raízes. Conseguiu ser transferido pelo PC do B para sua antiga área de atuação.

Em 1986, Natalini recebeu a incumbência de eleger-se deputado estadual. Não queria, mas obedeceu, enfrentando um período de intenso nervosismo. Não era pessoa de expor-se, preferindo organizar na retaguarda. Além disso, a intenção da candidatura era atrair a população, que o respeitava, com o objetivo de eleger Quércia. “Saíamos de madrugada para fazer a campanha do Quércia, que tinha de ganhar a qualquer custo. E os candidatos para o PC do B? Iriam a reboque. A gente só distribuía material do Quércia; de Gilberto Natalini, nada. O que poderíamos fazer? Pegamos uma lista de endereços e mandamos cartas para os colegas da faculdade de Medicina”, conta Elizete.

Angustiado, Natalini caminhava para a derrota. Falhava na tarefa, algo inadmissível. Além disso, como Nacime, discordava da linha eleitoral, sem contar as picuinhas internas. “Um dia, não percebi que Gilberto entrou em casa. Devia ter brigado no partido porque ligavam de lá, preocupados, perguntando se tinha chegado. Aí dei com ele sentado com a Marina dormindo no seu colo. Assim ficou até se acalmar”, lembra Elizete.

“Saí do partido em 1987, por uma série de divergências políticas importantes com a direção, que não vou citar”, declara Natalini. “No dia em que Gilberto disse que ia sair... choque! Ele sempre foi nossa referência, pela abnegação, desprendimento, espírito coletivo”, reconhece Nacime. “Momento de perplexidade e sofrimento. Romper com aquela visão messiânica era como trair,

abandonar os ideais. Nosso compromisso ideológico era muito forte, mas se confundia com a militância no PC do B”, acrescenta.

Nacime já estava meio fora, embora continuasse, ao lado de Francé, responsável pelo Comitê Distrital da Zona Leste. Mas só a decisão de Natalini o defrontou com a própria realidade. “Quer dizer que eu vou ficar um médico burguês agora?” – angustiava-se. Um desespero surdo agitava-o. Descobria-se desprovido de referências: “para onde vamos nós? E tudo o que fizemos? Natalini sofreu muito. Teve crise de hipertensão. Corri a atendê-lo na casa dele duas ou três vezes. Lá estava super-hipertenso, com dor precordial. Todos sofremos. O Francé também entrou em processo de desamparo. Era uma orfandade. E os nossos valores, vão se perder? O que vamos fazer com isso, vamos deixar de ser de esquerda? Foi difícil essa transição, compreender melhor o papel do partido e as novas perspectivas, enfim retomar”.

Acostumaram-se aos encontros em casa de Nacime, na Vila Clementino, perto da Escola Paulista, onde o grupo nasceu e cresceu. Vanda preparava um vasto jantar e deixava-os à vontade. “Ficávamos nos amparando. Bebíamos ouvindo boleros, lágrimas escorrendo. Porque às vezes era mesmo uma choradeira interminável.” Soluçavam pelo idealismo, os sonhos socialistas, o rompimento com os companheiros afastados, as recordações. Viam-se jovens nas passeatas, correndo da polícia. Reviveram a primeira prisão de Natalini, o horror das torturas, tempos sombrios. O encontro com João Chile, o compromisso. O sonho de fazer a diferença, como resumia Daniel: da República Socialista do Cangaíba para o mundo.

“Imobilizados ficamos. Não sei quanto tempo. Demorou, até que, devagar, emergimos: o que fazer com o ambulatório, a APS? A militância já não era tão grande.” Prosseguir, decidiram. Natalini retomou o atendimento sistemático em Cangaíba. Realizaram reuniões para discutir as propostas à Assembleia Constituinte de 1988, projeto conduzido por Ulysses Guimarães. Convidaram-no para um encontro em Cangaíba, realizado no

salão da igreja – os médicos de Cangaíba renasciam, desfalcados, mas em novas dimensões.

“A presença da população foi marcante – lembra Nacime –, havia uma faixa da extensão do salão onde se lia em letras garra-fais: *Constituinte livre e soberana*”. Depois de 578 dias de atividade, a Assembleia Nacional Constituinte encerrou a elaboração da nova Constituição Brasileira, que Ulysses Guimarães chamou de Carta Cidadã. O Congresso Nacional aprovou o texto definitivo no dia 22 de setembro de 1988, com 474 votos a favor. Os 15 deputados do PT votaram contra, segundo a determinação partidária, exceto um deputado.

Em 1988, Feldman e Natalini participaram da fundação do PSDB. Todos já tinham retomado o contato. “Filiei-me de início, sou fundador. Ao divergir do PC do B, assumi ideologicamente a postura da socialdemocracia”, observa Natalini. “Quem fundava no Brasil um partido da social-democracia eram Mário Covas, que me convidou; Fernando Henrique, José Serra, Franco Montoro, políticos de extrema representação e respeito. Fui candidato a vereador em 1988 para ajudar a firmar o partido, tive quatro mil votos. Em 1996, alcancei em torno de 10 mil e, em 2000, fui eleito com 26.210 votos.”

Quando Adib Jatene era ministro da Saúde, no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique, e batalhava pela CPMF, os médicos promoveram a já mencionada reunião popular de apoio. Era a recíproca por sua presença, em 1979, quando, secretário de Estado da Saúde, no mesmo salão paroquial, atendendo às reivindicações da população com o Posto de Saúde de Cangaíba. “Reproduzimos a foto que tiramos na época e mandamos imprimir em uma camiseta, que entregamos a ele na reunião da CPMF. Ficou emocionado ao reencontrar aquilo, depois de tantos anos”, diz Nacime.

Na reunião estavam presentes as freiras do Hospital Santa Marcelina, irmãs Josefina, Tereza e Monique, além de todos os envolvidos com saúde na Zona Leste e, claro, o novo diretor do

SUS da Zona Leste: Henrique Sebastião Francé. Em 1998, Francé voltou ao Posto de Saúde de Cangaíba, sem deixar de orientar a Residência do Santa Marcelina. Logo o chamaram para participar da coordenação do Programa de Saúde da Família.

“Cangaíba continuou a frutificar. Pessoas que trouxemos à política atuam em vários partidos. Muitos estão em Sociedades Amigos de Bairro, sindicatos ou outras associações – estudantes, professores, profissionais da saúde. Participam, mobilizam. Cada um de nós foi fazendo política por conta própria, eu sempre no movimento de saúde”, acentua Natalini.

Walter Feldman teve outro mandato de vereador pelo PSDB, de 1988 a 1992. “Vivi conjuntamente a atividade política e médica, até que, de repente, caminhei na política e parei na Medicina. Queria solucionar aquilo, era algo que não estava resolvido dentro de mim. Interrompi a política, voltei a ser médico público municipal. Trabalhava no PS Bandeirantes, no começo da rodovia Raposo Tavares”. Mas, por pouco tempo. Mário Covas convidou-o a trabalhar em seu escritório, em 1993. Começava a organizar a candidatura para governador. “Aceitei. Estruturamos a campanha na Capital. Aí eu falei: ‘Vou tentar a Assembleia’”. Foi eleito por dois mandatos.

Ouriços e pepinos do mar

Paulo Mourão é professor titular do Departamento de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável pelo Laboratório de Tecido Conjuntivo, e coordenador de Investigação Científica do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, ligado à UFRJ. Cientista de renome internacional, pesquisa compostos com atividade anticoagulante e antitrombótica – capazes de prevenir a formação de trombos dentro de vasos e evitar derrames, infartos do miocárdio e embolia pulmonar. “Já temos vários resultados em experimentos que funcionaram em animais. Muito promissores e publicados em revistas científicas internacionais”, comemora.

Os compostos foram encontrados mais ou menos ao acaso, em invertebrados marinhos: ouriços e pepinos do mar, coletados na Praia da Urca e em Angra dos Reis, no Rio. Tudo a ver com a onipresença do mar no cotidiano carioca e na inspiração brasileira. “Desde os meus tempos de Hospital das Clínicas, em São Paulo, eu procurava um tecido animal primitivo, anterior aos vertebrados na escala evolutiva, que lembrasse uma cartilagem. Acreditava que nos ajudaria a entender o processo de evolução dessas moléculas”, esclarece.

A surpresa foi gratificante. “Encontramos estruturas químicas completamente diversas, nada a ver com os vertebrados. O achado confirma que não há caminho rigoroso na ciência, muito vem ao acaso. Abrimos uma linha nova de investigação. O trabalho com os compostos que descobrimos é nosso, original, brasileiro”, garante.

O Laboratório de Tecido Conjuntivo desperta grande respeito na UFRJ e em outros centros universitários. Lá trabalham quatro professores, além de Paulo Mourão, um professor visitante e quase 40 alunos de iniciação científica, alguns com áreas próprias, publicando artigos independentemente. “Fico ao lado deles, sei o que fazem, conversamos o tempo todo. Essa atividade de orientação toma a maior parte do tempo: propor, discutir, contornar problemas. É superinteressante quando digo ‘não faça’, mas o aluno faz e dá certo. Ganhamos uma contribuição importante. A vantagem de se fazer ciência no Brasil é que somos livres para exercer a criatividade. E é preciso, continuamente, procurar caminhos novos e originais”.

E acrescenta: “já publicamos, no laboratório, nós, os quatro professores, 120 trabalhos; oito por ano”. Trata-se de elevada produção no quadro da ciência brasileira, e em condições quase miseráveis. “Nenhuma segurança. Não sei que verba teremos no ano que vem. Isso é parte do embate ideológico. O governo quer pesquisa ligada à empresa, à indústria. Mas não pode excluir a investigação valorosa, criativa, que gera o conhecimento e torna possíveis os resultados práticos.”

Paulo Mourão credita a Cangaíba grande importância para a sua experiência profissional. “Sou um pesquisador e fui útil ao grupo na maneira de redigir os projetos e na sistemática de conduzi-los. De meu lado, muito do que faço profissionalmente aprendi em Cangaíba. Vai-se assumindo cargos na universidade e é preciso lidar com pessoas, conduzir reuniões, entender como as coisas funcionam. Outro aspecto é a divulgação da ciência nas escolas, entre os professores. Em nosso departamento, um grupo da área da pós-graduação dedica-se a educar, gerir e propagar ciência e tecnologia. Então, a ideia é começar a fazer esses cursos nos moldes de Cangaíba. Significa sair – em pesquisa a gente fica muito fechado no laboratório. Meu papel é de pesquisador e de educador, também fora da universidade.”

Quando Paulo Mourão chegou a professor titular introduziu a inovação que lhe possibilitou desenvolver o laboratório. Em vez de contratar um bando de gente para trabalhar sob as ordens dele, falou: “olha, serão jovens, e cada um terá de cuidar do seu laboratório, do seu dinheiro. Tudo independente. E eu vou cobrar. Quero resultados. Foi difícil, um grande desafio, exigências diferentes. Eu me disse: quero fazer coisas novas em termos de pesquisa. Entrei no estudo molecular das enzimas. Sozinho. E o laboratório cresceu espantosamente.”

Descanso, não

Os médicos de Cangaíba que ocuparam as primeiras fileiras da igreja lotada, no, então, Jubileu dos 25 anos, concordam que a luta mudou. Existem partidos, sindicatos, a administração pública recebe as pessoas, as comissões, as ONGs. “Não dá para comparar com aquela época”, afirma Natalini. Mas o impulso de combater a desigualdade continua a movê-los. “Agora, ao transmitir a nossa experiência, aconselhamos que é preciso respeitar as diferenças, nunca tratar mal os outros, nem levar ao campo pessoal as disputas políticas. A tolerância pelas posições, mesmo a de direita convicta, é um processo educativo de democracia. Se

o indivíduo não é um canalha, um bandido, você tem de respeitar, conversar. Aliás, em geral, o radicalismo na política diminuiu bastante, porque não leva a nada, só destrói.”

Natalini é um organizador incansável de iniciativas populares. “Elas não morrem nunca, sempre renascem de alguma forma. Hoje, com os movimentos de defesa da natureza e o Terceiro Setor, do voluntariado, fortíssimo. São roupagens novas da velha luta. À medida que a pessoa se emociona por ser voluntária, trabalhar para o outro, está vivendo um pouco do socialismo. À medida que defendemos a natureza, atacamos o grande capital predador. Eu acho.” Sua área é ampla. Engloba saúde, movimentos sindicais e comunitários dos mais distantes bairros da Zona Leste, Norte e Sul. Também atua na classe média, entre o pequeno e médio empresariado, e no movimento em defesa do meio ambiente. Frequentemente participa de seminários e congressos médicos.

O sábado reflete a diversidade. Levanta-se às 7 horas da manhã e pelas 8 começa a atender no ambulatório da igreja de Cangaíba. Como há 40 anos. “Não é toda semana, mas na maioria delas. Junto a Francé e Nacime”. Por volta das 10 horas sai para cumprir a agenda de vereador que não lhe permite descanso. Participa, por exemplo, de uma reunião com vários representantes de ONGs, de associações de bairro, do Serviço Social de Indústria, de profissionais da saúde e de minorias, para impulsionar, por exemplo, um mutirão contra a dengue ou uma caminhada até o Parque Ecológico do Tietê, no Dia da Atividade Física, instituído pela ONU para o mundo inteiro. “O pessoal sabe que esse dia começou em São Caetano, com o médico esportivo dr. Victor Matsudo, que criou o Agita São Paulo”, informa aos presentes.

Segue para o Parque do Carmo, onde se realiza a festa “Liangong: Saúde, Amizade e Paz”, organizada pela médica Tazue Hara Branquinho, então diretora técnica de Departamento do Hospital Geral de São Mateus. No belo gramado, que cobre uma pequena elevação, centenas de pessoas fazem a ginástica chinesa de movimentos suaves, quase uma dança, que Tazue difundia pela

Capital. Presentes também os então secretários de Estado da Saúde, José da Silva Guedes, e do Município, Eduardo Jorge. Natalini conhece a médica desde a década de 70, quando ela participava do movimento sanitário.

Ligados principalmente ao PCB, os sanitaristas ocupavam-se de saúde pública. Dedicavam-se a pesquisar males de regiões e áreas profissionais, estabeleciam prioridades e projetos a fim de promover políticas de saúde: vacinação, combate à hipertensão, ao diabetes, prevenção de doenças profissionais, de câncer do útero, da mama, um pouco mais tarde as campanhas pelo uso de camisinha contra a Aids. Sobretudo, bateram-se pela criação do SUS. “A dra. Tazue fez um trabalho comunitário muito grande, a partir do hospital. Tinha intensa relação com a sociedade civil de São Mateus. Uma diretora e técnica muito respeitada”, enaltece Natalini.

No parque do Carmo encontra-se com Elizete, que participa dos trabalhos do marido quando pode. Ela fica exercitando-se. Natalini vai para uma assembleia popular ao lado da Fatec, a Faculdade de Tecnologia da Zona Leste, pela qual se empenharam padre Ticão, Natalini e Walter Feldman, entre numerosas pessoas. Antes, para em um restaurante e almoça com o assessor, o motorista e os amigos, entre os quais representantes da comunidade coreana em São Paulo. Prosseguem no planejamento contra a dengue. A conta é rachada.

Padre Ticão e lideranças locais discutem na assembleia popular reivindicações da região. Uma delas é o Memorial da Zona Leste, instituição que preservará a história do movimento social da região. Natalini discursa, informa que o governador Geraldo Alckmin considera o projeto positivo. Será edificada ao lado da Fatec. Alckmin, recorda Natalini, visitou em várias oportunidades o atendimento médico do Cangaíba e, no salão paroquial da Igreja, lançou as bases do Projeto USP-Leste, com a presença da comunidade e de várias lideranças políticas.

Ticão foi um dos fundadores e organizadores do PT na Zona

Leste, e um dos primeiros padres da Teologia de Libertação na área. “É da nossa época, veio um pouco depois que a gente e se fixou em Ermelino Matarazzo. Depois aproximou-se do Covas”, observa Natalini. “Um grande comandante do movimento popular da região. Começou com o movimento de moradia. Participou ativamente, levamos muita bordoadada da polícia juntos, enfrentamos Tropa de Choque e tudo o mais. Ele continuou o intenso trabalho popular. Atua no movimento social em múltiplas frentes e concretiza numerosas reivindicações, por intermédio da diocese da Zona Leste. Acho que é o padre de maior base popular da região. Mobiliza o povo em torno de demandas próprias.” Trabalham juntos para resolver algumas necessidades da região e mantêm bastante contato. Abrir a avenida Jacu-Pêssego para chegar à rodovia Ayrton Senna foi uma delas. Agora, lutam para levá-la ao ABC.

O compromisso seguinte, já no meio da tarde, é uma comemoração do Sindicato dos Condutores. Natalini não pode recusar a bebida destilada de uma garrafa especialmente reservada para ele. “Estive um sábado desses na Sociedade de Bairro da Vila Progresso, presidida pelo Damião, amigo do Leal, e Tia Lena. Era um pessoal do partidão, que trabalhou muito com a gente na época. Havia cerca de 200 pessoas! Uma reunião bonita, singela. Aquela nossa semente deu continuidade. De outras formas. Rendeu frutos, ajudou a abrir a consciência democrática do país.”

“Nunca – garante Natalini – tivemos no Brasil tanta liberdade democrática do ponto de vista político. E isso não é à toa. Vem do acúmulo de coisas desde a redemocratização. Se vai avançar ou recuar, depende do trabalho nosso e dos que estão aí para dar continuidade. É uma luta enorme. As forças dos grandes grupos econômicos, em vez do Exército, da arma, usam a mídia e estimulam a grande mudança ideológica no mundo, do materialismo capitalista. Do ponto de vista individual alimentam o fascínio pelo consumo em todas as classes sociais. Nós lutamos para que a pessoa não se isole com seus bens. Para que não se perca o romantismo, a poesia da militância.”

Aos sábados à noite, com Elizete, encontra o círculo pessoal. “Vamos a aniversários, casamentos ou simplesmente jantamos com amigos. Reunimos 10, 15 e conversamos. É muito bom.” Domingo também é dia de trabalho. “Raramente descanso, me ocorre de comparecer a quatro atividades seguidas em pontos diferentes. Além disso, às vezes acompanho a agenda de secretários ou do governador Alckmin. A estação do Metrô de Capão Redondo, por exemplo, na Zona Sul. Batalha de 20 anos. Estava lá a comunidade toda”.

Sorradeira, fascinante

Natalini sempre foi fiel à profissão de médico, o que se expressa não só em Cangaíba. Quatro vezes por semana, com sua equipe, atendia, a partir das 6h30, no ambulatório de Cirurgia e de Gastroenterologia do Sindicato dos Motoristas de Ônibus, onde trabalhou por 24 anos, saindo em 2004. Lá, sua rotina era intensa. “Eram pré-operatórios, pós-operatórios, marcações de cirurgia, e doentes clínicos. Pedia exames, retirava pontos, acompanhava. Também cuidava dos doentes de gastro. Fiz naquele sindicato cerca de cinco mil cirurgias, entre grandes, médias e, a maioria, pequenas. Uma vez por semana, com a equipe, operava de três a quatro pacientes do Sindicato. Às quintas-feiras, por volta do meio-dia. Ou nos finais de tarde. Dependia da minha agenda. Construí um convênio entre o sindicato e o SUS. Obtive autorização para internar os casos em hospital conveniado, entre eles o Hospital Monumento, no Ipiranga, pequeno, mas perfeitamente possível. Os casos de maior porte, como tumores, encaminhava para diversos serviços do SUS.” Ao sair do sindicato tinha agenda variada.

Como vereador, sua rotina também é intensa. “Visito instituições, fiscalizo órgãos públicos ou levo a eles alguma necessidade popular. Visito um paciente ou comunidades nos bairros. Ando muito. Todos os dias, entre 100 e 150 quilômetros. Às vezes, recebo alguma personalidade. Faço audiências públicas às quar-

tas-feiras de manhã, mas faço exceções, se necessário.” Só almoça quando precisa discutir e encaminhar algum projeto. Em geral, bebe um suco ou come um lanche. “Nunca só o prazer de comer, sempre misturado ao trabalho.” Despacha com a assessoria, verifica papéis. Às 15 horas começa a sessão plenária da Câmara. “Nunca faltei. Uma vez me ausentei, por licença, para ir a um evento. Sou assíduo.” É dele um projeto extremamente propositivo, que beneficia as mulheres, permitindo a cirurgia plástica reparadora em vítimas de agressão, nos hospitais municipais.

Terminada a sessão, em geral às 19 horas, costuma ter reuniões: políticas, de comunidades. Chega em casa pelas 23 horas e permite-se jantar. Escreve sobre algo pendente, assiste ao noticiário e a algum programa que pediu aos filhos para gravar, normalmente reportagens ligadas ao meio ambiente, à natureza.

“Uma lei minha criou a Conferência Municipal da Produção mais Limpa. É compromisso novo. As atividades produtivas da indústria, do comércio, dos serviços terão de preocupar-se com o meio ambiente. Organizei a primeira conferência no ano de 2002, e dela veio o projeto de realizá-la todos os anos, para combater a poluição. Uma experiência muito interessante é a da MWM, em Santo Amaro, de indústria pesada. Tratam a água a ponto de passá-la por um grande aquário de peixes antes de levá-la, despoluída, ao rio Pinheiros.”

Várias de suas propostas relacionam-se ao meio ambiente. “Saúde humana, para mim, está ligada à concepção de município saudável”. Lição de Cangaíba. Entre os projetos aprovados está o de reuso da água tratada de esgoto sanitário. “Não dá para beber, mas lava ruas de feira, monumentos, molha os jardins. É 50% mais barata, além de economizar água potável. A Prefeitura regulamentou e, hoje, os caminhões de reuso são vistos em todos os bairros da cidade.

Outra lei é a do plantio de árvores em estacionamentos. Com mais de cem metros, obrigatoriamente terão uma árvore a cada 40 metros. Aumentará o verde da cidade. A lei, já votada, aguarda regulamentação pela Prefeitura.

Veterano de diferentes atuações políticas, diretor por três vezes do Sindicato dos Médicos, secretário de Saúde de Diadema de 1997 a 2000; ex-presidente do Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) e do Cosems/SP (Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde), Natalini diferencia, contudo, a política parlamentar. “É a mais evoluída e global, já que envolve todos os outros setores. Mais complexa. Difícil, desafiadora, sorrateira e fascinante. Existe uma distorção grande no Brasil, conceitual, tanto da parte dos próprios políticos, como do povo. Há uma cultura secular para quem o político é ‘aquele que resolve o meu problema’. Sinônimo de favoritismo, paternalismo, de passar na frente dos outros nas filas, de arrumar a vida individualmente.” “Ora – continua –, ninguém soluciona o problema do outro quando esses são milhões. Tenho a convicção de que a saída é por atacado. Isso me leva a uma contradição: choco-me a cada minuto com o conceito de que o vereador ou deputado tem de ser despachante oficial de luxo, indivíduo por indivíduo. Além disso, as pessoas acreditam que os políticos são ricos. De fato, é considerável o poder de fogo que tem um mandato, para permitir o enriquecimento pessoal. Não são todos os que assim agem e, ao contrário da crença de que vereadores ganham muito dinheiro, o salário no município de São Paulo não é alto. Sempre que uma entidade ou alguém pede recursos, temos de explicar um a um que a gente não tem. Trabalhoso, mas educativo.”

Os médicos do Cangaíba, os Conselhos de Saúde, a população e suas lideranças participaram da luta pluripartidária pela aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que vinculava a verba da Saúde no orçamento da União, projeto de autoria do deputado Eduardo Jorge. “Foi uma luta enorme da população brasileira contra as forças que a combatiam”. Seis anos transcorreram até que a PEC fosse aprovada na Câmara Federal e no Senado. O próprio ministro da Saúde, então José Serra, teve de enfrentar a discordância do então ministro da Fazenda, Pedro Malan. A PEC impediu cortes no orçamento da Saúde, garantin-

do a manutenção de hospitais, laboratórios e o funcionamento de programas e projetos que assistem a milhões de cidadãos. Além disso, obrigou a União, os Estados e os municípios a destinarem um percentual fixo para seus orçamentos de Saúde, a fim de aumentar a eficiência do SUS. “Não raro essa área perde recursos até para a publicidade!”, indigna-se Natalini.

Propositivo

Na Câmara dos Vereadores, Natalini fez e faz oposição ao governo do PT na cidade de São Paulo. “Faço uma oposição pela esquerda e não pela direita, não sou direitista e nunca serei. Aponto as contradições do PT entre as promessas de campanha, quando era oposição ideológica, e a prática muito conservadora e ortodoxa enquanto governo. Sou um contraponto necessário, para que se possa olhar no espelho e ver que a vida não é tudo o que a gente quer e prega.”

Opôs-se a alguns contratos que os governistas fizeram sem licitação, com preços acima do mercado. No caso do leite em pó, conseguiu revertê-lo. “O custo anual do leite em pó comprado pela prefeitura, no governo de Marta Suplicy, diminuiu em 11 milhões de reais por ano, dinheiro que dava para construir 20 postos de saúde na cidade de São Paulo. Provavelmente por uma atitude errada, compravam leite muito mais caro do que o preço do mercado. Pedi ao Ministério Público que investigasse. Não quero julgar, a Justiça vai dizer.”

No exercício de contraponto, atacou a criação dos cargos de confiança, também na gestão de Marta Suplicy. “Foram 1.500 cargos de confiança, um partido que gritava, urrava, esperneava a favor do concurso público e do funcionalismo de carreira. Uma coisa é a falada, outra a feita. E vai por aí. Gastos de publicidade que a senhora prefeita fez. Gastou uma fortuna vendendo uma imagem falsa de seu governo, inclusive de programas que nem começaram a funcionar direito. Bateu recordes em relação aos dois prefeitos anteriores, bastante criticados.”

Natalini ressalta que o PSDB, então sob sua liderança na Câ-

mara Municipal, falava e votava a favor sempre que o governo municipal tinha projetos acertados para a população. O mesmo acontece no PV. “Nossa oposição difere daquela do PT, que é tipo vaca cega. Mira um rumo e corre dando chifrada, sem fazer correção de rumo, meio histérica. Nós fazemos oposição responsável. O que é certo, apoiamos; o que é errado, combatemos. Isso incomoda o PT, pois não pode desmoralizar nossa oposição. E o povo vê. Temos grande apoio. Os petistas mais conscientes sabem que é preciso ter um polo de controle. Isso é democracia.”

Apesar de sua grande experiência com grupos sociais, políticos e relacionamentos pessoais, Natalini surpreendeu-se na Câmara de Vereadores. “Meu aprendizado maior: conhecer as entranhas da nossa sociedade. Como se organiza cada um de seus setores, como conquistam os seus espaços. As contradições. Tudo se explicita claramente aqui, no Parlamento. Para cá vêm os conflitos bons e os ruins. As reivindicações justas e as extremamente injustas. E chega o momento em que temos de votar sim ou não, no interesse de A contra B. Aprendi que a sociedade possui valores profundos de humanismo, solidariedade, respeito ao próximo, manifestos nos projetos de lei de alguns parlamentares.”

Compara o parlamento a uma fotografia da sociedade em movimento. “Os vereadores chegam representando setores, com coisas boas e horrorosas – degeneração, egoísmo, corrupção. Nós, aqui, somos tentados a cada minuto pelos dois lados. Como se fosse uma luta contra o bem e contra o mal, a cada minuto, a cada instante. A tentação é muito grande. Quem mais assedia é a banda ruim, ativa. Comparece frequentemente, sem interrupção tenta comprar. Muitas vezes o consegue. Às vezes, o vereador entra aqui puro, bem-intencionado e, depois de um ano, perdeu toda a pureza. O lado bom faz pouca pressão, é mais passivo, inerte.”

E acrescenta: “Uma das nossas lutas é a de manter a pureza de princípios, os ideais que pregamos e pelos quais viemos. É combate diário. Desafio enorme. Estou passando por esse aprendi-

dizado: renovar todo o dia, todo o minuto, a todo o instante o compromisso com a ética, a moralidade, o amor ao próximo, a visão coletiva de mundo. Pois a cada minuto os valores são postos em cheque pela oferta de facilidades. A pressão é: passe a defender interesses contrários aos que você defendeu a vida inteira.”

Como exemplo da boa pressão, Natalini lembra a comunidade de M’Boi Mirim, que há 20 anos sonhava com um hospital municipal. “Fiz uma reunião com 300 lideranças populares para reivindicar. Lutamos aqui para colocar no orçamento do município de 2003 uma verba reservada à construção do hospital. Conseguimos. Era uma causa nobre, boa.” Frustraram-se porque a então prefeita cortou a verba da saúde em 115 milhões de reais e o trabalho foi suspenso. “Perdemos esse *round*. Nos anos seguintes voltamos. Era o bom combate.”

Em 2008, o Hospital do M’Boi Mirim foi inaugurado pelo prefeito Gilberto Kassab e é gerenciado pelo Cejam e Hospital Albert Einstein. O prefeito Kassab esteve presente na comemoração dos 35 anos do atendimento médico voluntário no Cangaíba e, com Natalini, sempre teve uma relação respeitosa, produtiva e republicana na condução dos rumos da cidade de São Paulo. O hospital continua atendendo a população e é uma referência na região, com forte impacto no setor da Saúde municipal.

Já as emendas à Lei de Zoneamento, em São Paulo, são modelo da cupidez especulativa. “No último instante da votação do Plano Diretor, na gestão de Marta Suplicy, que era um plano bom, um avanço para a sociedade, parlamentares que serviram a grupos de empresários, a donos de lojas, de terrenos e a agentes imobiliários aprovaram meia dúzia de emendas que os beneficiavam – o valor de seus imóveis pularia de 50 para 200 milhões de reais. De forma escondida, até torpe, de madrugada, todos já cansados demais, eles prepararam aquela verdadeira armadilha contra o interesse público. E como o governo municipal tinha a maioria, as emendas foram aprovadas. Tivemos de fazer um grande movimento pela mo-

ralidade pública, com a ajuda da imprensa. A então prefeita, pressionada, foi obrigada a vetá-las.”

“O empenho para que a gente ficasse quieto foi intenso, inclusive com ofertas. Fui um dos articuladores do documento de 27 vereadores, que pediram o veto à prefeita. O quadro foi revertido e acabou vitoriosa a ética, a moralidade pública. Esse setor mal-intencionado sofreu uma derrota.” Calejado, vacinado, Gilberto Natalini já teve tantas oportunidades de se vender que, às vezes, julga ser motivo de certa chacota. “A cada minuto, representantes de forças externas vêm aqui. E a gente tem de, educadamente, dizer não”.

“Uma equipe do barulho e do trabalho. Não mede esforço, tem um forte compromisso popular”, reconhece Gilberto Natalini, que conta, atualmente, na sua assessoria, com velhos e novos companheiros, como Ruth, Roberto Sebastião, Edson, Luciana, Ivo Patarra, João Batista, Tereza, Sônia, dr. Toninho, dr. Décio, Ivan, Eduardo, Marcelo, Sérgio, Coimbra, Roberto Felizardo, Sônia e Gleice.

Prevenção

Júlio Cesar é professor do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP – disciplina que trata dos modelos da investigação científica na Medicina. Na prática, significa elaborar projetos para o estudo de fatores que contribuem para difundir doenças e a sua evolução, estabelecendo relações causais. Por exemplo, o cigarro como agente de câncer do pulmão. Paralelamente, investiga como se distribuem as moléstias e planeja estratégias necessárias à prevenção. Júlio não lida com doentes, mas tem, constantemente, a proteção de vastas populações na mente. Saúde pública, portanto. Prevenção. Cuidado.

“A Faculdade de Saúde Pública é a minha casa”, assinala, por ser efetivo em várias outras ‘casas’. Na Faculdade de Medicina da USP, é professor do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Patologia. Ali, os alunos formam-se professores douto-

res nas áreas em que Júlio Cesar tem interesse: gestão tecnológica, asma, doença coronariana, para mencionar algumas. “O curso tem Informática Médica, dá formação mais eclética. Não forma só olhadores de lâminas”, afirma.

A atividade não se resume à docência. É membro do Conselho Deliberativo do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica, representando o Departamento de Patologia. Inclui uma disciplina pertencente à área de pesquisa de Júlio, a Avaliação em Ciência e Tecnologia, que confere o título de MBA (Mestre em Administração Empresarial) em Assessoria para Políticas Públicas. “O objetivo é transformar conhecimento em produto ou processo”, esclarece. Um exemplo seria detectar uma relação entre a pneumonia e a asma. Se comprovada, tornaria possível desenvolver uma política pública de combate à doença – ou seja, transformação do conhecimento em processo. Quanto ao produto, envolveria a busca de tecnologia adequada tanto à política pública quanto ao tratamento. “O núcleo não é necessariamente voltado à saúde. A disciplina pertence às Ciências da Administração da Faculdade de Economia e Administração da USP. Pode, por exemplo, examinar a viabilidade de transformar em produto ou processo um conhecimento da Petrobras. Nada a ver com saúde”.

Júlio Cesar criou também o Laboratório de Epidemiologia e Estatística no Instituto de Cardiologia Dante Pazzanese de Cardiologia, associado à Faculdade de Medicina da USP. Tem a missão de dar consultoria a projetos dos alunos de todas as unidades da universidade, além dos pesquisadores do instituto. “Temos professor de física, responsável pela rede de computadores, e uma equipe de quatro graduados de Estatística”.

O laboratório planeja, em conjunto com os que o procuram, o melhor caminho para desenvolver um estudo, e assessora-os ao longo do trabalho. “Por mês saem duas, três teses. Um exemplo foi o do médico do Instituto Dante Pazzanese que investigou fatores de risco para o infarto durante um ano, em 30 hospitais brasileiros. A execução do trabalho levou dois anos. Concluiu que

qualquer tipo de bebida, em pequena dose, é fator de proteção cardíaca. De outro lado, a partir de cinco cigarros diários, o risco de infarto é três vezes maior do que em não fumantes.”

Júlio casou-se novamente, com a pesquisadora de Saúde Maria Mercedes Loureiro Escuder. O casal tem uma filha, Ligia, nascida em 1995.

Sobrou solidariedade

Daniel Klotzel não ia ao Cangaíba há cerca de 20 anos, quando o convidaram para o Jubileu dos 25 anos de Atendimento Médico Voluntário. Chegou à igreja estranhando tudo pelo caminho, o bairro totalmente construído, o trânsito, a larga avenida. Atrás da igreja, um prédio impensável naqueles tempos. “Tive uma sensação perturbadora. Ao entrar na igreja vi a faixa ‘25 anos de Atendimento Médico Voluntário’. Do que se trata? – perguntei-me. Não consegui identificá-lo com a nossa atividade lá.”

Passaram-lhe pela cabeça os dias e as noites corridos, os trabalhos no mimeógrafo, as reuniões, a intensa militância pelos bairros, a República Socialista exemplar. De repente, senti que comemoravam um resumo do resumo. Foi o que sobrou na memória do povo, dos padres, das mulheres? Sobrou um grupo de médicos que atende voluntariamente as pessoas aos sábados? Bem. Sobrou solidariedade humana, que procura valorizar a cidadania das pessoas, ajuda-as a exigir e, com isso, a pressionarem o poder público. Sem substituí-lo.”

Daniel casou-se com a jornalista Patrícia Julia Logullo. A filha, Nina, nasceu em 2002. Tem um consultório no Hospital Albert Einstein, no bairro do Morumbi, e outro, particular, no Brooklyn Paulista, ambos na Zona Sul de São Paulo. Os amigos do grupo gostam de caçoar dele: virou médico da burguesia. Daniel é voluntário do Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis, vizinha ao hospital. “Não se faz atendimento médico, só trabalho educativo. Oferece numerosas atividades para crianças: uma superbiblioteca, brinquedoteca, profissionais de terapia ocu-

pacional, fisioterapia, fonoaudiólogos. Conduzem-se campanhas contra a violência que atinge as mulheres e as crianças, algo constantemente enfatizado. Há grupos de atividades profissionalizantes. Não se trata de um trabalho só assistencialista, não mesmo. Minha parcela de contribuição é mínima, mas tem importância para mim. No consultório só ganho dinheiro e sentia falta de ter contato com a população que não o frequenta.”

Seu trabalho voluntário consiste em reunir-se com mulheres, dentro da compreensão de que é inútil trabalhar com a saúde das crianças sem abordar a saúde das mães – antes da gravidez, no pré-natal e depois. “É o conceito atual de saúde materno-infantil, já instituído em algumas instituições acadêmicas. Integram a saúde reprodutiva, que é a saúde da mulher e dos filhos.”

Daniel é um pouco cético em relação ao seu papel de voluntário. “O voluntariado é importante, claro, para a comunidade e o voluntário. Mas será que faço alguma diferença? Bem, talvez. Sou um médico com quem as mulheres podem conversar: ‘Doutor, ontem fui ao médico, e ele disse que tenho mioma; o que é mioma?’ Melhorar um pouco a compreensão sobre si própria, a saúde, quem sabe permitir que algumas mulheres ou casais consigam evitar a gravidez indesejada... é bom. Sinto que é um pouco pretensioso da minha parte achar que um pequeno número de reuniões mude algo na vida das pessoas. Mas quem sabe? Todo ser humano que participa da vida social contribui para a sociedade.”

Como os demais médicos de Cangaíba, a vida de Daniel é corrida, cansativa, desregrada, cheia de imprevistos, noites mal dormidas, continuamente requisitado. “Estou, porém, muito contente com a profissão, e, de certa forma, Paraisópolis resgata um pouco o sentimento adolescente que persiste e me fez ser médico – o impulso de socorrer as pessoas, de cuidar por meio do contato direto.”

O Estado de pé

Walter Feldman, que ocupou o posto de presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, foi eleito deputado federal, pela primeira vez, em 2002 pelo PSDB com 186.216 votos – o mais votado da capital e da região metropolitana de São Paulo, o terceiro da coligação. Posteriormente, foi reeleito por mais dois mandatos para a Câmara Federal.

Além de parlamentar, Feldman foi secretário de Subprefeituras e de Esportes de São Paulo nas gestões de José Serra e Gilberto Kassab, onde realizou um trabalho considerado de excelência. Mobilizou a cidade inteira em torno dos trabalhos do Esporte, ajudando a implantar o Clube Escola e Virada Esportiva. Foi designado, em seguida, como secretário especial de Articulação de Grandes Eventos, tendo ido ao Exterior ajudar a organização dos grandes eventos esportivos no Brasil.

Sobre a experiência como parlamentar, afirmou: “me dá uma energia para trabalhar enorme! As urnas me disseram: eleito distritalmente pela capital e região metropolitana. Legitimado por ambas. Claro que sem esquecer os outros municípios que me deram votos”. Levou para a Câmara dos Deputados a experiência de oito anos na Câmara Municipal e oito na Assembleia Legislativa de São Paulo. “Começamos, na década de 70, querendo mudar o Brasil. Participei da transformação de São Paulo, revolucionária se comparada ao que encontramos há oito anos. Mário Covas dizia: revolução ética, moral e administrativa; e Geraldo Alckmin garantiu a continuidade dessa visão política.”

De fato, ampliado o papel da Corregedoria de Estado, sanearam-se numerosas irregularidades da máquina pública, com punição de maus funcionários. Mecanismos – como a chamada “Via Rápida” – fazem o mesmo com policiais e qualquer funcionário envolvido em corrupção. O governo eletrônico faz a ligação direta entre o Estado e o contribuinte, o consultor e o cidadão, combatendo intermediários de moral duvidosa. O sorteio na área da habitação impede o tráfico de influência. Parcerias

diretas com entidades sociais filantrópicas – o Terceiro Setor –, particularmente na Saúde, diminuíram os gastos e aumentaram a eficiência, espécie de fiscalização cruzada: do governo sobre as entidades, e destas sobre o governo.

“Reduziram-se os desvios, os ralos do passado e, fundamental, dando qualidade ao atendimento prestado ao cidadão. Pegamos uma época em que o serviço público não só era ineficiente, como de baixíssima qualidade – tanto nas delegacias de polícia, como nos hospitais, nos postos de saúde, nos balcões públicos. Os cidadãos eram mal atendidos, ou maltratados, ou sequer atendidos. Criou-se o modelo Poupatempo: ambientes qualificados, profissionais treinados, com respeito.”

Feldman destaca que a economia feita com o combate aos desvios permitiu a aplicação de recursos na infraestrutura e na área social. “São Paulo é hoje um Estado de pé. Aplicamos em estradas, portos, aeroportos, saneamento básico, setores essenciais para atrair novos investimentos; em mão de obra qualificada, graças a universidades recicladas com faculdades de tecnologia e escolas profissionalizantes. Assim, apesar da guerra fiscal incrementada por outros Estados, continuamos a receber investimentos e a reduzir impostos, ampliando a arrecadação. O Estado de São Paulo criou um novo paradigma nacional: ajustado, sério, combate irregularidades e investe para melhorar o desempenho. Apto a competir com o que há de melhor nas nações de todo o mundo.”

Quando se fala em Estado, há tendência de associá-lo somente ao Poder Executivo. “Tudo só aconteceu porque a Assembleia Legislativa aprovou as leis necessárias para as privatizações, que ajudaram a recuperar as finanças públicas, os empréstimos internacionais, a concessão de estradas, a correção dos modelos ultrapassados na saúde, na educação e na segurança. A sociedade civil inteira participa através do disque-denúncia e dos Conseg, os Conselhos Comunitários de Segurança, órgãos não governamentais criados nos distritos das cidades para identificar os problemas específicos e que atuam na segurança. Constituem, talvez,

a organização social popular mais avançada do Estado. Passamos de um orçamento de 5% para 11% na área da segurança. Nada seria possível sem autorização da Assembleia.”

No papel de líder do governo, Feldman estimulou as relações sem fisiologia para que os partidos compreendessem seu papel político e histórico, ombreando-se ao governo do Estado. “A postura do governo é norteadora. Se honesto, com foco no interesse político, direciona o parlamento nesse sentido. Se corrupto, o efeito é contrário. Não há uma só denúncia de fisiologismo, de corrupção como houve na Câmara Municipal de São Paulo, com fraudes de projetos. Passamos oito anos sem Assembleia de caráter homologatório, desvirtuamento que ocorre quando as maiorias são cooptadas por outros interesses. Ao contrário, aprofundamos o debate. A própria oposição contribuiu com emendas e substitutivos. Houve derrotas do governo, dentro da liberdade de expressão da base, de tal forma que hoje a Assembleia de São Paulo é uma instituição aberta e transparente, até fisicamente recuperada. A Rede Globo realizou um programa que a reconheceu como o melhor Parlamento do Brasil.”

O enxugamento, a eficiência e a prestação de contas são tão rigorosos, que cada cidadão paulista gasta com ela R\$ 7,00 por ano. No Norte, no Nordeste e em Minas Gerais, gastam de R\$ 17,00 a R\$ 20,00. “Elabora projetos que, somados, chegariam a R\$ 500 bilhões. E tem convênios assinados com as mais importantes entidades da sociedade paulista, que os fiscalizam e acompanham: a Federação do Comércio, das Indústrias, a Associação Comercial, o Instituto da Cidadania, o Sindicato da Construção Civil.”

As mudanças começaram com os presidentes anteriores, Vítor Sapienza, Paulo Kobayashi, Vanderley Macris e Ricardo Trípoli, este último responsável por cancelar o monopólio de uma ‘assessoria técnica legislativa’, que dificultava as discussões e de certa forma comandava o processo político. “Para consolidar a nova cultura, foram imprescindíveis os comandos continuados, a progressão de resultados”.

O nó

Político todos os minutos de sua vida, Feldman foi a Brasília porque desejava participar da mudança estrutural da vida política brasileira, o que depende de leis federais. “Nossa democracia é muito recente. A colonização e a república conduziram uma história torta, amarrando o Brasil com muitos nós. Para construirmos uma democracia política institucional, fundamentada em estruturas econômicas e sociais sólidas, temos de corrigir os erros do passado, um processo de longa decantação, com medidas de curto e médio prazo. A perspectiva de construir a democracia é plena. Mas hoje eu não tenho mais aquela visão pequenoburguesa de quando era comunista, imediatista. Ou seja, acredito na implementação de políticas de longo prazo. Tenho paciência.”

Há emergências como a reforma política, reconhece, que qualifica de nó central do Brasil. “Sou médico de UTI, onde se trata na emergência. Acho que vamos avançar. Não como deveríamos, com voto distrital ou distrital misto. Mas com fidelidade partidária e a cláusula de barreira já autorizada por lei, desde 2006: sem votação mínima não existe partido, só agremiação. Uma disposição que terá de ser combatida é a dos pesos ponderados diferentes dos Estados, discriminação explícita contra São Paulo e os paulistas. Representações políticas equivocadas não atribuem a cada cidadão um voto. Democracia é equilíbrio de representação, proporcionalmente adequada.”

Ao falar de paulistas indica baianos, cearenses, acreanos, mato-grossenses, gente de todos os Estados brasileiros. “Moram em São Paulo e têm boa representação. Não há tanta gente fora de Alagoas como existe em São Paulo. Ou cearense. Preconceito contra São Paulo é discriminar o Brasil. Até alguns políticos ilustres falam de monopólio de São Paulo. Que monopólio? Populismo, que almeja garantir uma unidade das forças políticas nas províncias/Estado. Aqui se produz a melhor ciência do Brasil. Por quê? O governo do Estado dá dinheiro. Há décadas destinamos 1% de toda a arrecadação à Ciência e Tecnologia. A lei existe em

outros Estados, só que não é cumprida. Investimos quase 10% da arrecadação do ICMS nas três universidades paulistas. As coisas são feitas seriamente. Por conta disso, ser discriminado, não dá.”

Outros problemas que destaca são o combate ainda mais eficiente da criminalidade, com a mudança do Código Penal, a criação de presídios federais, o controle de armas e fronteiras, o combate ao tráfico. O SUS e a Medicina de São Paulo, referência para o país, que precisa do reconhecimento e de recursos – acima de 30% dos atendimentos nos melhores hospitais vêm de outros Estados, até da América Latina. A reforma previdenciária, que exige resposta rápida. A reforma tributária, para capacitar cada Estado e município a defender-se e desenvolver suas vocações.

“Há uma centralização ainda forte no governo federal. O PT dizia que faltava vontade política para reformar. Vamos ver agora, que está na Presidência.” Por ser muito ligado à Capital paulista, Feldman gostaria de equacionar uma legislação que favorecesse a integração das prefeituras metropolitanas. “Sem esses conflitos de hoje. São 18,4 milhões de habitantes, é absurdo que as administrações municipais não se relacionem. Nem a Constituição, nem as leis complementares, resolveram questões legais, administrativas, gerenciais e políticas como essa.” Ele nota que o Brasil vem combatendo velozmente problemas não resolvidos no passado. “O bolsa-escola, o bolsa-alimentação, a universalização do ensino fundamental, o médico de família e avanços concretos na reforma agrária foram exemplos. E não digo isso por que sou da oposição. É a realidade. O IBGE mostra, são os índices oficiais.”

Walter Feldman empolgou-se tanto durante as campanhas para deputado federal, que lamentou o seu fim. Entusiasmava-se com os debates. Voltara a ser o jovem polemizador, de respostas rápidas e provocantes, dos anos da faculdade. “Não sentia cansaço, a cada dia me entusiasmava mais. Estimulava as contradições. Para mim, a campanha é um momento pedagógico. Perdi votos por causa dessa prática de criar socraticamente a polêmica, em

particular com jovens. Repetidamente, utilizei a imagem do analfabeto político do Bertolt Brecht.”

Certa vez, em uma faculdade de São Miguel, um jovem chamado Douglas questionou-o, virulento, dizendo que o país era um fracasso por causa dos políticos interessados somente em se beneficiarem. “Não acredito em nada do que você diz”, terminou. “Perguntei-lhe se conhecia o analfabeto político: alguém que desacredita da política por conta de alguns políticos. Como se condenassem a Medicina porque alguns médicos não a praticam corretamente. O analfabeto, expliquei, não compreende o papel da política: agente de transformação da vida coletiva. Brecht disse: ‘Os preços do pão, do sapato têm uma correspondência política’. Foi um debate forte, todo o plenário envolveu-se”, lembra Feldman, satisfeito.

“Na política, acredito, o que diferencia é o trabalho, a dedicação, as convicções. É aquela velha máxima, me dê uma ideia que vou até o fim do mundo. Estou convencido de que a campanha se consolida à medida que se cumpre o mandato. É uma tarefa. E, na vida democrática, não posso imaginar que uma pessoa, decidida a trabalhar, não consiga o seu espaço. Espaço não é individualizado. Representei uma parcela do povo paulista”, acentua.

Quanto à vida pessoal, observa: “eles se acostumaram à ausência grande, nasci para ser político. Felizmente compreendem. Pois o que nos impulsionou, a todo o nosso grupo de Cangaíba: a constatação de que as injustiças sociais, as desigualdades têm de ser corrigidas. Isso é que dá disposição, energia, vontade de trabalhar para mudar.”

O partido do SUS

Ainda como militantes do PC do B, os médicos do Cangaíba não deixaram de atuar no movimento sanitário, que se rearticulava no pós-ditadura, principalmente Francé. Participaram ativamente da preparação da 8ª Conferência Nacional de Saúde, cujas propostas serviram de base para o capítulo da Saúde na Constituição Cidadã de 1988.

Francé foi diretor do Distrito de Saúde de Vila Curuçá, da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Eduardo Jorge, no posto de secretário de Saúde do Município, convidou-o devido à experiência que acumulara: 15 anos no Posto de Saúde de Cangaíba, diretor do Núcleo Regional da Zona Leste durante três anos, gestor do SUS da Zona Leste, responsável por planejar a saúde para 1,5 milhão de habitantes. Foi pioneiro, com a colaboração da irmã Monique Bourget e da dra. Rosa Bastos, ambas do Hospital Santa Marcelina, na implantação do Qualis – Qualidade Integral de Saúde, na verdade o Programa de Saúde da Família do Ministério da Saúde. Em seguida, foi coordenador adjunto do Qualis Santa Marcelina. “Levamos à Prefeitura a experiência com o Estado.”

O programa, de início, seria municipal. Mas o Estado assumiu-o quando os prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta descartaram o SUS para implantar o devastador sistema de cooperativas do PAS. Nesse ínterim, o Qualis foi rebatizado apropriadamente de Programa de Saúde da Família. Enquanto ministro da Saúde, José Serra ampliou-o significativamente. A administração municipal de Marta Suplicy restabeleceu a ligação com o SUS e o Programa de Saúde da Família foi municipalizado.

Na gestão de José Serra, Francé foi convidado para assumir a Coordenadoria Regional da Zona Leste, sua nova função, exercida com a assessoria competente e dedicada de Sandra Tavares e Nilton Alves. Respondiam por 120 unidades de saúde, abrangendo cerca de 2,5 milhões de habitantes.

Um dia típico de Francé, quando era coordenador de Saúde da Zona Leste, começava bem cedo na sede do Distrito de Saúde, em São Miguel. Em geral, reunia-se com a equipe, analisava a programação, planejava o serviço dos agentes comunitários, as ações. Discutia os casos – a grávida que abandonara o pré-natal, o homem que voltara a fumar depois de um problema cardíaco. O médico tomava as decisões, mas a enfermagem deixara de ser submissa. Todos debatiam em igualdade de condições. À tarde, participava de outras atividades. Mutirão contra a dengue, por exemplo,

permanente, com fiscalização de locais onde se armazenavam objetos em que larvas podiam proliferar. Se necessário, os responsáveis eram advertidos e a limpeza era determinada. Encontrava-se, também, com o Conselho de Saúde, que fiscalizava, dava diagnósticos e sugeria propostas que facilitavam o trabalho das equipes. “Funcionam para valer. A eleição para conselheiro pode mobilizar a população mais do que a eleição para vereador”, garante Francé.

Visitava ainda hospitais e articulava-os com as necessidades das UBS, ou postos de saúde, que resultaram, bem como os Centros de Saúde do Estado, da evolução do antigo posto de puericultura. Numa primeira etapa, ofereciam Clínica Geral, Ginecologia e Pediatria. A memória da puericultura manteria os homens resabiados por algum tempo, apesar do serviço de clínica geral. Evitavam frequentá-los, preferindo hospitais. A etapa seguinte trouxe, às unidades, médicos generalistas, que atendiam a todos: recém-nascidos, crianças, idosos, mulheres, homens, adolescentes. “Os médicos trabalhavam com equipes de saúde, formadas por um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e cinco agentes comunitários de saúde. Todos eram cuidadores”, define Francé.

Paralelamente, atendia a chamados de pacientes que não abriam mão dele como médico e encaminhava ao hospital algum caso urgente. Além disso, era clínico geral e preceptor de Residência Multiprofissional (médicos e enfermagem) da Medicina de Família e Comunidade do Hospital Santa Marcelina – hoje, de acordo com ele, a maior instituição filantrópica de saúde do Brasil, que administra UBSs, os hospitais do Itaim, de Itaquaquetuba e o Santa Marcelina, com grande ação transformadora na Zona Leste, graças ao trabalho das irmãs Josefina, Tereza e Monique, e também da dra. Rosane. Tem em seu corpo clínico profissionais de excelência na prática médica e de larga visão e ação social, como Rui Barata e Décio Verreschi. Outra entidade de Itaquera que Francé faz questão de elogiar é a Instituição Dom Bosco, dirigida pelo padre Rosalvino, com uma atuação de forte impacto social.

Francé é totalmente dedicado a fortalecer o SUS, modelo

de atendimento criado pela Constituinte de 1988, que determina: todo cidadão brasileiro tem direito de prevenir e recuperar sua saúde. Para tanto, deve ter à disposição diagnóstico precoce, tratamento médico-hospitalar, exames e demais serviços necessários. O SUS tem melhorado de maneira contínua, mas lida com consideráveis problemas devido à falta de recursos: cerca de 125 milhões de brasileiros dependem dele, e vários governos não priorizam a saúde. De outro lado, acima de 80% dos procedimentos de risco elevado, como cirurgias cardíacas e transplantes, são realizados em hospitais públicos e conveniados ao SUS.

A UBS deve ser a porta de entrada no SUS: o generalista examina uma pessoa e define que exames devem ser feitos. No ato, insere-o no sistema e estabelece vínculo com ele. Os exames e a consulta com o especialista são realizados em outro local. O paciente volta então ao seu médico na UBS, que o acompanha, avalia, orienta, encaminha. Sobretudo o ouve.

Quando Francé foi gestor do SUS na Zona Leste tinha 60 Centros de Saúde sob sua direção. Posteriormente, foram criadas oito Unidades de Saúde. A região foi mapeada e cada um dos cinco agentes era responsável por 200 famílias, de um total de mil. “Os (ou as) agentes moram no bairro, têm liderança solidária. Cuidam. Visitam as casas uma vez por mês. Ou mais, em caso de necessidade. Por exemplo, se uma mulher está grávida ou teve criança, verificam se faz o pré-natal, ou se amamenta e de que maneira cuida do bebê. Se alguém está tuberculoso vão controlar os remédios, avaliar se há necessidade de fazer exames, ir ao médico. Também promovem grupos educativos: de hipertensos, de grávidas, de diabéticos, de exercícios, como caminhadas; de relaxamento, de adolescentes.”

Essas atividades são parecidas com o que fizeram quando chegaram ao ambulatório da igreja, no Cangaíba. “O SUS é a grande reforma social da saúde, e o Programa de Saúde da Família é a reforma da reforma; uma revolução”, qualifica Francé. “Preocupa-se com prevenção, estabelece vínculos, é interdisci-

plinar, humanizado e resolve os problemas das pessoas. Não me importam os partidos, o meu partido é o do SUS.”

O Hospital Geral de Pirajussara

Nacime foi o único do grupo de Cangaíba que ficou na Escola Paulista de Medicina/Unifesp. No período da Residência em Gastrocirurgia, de 1982 a 1985, apesar das múltiplas atividades assistenciais, atuava na Amerepam (Associação dos Médicos Residentes da Escola Paulista de Medicina) e liderou várias mobilizações em razão das enormes dificuldades financeiras pela qual passava o Hospital São Paulo. “Foi um período em que a força dos residentes era direcionada para sensibilizar a população e os governantes da necessidade de se encontrar uma fórmula de financiamento que permitisse ao HSP certa estabilidade, para cumprir sua função social de assistência, ensino e pesquisa”, lembra.

Terminada a Residência, lá permaneceu como pós-graduando e, posteriormente, médico assistente na Disciplina de Gastroenterologia Cirúrgica, além de chefe de plantão do Pronto Socorro de Cirurgia. A tese de mestrado foi defendida em 1993, sobre a técnica cirúrgica “implante de cateter de Tenckhoff”. Nacime fora um dos primeiros a realizá-la no Brasil. Depois do título, *Análise dos resultados obtidos com implante de cateter de Tenckhoff, por laparotomia paramediana, em doentes submetidos à diálise peritoneal ambulatorial contínua*, da referência à orientação do professor dr. Jesus Pan Chacon e da tradicional dedicatória aos pais, filhos, esposa e irmãos, Nacime refere-se a Cangaíba: “e a todos que ousaram desafiar o presente e empenharam suas vidas na busca de uma existência humana sem opressores e oprimidos, em que floresçam a igualdade e a solidariedade, e todo conhecimento seja usado na concretização do ideal socialista”. Antes do índice, Bertolt Brecht: “Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana”.

Buscava, pois, inserção na vida acadêmica. Em 1994, os amigos da Gastrocirurgia, José Roberto Ferraro e Mario Monteiro,

foram convidados a assumir a direção do Hospital São Paulo. Nacime fez um pequeno projeto, com ideias sobre a inserção social do hospital: abrir-se ao contato com a população e ao público interno, os funcionários. Trabalho social. “José Roberto leu e me convidou para ser seu assessor na Diretoria”. Criou o *Projeto Solidário*, a fim de obter recursos. Também atuava, junto com dona Nadir Nogueira, esposa do dr. Hélio, na promoção de festas, bailes e outros eventos.

Outro enfoque era a divulgação e valorização do excelente trabalho assistencial, de ensino e de pesquisa realizado pelo hospital. Investia na marca, apresentava-a a mídia. “O SBT, após audiência com Silvio Santos, em que estavam dr. Hélio Egydio, José Roberto e eu, fez uma companhia gratuita em prol do HSP, com bons resultados. Conseguimos recursos, doações. Eu fazia também um pouco de interface entre a direção e os funcionários, gerando um espaço positivo. Ajudávamos de maneira meio desordenada. A pessoa perdia a casa num temporal, por exemplo, a gente conseguia um empréstimo para ajudá-la. Eram pessoas com salário baixo, fragilizadas. Mais tarde, criei o *Proboles*, programa de bolsa de estudos destinado aos servidores, para melhorar a educação formal e técnica, cumprindo com uma importante função social.” Este programa foi reproduzido nas várias unidades de saúde administradas por Nacime, nas Instituições Afiliadas da SPDM (Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina).

A associação foi fundada em 1933, como mantenedora da antiga Escola Paulista de Medicina, que nascera como escola privada. Em 1940, ela inaugurou o Hospital São Paulo, de sua propriedade e, em 1956, o então presidente Juscelino Kubistchek federalizou a EPM – ensino e pesquisa –, mas a assistência continuou sendo feita pelo HSP. A transformação em uma universidade do setor saúde, a Unifesp, aconteceu em 1994. Assim, a SPDM – entidade pública não estatal, sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, estadual e municipal – é intrinsecamente ligada à Unifesp, de tal sorte que os professores titulares dessa universidade

de compõem seu corpo diretivo. “Nossos antecessores tiveram a lucidez de manter a gestão do hospital, ainda na década de 50, nas mãos de uma entidade do Terceiro Setor, filantrópica, não lucrativa. Atualmente, a SPDM é uma das maiores entidades filantrópicas do País, estruturada profissionalmente, com moderno sistema de governança corporativa”, enfatiza Nacime.

Sua organização abrange: Diretoria Financeira (Carlos Alberto Garcia); Hospital São Paulo (José Roberto Ferraro); Programa de Atenção Integral à Saúde – PAIS (Mário Monteiro), e Instituições Afiadas (Nacime). A gerência foi feita, até 2013, por um Conselho Administrativo, com sete professores titulares da Unifesp: Rubens Belfort, José Luiz Gomes do Amaral, Emilia Sato, Ronaldo Laranjeira, Luc Maurice Weckx (*in memoriam*), Angelo Amato de Paola e Valdemar Ortiz. Desde 2013, o presidente da SPDM é Ronaldo Laranjeira, e o vice-presidente, Gaspar Jesus Lopes Filho. Os demais membros do Conselho são: Walter José Gomes, Clóvis Nakail, Denise de Freitas, Heimar Marin e Beatriz Castilho.

Em junho de 1998, Nacime foi chamado pelo professor dr. Hélio Egydio Nogueira, então reitor da Unifesp e presidente da SPDM. Ouviu dele que a associação recebera uma missão do então governador do Estado de São Paulo, Mário Covas; e de seu secretário de Saúde, dr. José da Silva Guedes: gerenciar o que fora um dos 14 esqueletos de hospitais abandonados, em 1987, pelo então governador Quércia, devido à falta de previsão orçamentária. Eles integravam o Plano Metropolitano de Saúde, elaborado pelo falecido secretário de Estado da Saúde, João Yunes, que preconizava a construção de hospitais de menor complexidade, comunitários, com hierarquização da assistência.

“À época – conta Nacime – não havia clareza sobre como terminá-los, sobre o perfil assistencial, nem sobre o modelo de gestão. Alguns tinham 30% ou 40% de edificação, outros menos. Fantasmas que assombravam a região metropolitana e motivavam intensa mobilização popular. Estavam localizados em Ta-

boão da Serra, Itaquaquacetuba, Diadema, Pedreira (região de Interlagos), Carapicuíba, Itapevi, ItapecERICA da Serra, Vila Alpina, Itaim Paulista, Sapopemba, Santo André, Guarulhos, Grajaú. No Interior, em Sumaré e Bauru. Walter Feldman e a Associação Amigos de Bairro tinham lutado para terminar o de Itaim, reivindicação antiga dos moradores. Foram realizadas inúmeras assembleias e manifestações. O hospital foi o primeiro a ser concluído”.

O reitor colocou Nacime diante de um fato, indicara-o para superintendente do Hospital Pirajussara, em Taboão da Serra. Saiu com a cabeça em polvorosa e as frases do reitor se encadeando: ligue para a Secretaria de Saúde, descubra onde é e comece a trabalhar. Terá de ser inaugurado em dois meses. “Sou grato ao dr. Hélio Egydio não só pelo convite, mas pelo permanente apoio ao longo de vários anos, no estabelecimento das relações com a academia, na confiança depositada. Dr. Hélio fez uma gestão na direção do HSP e na Reitoria de rara sensibilidade social e promoveu a expansão da Unifesp e da SPDM”, ressalta.

O convite foi aceito de imediato, com muito senso de responsabilidade e preocupação. Montar um hospital em final de obras, nesse prazo! A população cobrava do governo a abertura dos hospitais. O jornalista Chico Pinheiro repercutia, na televisão, o clamor dos moradores e realizava várias reportagens. Nacime acalmou-se, relativamente, ao dizer para si mesmo, como um mantra: ‘é mais uma tarefa a cumprir e a oportunidade de fazer uma saúde pública digna e de qualidade’. Aproximavam-se as eleições e Mário Covas concorria ao segundo turno das eleições para governador, mas em 4º lugar nas pesquisas, atrás de Maluf, Rossi e Marta. “O compromisso do governador Covas, a competência e lucidez do dr. Guedes nos estimulavam, mas, e se Maluf ganhasse, como ficaria o projeto?”, questionava-se.

O governo, premido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (à época Lei Camata), que limitava o gasto com pessoal e a reestruturação financeira do Estado, tinha muitas dificuldades para

realizar investimentos, particularmente, em hospitais, pelo custo e pela necessidade intensiva de mão de obra.

“O funcionamento custa mais caro que a construção. Durante o primeiro ano, consome-se tanto quanto custou o prédio pronto. Esse é o drama de todo gestor público: um hospital começa a gastar quando começa a funcionar. É diferente de um viaduto. O hospital cria uma demanda crescente. E, na área da saúde, existe um incremento constante de custos”, esclarece Nacime.

Em maio de 1998, o governo Fernando Henrique, lastreado em nova concepção de Estado, explicitado no Plano Diretor de Reforma do Estado, capitaneado pelo ministro Bresser Pereira, aprova a Lei 9.637, que criou as Organizações Sociais. Em junho, a Assembleia Legislativa de São Paulo, sob intensa resistência corporativo-sindical e partidária, particularmente do PT, também aprova lei sobre a matéria, a 846, determinando que os hospitais geridos por esse modelo sejam 100% SUS.

Dessa forma, frente à inadequação da execução do gerenciamento hospitalar pela administração direta, e aos limites da Lei Camata, dr. Guedes, de forma corajosa e inovadora, decide que o modelo a ser empregado nos novos hospitais seria o das Organizações Sociais de Saúde. Segundo esse modelo, uma entidade sem fins lucrativos pode assumir a gerência de uma unidade de saúde, educação, cultura ou pesquisa científica, sem as amarras da Lei das Licitações (8666/93) e do Regime Estatutário para os recursos humanos. Com regras estabelecidas por um contrato de gestão, com metas assistenciais e de qualidade, busca-se o resultado, com foco no paciente, havendo amplo controle social. Foi nesse contexto que a SPDM recebeu o convite para assumir o Hospital Geral de Pirajussara.

Descoberto o seu endereço, na divisa entre os municípios de Taboão da Serra e Embu das Artes, Nacime rumou para lá sem noção precisa nem de como chegar. Perdeu-se no emaranhado de ruas e favelas, depois de um trajeto que julgou interminável. O País estava em plena Copa do Mundo.

“Saí do carro e vislumbrei aquela construção imponente, dois prédios paralelos de seis pavimentos, 15 mil metros quadrados de área construída cercada de uma extensa favela. Maria Alice Ferreira Lopes, que trabalhava na diretoria do Hospital São Paulo, estava comigo. Ficamos emocionados pelo desafio, pela responsabilidade e, principalmente, por percebermos o quanto poderíamos ajudar aquelas pessoas”, lembra. “E o hospital fechado, vazio, em final de obra. Não queriam nos mostrar porque estava na hora do jogo. Foi o primeiro contato”.

Administradora hospitalar, Maria Alice foi convidada para trabalhar no projeto, exercendo papel fundamental na estruturação administrativa do Pirajussara e na definição do modelo de gestão implantado nos demais hospitais e unidades de saúde que, mais tarde, foram reunidos na divisão corporativa chamada de Instituições Afiliadas da SPDM, sendo a coordenadora administrativa corporativa. Além do aspecto profissional, ela teria importância maior na vida de Nacime, pois alguns anos mais tarde casaram-se e da união nasceu uma linda menina, Valentina Lopes Mansur, que trouxe grande rejuvenescimento ao casal. Atualmente com 10 anos, é leitora voraz e já escreve poesias. “Maria Alice é a companheira de todas as horas, a vida pessoal mesclada à profissional. Administradora de rara competência humana, além de profundo senso de honestidade e ética, ela estruturou a área administrativa, inovou em várias práticas e processos, integrou a área assistencial à administração e, posteriormente, criou as bases para a governança da área corporativa. E sem se esquecer da família, sendo uma mãe atenciosa e amorosa”, elogia Nacime.

Mas, naquele primeiro dia, ainda pintavam o prédio. Impossível abrir o hospital em dois meses, os engenheiros estavam terminando as instalações. Mesmo assim, lançaram-se ao trabalho, sem clareza a respeito das funções assistenciais, do modelo gerencial e da inserção do hospital no sistema loco-regional de saúde. Provisoriamente, permaneciam vinculados ao Hospital São Paulo. “As dúvidas eram muitas. O que receberíamos do

Estado? Que equipamentos? Como se estrutura uma equipe? A inexperiência! Vivi uma pressão intensa e pessoal, minha. Não podia errar. Tinha uma oportunidade fantástica de desenvolver um trabalho dentro da área pública, cuidando de gente, que é o nosso grande veio, o veio de Cangaíba. Aquilo que nós, os médicos de Cangaíba, sempre buscamos: compromisso social, sentimento humanitário, fim das desigualdades, justiça social, a ação técnica-científica a serviço da coletividade, a visão progressista lastreada nos valores éticos... Eu tinha a oportunidade de efetivar tudo isso em larga escala, em uma região com profundas mazelas socioeconômicas. Queria fazer valer a ideia de que o serviço público pode ter excelência. Ao longo desses anos, nos descobrimos permanentes aprendizes”.

Analisaram detalhadamente o prédio. “Abrimos todas as portas, simulamos os fluxos, estudamos as plantas da engenharia, isso em outubro, novembro de 1998. Tínhamos de montar a equipe. Recebemos 20 mil currículos. Eu, Alice e a enfermeira Elizabeth Akemi Nishio ficávamos de madrugada na diretoria do Hospital São Paulo abrindo envelopes e separando currículos até 3, 4 horas da manhã.” Elizabeth veio se juntar a eles nesse trabalho artesanal e, ao longo dos anos, tornou-se a diretora corporativa de enfermagem das Instituições Afiliadas. “Elizabeth, com sua liderança forte e permanente preocupação com a qualidade da assistência, foi imprescindível nessa caminhada”, enfatiza Nacime.

Ao mesmo tempo, analisavam os equipamentos, o aspecto legal, os alvarás. “Na Secretaria de Saúde faltava interlocução; a experiência se resumia aos hospitais do Itaim e de Pedreira, abertos três meses antes. Não havia amadurecimento sobre o novo modelo de gestão, as OSs.” Para tantos desafios, Nacime procurou se capacitar, fazendo curso de especialização na Fundação Getúlio Vargas (GV) e, posteriormente, um MBA em Gestão Empresarial.

O próprio projeto assistencial do hospital continuava indefinido. O que fora projetado no passado – com perfil de assistência de baixa complexidade e pronto-socorro “porta aberta” – já não

atendia mais as necessidades da região. “Buscávamos um modelo de hospital referenciado, que ajudasse a hierarquizar o sistema, sendo resolutivo em toda linha de cuidados das diversas patologias, inserido no sistema loco-regional de saúde; que dotasse a região de um sistema integrado entre a atenção básica feita pelos municípios e o hospital de média e alta complexidade. Ou seja, sendo resolutivo na urgência/emergência, com um grande ambulatório de especialidades e parque de equipamentos diagnósticos que servisse toda rede. Nesse sentido, agradeço o apoio e a compreensão dos então secretários municipais de Saúde do Embu, Diógenes Landim; da inesquecível dra. Maria José de Albuquerque (*in memoriam*), estimada amiga, secretária de Saúde de Taboão da Serra; bem como de seu prefeito, Fernando Fernandes”, relembra Nacime.

Outro capítulo foi convencer a opinião pública e outras autoridades em relação à opção do perfil assistencial. “Em pouco tempo, eu já tinha claro que seria um hospital fechado e referenciado. Portanto, sem pronto-socorro de demanda espontânea por parte da população; o acesso se daria pela atenção básica ou pelos prontos-socorros municipais.” Ninguém entendia. Os moradores se perguntavam como, após tanta luta e mobilização popular, o hospital daquele porte, em um local carente, não teria um PS de demanda espontânea? “Em uma das primeiras reuniões, o prefeito malufista de Embu das Artes dissera claramente: fecharia o pronto-socorro do município assim que o hospital abrisse, demitindo 56 médicos. Ambulância, só para levar urgências ao hospital. Que economia! “Tive de dar um soco na mesa. Se o Pirajussara montasse um PS, o prefeito faria aquilo. A população, claro, iria ao hospital bonito, novo. Estaria perdida a oportunidade de regionalizar e hierarquizar o sistema”, lembra Nacime.

Novamente, a vivência de Cangaíba veio ajudá-lo. “Fizemos mais de uma centena de reuniões com a população, em bares, praças, Sociedades de Amigos, residências, aos sábados, domingos etc., esclarecendo, convencendo as lideranças, e estabelecendo

um diálogo com a comunidade. E montamos um ambulatório com mais de 40 especialidades. Das simples às sofisticadas. Para que o médico, na UBS, tivesse uma referência: precisa de neurologista, reumatologista, cardiologista? O Pirajussara tem.” O sistema foi montado aos poucos. “O cidadão passa na UBS para o atendimento primário. Se precisar de especialista, exame ou urgência, é conosco. Da mesma forma, o pronto-socorro. O que não resolver, manda ao hospital”, esclarecia.

Nessa época, as prefeituras locais tinham cerca de 20 ambulâncias. Nas urgências, levavam os doentes aos hospitais do Campo Limpo, Regional de Osasco, Clínicas e Santa Casa de São Paulo. A região enfrentava um problema grave, o neurotrauma – traumatismos crânioencefálicos por quedas, tiros, aneurismas. “Falei: vamos montar neurocirurgia de urgência. E obstetrícia. Não acabar as transferências de parturientes para São Paulo, São Roque. Teremos o parto simples e o de alto risco, para responder à alta mortalidade infantil em Taboão, Embu e Itapeverica por causas perinatais. E ortopedia de urgência, inexistente na área – traumas, fraturas, luxações. Faremos cirurgias cardíacas. E instalaremos algo excepcional, a psiquiatria dentro de um hospital geral”, determinou.

Até hoje, o hospital mantém, periodicamente, as reuniões com a população. E quando alguém propõe a abertura de um PS de demanda espontânea, a própria comunidade defende o modelo implantado.

A inauguração do Hospital Geral do Pirajussara (HGP), em 22 de outubro de 1998, cumpriu com a agenda política, já que o hospital estava ainda vazio, sem equipamentos e no final das obras. Alguns leitos, a título de demonstração, foram arrumados por Elisabeth, Olivia e Maria Alice. Tudo registrado, em detalhes, nos indefectíveis cadernos de notas de Maria Alice. Fato pitoresco, José Roberto Ferraro atendeu a primeira paciente, em um consultório improvisado, com estetoscópio infantil; era uma senhora com mal-estar devido ao calor.

Em 15 de dezembro de 1998, coincidentemente aniversário de Nacime, puderam ocupar algumas salas. Houve festinha, bolo... Mais pela primeira ocupação do hospital do que pelo aniversariante. E lá estavam o engenheiro José Eduardo Ladislau Felício, Marcos Tarabay, a administradora Maria Olívia Nishidate e seu filho Renato, o contador Almeida Júlio dos Santos, Elaudelino Cruz Filho, Mário Konno, a auxiliar de limpeza, Domingas; auxiliar de enfermagem, Deusilane; além de Maria Alice e Elisabeth. Alguns ainda fazem parte do núcleo corporativo das Instituições Afiliadas. A eles se juntaram, alguns meses após, Maria de Lourdes Lacerda Franco, Maria de Fatima Santos, Vanessa Gurgel, Deusvaldo Gregório, Rinaldo Fidler, Carlos Lopes, Márcio Valenta (falecido quando da montagem de outro hospital gerido pela SPDM, em Juruti, no Pará), Sandra Guaré, Ronald Maia, Mário Mateus, Renato Tateyama, Luiz Fernando Paes Leme, Jorge Salomão, professor José Carlos Del Grande, Roseli Giudici, Maris Salete Demuner, Fábio Borges, Maria Dolabella, Fabiana Stefani, Ricardo e Daniela Freitas, Aparecida Teruko, Marcelo Almeida, Luis Fernando Djabraian, Carlos Maganha; e a secretária, Cristineliana, entre tantos outros. “Tive a felicidade de contar com um grupo de pessoas competentes, muito comprometidas com valores éticos e morais, que contribuíram, sobremaneira, com o fortalecimento da cultura institucional de otimizar o recurso público e construir uma saúde de qualidade e compromisso social. Com essa equipe enfrentamos muitos desafios, com resultados excepcionais. Tenho eterna gratidão a todos, gostaria de poder citá-los, cumprimentá-los e reconhecer a extrema importância de cada um”, agradece Nacime.

O Pirajussara é um dos hospitais públicos mais produtivos e referência em toda a região de Osasco, em várias áreas de complexidade, com um aspecto que remete a Cangaíba: seu envolvimento com projetos sociais da região. Por exemplo, as aulas de reforço escolar e inclusão digital para 100 crianças da comunidade, realizadas em suas dependências. “A visão de que saúde não é somente

assistência médico-hospitalar impulsionou a inserção com a rede primária. Projetos de prevenção de câncer foram instituídos, o hospital se tornou fonte de conhecimento, ‘transbordou’ em direção à rede básica, para treinamento e capacitação dos profissionais; projetos socioambientais foram implantados junto à comunidade, além da preocupação social com os colaboradores, seja na questão da saúde ocupacional ou nos programas de treinamento, capacitação e educação formal”, acentua Nacime.

Desde os primeiros anos de funcionamento, o HGP recebe os residentes do programa de Residência Médica da Unifesp, e, mais tarde, com o crescimento das Instituições Afiliadas da SPDM, todas as unidades também os recebem. E muitos dos atuais diretores de Unidades das Instituições Afiliadas iniciaram, no Pirajussara, suas carreiras de gestores públicos. A experiência adquirida na gestão do hospital permitiu à equipe o lastro para enfrentar novos desafios.

“Tentamos aliar, dentro de nossos limites, o melhor gerenciamento técnico de um hospital, com inovações de gestão e tecnológicas, na busca de uma instituição de qualidade, resolutiva, produtiva, com a visão de inserção no sistema loco-regional de saúde, sem perder a perspectiva da realidade social, seja em relação aos trabalhadores, como à população em geral”, observa Nacime.

No Hospital Pirajussara, sob a direção de Maria Alice, estruturou-se uma das primeiras farmácias hospitalares que trabalham com dose unitária e fracionamento para líquidos, endovenoso e oral, com código de barras, rastreabilidade e controle de lote-validade, com enormes ganhos de produtividade, segurança e redução de custos financeiros. O trabalho conjunto da administração com a enfermagem, capitaneado por Elisabeth, trouxe os ‘contratos internos’ que balizam a relação entre a área de apoio e a assistencial de enfermagem. Também sob a liderança dela, a gestão do corpo de enfermagem ganhou novas perspectivas – foram implantados vários processos, como a sis-

tematização da assistência, que resultou em enormes ganhos de qualidade. “E somente a qualidade diminui custos em saúde”, garante Nacime.

Visando tornar o hospital mais resolutivo, novas linhas de cuidado e protocolos assistenciais foram instituídas. A conexão com a rede assistencial foi trabalhada, por exemplo, com as consultas marcadas nas Unidades Básicas dos municípios e programas de prevenção ao câncer de próstata, mama, boca e catarata, realizados em conjunto com os municípios. As referências foram estabelecidas.

“Junto à comunidade, além da classe de reforço escolar, outras iniciativas ocorreram como os Patrulheiros Ecológicos, aulas de francês, ministradas pela Maria Alice, e a tradicional Festa das Crianças, realizada há 14 anos, no final do ano, para cerca de 1 mil crianças da comunidade, com comidas, palhaços, brinquedos e presentes, organizada, cuidadosamente, pela Fátima e, atualmente, pela Sandra e a Fabiana, da Tesouraria, juntamente com servidores e voluntários do hospital”.

Quanto aos colaboradores, continua Nacime, “sempre se procurou ter uma relação de trabalho leal, com novos programas de capacitação e ensino, inclusive o Programa de Bolsa de Estudos (Proboles), que a muitos ajuda na formação técnica e universitária, além dos programas de ensino fundamental e de erradicação do analfabetismo. Vários colaboradores, por meio das bolsas de estudo concedidas pelo hospital, não apenas conseguiram nova formação profissional, como cursaram ensino superior, especialização e MBAs, ocupando, hoje, postos gerenciais dentro da instituição. O programa de saúde ocupacional, coordenado por Lilla, é exemplar, seja na busca ativa das doenças, na prevenção e na qualidade de vida no trabalho”.

Sem Mercedes

A preocupação em não permitir que o Pirajussara se assemelhasse à imagem dos hospitais públicos tradicionais incluía vários

detalhes, desde a preocupação com a ambiência até com o projeto socioambiental. “Entendíamos as dificuldades dos gestores da administração direta, com as amarras na gestão de pessoas e de suprimentos e a dificuldade de se implantar uma cultura de qualidade. Nós, em função do modelo de OS, tínhamos uma oportunidade única. Nosso paradigma eram os resultados obtidos nos hospitais privados de primeira linha. A ambiência é fundamental para uma cultura de excelência. Com nosso próprio dinheiro compramos vários quadros e esculturas na feira do Embu, que foram doados ao HGP; e, também, ganhamos muitas doações dos artistas embuenses; plantamos mais de 2 mil mudas de árvores no terreno do hospital, hoje árvores frondosas”, relata Nacime.

“Uma estratégia interessante para a criação de um vínculo positivo com a comunidade do entorno foi a opção de não terceirizar praticamente nenhum serviço do Pirajussara, mesmo os de atividade meio, formando equipes próprias e, assim, contemplando, também, a questão social; criando empregos locais melhor remunerados, melhorando a relação de trabalho e a empregabilidade dos servidores. E, ainda, estimulando maior compromisso e ligação com o hospital. Uma característica das Instituições Afiliadas é o baixo percentual de serviços terceirizados e o alto índice de contratação CLT.”

A inexperiência, a falta de referências e a preocupação de gastar bem os recursos públicos faziam do setor de compras foco de constante atenção e aprendizado. “Acho que está no sangue árabe, filho de comerciante, a intolerância em relação a se pagar mais que o preço justo”, brinca Nacime. “Atualmente, com a informatização e preços de referência, ficou um pouco mais fácil a implementação dos controles. As compras são feitas por meio de portal eletrônico, para as unidades da SPDM, com ganhos na escala. Este é um setor difícil na administração pública, necessita de permanente vigilância”, alerta Nacime.

Em relação a isso, recorda-se de dois episódios marcantes. O primeiro ocorreu pouco antes do começo das internações

no Pirajussara, no início de 1999, quando enfrentou o cartel de gases medicinais, que – na tentativa de obrigá-lo a contratar uma das empresas, com preços evidentemente maiores – impedia que qualquer das empresas do setor atendesse o hospital. “Começamos as internações no hospital com oxigênio em cilindros, não havia tanque de oxigênio instalado. As empresas sequer respondiam à solicitação de orçamento, verdadeiro cartel. Apelamos ao Ministério Público e, após longa negociação com outra empresa, conseguimos o valor de mercado.” Outro episódio ocorreu quando precisava fazer uma grande compra de instrumentais e equipamentos, de valor expressivo. Mesmo iniciante e sem muitas referências, Nacime começou uma dura negociação. Depois de algum tempo – e tendo conseguido um preço cerca de um quinto do valor cotado inicialmente –, ouviu do fornecedor: “Tá bom, dr., fechamos assim, mas saiba que o sr. perdeu hoje uma Mercedes!”

Poucos anos depois, a SPDM confiou, também, à administração de Nacime, o Hospital Estadual de Diadema. Aceitou, ao lado de Maria Alice, Elisabeth e a mesma equipe que iniciara a gestão do Pirajussara. Já conhecia o projeto, pois trabalhara na Prefeitura de Diadema, na gestão Gilson Menezes, quando Gilberto Natalini foi secretário da Saúde. Na época, participara de várias mobilizações para a reativação da construção do hospital. E, também, porque, quando começou a retomada das obras, o projeto foi melhorado com a incorporação de sugestões observadas no Pirajussara. Várias inovações foram implantadas no hospital de Diadema, particularmente o setor de Psiquiatria, no qual foi estruturada uma enfermaria para adolescentes dependentes químicos. Uma experiência corajosa.

Diadema foi a última inauguração pública de Mário Covas, em outubro de 2000. Nacime guarda, carinhosamente, a foto em que recebe de Mário Covas, simbolicamente, as chaves do HED.

Orgulhoso, ele ressalta que os dois hospitais, Pirajussara e Diadema, foram os primeiros hospitais públicos a conquistarem

a Certificação de Qualidade em nível máximo no Brasil, ONA III. Recentemente, eles foram, também, os primeiros a serem certificados pelo modelo Internacional Canadense. “Um verdadeiro trabalho em equipe. É emocionante verificar os colaboradores que atuam nas áreas operacionais se empenhando, o esforço para mostrar os processos, o envolvimento. Não são apenas títulos, mas ferramentas de gestão”, garante.

Com a eleição do professor doutor Ulysses Fagundes Neto a reitor da Unifesp, em 2003, Nacime foi convidado por ele a assumir a Coordenação das Instituições Afiliadas da SPDM, ou seja, além dos Hospitais Pirajussara e Diadema, coordenaria alguns outros hospitais gerenciados pela associação, como os de Salto e Cotia, os quais, algum tempo depois, teriam, por diversas razões, os contratos rescindidos pela própria SPDM.

Ulysses renunciou à Reitoria, em 2008, em episódio cheio de dúvidas quanto à origem, após intenso ataque da mídia, mas deixando significativo crescimento da Unifesp com a abertura dos campi da Baixada Santista, de São José dos Campos, de Guarulhos e de Diadema e, também, da SPDM. A renúncia do reitor levou o vice-reitor, professor doutor Sérgio Tufic, em um gesto de desprendimento, a abdicar do cargo e possibilitar a renovação do quadro diretivo. A Unifesp e a SPDM enfrentaram grave crise de imagem e sofreram auditorias e fiscalizações de toda ordem. Muito contribuiu para a travessia desse período turbulento a eleição do reitor *Pro-tempore*, professor doutor Marcos Pacheco Ferraz, para a presidência da SPDM; do professor Flávio Faloppa e, mais tarde, do reitor Walter Albertoni. Na gestão de Faloppa foram promovidas mudanças significativas nos estatutos da SPDM, entre as quais a separação da reitoria da Unifesp e a criação de um novo sistema de governança corporativa, com a formalização dos Conselhos Administrativos.

A Secretaria de Estado da Saúde promoveu, no início da década de 2000, profundas reformas no programa das Organizações Sociais do setor, estabelecendo conceitos, reformulando o

contrato de gestão, fortalecendo a ação de controle e regulação, preparando e adequando a burocracia estatal para a função dela esperada. Tarefas que foram coordenadas pelo médico sanitarista Luiz Roberto Barradas Barata, que assumiu a Secretaria em 2003, propiciando rápida expansão do sistema de saúde paulista. Falecido em 2010, ele fez profícua e inovadora gestão na secretaria.

Desde esse período, assim como outras entidades, a SPDM experimenta robusto crescimento, particularmente na divisão das Instituições Afiliadas. A equipe de Nacime protagoniza várias experiências inovadoras no gerenciamento de unidades públicas, assumindo e transformando hospitais da administração direta em unidades com gestão mais flexível – as Organizações Sociais – com resultados significativos sob o aspecto econômico, de produtividade, da qualidade da assistência e da aprovação dos pacientes. Duas dessas experiências – a do Hospital Luzia de Pinho Melo, de Mogi das Cruzes; e do Hospital Municipal de São José dos Campos – estão relatadas em um livro, *Desempenho Hospitalar no Brasil – Em busca da excelência*, editado pelo Banco Mundial, dos autores Gerard La Forgia e Bernard Couttolenc, como *cases* de sucesso, de inovação em gestão pública.

Em 2003, Nacime foi eleito conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e assumiu a representação da Unifesp no Conselho Estadual de Saúde, por quatro anos.

Novos tempos

As manhãs de sábado continuaram sagradas e agitadas. No mesmo local, o atendimento médico voluntário do Cangaíba persiste e, se depender dos médicos que lá permaneceram e das senhoras voluntárias, estes são os primeiros 40 anos.

Certamente, em todos esses anos, o SUS avançou, o bairro mudou, algumas necessidades de saúde foram contempladas, outras ainda afligem a população. A assistência farmacêutica proporcionada pelo Estado melhorou, mas a “farmácia do atendimento,

mantida com amostras grátis, recolhidas pelos médicos e fruto de doações, ainda cumpre um papel primordial”, diz Natalini.

“As condições epidemiológicas, demográficas e sociais mudaram. Vivemos uma dualidade de não termos resolvido a atenção básica e o sistema de saúde ter de atender a demandas de alta complexidade, como transplantes. É preciso ampliarmos a atenção secundária – ambulatorial, de média complexidade –, dando resolutividade ao atendimento primário e, portanto, uma outra dimensão à atenção básica, que deve ser insistentemente reforçada”, opina Nacime.

Sinal das mudanças, o atendimento também se diversificou e aos remanescentes Gilberto, Francé e Nacime, alguns colegas médicos se juntaram por algum tempo e depois saíram, como Márcia Inês Caldas Gonçalves, dermatologista competente, integrou-se ao trabalho por alguns anos em um bem-querer recíproco. Muito querida e respeitada pelas voluntárias e pacientes, distribuiu bondade, simpatia e eficiência técnica, com a maior naturalidade. Márcia, em função de encontro fortuito no atendimento, casou-se com José Carlos Tura, filho de Maria Tura.

Eduardo Canuto atendeu pacientes no Cangaíba também por alguns anos. Médico do PSF do Santa Marcelina, competente, abnegado e meticuloso, logo cativou a todos. Foi muito importante ao atendimento. Outro colega, também médico do PSF e ginecologista de formação, José Moisés Pontes Fenter emprestou, durante um grande período, seu bom humor, disposição e, com carinho e dedicação incomuns, fez o atendimento ginecológico.

Contando com o apoio do dr. Zuel Abujamra e sua equipe, com frequência são realizados mutirões para diagnóstico e tratamento de doenças oftalmológicas, em particular de catarata. Os pacientes mais graves, que necessitam de acompanhamento, são encaminhados para sua clínica e tratados, gratuitamente.

“Se, há 40 anos, o sonho maior era organizar a população, dentro de uma visão política avançada, o sonho continua hoje,

consolidado na luta pela cidadania, lastreado no sentimento de solidariedade humana, fundamental de ser recuperado, para a adequada humanização e reintegralização do sistema de saúde. O atendimento nos reaviva, permanentemente, estes sentimentos”, diz Francé. E completa: “hoje, no atendimento médico do Cangaíba, as necessidades estão ligadas mais à área de especialidades, consultas, cirurgias e exames mais complexos; nossa inserção nos sistemas ajuda na resolução dos problemas, com o devido encaminhamento”.

Reencontros

De tempos em tempos, todos os médicos de Cangaíba encontram-se. Estavam lá, juntos, quando Walter Feldman, novamente, substituiu o governador Geraldo Alckmin. Atravessaram os salões senhoriais fazendo pilhérias e admiraram as obras de arte que fazem do Palácio Bandeirante uma pinacoteca. Sentaram-se com o governador em exercício, comentaram episódios, riram, por vezes surpresos com a longa caminhada empreendida até ali. Por fim, observaram Walter Feldman assinar o projeto de lei que doava um grande terreno à Casa Hope, instituição do Terceiro Setor que cuida de crianças com leucemia, na presença do dr. Luiz Arnaldo Pipino, diretor técnico e administrativo da entidade; e do professor doutor Antonio Sérgio Petrilli, diretor geral do Instituto de Oncologia Pediátrica.

Uma ou duas vezes ao ano, Júlio Cesar reúne todos para um de seus célebres jantares, em que põe a funcionar seus dons de perfeito mestre-cuca e gourmet, escolhendo cuidadosamente os vinhos para cada iguaria. Paulo Mourão vem especialmente do Rio. A noite é plena de gargalhadas, irmandade profunda, uma incessante troca mútua, a ironia para dissimular o profundo respeito um pelo outro, como o faziam ao comer frango regado a cerveja, perto da Escola Paulista de Medicina, depois de um sábado exaustivo na Zona Leste. Quando o grupo chegou a Cangaíba, em 1976, tinha um sonho. Ser generalista, pôr em prática a medi-

cina preventiva, despertar o povo para a luta contra a ditadura e a desigualdade social. Continua no caminho, cada um a seu modo. São pedagogos cuidadores e esta é a herança de Cangaíba.

E hoje...

Mais de 45 anos se passaram desde que os médicos se juntaram, nos bancos da Escola Paulista de Medicina da Unifesp, um sonho tão impossível e tão necessário. O ambulatório médico voluntário da Igreja do Cangaíba continua funcionando, como há 40 anos, todos os sábados pela manhã. O atendimento é feito por Gilberto Natalini, Francé e Nacime, com o reforço do dr. Ruggero, da dra. Genova Osanna Codjajian Bittencourt e do dr. Naciminho, filho de Nacime.

Cirurgião de tórax do Hospital Municipal do Jabaquara e do Iamspe, dr. Ruggero Bernardo Felice Guidugli, formado na EPM/Unifesp, é médico experiente, querido e respeitado. Procurou Natalini e se ofereceu para fazer parte do trabalho voluntário. Vai todos os sábados, muito cedo, após sair do plantão noturno do Jabaquara, e atende todos que aparecem. Faz, também, na APS, palestras muito esclarecedoras sobre envelhecimento. Mostrou-se um humanista e se integrou inteiramente ao espírito de Cangaíba.

Dra. Genova é psiquiatra, formada há 24 anos. Assumiu as consultas em sua especialidade. Seus casos são encaminhados pelo ambulatório. Dr. Naciminho, ortopedista, mantém a tradição da família, fazendo os atendimentos que lhe são encaminhados.

Além deles, trabalham lá também a Luciana, fisioterapeuta, e a Eulália, acupunturista. Luciana comparece duas vezes por mês, e atende a demanda de pacientes de sua área. Integrou-se à equipe como se fosse da primeira hora. Eulália também exerce ali sua atividade, voluntaria e harmoniosamente.

A equipe – que continua firme no compromisso voluntário – é composta por Lurdes (Nega), atual coordenadora; Adelina (que, mesmo com 90 anos, ainda comparece de vez em quando), Maria Borges (93 anos, tem alguma dificuldade em ajudar e tem ido

menos), Coração, Maria Tura, Nilce, Marly, João Arthur, Nuria (enfermeira), Francisca (Tita) e Erika.

Padre Luiz continua à frente da Paróquia, agora ajudado pelo jovem padre Emerson. Ambos são parceiros de primeira hora no atendimento médico. E novos “leigos” colaboram. Fernando ajuda na farmácia e na orientação dos casos. Amaury e Lurdes atuam, especificamente, na farmácia e na separação de remédios. Coimbra – que trabalha com Natalini – é, também, um reforço nas atividades do ambulatório, juntamente com sua família, Mara e Isaura. Outras pessoas da paróquia permanecem ajudando, como a Fátima e a Vanessa, entre tantas outras. Há, ainda, uma equipe de medicina integrativa, o MOA, que atende, também, todos os sábados.

Grandes mutirões de saúde passaram a ser realizados, rotineiramente, na APS. Na oftalmologia, milhares de pessoas são atendidas por meio da parceria com o Instituto Suel Abujamra, médico competente e atencioso. O último deles atendeu 700 pessoas, em parceria com a professora Leontina da Conceição Margarido, dermatologista, de larga experiência e compromisso com a população, vinculada à USP.

Enfim, a Associação Popular de Saúde cresceu, ocupando como sede central o mesmo Clube Estrela, cedido por Benício, que virou nome de praça por projeto de lei de Natalini; e diversificou suas atividades na área social, na Zona Leste. É uma instituição sólida e muito respeitada.

Gilberto Natalini é vereador pelo quarto mandato em São Paulo. No Partido Verde, desde 2011, seu trabalho político continua sendo exercido nas áreas de meio ambiente, saúde e atendendo as reivindicações dos bairros da cidade. É conhecido por sua conduta digna na Câmara Municipal. Foi secretário de Participação e Parceria na gestão do prefeito José Serra, por cerca de um ano e meio, em 2005. Mantém o mesmo estilo de participação nos movimentos sociais, como nos velhos tempos, e também com as pessoas que iniciaram esta história.

Mesmo com o ativismo político e social, continua com sua vida profissional de médico, por meio de seu consultório em Santo Amaro, onde atende os pacientes, fazendo cirurgias no próprio consultório e em hospitais.

Francé é médico clínico no Hospital Dia Hora Certa Penha, da Prefeitura Municipal, e trabalha na assessoria médica da Atenção Primária e Saúde do Hospital Santa Marcelina. É, também, delegado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) na Zona Leste. Casado com a professora Tatiana Di Beo, recebeu o título de Cidadão Paulistano, com direito a uma grande festa e a Igreja do Cangaíba cheia de gente. Foi, por muito tempo, gestor estadual e municipal do SUS na Zona Leste. Iniciou vários projetos importantes na região, como o PSF, e implantou com sua equipe muitas unidades de Saúde. No Cangaíba, mantém um grupo de hipertensos e diabéticos há anos.

Conhecido e respeitado como médico, Francé exerce grande influência entre os profissionais da Saúde, na história da construção do SUS. É uma referência em saúde pública em São Paulo e tratado, pelos pacientes, como um sacerdote da medicina.

Nacime continua a ser um importante gestor hospitalar. Atualmente, dirige – juntamente com seus colaboradores – 12 hospitais: Pirajussara, Estadual de Diadema, Luzia de Pinho Melo, de Mogi das Cruzes; dos Transplantes (ex-Brigadeiro), Pimentas-Bonsucesso, em Guarulhos; Municipal de São José dos Campos; Complexo Ouro Verde, em Campinas; José Storópoli, Vila Maria; Odelmo Leão, em Uberlândia; Geral de Guarulhos, Geral de Pedreira, e o Cantareira. Todos com atendimento 100% SUS.

Além desses hospitais, encontram-se, também sob a liderança das Instituições Afiliadas da SPDM as seguintes unidades de saúde: quatro farmácias de Dispensação de Medicação de Alto Custo; sete Ambulatórios Médicos de Especialidades (Maria Zélia; de Psiquiatria; de São José dos Campos; de Mogi; de Taboão de Serra, Santa Cruz e Vila Mariana); o simbólico CAPS Itapeva e a Microrregião de Saúde Vila Maria/ Vila Guilherme (14 UBS; dois

AMAs, dois PSF e um pronto-socorro, o de Vila Maria Baixa), com uma população adstrita de 300 mil vidas. Neles, trabalham, no total, cerca de 18 mil funcionários. Mas o núcleo Central Corporativo continua no Pirajussara. E cada unidade incorporada traz histórias de luta, trabalho e aprimoramento administrativo.

Ao final do ano, Nacime reúne lideranças de cada unidade para um balanço do ano, realizações, dificuldades, riscos e o planejamento de metas para o ano seguinte. Esses encontros reúnem cerca de 400 pessoas, sempre com um palestrante externo. Tudo cuidadosamente organizado pela Crisleniana e pela Elisa, que trabalha com Maria Alice.

Tendo se tornado referência nacional em implantação e administração de entidades hospitalares e ambulatoriais, Nacime é requisitado no Brasil e no Exterior para orientar governos e instituições. Continua sendo conselheiro do Cremesp, há várias gestões, tendo ocupado várias diretorias.

Na vida pessoal, além dos filhos Nacime e Rodrigo, tem a felicidade de poder rejuvenescer com Valentina. E, para sua grande alegria, Maria Alice encontra-se grávida de gêmeas, Ísis e Isadora, nomes escolhidos por Valentina.

Natalini, Nacime e Francé têm um pacto de manter o ambulatório do Cangaíba enquanto tiverem forças.

Depois de sete mandatos como parlamentar – dois na Câmara Municipal de São Paulo, dois na Assembleia Legislativa e três na Câmara Federal –, Feldman continua na vida pública. Saiu do PSDB em 2013 e entrou na Rede Sustentabilidade, tendo sido porta-voz e coordenador da campanha de Eduardo Campos e, após seu falecimento, de Marina Silva, à Presidência da República, em 2014. Nesse período, voltou a exercer, também, a medicina, por dois anos, em uma clínica de neurologia e doenças autoimunes na Vila Mariana, onde a história dos médicos de Cangaíba começou; e escreveu um livro sobre a vitamina D e as doenças autoimunes.

Terminada a eleição, foi convidado para ser secretário-geral

da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), onde se encontra atualmente. Para assumir o cargo, desvinculou-se de qualquer ação partidária. Encantou-se pelos esportes quando foi secretário de Esportes municipal e de Articulação de Grandes Eventos. “O esporte não é só competição, mas tem, também, um papel civilizatório, colaborando na melhoria da qualidade de vida, da saúde, da educação e da integração comunitária”, acentua Feldman.

Júlio Cesar continua a trabalhar no Hospital Dante Pazzanese, onde faz pesquisa em Saúde; e como professor da Faculdade de Saúde Pública da USP. Como há muitos anos, dedica-se à área de Saúde Coletiva e permanece publicando trabalhos científicos. Por opção, continua afastado da atividade política. Muito respeitado em sua área, nunca deixou, contudo, de comparecer, sempre muito emocionado, às comemorações e aos encontros do grupo do Cangaíba.

Paulo Mourão continua a morar e trabalhar no Rio de Janeiro, sempre mantendo contato com os amigos de São Paulo. Sempre que é possível se visitam. Ele é hoje um cientista respeitado mundialmente no que faz, as pesquisas com o velho “mucopolissacarídeo”. Permanece, também, ocupando cargos de direção na Universidade do Fundão, onde chegou a professor titular.

Daniel Klotzel tornou-se um obstetra de renome em São Paulo e continua trabalhando no Hospital Albert Einstein. É muito querido e respeitado pelos gestantes e famílias pela forma competente e humanística de seus atendimentos. E permanece, também, atuando no voluntariado daquele renomado hospital.

Sula atende como clínica, em consultório; Lilla é referência nacional em Saúde Ocupacional; Regininha permanece como diretora clínica no Hospital 9 de Julho; e Walter Nascimento continua trabalhando no Iamspe. A amizade que os uniu àquele trabalho continua, com muito respeito entre todos. E a lembrança é comum. O que começou como ímpeto de um grupo de jovens estudantes de Medicina – e se implantou graças a um esforço hercúleo e generoso, que se multiplicou por um bairro, uma região, uma cidade e repercutiu no País – continua funcionando.

As lembranças são muitas. As contribuições concretas para a construção democrática e a implantação do Sistema Público de Saúde são reais. Os “médicos do Cangaíba” fazem parte da história recente do país. Ajudaram a escrevê-la com suas ações e intenções, na pregação política mais pura, nas atividades concretas com as pessoas, nas mobilizações sociais e conquistas de equipamentos e serviços.

Com a participação entusiasmada nos momentos críticos da democratização, são personagens, são pessoas, são agentes de uma causa de solidariedade humana e justiça social. São apenas médicos que gostam de gente.

Jornal Associação Popular de Saúde
VOLUNTARIADO MÉDICO DO CANGAÍBA:
"VIVER É GOSTAR DE GENTE"
40 ANOS DE AMOR PELO POVO

**Médicos voluntários
em 1975**



Atrás (da esquerda para a direita): Dr. Valter, Dra. Regina, Dr. Paulo Mourão, Dr. Paulo, Dr. Júlio, Dr. Gilberto Natalini e Dr. Frandi. Frente (da esquerda para a direita): Padre João, Maria Cordeiro, Dr. Daniel e Dra. Sula.

**Os médicos do
Cangaíba - "Esses
meninos são como
queijo ralado sobre
uma travessa de
espaguete"**



**Da cela do DOPS
para o Cangaíba**

A história do voluntariado médico

**A criação da Associação
Popular de Saúde**

O grupo de médicos constituiu a APS, alugando o salão do Clube Estrela do Cangaíba

Capa da edição especial do Jornal da Associação Popular de Saúde, comemorativa dos 40 anos do voluntariado